

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA TRADICIONAL E AGROECOLOGIA NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ NO MUNICÍPIO  
DE ADRIANÓPOLIS-PR**

**LOURIVAL DE MORAES FIDELIS**

CAMPINAS  
FEVEREIRO/2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA TRADICIONAL E AGROECOLOGIA NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA JOÃO SURÁ NO MUNICÍPIO  
DE ADRIANÓPOLIS-PR**

Dissertação submetida à banca examinadora para  
obtenção do título de Mestre em Engenharia  
Agrícola na área de concentração em  
Planejamento e Desenvolvimento Rural  
Sustentável.

**LOURIVAL DE MORAES FIDELIS**

**Orientadora: Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco**

CAMPINAS  
FEVEREIRO/2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE -  
UNICAMP

F448a

Fidelis, Lourival de Moraes

Agricultura tradicional e agroecologia na comunidade quilombola João Surá no município de Adrianópolis-PR/ Lourival de Moraes Fidelis. --Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.  
Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Agroecossistemas. 2. População tradicional. 3. Negros. 4. Agricultura familiar. I. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. III. Título.

Título em Inglês: Traditional agriculture and agroecology in João Surá quilombola community in Adrianópolis city-PR

Palavras-chave em Inglês: Agroecosystems, Traditional populations, Black, Family agriculture

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável

Titulação: Mestre em Engenharia Agrícola

Banca examinadora: Valéria Comitre, Kellen Maria Junqueira

Data da defesa: 28/03/2011

Programa de Pós Graduação: Engenharia Agrícola

Este exemplar corresponde à redação final da **Dissertação de Mestrado** defendida por **Lourival de Moraes Fidelis**, aprovado pela Comissão Julgadora em 28 de fevereiro de 2011, na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

**FEAGRI**



**Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco – Presidente e Orientadora  
Feagri/Unicamp**



**Dra. Valéria Comitre – Membro Titular  
APTA**



**Dra. Kellen Maria Junqueira - Membro Titular  
Feagri/Unicamp**

**Faculdade de Engenharia Agrícola  
Unicamp**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Maria da Silva Fidelis e Ismael de Moraes Fidelis pais amados. Dedico também, à minha filha Lorena H. Fidelis, filha adorada, minha inspiração e alegria.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço as pessoas que de forma direta e indireta contribuíram para que esta caminhada não parasse apenas na curiosidade, mas avançasse rumo a uma construção de vida, da realização do um sonho de me tornar, um dia, professor universitário.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora, Professora Doutora Sonia M. P. P. Bergamasco, que vem orientando este estudo, muitas vezes doce, às vezes firme, mas sempre com ternura.

Quero fazer também um agradecimento especial aos meus pais: Ismael de Moraes Fidelis e Maria da Silva Fidelis, que mesmo sem uma escolarização formal completa, como é o caso de meu pai, e sem alfabetização, como é o caso de minha mãe e ainda com poucos recursos, deram a mim e meus sete irmãos, uma formação moral, ética, religiosa e cidadã.

Advém da origem camponesa de meus pais, que trabalharam por muitos anos como bóias-frias no norte pioneiro do Paraná, a iniciativa de me formar Engenheiro Agrônomo. Foi inspirado nos meus velhos, que optei por continuar a estudar as questões relacionadas à Questão Agrária, seus atores e suas diversas Populações Tradicionais que hoje nos apresenta o rural brasileiro.

Gostaria de fazer uma declaração não de agradecimento, mas de amor a minha filha Lorena, maior realização da minha vida, que no “alto” dos seus nove aninhos completados em novembro de 2010, vem sabendo me dar carinho, acolhimento e perdoar a ausência do pai no dia-a-dia do seu rápido e lindo desenvolvimento.

Não poderia deixar de agradecer também às comunidades Quilombolas do Paraná e seus integrantes, sobretudo as localizadas no Vale do Ribeira, em que uma pequena parcela de sua agricultura e conhecimentos tradicionais este trabalho intentou estudar. Aqui agradeço nas pessoas de Antonio Carlos de Andrade Pereira, Clarinda Andrade Pereira de Matos, João Andrade Pereira, Antonio Aparecido de Matos, Pedro Moura, Seu Paulico, Dona Joana, Dona Irani e meu grande amiguinho Renato, filho de Dona Irani. Quilombolas que aceitaram conversar comigo, me receberam em suas casas, me ofereceram seus alimentos e me passaram informações preciosas sobre seus cultivos, suas vidas e a sua forma de ver o mundo. Inspiro-me nas suas lutas e histórias de vida para seguir meus estudos sobre as comunidades Quilombolas, a Agroecologia e Agricultura Tradicional.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – que ao conceder-me uma bolsa de estudos, proporcionou as condições materiais para a realização desta pesquisa.

Deixo um especial agradecimento às diversas pessoas e instituições que, ao acreditarem na proposta deste trabalho, me deram força e apoio para construí-lo. São eles: os professores Eduardo Harder que iniciou comigo os trabalhos de pesquisa e também de extensão nas comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira; meu especial agradecimento à professora Silvana Cássia Hoeller, amiga de diversas conversas, apoiadora e incentivadora desta minha trajetória. Sou também grato ao Instituto Agroecológico – IA – instituição que ajudei a criar e que hoje vem se tornando referência em projetos onde se dissemina a Agroecologia, a Economia Solidária e o Desenvolvimento Rural Sustentado, principalmente, em comunidades Quilombolas.

Meus sinceros agradecimentos a Mônica Castagna Molina, Gisele Moura Schnorr, Amélia Siller, Aline Felipe, Roberto Franzini, Cassius Marcelus Cruz, Jefferson de Oliveira Salles, Ricardo Serra Borsatto, Wilon Mazalla Neto, Claudia Assad de Melo, Regina A. L. de Camargo e Juliane Borges Pereira. Grandes amigos(as) e alguns delas(es) mais do que só amigos(as) já superaram a dimensão da amizade, estão gravados em alto-relevo em minha vida. Impregnaram minha existência de energia boa ao me reafirmarem e me darem certeza da direção e do caminho que estou seguindo. Serão sempre para mim, seres de luz, orientadores de minhas ações, além de apoiadores de ações educativas, educadores de fato na prática cotidiana e real para a construção da emancipação das comunidades Quilombolas e dos camponeses brasileiros.

Agradeço as amigas Érika de Oliveira, Elisangela R. L. de Oliveira, Taisa M. Brosler e Rodolfo Silva pelos momentos de alegria e amizade que espero durem ainda muito tempo.

Nas entrevistas e no levantamento de campo contamos com a ajuda e o acompanhamento do agrônomo Marco Aurélio Gural dos Santos e da nutricionista Andréia Cambuy. Estes profissionais nos acompanharam no momento da realização da pesquisa. A eles, meus sinceros agradecimentos.

Tenho também um grande apreço e carinho pelos professores do programa de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola, da Universidade Estadual de Campinas, principalmente da área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, na qual se encontram as professoras Julieta Aier de Oliveira, Maristela Simões do Carmo e Maria Angela

Fagnani e a pesquisadora Kellen Maria Junqueira. E também, no entorno destas mestras, sempre contei com a presença encorajadora de Valeria Comitre, Ana Paula Fraga Bolfe, Edson Bolfe, grandes amigos.

Deixo aqui a minha homenagem a todo(as) essas pessoas. Quero demonstrar, com este simbólico agradecimento, que a construção de um trabalho científico não é uma tarefa solitária. Saliento que quando escrevemos, pensamos e analisamos carregamos conosco uma parte, um pedaço de cada um. E a cada um digo: é impossível separá-los de minha essência.

## EPÍGRAFE

### Cuando Tenga La Tierra

D. Toro / A. Petrocelli

Cuando tenga la tierra sembraré las palabras  
que mi padre Martín Fierro puso al viento,  
cuando tenga la tierra la tendrán los que luchan  
los maestros, los hacheros, los obreros.

Cuando tenga la tierra  
te lo juro semilla que la vida  
será un dulce racimo y en el mar de las uvas  
nuestro vino, cantaré, cantaré.

Cuando tenga la tierra le daré a las estrellas  
astronautas de trigales, luna nueva,  
cuando tenga la tierra formaré con los grillos  
una orquesta donde canten los que piensan.

Cuando tenga la tierra  
te lo juro semilla que la vida  
será un dulce racimo y en el mar de las uvas  
nuestro vino, cantaré, cantaré.  
Campesino, cuando tenga la tierra  
sucederá en el mundo el corazón de mi mundo  
desde atrás de todo el olvido secaré con mis lágrimas  
todo el horror de la lástima y por fin te veré,  
campesino, campesino, campesino, campesino,  
dueño de mirar la noche en que nos acostamos para hacer los hijos,  
campesino, cuando tenga la tierra  
le pondré la luna en el bolsillo y saldré a pasear  
con los árboles y el silencio  
y los hombres y las mujeres conmigo.

## APRESENTAÇÃO

### **Percurso e motivação do trabalho: limites e entraves para uma pesquisa em comunidades Remanescentes de Quilombo**

Iniciamos nossa pesquisa, estudos e trabalhos de extensão rural com Comunidades Quilombolas em maio de 2006, no Vale do Ribeira paranaense com a tese de que os agricultores familiares das comunidades Quilombolas detêm saberes e conhecimentos radicados na sua forma de produzir agricultura muito próxima do que a Agroecologia define como possíveis caminhos para se chegar à sustentabilidade. A pergunta que mais vigorava naquele momento era: quem são os Quilombolas paranaenses?

Assim tão logo concluímos nossos estudos de graduação no curso de Agronomia na Universidade Federal do Paraná – UFPR – em 2005 nos foi feito um convite pela hoje professora da UFPR do campus Matinhos no litoral paranaense, Silvana Cassia Hoeller, na época estudante de mestrado no curso de Agronomia da UFPR, para ingressar no curso de Residência Agrária coordenado pelo professor Valdo Jose Cavallet no Paraná e que contava com turmas por quase todas as Regiões brasileiras.

O curso de Residência Agrária foi composto e participaram efetivamente dele diversas universidades públicas brasileiras. Integrávamos o curso da Região Sul/Sudeste da qual faziam parte a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – coordenado pelo professor Pedro Silvino Neumann, a Universidade Federal do Paraná – UFPR – coordenado pelo professor Valdo Cavallet como já adiantado, a Universidade Estadual de Campinas, – UNICAMP – que tinha como coordenadora a professora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ que teve como coordenador o professor Canrobert da Costa Neto.

Este curso foi mantido com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, brilhantemente coordenado naquele momento pela professora Monica Castagna Molina, hoje professora do curso de Educação do Campo na Universidade de Brasília – UNB.

Ao concluirmos o curso de Agronomia no segundo semestre de 2005, iniciamos a fase de Vivência Agrária. A primeira fase do Residência Agrária que durou 6 meses com uma equipe coordenada por um técnico de campo já formado há mais tempo e com mais

experiência. Este profissional era Ricardo Serra Borsatto, Agrônomo que cursava, à época, mestrado na UFPR, na área de produção vegetal e que hoje cursa Doutorado na Faculdade de Engenharia Agrícola - FEAGRI da UNICAMP.

Ao final deste período seguiram-se mais 12 meses e, quando completado, teve como objetivo formar especialistas em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa.

Foi através da Vivência Agrária e da Especialização que se seguiu que tomamos conhecimento da existência de comunidades Quilombolas no Paraná. Esta “novidade” nos foi relatada por três colegas de curso, os Agrônomos e grandes profissionais Roberto Franzini, Alessandro Donosolo e Elisiane do Carmo Nisgoski que faziam parte da equipe e que estavam incumbidos de pesquisar a região do Vale do Ribeira paranaense.

Como dissemos, as comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira eram para nós, os estudantes e professores que participavam deste curso, uma grande surpresa. Surpresa que se tornou maior ainda, pois além da sua existência em região tão próxima à Curitiba, percebemos que estas comunidades já existiam na região do Vale do Ribeira há pelo menos dois séculos, trabalhando e produzindo numa lógica camponesa através da Agricultura Familiar com características muito fortes de uma Agricultura Tradicional baseados na organização familiar.

A tarefa de Ricardo S. Bosatto era a de orientar dois a três estudantes recém formados nas atividades de campo, tanto nos aspectos técnicos como acadêmicos. Cabe ressaltar que esta tarefa foi cumprida por Borsatto com grande competência.

Finda esta fase de Vivência Agrária, deu-se início à fase de especialização do programa Residência Agrária. Nesta nova etapa, fui orientado pelo professor Eduardo Harder, professor da UFPR, campus Litoral, que assumiu fraternamente conosco uma caminhada que foi mais do que uma simples relação de orientador e orientado foi uma relação de companheirismo e ajuda mútua, um período de grande aprendizado da qual surgiu uma grande amizade.

Foi neste período que tivemos contato mais direto com a comunidade Quilombola João Surá em Adrianópolis, município localizado no nordeste do Paraná.

Nosso primeiro contato com a comunidade em 2006 foi de certa forma truncada, pois como não sabíamos como chegar até a comunidade e só contávamos com algumas informações sobre João Surá, passadas pelos colegas de turma do Residência Agrária; foi com estas poucas informações que iniciamos nossa primeira tentativa de chegar até o Quilombo. Chegamos à sede do município de Adrianópolis numa segunda-feira dia 10 de junho de 2006.

Ao perguntar qual era o ônibus que ia até a comunidade obtivemos a resposta que não havia ônibus que chegasse até lá e que se distancia 60 km da sede do município.

Mas contamos com um pouco de sorte, pois a pessoa que nos deu esta informação de como chegar foi uma Quilombola, uma jovem chamada Cassiane Andrade de Matos, filha e sobrinha das lideranças da comunidade – Dona Clarinda Andrade Pereira de Matos e Antonio de Andrade Pereira, este último presidente da Associação da comunidade. Ela nos orientou para que tentássemos ir de carona, pois estava indo a Curitiba e não poderia nos acompanhar até a comunidade.

Seguimos seu conselho e conseguimos carona para os primeiros 20 km. No dia seguinte, fomos com agricultores um trecho, em carros da prefeitura outro trecho e nos caminhões que transportavam os trabalhadores nos cultivos de pinus mais um pedaço da estrada. O restante caminhamos a pé até chegar à comunidade.

No caminho parávamos para pedir informações nas casas na beira da estrada, que estavam em péssimo estado, e seguem “encaixadas” no rio Ribeira de Iguape e depois no rio Pardo, até chegar à comunidade. Nestas casas, além das informações de como chegar ao destino, também recebia água e algumas vezes comida, não passamos fome nem sede no caminho até o Quilombo. Fomos recebidos com muita solidariedade pelas pessoas que moram nestes locais.

Na caminhada, passamos pelos bairros Barra Grande, Vila Mota, Panelas da Brejauva<sup>1</sup> Porto Novo, Porto Velho<sup>2</sup>, Bairro Mamonas, Praia do Peixe<sup>3</sup>, e finalmente a comunidade Quilombola João Surá objetivo da nossa incursão.

Porém antes de chegar à comunidade João Surá, tivemos que pernoitar na casa de uma enfermeira do hospital municipal, Dona Hilda, que entendeu a importância que era para nós chegarmos à comunidade Quilombola e nos deu pouso em sua casa. Saímos às 5 da manhã do dia 11 de junho. Assim, da saída às 5 da manhã até chegarmos a João Surá, foram 17 horas de caminhada e caronas.

Esta caminhada foi desgastante fisicamente, mas proporcionou que construíssemos uma relação de amizade e trabalho com os agricultores familiares da comunidade Quilombola que dura até hoje e da qual foi possível produzir uma monografia que foi apresentada ao final

---

<sup>1</sup> É neste bairro que se localiza a estrutura falida da Plumbum, mineradora que durante mais de 60 anos explorou chumbo e contaminou uma vasta região e os rios de Adrianópolis, entre eles, o rio Ribeira de Iguape. Hoje a mina esta desativada e as operações, da empresa que detinha o controle, encerradas.

<sup>2</sup> Esta também é uma comunidade Remanescente de Quilombo com o mesmo nome.

<sup>3</sup> Comunidade Quilombola vizinha ao Quilombo João Surá.

do curso de Especialização em Educação do Campo<sup>4</sup> em 2007. Este trabalho aguçou-nos a iniciativa de mais estudos sobre a temática da Agroecologia, da Agricultura Familiar, do que é um Quilombo em tempos modernos e da Sociologia Rural.

Além do trabalho de conclusão do curso de Especialização, foi possível elaborar dois projetos de extensão rural através do Instituto Agroecológico – IA – ONG criada em 2005 por nove estudantes do curso de Especialização já citado e apoiados por alguns professores da UFPR entre eles Valdo Jose Cavallet, Silvana C. Hoeller, Eduardo Harder, Manoel F. Lesama e a nossa eterna professora de ecologia Celina Wisniewski, inspiradora e incentivadora das ações que iniciamos no IA.

Estes projetos foram elaborados a partir dos dados preliminares levantados por ocasião da Especialização e tiveram como objetivo o fortalecimento da comunidade e a sua associação. Contou com recursos do Estado através das Secretarias de Estado Ciência e Tecnologia e Educação Superior – SETI – em parceria com a UFPR e com a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA para trabalhar questões relacionadas ao Parque Estadual das Lauráceas - PEL. Porém, estes primeiros recursos só foram possíveis depois de dois anos e meio de trabalhos voluntários com os Quilombolas do Vale do Ribeira e da região de Curitiba, mais precisamente a comunidade Quilombola de Palmital dos Pretos.

Através do IA ainda foi possível a organização de uma Audiência Pública realizada na comunidade João Surá, evento no qual participaram 11 comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense e paulista e que representa um marco para a organização das comunidades Quilombolas no Paraná, e que foi chamada de *1ª Audiência Pública Quilombola*. Foi a partir desta iniciativa que a presença do Ministério Público Estadual se tornou mais efetiva no cotidiano das comunidades Quilombolas.

Neste evento, ocorrido em agosto de 2008, foram denunciadas pelos Quilombolas, violências cometidas no Vale do Ribeira por fazendeiros, grileiros e mesmo pelo poder público municipal e estadual. Foi denunciada também, a ausência do Estado no que se refere aos serviços públicos mínimos como saúde, educação, infra-estrutura e segurança.

Esta ação pública foi conduzida pelos técnicos do IA e contou com o apoio de diversas entidades do terceiro setor como Centro de Formação Urbano Rural Irmão Araújo

---

<sup>4</sup> Trabalho de conclusão do curso de especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa apresentado em fevereiro de 2007 com o título: *Agricultura Quilombola e suas Interfaces com a Agroecologia: história e tradições ligadas à Agricultura Tradicional do Quilombo João Surá*.

(CEFURIA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Direitos Humanos do Paraná, além de diversas secretarias e autarquias de Estado como, por exemplo, Ministério Público Estadual, o Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná – ITCG contando com o apoio do historiador Jefferson de Oliveira Salles e do presidente do ITCG naquele momento Jose Antonio Peres Gediel.

Desta primeira Audiência Pública surgiram outras audiências para diversos fins e a atuação do Ministério Público se tornou freqüente no Vale do Ribeira, sendo que a mais recente atividade foi uma audiência que ocorreu no dia 20 de novembro de 2010 na comunidade Quilombola de Córrego do Franco, também em Adrianópolis, para discutir as limitações impostas pelo Parque Estadual das Lauráceas (PEL) aos Quilombolas.

Logo após a 1ª Audiência Pública efetuamos a inscrição e fomos selecionados no processo seletivo para mestrado da Faculdade de Engenharia Agrícola – FEAGRI – da UNICAMP com um projeto que resultou na elaboração deste trabalho.

Através da orientação generosa da professora Sonia M. P. P. Bergamasco foi possível participarmos de diversos congressos, encontros e simpósios no Brasil e no exterior, onde expusemos nossos estudos e apontamentos preliminares sobre o tema que agora se condensa nesta dissertação de mestrado.

## RESUMO

A degradação dos processos que acontecem na Agricultura Tradicional, presentes nas comunidades Remanescentes de Quilombos, sua cultura e ritos etnicamente referenciados são, por si só, temas que merecem atenção. A prática desta Agricultura Tradicional sofre com a imposição da pecuária e de monoculturas que não se prestam à alimentação das comunidades locais e desalojam os Quilombolas de seus territórios ancestrais. Esta realidade não é diferente em Adrianópolis - PR, município onde dois terços da população, é composta por negros e pardos. Estão localizadas em Adrianópolis nove comunidades Quilombolas e quatro comunidades negras rurais. Estas comunidades correm o risco de desaparecer como sujeitos históricos de seu desenvolvimento, devido a perda dos seus saberes tradicionais. Nas condições em que se encontram, os Quilombos do Vale do Ribeira paranaense, sua reprodução e existência, em sentido amplo, estão ameaçadas. A Agroecologia é considerada uma ciência em construção que busca novas formas de manejo dos agroecossistemas, com a contribuição de outras disciplinas científicas, bem como dos saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores. Neste sentido, a hipótese deste trabalho é que, por sua história e configurações, as comunidades Remanescentes de Quilombos e as suas agriculturas têm contribuições a oferecer para os estudos e avanço da Agroecologia e assim propiciar as condições para a construção de novos modelos de agriculturas sustentáveis. O trabalho teve por objetivo conhecer e estabelecer relações e interfaces entre a Agricultura Camponesa Tradicional presente na Comunidade Remanescente de Quilombo João Surá, no município de Adrianópolis - PR no Vale do Ribeira paranaense e a Agroecologia. Para alcançar este objetivo, trabalhou-se com a metodologia qualitativa utilizando principalmente o método de história oral. A análise dos sistemas produtivos da comunidade Quilombola, no que diz respeito à água, aos solos, às sementes e manejos culturais, revela que a agricultura praticada em João Surá mantém condições sustentáveis de produção que coincidem com os princípios da Agroecologia.

## ABSTRACT

The degradation of the processes that involve the traditional agriculture present in the Quilombola community, its culture and rites ethnically mentioned is by itself a theme that requires attention. The practice of this Traditional Agriculture suffers with the imposition of cattle breeding and monocultures that do not feed the local communities and dislodges Quilombolas from their ancestral territories. This reality is not different in the municipality of Andrianópolis, state of Paraná, where two thirds of the population is either black or black descendant. Andrianópolis has nine Quilombola communities and four rural black communities at the risk of disappearing as historical subjects of their development due to the lost of their traditional knowledge. In the situation they find themselves, the reproduction and existence in a large sense of Quilombos in Parana's side of Vale do Ribeira are threatened. Agroecology is considered a science that looks for new ways of managing agro ecosystems with the contribution of other scientific disciplines as well as the knowledge, skills and experiences of farmers themselves. Therefore the hypothesis of this work is that due to their history and configuration, Quilombo Remaining Communities and its agriculture have a contribution to offer to the study and advance of agroecology, helping to construct new models of sustainable agriculture. The work had for objective to know and establish the relations and interfaces between the Traditional Peasant Agriculture present in the Quilombo Remaining Community of João Jurá in the municipality of Adrianópolis – Parana's Vale do Ribeira and Agroecology. To achieve this goal it was used qualitative methodologies, in special the oral history method. The analyses of the productive systems present in the Quilombola community and its relation with water, soil, seeds and crops management reveals that these forms of traditional agriculture are able to keep sustainable conditions of production that coincides with the principles of Agroecology.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Agricultura Familiar X Agricultura Patronal. ....	<b>88</b>
<b>Quadro 2</b> – Outras fontes de renda das famílias de João Surá. ....	<b>181</b>
<b>Quadro 3</b> – Composição da renda nos quatro agricultores entrevistado. ....	<b>181</b>

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1</b> – Casa incendiada por jagunços na comunidade Quilombola de Varzeão, município de Dr. Ulysses/Paraná. ....	<b>13</b>
<b>Foto 2</b> – Rio Pardo: divisa entre os municípios de Adrianópolis – PR e Iporanga – SP região do Vale do Ribeira. ....	<b>19</b>
<b>Foto 3</b> – Comunidade do Gramadinho/Varzeão Dr. Ulysses - PR Vale do Ribeira paranaense .....	<b>20</b>
<b>Foto 4</b> – Comunidade João Surá, Adrianópolis - Vale do Ribeira paranaense. ....	<b>20</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização do Vale do Ribeira paranaense .....	<b>15</b>
<b>Figura 2</b> – Município de Adrianópolis – Paraná. ....	<b>112</b>
<b>Figura 3</b> – Município de Adrianópolis localização da comunidade de João Surá.....	<b>114</b>
<b>Figura 4</b> – Localização do Parque Estadual das Lauráceas – PEL.....	<b>114</b>
<b>Figura 5</b> – Croqui da comunidade Quilombola João Surá. ....	<b>116</b>
<b>Figura 6</b> – Áreas com potencial para degradação no Vale do Ribeira – Paraná. ....	<b>126</b>
<b>Figura 7</b> – Uso do solo no Território do Vale do Ribeira.....	<b>127</b>
<b>Figura 8</b> – Dimensões contributivas da etnopedologia .....	<b>134</b>
<b>Figura 9</b> – Umidade relativa do ar por região.....	<b>173</b>
<b>Figura 10</b> – Temperaturas médias do Estado do Paraná.....	<b>174</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População residente no Vale do Ribeira – 2000 a 2009 .....	<b>17</b>
<b>Tabela 2</b> – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários. ....	<b>18</b>
<b>Tabela 3</b> – Relação das Comunidades por regiões e municípios.....	<b>24</b>
<b>Tabela 4</b> – Comunidades Remanescentes de Quilombos e os procedimentos legais para regularização dos seus territórios. ....	<b>27</b>
<b>Tabela 5</b> – Comunidades Remanescentes Quilombolas e os procedimentos legais para regularização dos seus territórios. ....	<b>29</b>
<b>Tabela 6</b> – Distribuição das famílias por classe de rendimento médio mensal per capita segundo a cor do chefe (em %) .....	<b>43</b>
<b>Tabela 7</b> – UC´s do Estado do Paraná e do Vale do Ribeira. ....	<b>46</b>
<b>Tabela 8</b> – As sementes e os materiais de propagação vegetal de João Surá. ....	<b>159</b>
<b>Tabela 9</b> – Variedades de sementes e materiais vegetais de propagação. ....	<b>161</b>
<b>Tabela 10</b> – Variedades cultivadas nos agroecossistemas dos quatro entrevistados. ....	<b>165</b>
<b>Tabela 11</b> – Ervas medicinais extraídas da mata e dos quintais das casas dos entrevistados.	<b>167</b>
<b>Tabela 12</b> – Horas trabalhadas pelos agricultores por cultura em 1 hectare. ....	<b>170</b>
<b>Tabela 13</b> – Épocas dos principais cultivos em João Surá. ....	<b>175</b>

## LISTA DE SIGLAS

**ABA** – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA  
**ADCT** – ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS  
**ADIN** – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE  
**APA** – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
**ARIE** – ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO  
**ASCAR** – ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL  
**ASPE** – ÁREA DE PROTEÇÃO ESPECIAL  
**CEFURIA** – CENTRO DE FORMAÇÃO URBANO RURAL IRMÃO ARAÚJO  
**CNPQ** – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
**CNT** – COMUNIDADE NEGRAS TRADICIONAIS  
**CPT** – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA  
**CRQ** – COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO  
**DERAL** – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL  
**EMATER/PR** – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARANÁ  
**EMBRAPA** – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
**EMBRATER** – EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL  
**FAPEAM** – FUNDAÇÃO DE AMAPARO À PESQUISA DO ESTADO DA AMAZÔNAS  
**FCP** – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES  
**FEAGRI** – FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA  
**GTCM** – GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA  
**GTI** - GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL  
**IA** – INSTITUTO AGROECOLÓGICO  
**IAP** – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ  
**IBAMA** – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE  
**IBGE** – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
**INCRA** – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

**IPARDES** – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

**ISEC** – INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E ESTUDOS CAMPESINOS

**ITCG** – INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS

**ITESP** – INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

**MAB** – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

**MDA** – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

**MMA** – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**MP/PR** – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO PARANÁ

**MPA** – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

**MST** – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

**OIT** – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

**ONG** – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

**ONU** – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

**PEC** – PARQUE ESTADUAL DE CAMPINHOS

**PEL** – PARQUE ESTADUAL DAS LAURÁCEAS

**PNAD** – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO

**PNATER** – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

**PPGSA** – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE

**PRONERA** – PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

**RESEX** – RESERVA EXTRATIVISTA

**RL** – RESERVA LEGAL

**RTID** – RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO

**SEAB** – SECRETARIA DE ESTADO, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

**SEADE** – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS

**SEMA** – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

**SEPPIR** – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**SETI** – SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**SIBRATER** – SISTEMA BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

**SNCR** – SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL

**UC** – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

**UEL** – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

**UEPG** – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

**UFMA** – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

**UFPR** – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**UFRRJ** – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**UFSM** – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

**UHE** – USINAS HIDROELÉTRICAS

**UNICAMP** – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**UNICENTRO** – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

**UNIOESTE** – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>xiv</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>xv</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>xvi</b>
<b>LISTA DE FOTOS .....</b>	<b>xvii</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>xviii</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>xix</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>xx</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>xxiii</b>
<b>INTRODUÇÃO: Do Problema da Pesquisa à definição da Hipótese e dos Objetivos.....</b>	<b>1</b>
1 - O cenário e a importância das populações negras tradicionais do campo: Os Remanescentes de Quilombos e o campesinato negro.....	1
2 – Objetivos e Hipótese .....	8
<b>CAPÍTULO I - Populações Tradicionais e os Quilombos no Brasil e no Paraná.....</b>	<b>11</b>
1 - Introdução.....	11
2 – Situação econômica, social, política e ambiental do Vale do Ribeira paranaense. ....	14
3 - As comunidades Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira paranaense.....	24
<b>CAPÍTULO II: A Legislação e a Questão Quilombola: Marcos Legais de reconhecimento e Regularização .....</b>	<b>31</b>
1- Introdução.....	31
2- As legislações e dispositivos legais que cercam a questão Quilombola no Brasil .....	33
3 - Legislação Ambiental brasileira versus comunidades remanescentes Quilombos.....	44
<b>CAPÍTULO III - Os Quilombos, o Campesinato e a Agricultura Familiar e a Agroecologia.....</b>	<b>52</b>
1 - Os significados de Quilombos e Remanescentes de comunidades Quilombolas .....	66
2 - O Campesinato Quilombola.....	73
3 - Da Agricultura Camponesa Tradicional à Agricultura Familiar pelos princípios sustentáveis da Agroecologia.....	85
<b>CAPÍTULO IV - Caminhos Metodológicos .....</b>	<b>105</b>
1- A escolha do método na perspectiva da metodologia participativa.....	105
2 - História Oral e a entrevista temática.....	105

3 - Agricultura Camponesa, técnicas, tempos, espaços, acordos e manejos na perspectiva dos agricultores entrevistados .....	107
4 - A escolha da localidade na comunidade e do número de agricultores entrevistados .....	109
5 - Os Dados Secundários.....	109
6 - Equipamentos utilizados.....	110
7 – O “Lócus” da pesquisa.....	112
7.1 - História do município de Adrianópolis.....	112
7.2 - História e localização da comunidade Quilombola João Surá.....	113
7.3 – Os agricultores entrevistados .....	122
<b>CAPÍTULO V – Os agroecossistemas Quilombolas: Agricultura Tradicional x Agroecologia.....</b>	<b>125</b>
1 - Os Solos da comunidade Quilombola João Surá.....	125
2 - A água da comunidade Quilombola e a sua avaliação pelos agricultores entrevistados .....	135
3 - Técnicas e manejos dos agroecossistemas: o fogo .....	145
4 - O pousio, os manejos dos cultivos e as ferramentas utilizadas .....	148
5 - Os agrotóxicos e adubos químicos na comunidade .....	151
6 - As sementes agrícolas e a sua preservação nos agroecossistemas do Quilombo .....	155
7 - Os policultivos e o uso das ervas medicinais na comunidade Quilombola .....	165
8 - A divisão e a duração do trabalho nos agroecossistemas do Quilombo .....	170
9 - Divisão por gênero do trabalho: Trabalho de homem trabalho de mulher .....	176
10 - O trabalho coletivo e solidário em João Surá .....	177
11 - A geração de renda na comunidade e nas famílias entrevistadas .....	180
12 - Os alimentos e a segurança alimentar da comunidade Quilombola .....	183
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>192</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>199</b>

## **INTRODUÇÃO: Do Problema da Pesquisa à definição da Hipótese e dos Objetivos**

### **1 - O cenário e a importância das populações negras tradicionais do campo: Os Remanescentes de Quilombos e o campesinato negro.**

Há no rural brasileiro hoje um cenário novo, que se desvela e que vem se impondo demonstrando com isto que há uma multiplicidade de sujeitos do campo. Camponeses que vêm construindo suas identidades e que, a partir destas, demonstram que há muitas representações identitárias compondo o rural brasileiro, que enriquecem de outros sentidos e de outras formas e percepções deste espaço societário.

Há bem pouco tempo atrás, dentro da categoria Agricultura Familiar, não se supunha a existência tão grande e diversificada de representações e identidades sociais sendo esta uma das características mais marcantes do campesinato.

Esta categoria, o campesinato, ainda é contestada por parte da ciência e setores mais conservadores da sociedade que julgam estar esta categoria localizada na realidade européia apenas. Para estes setores não existiu e nem existe no Brasil um campesinato, nem tão pouco um campesinato negro.

Sabe-se hoje que há um número cada vez maior, do que vem sendo conceituado pela Sociologia Rural e pela Antropologia, como Populações Tradicionais e, dentro desta categoria estão inseridas as comunidades Remanescentes de Quilombos que, junto a outros sujeitos coletivos do campo, mostram que o rural brasileiro é mais do que julga o senso comum. Fazem parte do grande universo que chamamos aqui de campesinato brasileiro.

Assim, o camponês não tem só uma “cara”, uma cor e um vocabulário, mostra-se bem mais diverso e complexo, não sendo possível enquadrá-lo em uma moldura. De outra forma, não se encontra em uma única análise e conceito.

Esta constatação vem fazendo com que velhas formas de se analisar os camponeses e seus múltiplos arranjos no campo sejam revistos, não sendo mais suficiente observar o agricultor apenas pelo prisma de sua propriedade ou pelo tamanho desta, nem tampouco a partir da produção resultante da interação trabalho e propriedade.

Se antes os agricultores familiares eram, e ainda são de certa forma, caracterizados através da sua terra, através da propriedade privada desta, assim como foram tipificados

durante muito tempo os sujeitos do campo por boa parte da sociedade. Hoje sabe-se que a análise começa pela dimensão “terra” que define a sua condição camponesa, mas não para nela.

Partindo da terra, se arrola a seguir uma série de outras dimensões que dão características que passam por contornos que envolvem as questões étnicas, a divisão do trabalho, a distribuição espacial da família camponesa em seu território, como esta se reproduz e maneja os recursos naturais, além da construção histórica que as cercam de conteúdo e sentido. Talvez seja um pouco desta riqueza que pode nos dizer o que é um camponês e sua agricultura como também a forma de trabalhar as características presentes nas comunidades Remanescentes de Quilombos.

O que se quer ressaltar aqui, é que não é pelo tamanho da propriedade que estes sujeitos se tornam sitiantes, fazendeiros, chacareiros, pequenos produtores, minifundiários, latifundiários e posseiros. Aos Quilombolas, por exemplo, interessa “como” usar a terra e desenhar o território que passa pela perspectiva da manutenção da lógica familiar de reprodução e pela produção na agricultura.

Valter Bianchini nos trás estas questões ao colocar as diversas tipologias que receberam os agricultores segundo o tamanho da sua propriedade e afirma que:

[...] os agricultores eram classificados até os anos 90 como pequenos, médios e grandes. O tamanho da área e a renda da agricultura eram as principais variáveis desta tipologia. Outros termos foram utilizados para a caracterização dos pequenos agricultores, como agricultores de baixa renda no auge da política de crédito nos anos 70, ou ainda pequeno agricultor nos Programas de Desenvolvimento dos anos 80. A caracterização dos pequenos agricultores como agricultores de subsistência também foi outra forma de caracterizar os pequenos agricultores no período (BIANCHINI, 2010).

As Populações Tradicionais vem reafirmando a tipificação segundo a sua identidade camponesa por meio da organização política e das ações articuladas com base em sua etnia. Uma nova classificação identitária “surge” para “fora” da comunidade como conseqüência da

organização destes sujeitos, mas para “dentro” já vinha se sedimentando durante todo o processo de formação destas comunidades tradicionais.

O que se pode observar, num primeiro momento, é o “aparecimento” com maior intensidade de sujeitos coletivos em contraposição aos sujeitos “individualizados” que ainda perdura em áreas da dita agricultura convencional, onde o que se estabelece é a competição e a superação do indivíduo pelo indivíduo, onde o que vale mais é a meritocracia fria e esvaziada de significados e símbolos guiados em direção ao lucro, “lócus” que desumaniza e aonde poucos “são escolhidos” para se estabelecer.

Estes sujeitos coletivos que antes se organizavam através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), movimentos que se organizavam a partir da diversidade de seus sujeitos, pautando a igualdade de direitos, baseados na solidariedade libertadora e pela construção da Reforma Agrária, agora também se organizam por categorias identitárias e étnicas para o mesmo fim e, apoiados por aqueles movimentos, re-significando assim o campesinato.

Requerem e reivindicam a Reforma Agrária, reivindicam o reconhecimento de sua condição étnica e através desta exigem o direito de não serem homogeneizados pelas características diminuidoras do ser humano como pobreza, “atrasados”, de tecnologia superada ou sem ela, de populações pobres. Requerem o reconhecimento da sua condição de sujeitos portadores de um conteúdo cultural e conhecimento extremamente elaborado que os diferencia positivamente realçando sua importância na sociedade, reafirmando-os como tão importante quanto qualquer outro sujeito coletivo da sociedade brasileira.

O “surgimento” desta diversidade, de novos atores no campo que começam a ser reconhecidos pelo seu pertencimento étnico, dá novos contornos às questões sociais e mesmo culturais, concorrendo para definir assim novas políticas públicas.

Isto não quer dizer que são produtos da geração espontânea ou da inventividade dos pesquisadores e teóricos da academia, são resultados de um processo histórico engendrado na lenta e contínua construção social e camponesa destas populações no decorrer da História do país, formados pela resistência “contra a corrente” da modernização e homogeneização imposta por um sistema que esvazia as populações negando-lhes sua alteridade. História de luta pelo reconhecimento de sua existência, de sua identidade étnica inclusive de auto-

aceitação enquanto portadores de uma identidade distinta de outros sujeitos coletivos dentro de uma realidade rural que aparentemente parecia ser homogênea.

Este campo, delimitado por esta realidade rural, não é só conceitual é antes e mais do que isto, um fato, uma realidade “nova” e marcante, pois se apresenta múltiplo de identidades que vem se autoafirmando e forçando uma redefinição de conceitos do que seja e de como é composto o campesinato brasileiro.

Esta diversidade identitária no rural brasileiro proporcionou, e ainda proporciona, que estas populações se mobilizassem em associações e confederações e através destas, vem se fazendo ouvir e representar em leis, decretos e artigos presentes em várias leis orgânicas estaduais além dos artigos já existentes na Constituição Federal, requerendo seus direitos políticos, direitos por terra e reconhecimento das suas especificidades sociais e étnicas.

Ao se reconhecerem portadores de uma determinada identidade étnica e social se mobilizam não só para requererem reconhecimento, mas também para criar um corpo legal que lhes garantam a existência social, política, econômica, e de garantias da permanência em seus meios de existência e por regularização fundiária dos seus espaços de reprodução social que ocupam há séculos.

Como exemplo de Populações Tradicionais hoje organizadas no Brasil, pode-se citar os: Faxinalenses, Os Quilombolas, os Ciganos, os Pescadores Tradicionais e Artesanais, os Ribeirinhos, os Caiçaras, as Quebradeiras de coco, os Cipozeiros, entre outras Populações Tradicionais que cada vez mais se apresentam organizadas na sociedade brasileira.

Através das ações articuladas por estes “novos” atores, faz cair por terra o mito de que no rural existe apenas o homem do campo, o caipira, o fazendeiro e o peão.

Esta diversidade e o seu “vir à tona” nos força a reelaborar e repensar os conceitos sobre a realidade rural brasileira através de lentes bem mais focadas e mais próximas de quem são estes indivíduos. Força-nos a entender o que eles representam hoje para a sociedade brasileira e o que poderão se tornar estes sujeitos coletivos para a organização de uma nova sociedade num futuro próximo que, esperamos, seja uma realidade baseada numa unidade fortemente moldada na diversidade, na criatividade e flexibilidade que têm estas populações e que lhes permite superar desafios e preconceitos.

É como camponeses que encontramos as comunidades Remanescentes de Quilombos, é a partir das pautas e das lutas do campesinato que estas populações vêm se fazendo ouvir, é através destas lutas que estes sujeitos pautam suas agendas para atingir o reconhecimento.

Muito embora se saiba da existência de Remanescentes de Quilombos urbanos, é fato que a maioria das comunidades já identificadas pela Fundação Cultural Palmares está e vive no e do espaço rural, o que não determina que a agricultura seja a forma principal de geração de renda destas comunidades. Mesmo assim, a agricultura é uma atividade principal e transversal a todas as outras atividades presentes nos agroecossistemas das comunidades Remanescentes de Quilombos e, em algumas situações, locais e tempos diversos, a agricultura é ou foi a principal atividade.

Estes camponeses elaboram técnicas, manejos dos solos, das águas e sementes, flora e fauna que marcam seu espaço, seu território, meio físico e biológico. Transformam o meio ambiente em que estão inseridos e nele registram sua existência e sua permanência, não sendo possível, portanto, passar por uma comunidade Remanescente de Quilombo sem percebê-la, sem distinguir nelas certas diferenças que não param apenas na cor da pele (até porque nem todos são negros) ou na forma e disposição dos cultivos.

Seus alimentos e produtos têm “marca” própria, tingidas pelas tintas da resistência e pela inventividade criadoras moldadas pela necessidade tanto imediata quanto histórica, permeadas pela necessidade de existência, tangenciadas pela resistência à dominação e a arbitrariedade conservadora, da injustiça atroz nos quase quatro séculos de escravidão que marcaram vergonhosamente a História do Brasil. Tendo em vista que os exploradores portugueses ao ocuparem o território brasileiro trouxeram consigo o sistema de exploração baseada na mão de obra escrava, sistema que já empregavam em outras colônias espalhadas pela África e Ásia.

É por conta disto que é possível se afirmar que o modo de produzir agricultura está longe de ser dita como agricultura de subsistência que vem sendo definida, via de regra, por um viés produtivista que anula e impede de observar que muitas destas comunidades Quilombolas produzem uma agricultura pensando na alimentação familiar num primeiro plano e na preservação interativa da natureza num segundo plano, re-moldando através da interação com a natureza os seus agroecossistemas, trabalhando-os numa lógica tradicional de se praticar agricultura.

Garantida a alimentação familiar, as comunidades Quilombolas dão segmento à sua estratégia de existência pautando, de forma organizada e articulada, como se dará as trocas e vendas, a organização do trabalho no tempo e no espaço e as relações com o mundo, que longe do que se pode imaginar numa primeira análise, são relações intensas e freqüentes.

É a partir destas trocas que é possível apontar que estes sujeitos coletivos não estão completamente isolados do mundo externo ao território Quilombola, desfazendo-se assim a noção de afastamento e isolamento como características de um Quilombo. Ao contrário, estão inteiramente envolvidos numa rede de relações onde os fluxos de saída e entrada, de inter-relação com outras comunidades, regiões e cidades são acionadas a todos os momentos sem que com isto se perca as características que os projeta para o mundo.

O mundo para os Quilombolas não é assim tão externo como nos apresenta alguns dos conceitos sobre estas Populações Tradicionais. Existe através das suas relações sócio-econômicas uma intensa rede de trocas, contínuas e mesmo que espaçadas em alguns momentos no que se refere aos tempos, sempre foram constantes e localizadas na agricultura com base numa organização camponesa e tendo nesta um forte apoio e centro de convergência para orientar suas iniciativas produtivas e econômicas que os inseriram e ainda inserem ao mundo “externo” (GOMES, 2005).

Agricultura é desta forma, antes de qualquer análise linear, parte de uma estratégia maior que tem como base a reprodução e a segurança alimentar do núcleo familiar das comunidades Quilombolas e da própria comunidade. Esta estratégia não prescinde da preservação das sementes, da recomposição da fertilidade dos solos através do pousio e outras técnicas que compõe a agricultura das comunidades Quilombolas, muitas delas pouco agressivas aos recursos naturais locais.

Contemporaneamente, a Agroecologia vem discutindo e pesquisando estas formas de se praticar a agricultura que se baseiam na filosofia da existência e não da subsistência, traçando modelos de produção conceitualmente nominados de agroecossistemas, notadamente aqueles que se valem de recursos locais para a sua reprodução e evolução.

Assim, estes agroecossistemas quando incutidos na lógica camponesa enquanto organização social vai ao encontro da Agroecologia, tornando-se mais adequadas do ponto vista das dimensões da sustentabilidade discutida por Caporal e Costabeber (2003). Estes autores afirmam que uma dimensão só será completa quando todas (dimensão econômica,

ambiental, social, cultural e ética) atenderem ao princípio básico do equilíbrio entre elas, onde uma dimensão não supera a outra, mas sim se complementam.

Define-se assim a importância que tem a agricultura das comunidades Quilombolas, por seu conjunto histórico de desenvolvimento, existência e resistência nas regiões em que se inserem, reafirmam seus agricultores como portadores de um conhecimento único e original dentro da Agricultura Familiar numa lógica camponesa que se espalham pelo diversos biomas<sup>5</sup> e ecossistemas do Brasil.

Neste aspecto, onde há comunidades Remanescentes de Quilombos, notadamente aqueles que estão inseridos no espaço rural, existirão Parques e Unidades de Conservação Ambiental próximas a eles, unidades também remanescentes e às vezes uma porcentagem ínfima das coberturas originais, como é o caso da Mata Atlântica. Fica patente que onde há Populações Tradicionais e/ou Povos Originais, a natureza tem mais chances de estar mais preservada e íntegra fato que não ocorre em outras situações e outros arranjos sócio-produtivos na meio rural.

Sem querer naturalizar, e a proposta deste trabalho têm a intenção de distanciar-se de uma concepção com esta forma de pensar, percebemos que os Remanescentes de Quilombos e os remanescentes dos biomas brasileiros estão intrinsecamente ligados pela necessidade dos primeiros por refúgio nos tempos da escravidão onde a idéia nestes tempos sombrios era refugiar-se e criar nova vida sem o julgo da violência escravista.

Ao se refugiarem em locais, como é o caso da Mata Atlântica, os Quilombolas mantiveram uma ação pouco predatória e a prova disto é que a permanência de mais de dois séculos (caso da comunidade estudada neste trabalho) não foi prejudicial às matas e aos recursos naturais que compõe estes biomas. A existência hoje do Parque Estadual das Lauráceas – PEL – que se distribui pela área de dois municípios do Vale do Ribeira, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul é prova disto. Este parque ainda mantém preservada grande parte da biodiversidade deste ecossistema e isto se deve à interação das comunidades Quilombolas com este ecossistema.

Não será possível, através das discussões que traçaremos neste trabalho, refazer o caminho histórico percorrido pelas comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense.

---

<sup>5</sup> O conceito de bioma é o conjunto de ecossistemas que funcionam de forma estável. Um bioma é caracterizado por um tipo principal de vegetação (num mesmo bioma podem existir diversos tipos de vegetação). Os seres vivos de um bioma vivem de forma adaptada as condições da natureza (vegetação, chuva, umidade, calor, etc.) existentes. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010)

Nem o quanto a interação e o impacto da existência e a permanência das ações humanas sobre o bioma Mata Atlântica, principalmente das comunidades Quilombolas, contribuíram ou não para a preservação ou degradação deste importante e ameaçado bioma que hoje é patrimônio da humanidade tombada pelas Nações Unidas.

É necessário ressaltar que o bioma Mata Atlântica, não é mais o ecossistema que os exploradores portugueses encontraram quando no Brasil aportaram. Por outro lado, não se pode esquecer que é no Território do Vale, paranaense e paulista, que encontramos a parcela mais bem preservada da Mata Atlântica, bioma este que encontra sua transição de Mata Atlântica para a Mata de Araucárias, outro importante bioma e que hoje não passa de 3% da sua cobertura original (IAP, 2010).

Nestes ambientes de exuberância ecológica se desenvolveram comunidades Quilombolas, desenvolvimento que se baseou na Agricultura Tradicional e na adequação dos recursos naturais desta região para se tornarem o que são hoje.

## **2 – Objetivos e Hipótese**

É neste grande universo, o da Agricultura Familiar e do campesinato, que focamos nosso trabalho cujo objetivo é traçar pontos que liguem a agricultura praticada pelos Quilombolas do município de Adrianópolis no Vale do Ribeira paranaense e a Agroecologia.

Em outras palavras, pretende-se conhecer e estabelecer relações e interfaces entre a Agricultura Camponesa Tradicional em comunidades Remanescentes de Quilombos do município de Adrianópolis no Vale do Ribeira paranaense e a Agroecologia.

Especificamente, o trabalho visa:

- Estudar o Remanescente Quilombo João Surá em Adrianópolis Paraná no tocante à sua forma de praticar a agricultura;
- Levantar a história e a cultura ligadas à Agricultura Tradicional ainda presente no Remanescente de Quilombo João Surá;

- Estabelecer as interfaces e co-relações entre a Agricultura Tradicional, a comunidade estudada e a Agroecologia no que diz respeito ao manejo do solo, formas de reprodução das sementes e épocas de plantio que garantam a preservação do meio ambiente;
- Discutir as formas de organização do trabalho e as sociabilidades que cercam a prática da organização no tempo e no espaço em que a comunidade se localiza;
- Analisar sob a ótica da Agroecologia as contribuições que a Agricultura Camponesa Tradicional presente na comunidade Quilombola estudada, tem a oferecer para o avanço da Agroecologia.

Para alcance destes objetivos a hipótese formulada é que, por sua história e configurações, a comunidade Remanescente de Quilombo João Surá e a sua agricultura têm contribuições a oferecer para o estudo e avanço da Agroecologia e assim propiciar as condições para a construção de novos modelos de agriculturas sustentáveis.

O trabalho apresenta no capítulo I uma discussão sobre as Populações Tradicionais e os Quilombos no Brasil e no Paraná. Em seguida, descrevemos as comunidades Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira paranaense com ênfase em sua situação econômica, social e ambiental.

No Capítulo II discorremos sobre a legislação que cerca a questão Quilombola, através dos seguintes temas: a Legislação e a questão Quilombola, seus Marcos Legais de reconhecimento e Regularização, focando a legislação e dispositivos legais para a questão Quilombola no Brasil. Finalmente, apresentamos a Legislação Ambiental brasileira *versus* comunidades remanescentes de Quilombos.

No Capítulo III encontram-se as bases teóricas de sustentação deste trabalho quais sejam: os Quilombos, o campesinato e a Agricultura Familiar permeados pela Agroecologia, os significados de Quilombos e Remanescentes de comunidades Quilombolas e o campesinato Quilombola, enfatizando a discussão da Agricultura Camponesa Tradicional à Agricultura Familiar pelos princípios sustentáveis da Agroecologia.

No Capítulo IV, discutiremos os aspectos metodológicos que nortearam o trabalho de pesquisa e assim, pautaremos a escolha do método na perspectiva da Metodologia Qualitativa mais precisamente a História Oral e as entrevistas temáticas; a Agricultura Camponesa, técnicas, tempos, espaços, acordos e manejos na perspectiva dos agricultores entrevistados; a escolha da localidade na comunidade e o número de agricultores entrevistados; o levantamento

de dados secundários; e os equipamentos utilizados na pesquisa de campo. Finalmente neste capítulo, apresentaremos uma caracterização da área de estudo.

No Capítulo V, estão apresentados e discutidos detalhadamente os resultados da pesquisa empírica na comunidade Quilombola João Surá, focados na questão dos solos, da água, das técnicas e manejos dos agroecossistemas, no uso e preservação das sementes, na divisão do trabalho familiar, na geração de renda e na segurança alimentar.

No Capítulo de Considerações Finais, estão algumas reflexões sobre os agroecossistemas do Quilombo João Surá e a sua aderência à Agroecologia bem como, as contribuições dos saberes e conhecimentos tradicionais dos Quilombolas da comunidade.

## CAPÍTULO I - Populações Tradicionais e os Quilombos no Brasil e no Paraná

### 1 - Introdução

Nos quase quatrocentos anos que durou o sistema escravista no Brasil, os escravos de diversos matizes, não só os negros vindos da costa da África, mas também seus descendentes, mestiços com o branco e o índio se rebelaram várias vezes, e de diversas formas. A forma mais comum de rebeldia cristalizava-se nos Quilombos desmistificando-se assim a noção do Brasil como país pacífico no qual não existiram conflitos sociais.

O conjunto social baseado em três etnias é um mito que vem sendo repaginado no decorrer da história brasileira como sendo portadores de virtudes e certo romantismo apenas e esquecendo-se que por trás da mistura que se encontra hoje, houve e ainda há uma tensão racial preconceituosa que sempre desqualificou a diferença fenotípica, quando se trata da etnia e da região de origem (LEITE, 2005).

A idéia que o preconceito racial cristalizou-se na época do Brasil colônia e por lá permaneceu, ou que tenha terminado junto com a proibição da escravatura oficial a partir da assinatura da Lei Áurea, é ingênua.

Foi para se verem livres da subjugação desumanizadora que os Quilombos surgiam. Se na época do colonialismo os Quilombolas sofriam com as perseguições e destruição por parte da coroa portuguesa, fato que não mudou com o império brasileiro e nem mesmo com a república, hoje estas populações ainda continuam a serem perseguidas, mas agora de uma forma mais dissimulada, tão ou mais cruel quanto na época colonial do Brasil.

No que se refere à agricultura estas ações vêm metamorfoseadas na forma do aporte tecnológico, político e filosófico que envolve a agricultura industrial moderna e que teve suas origens com a Revolução Verde<sup>6</sup>. Aonde as concepções modernistas chegam destroem o que encontra e desconsideram os conhecimentos locais. Este processo prejudica as agriculturas praticadas tradicionalmente pelos camponeses e, neste universo, as agriculturas das Populações Tradicionais e dos Remanescentes de Quilombos. Isto, sem mencionar os

---

<sup>6</sup> “Pacote tecnológico básico que se montou a partir das sementes de Variedades de Alto Rendimento – VAR e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançassem níveis crescentes de produtividade.” (Caporal, 2003). Além dos insumos agrícolas e das VAR,s, implementou-se também toda uma política de crédito, fomento, assistência técnica e pesquisa agropecuária mantidas, obviamente, com o subsídio do Estado.

preconceitos arraigados na sociedade no que diz respeito à sua forma de viver etnicamente referenciada e pela sua herança afrodescendente que os difere do conjunto da sociedade. Estas populações devem ser apoiadas e subsidiadas, não para serem apartadas e “protegidas” da sociedade modernizante, como foi feito com as nações indígenas do Brasil que vivem ainda hoje tuteladas pelo Estado, mas para poderem contribuir com sua experiência e cultura para uma sociedade melhor.

O desestímulo da prática de uma Agricultura Tradicional ecologicamente estabelecida, de respeito aos limites que a natureza impõe, fruto da experiência empírica de ex-escravos, indígenas e brancos organizados em comunidades de Quilombos se deu por décadas de esquecimento destas comunidades e do desconhecimento da sua condição de Remanescentes de Quilombos pela sociedade.

Antes de aprofundarmos as análises dos sistemas de produção presentes na comunidade Quilombola estudada, torna-se necessário apresentar a realidade onde esta comunidade se insere, qual seja, o Vale do Ribeira paranaense.

Esta e outras comunidades ali presentes encontram-se historicamente em conflito com os grileiros que invadiram suas terras, suas áreas e seus cultivos que, em alguns momentos, impediram a reprodução de suas famílias, a manutenção de seus territórios, espaço simbólico de representações identitárias e de vida. Estavam presentes ainda, além do grilo, ações violentas que pareciam estar localizadas e esquecidas nas décadas de 50 e 60, quando estas práticas eram comuns e executadas até mesmo com a anuência, proteção e a presença do Estado. No entanto, pode-se registrar ainda nos dias de hoje ações de jagunços e grileiros (Foto 1).

**Foto 1** – Casa incendiada por jagunços na comunidade Quilombola de Varzeão, município de Dr. Ulysses/Paraná.



Fonte: SETI, 2008.

Também o avanço de culturas exógenas, como pinus e eucaliptos, corroboram com a degradação dos solos, das águas e das vidas dos trabalhadores que lá residem, contribuindo com a falta de perspectivas por parte dos jovens, no que se refere ao seu futuro nas comunidades, além da ocupação de áreas que antes eram cultivadas com alimentos.

Estes têm sido um dos principais desafios que as comunidades da Agricultura Familiar, entre elas, os Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense têm enfrentado no momento: a de criar ou reciclar alternativas que ocupem, empreguem e remunerem seus jovens mantendo-os nas suas comunidades de origem.

Alguns destes jovens – em número muito reduzido – são empregados pelas empresas que cultivam pinus o que tem sido uma alternativa ao deslocamento para os centros urbanos mais próximos.

Porém, o fato é que esta atividade emprega pouco e não oferece perspectiva de avanço ou maiores atrativos. Além de empregar um número reduzido, as atividades exigem grande vigor, força física e agilidade por parte de seus trabalhadores excluindo desta forma, as

mulheres e homens que não detenham estas características. Assim, emprega, paga pouco e é extremamente seletivo na escolha dos trabalhadores.

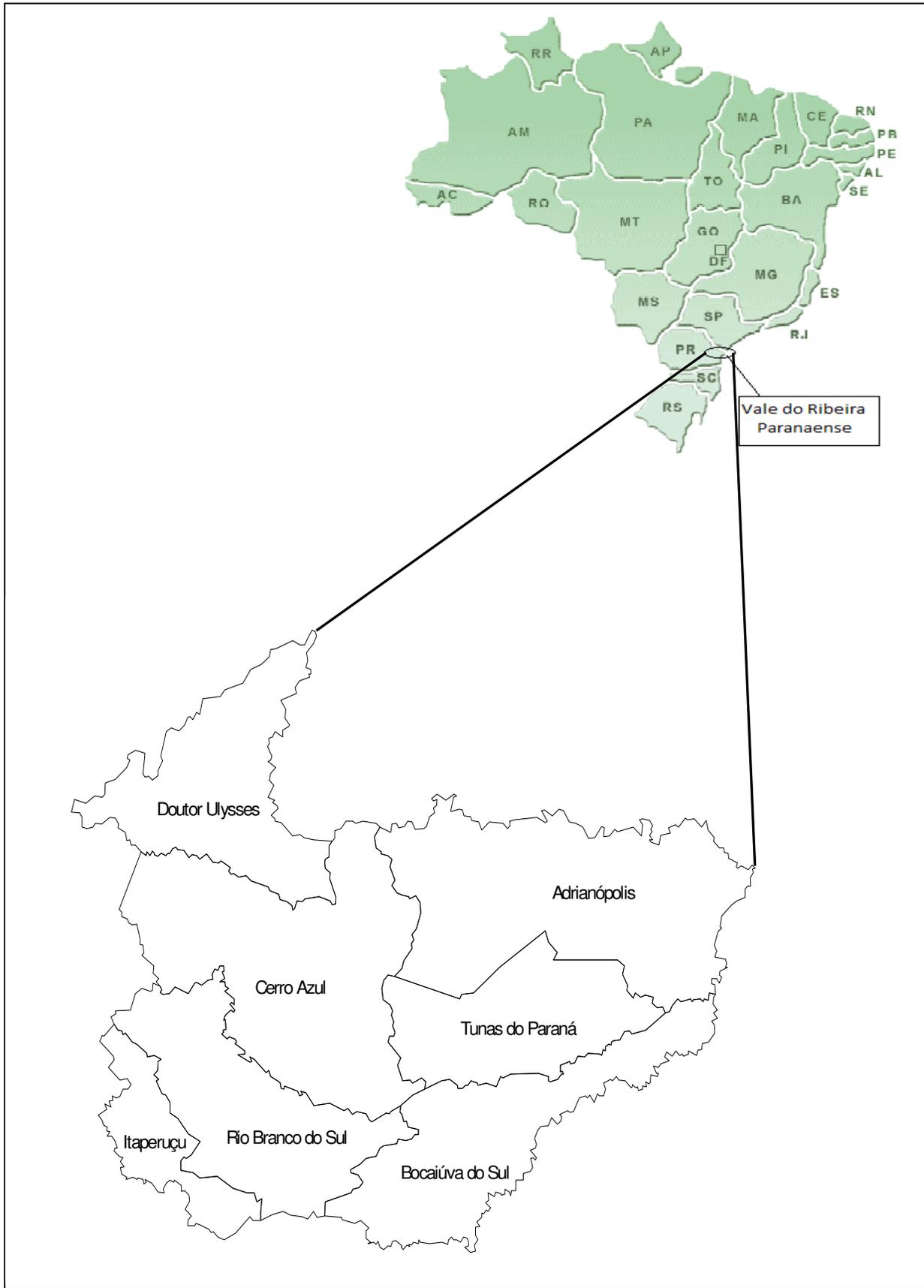
O cultivo do pinus só contrata mais intensamente na implantação da cultura e na colheita, sendo que na condução e manejo da lavoura o número de trabalhadores é reduzido enormemente. O agravante é que estes cultivos estão nas áreas que as comunidades estão requerendo a titulação definitiva junto ao INCRA e ainda avançam sobre áreas de proteção ambiental.

Se do ponto de vista da sustentabilidade ambiental os cultivos de pinus e eucaliptos já eram condenados, quando se trata de discutí-las como alternativas de emprego elas não passam de meros paliativos ao problema da renda destes agricultores não resolvendo e, de fato desviando, os Quilombolas do foco primordial e central que é a sua organização voltada para a demarcação e titulação de seu território.

## **2 – Situação econômica, social, política e ambiental do Vale do Ribeira paranaense.**

O Vale do Ribeira paranaense é composto por 7 municípios: Cerro Azul, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Doutor Ulysses, Tunas do Paraná e Adrianópolis somando, em todo este território, 11 Quilombos e 7 comunidades negras rurais (figura 1).

Junto com os 23 municípios do Estado de São Paulo esta é uma das regiões brasileiras de maior concentração de comunidades negras rurais, ficando atrás apenas das regiões Norte e Nordeste.



**Figura 1** – Localização do Vale do Ribeira paranaense. Fonte: IBGE 2010, sem escala definida.

O Vale do Ribeira localiza-se na Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Este Complexo abrange uma área de 2.830.666 hectares sendo 1.119.33 ha localizados no Paraná e 1.711.533 ha no Estado de São Paulo.

Se separarmos apenas o Vale do Ribeira paranaense temos uma área de 6.093,54km<sup>2</sup> que corresponde a 21,5% da área da Bacia Hidrográfica e 7,6% da área total do Estado do Paraná.

Esta região paranaense está localizada a nordeste do Estado e tem um histórico de ocupação européia que teve início no século XVII, com o ciclo do ouro, quando os exploradores portugueses instalaram os primeiros povoadamentos no litoral por Paranaguá e Cananéia e do litoral seguiram para o primeiro planalto do Estado.

O Vale do Ribeira neste contexto é uma das regiões de povoamento mais antigo do Estado. O primeiro ciclo econômico de exploração foi o minério.

Com a vinda destes colonizadores, teve início um movimento de ocupação que vindo do litoral direcionou-se para o sul, subindo as corredeiras dos Rios Ribeira e Açungui até os campos de Curitiba. A região onde hoje se localiza o território teve contínua e progressiva atividade de mineração. No planalto, a exploração das minas atingiu maiores proporções as minas de Arraial Queimado, atual Bocaiúva do Sul a de Botiatuva. No vale do rio Ribeira as minas do rio Açungui e Ribeira. No final do século XVIII, a economia da região se encontrava estagnada e com o esgotamento das aluviões no Alto Ribeira, esta situação perduraria até o início do século XIX. [...] os primeiros mineiros povoadores da região se tornaram sedentários e se transformaram em criadores de gado e de animais de carga, impulsionados pela possibilidade de abastecerem de carne e animais de carga as minerações mais para o interior do país. Com este comércio, as comunidades encontrariam um meio de se integrar na estruturação econômica brasileira. O Vale do Ribeira foi à segunda colônia do Paraná (Colônia Açungui) e mantém características culturais e históricas próprias que precisam ser entendidas e preservadas. (FORUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE DO RIBEIRA, 2006).

Os sete municípios que compõe esta região do Vale do Ribeira abrigavam em 2000, 90.007 mil habitantes e apresentava um grau de urbanização de 52, 27% sendo que o restante, 47,73 % dos habitantes, viviam na zona rural e a densidade populacional era de 14,9 hab./km<sup>2</sup>.

O censo do IBGE 2007 apontava um leve crescimento da população no território, que estava, naquele ano, na casa dos 99 mil habitantes e a densidade demográfica em torno de 16,2 habitantes por km<sup>2</sup>. Para o ano de 2009, o IBGE traçou uma estimativa de 105.046 habitantes residindo no Vale do Ribeira e a densidade de 23,53 hab./km<sup>2</sup> (Tabela 1).

Ao observarmos estes dados vemos que somente o município de Adrianópolis teve uma taxa negativa no que se refere ao crescimento populacional, pois de 2000 a 2007 caiu de 7007 para 6.709 habitantes e de 2007 para 2009 houve novamente um leve crescimento, mas ainda inferior à população de 2000 e conta na atualidade com 6.856 habitantes. (Tabela 1)

De forma geral, a população do Vale aumentou e nos últimos 10 anos, pouco mais de 14 mil habitantes que se fixaram nos municípios escolheram o Vale do Ribeira para morar.

**Tabela 1** – População residente no Vale do Ribeira – 2000 a 2009

Municípios	Urban a	Rural	Rural (%)	Total 2000	Total 2007	Total 2009	Densidade 2000	Densidad e 2007	Densidade 2009
Adrianópolis	1.613	5.394	77	7.007	6.709	6.856	5,2	4,9	5,08
Bocaiúva do Sul	3.562	5.488	61	9.050	9.533	9.989	11,0	11,5	12,08
Cerro Azul	3.916	12.436	76	16.352	17.693	18.660	12,2	12,2	13,90
Douto Ulysses	701	5.302	88	6.003	6.010	6.145	7,7	7,2	7,90
Itaperuçu	16.234	3.310	6	9.344	2.021	23.501	61,9	67,0	75,20
Rio Branco do Sul	20.049	9.292	32	29.341	31.465	33.142	36,0	34,8	40,70
Tunas do Paraná	1.421	2.190	61	3.611	5.921	6.753	5,4	8,8	10,10
<b>Total V. do Ribeira</b>	<b>47.496</b>	<b>43.412</b>	<b>48</b>	<b>90.708</b>	<b>99.352</b>	<b>105.046</b>	<b>14,9</b>	<b>16,2</b>	<b>23,56</b>

Fonte IBGE – Censo demográfico 2000 e contagem da população 2007 e 2009<sup>7</sup>.

No tocante à dinâmica produtiva, localizadas nos estabelecimentos agropecuários do Vale do Ribeira, encontravam-se segundo o censo agropecuário de 2006, 5.497

<sup>7</sup> Adaptado de BIANCHINI, 2010.

estabelecimentos com lavouras e 2.764 estabelecimentos com pastagens. Os primeiros somam uma área de 91.344 ha e o segundo 90.002 ha.

Em Adrianópolis, os números de estabelecimentos com lavoura eram de 958 em uma área de 17.712 ha e de pastagens 318, ocupando uma área de 19.112 ha totalizando 30.903 ha, números que estão apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2** – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários.

Unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e municípios	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários em 31.12					
			Lavouras (1)		Pastagens (2)		Matas e florestas (3)	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
<b>Adrianópolis</b>	<b>976</b>	<b>71.036</b>	<b>958</b>	<b>17.712</b>	<b>318</b>	<b>19.112</b>	<b>281</b>	<b>30.903</b>
Cerro Azul	2.419	91.477	2.040	40 686	876	39.643	763	<b>9.679</b>
Doutor Ulysses	660		621	19.012	297	7.785	255	<b>17.514</b>
Bocaiúva do Sul	491	53.226	562	8.842	316	8.566	376	<b>12.959</b>
Itaperuçu	236	4.775	176	1.100	163	1.976	158	<b>1.392</b>
Rio Branco do Sul	1.735	24.497	1.069	3.214	715	12.043	718	<b>6.846</b>
Tunas do Paraná	239	20.183	71	778	79	877	116	<b>16.855</b>
<b>Total</b>	<b>6.756</b>	<b>265.194</b>	<b>5.497</b>	<b>91.344</b>	<b>2.764</b>	<b>90.002</b>	<b>2.667</b>	<b>96.148</b>

Fonte – IBGE – Adaptada do censo agropecuário 2006.

Desde o advento da chamada Revolução Verde na década de sessenta, todos os processos relacionados às formas de cultivos, a cultura, as tradições, os saberes populares historicamente praticados pelos povos tradicionais, dentre eles, os Quilombolas, foram rapidamente corroídos por uma filosofia simplificadora e reducionista.

Colocou-se desta forma todo um conjunto de articulação social dinâmica que aferiam identidade e importância cultural a estas Populações Tradicionais num mesmo local comum: a de Populações Tradicionais praticantes de uma agricultura atrasada e fadada a desaparecer.

Através destas análises, deixava-se de lado a complexidade responsável pela formação destas Populações. Por outro lado, a criação após a década de 70, de parques de conservação na região do Vale do Ribeira, como o Parque Estadual das Lauráceas, colocou a maioria dos grupos ali estabelecidos na ilegalidade, no que refere à sua interação com a

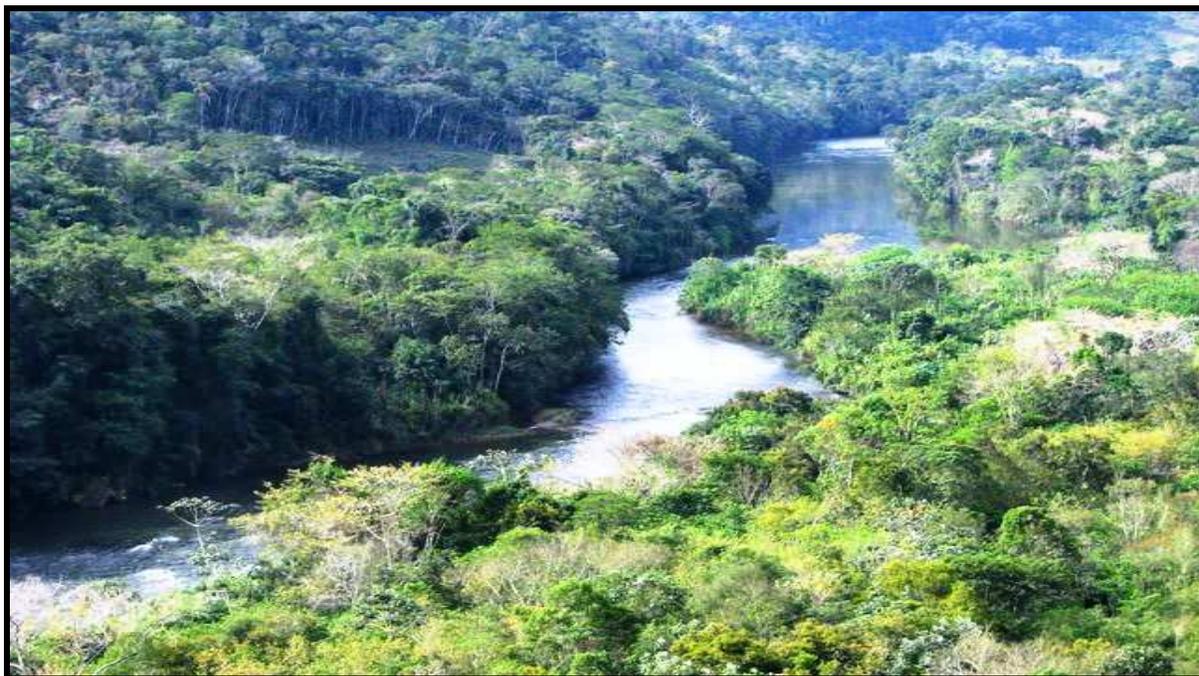
natureza de onde retiravam parte de seus alimentos e a energia que consumiam nos afazeres diários e nos trabalhos com a agricultura.

Já expomos que é na região do Vale do Ribeira que se concentra um dos remanescentes mais bem preservados de Mata Atlântica em transição com a Floresta de Araucárias, biomas com uma das maiores biodiversidades do planeta.

Esta região figura assim, num paradoxo entre a preservação de suas riquezas naturais, a biodiversidade (foto 2) e a pobreza de sua população que sobrevive secularmente sob condições de baixo desenvolvimento (Fotos 3 e 4).

Este fato acentuou-se na metade final da década de 70 na região do Vale do Ribeira paranaense, dando início a uma degradação social aprofundada pela desapropriação das comunidades Quilombolas ali estabelecidas sem que nenhuma indenização fosse oferecida às famílias acuadaas pelas limitações do parque e do seu entorno.

**Foto 2** – Rio Pardo: divisa entre os municípios de Adrianópolis – PR e Iporanga – SP região do Vale do Ribeira.



Fonte: Instituto Agroecológico 2009.

**Foto 3** – Comunidade do Gramadinho/Varzeão Dr. Ulysses - PR Vale do Ribeira paranaense



Fonte: Instituto Agroecológico 2009.

**Foto 4** – Comunidade João Surá, Adrianópolis - Vale do Ribeira paranaense.



Fonte: Instituto Agroecológico 2009.

Segundo o IBGE, o número de pessoas residindo no rural brasileiro de 1950 até 2007 diminuiu radicalmente. Se em 1950 a população rural era de 64% aproximadamente, em 2007 era de 16,54% o que demonstra que o Brasil saiu de país essencialmente agrícola para uma nação urbanizada.

Uma das causas desta inversão de locus residencial foi com certeza a modernização adotada pela agricultura a partir dos anos 50 ao introduzir os chamados pacotes tecnológicos<sup>8</sup>, técnicas prontas (sementes, adubos químicos, máquinas e insumos) que foram introduzidos nos países periféricos (América Latina, Ásia e África principalmente) e pelos países desenvolvidos (Estados Unidos, Comunidade Européia e Japão), com vistas a “diminuir” a fome no mundo.

No entanto o objetivo, dos países mais desenvolvidos e suas indústrias, foi criar um mercado consumidor de tecnologias e produtos industrializados, muitas destes, rescaldos tecnológicos da 2ª Guerra Mundial e das guerras da Coreia que foram adaptados para a agricultura, principalmente, agentes químicos e máquinas. Uma das consequências foi a redução das variedades agrícolas tradicionais. O que se fez foi reduzir a alimentação que nas Populações Tradicionais era composta por uma diversidade de alimentos, grande parte cultivada por estas comunidades em suas localidades, para no máximo 4 a 5 tipos de alimentos cultivados em outras regiões em grande escala.

Importa saber ainda que estas tecnologias não foram desenvolvidas para a agricultura dos países do hemisfério Sul, foram inicialmente criadas para uma agricultura de clima temperado e solos férteis situação encontrada na Europa e América do Norte.

Ao dar inicialmente resultados produtivos expressivos nestes sistemas agrícolas, foram imediatamente propalados como a solução para todos os tipos de agricultura e condições de clima e solos. Hoje se sabe que estas tecnologias artificializam os agroecossistemas e não se enquadram em regiões de clima tropical e solos pobres em nutrientes como são os solos e climas brasileiros sem um grande gasto de energia de origem fóssil.

---

<sup>8</sup> De acordo com o II Encontro de Agricultura Alternativa (1985), o pacote tecnológico, se resume na utilização de culturas de exportação e o emprego massivo de insumos, como agrotóxicos, fertilizantes inorgânicos, variedades e híbridos de alto rendimento, e máquinas vindas do exterior (Hoeller, 2006).

Este é o quadro geral que de forma direta contribui para o êxodo rural e para o aprofundamento da pobreza no campo, que se acentua mais profundamente entre as Populações Tradicionais notadamente as comunidades Quilombolas.

Outro fator que veio a reforçar a pobreza e o atraso das comunidades Quilombolas foi a criação de Parques de Conservação. A morosidade burocrática para aplicação dos dispositivos legais existentes que cercam a questão Quilombola e a demarcação de seus territórios e ainda, a ação de grileiros sobre as terras das comunidades e a degradação ambiental causada pelo cultivo das monoculturas de pinus, a pecuária extensiva que coloca a existência destas populações, seus conhecimentos e valores tradicionais em risco de extinguir-se. Pode-se argumentar como fazem alguns defensores da modernização da agricultura a qualquer custo, que a substituição dos saberes e conhecimentos tradicionais na agricultura por aquela agricultura moderna é para o benefício das Populações Tradicionais, pois os tira do primitivismo tecnológico, dando-lhes condições de serem incluídos à sociedade.

Em sentido estrito acontece o contrário com relação aos Quilombolas. Na medida em que ocorre a modernização da agricultura de seu entorno cria-se um ambiente de diferenciação negativa destas populações, pois normalmente muito pouco das políticas públicas que subsidiam a modernização da agricultura chegam de forma direta aos Quilombolas enquanto público destinatário.

Todas as técnicas da Agricultura Tradicional estão sendo, de forma acelerada, substituídos por uma agricultura de alto impacto ao meio ambiente e seus recursos naturais. Isto agravado por conta da situação fundiária caótica e na maioria das vezes a titulação de seus territórios é conflituosa como é a realidade de boa parte do Vale do Ribeira paranaense. Sem o título de sua propriedade, os agricultores familiares das comunidades Quilombolas não se enquadram dentro das políticas de crédito agrícola hoje existente. Quando isto acontece, vem embutido nos pacotes tecnológicos referidos anteriormente.

Estes pacotes impõem que os agricultores adquiram agrotóxicos em substituição a outras técnicas que tradicionalmente usavam para solucionar problemas de sanidade e infestação de pragas em suas lavouras. Por estes pacotes são forçados a cultivarem sementes geneticamente melhoradas e híbridas em substituição às sementes crioulas e de uso tradicionais melhoradas em um longo período de experimentação em seus campos de cultivos.

São levados a adquirir também adubos químicos em substituição à adubação baseados em insumos orgânicos e reciclagem da biomassa que antes lançavam mão e que dominavam bem.

Esta é a lógica na qual vêm inseridas as políticas de crédito que começou na década de 60 com a Revolução Verde e, para isto, o Estado brasileiro não poupou recursos para criar toda uma estrutura a partir de então, com vistas a alavancar este processo de substituição de técnicas “rudimentares” e de agriculturas atrasadas.

Este processo foi fundado sob um viés desenvolvimentista conhecido como modernização da agricultura e é a partir destas políticas que são criadas a EMBRAPA, a EMBRATER e o SIBRATER, nas quais pesquisa e extensão são baseadas na filosofia propugnadas pela Revolução Verde. Estas instituições e centros de pesquisas foram criados na década de 70 sendo que a EMBRATER e o SIBRATER são criados com o objetivo de unificar as Associações de Crédito e Extensão Rural (ASCARs) e assim dar mais celeridade aos processos de fomento da Revolução Verde junto aos agricultores.

No setor de fomento à agricultura, já havia sido criado em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que vinha para viabilizar os pacotes tecnológicos e seriam posteriormente validados pela pesquisa da EMBRAPA e que deveriam ser difundidos pelo sistema de extensão oficial a todo o país (BIANCHINI, 2010).

Com toda esta estrutura montada o processo de “nivelamento” das diversas formas de se fazer agricultura que existia pelo Brasil não demorou a dar resultados, e o mais nefasto deles foi sem dúvida a destruição dos milhares de quilômetros quadrados de matas e ecossistemas. Em todos os biomas brasileiros, a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o Cerrado, a Caatinga, o Pampa, o Pantanal e a Floresta de Araucárias residiam Populações Tradicionais que tinham como base para a sua reprodução a Agricultura Tradicional que era vista como atrasada e deveria ser modernizada sob a política de manter no campo só os que detivessem competência técnica e aporte tecnológico para produzir.

Os que não foram expulsos pela modernização da agricultura foram envolvidos e adaptados pela Revolução Verde e é possível que grande parte dos conhecimentos tradicionais que detinham tenham sido abandonados ou substituídos por técnicas trazidas pelos pacotes tecnológicos.

Mas a despeito disto, podemos encontrar fragmentos de uma Agricultura Tradicional, poupadora dos recursos naturais que guarda aderência com o que hoje é propalado pela Agroecologia. É o caso da comunidade Quilombola João Surá, foco desta pesquisa.

### 3 - As comunidades Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira paranaense

Há no Paraná hoje 90 comunidades Quilombolas, números que foram apresentados como estimativa pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura – GTCM – em seu relatório de trabalho (GTCM, 2008). Destas, 34 comunidades já foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares –FCP– órgão ligado ao Ministério da Cultura e responsável por auferir o título que os reconhece como Comunidade Remanescentes de Quilombos – CRQ – (FCP, 2010). No entanto, o mesmo GTCM em seu relatório de atividades, nos apresenta uma relação de comunidades Quilombolas e Comunidades Negras Tradicionais – CNT – com 41 comunidades distribuídas pelo Estado (Tabela 3). Nesta relação com 41 comunidades, 36 são consideradas CRQ e 5 CNT, ou seja, das 36 CRQ apresentadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, do governo do Estado do Paraná, 34 já foram reconhecidas pela FCP.

**Tabela 3** – Relação das Comunidades por regiões e municípios.

MESO / MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	COMUNIDADES/NÚCLEOS
Metropolitana de Curitiba		
MRG de Cerro Azul <sup>9</sup>	Adrianópolis Com.: Bocaiúva do Sul	1.1 - CRQ João Surá a) Sede b) Poço Grande c) Guaracuí 1.2 - CRQ Praia do Peixe 1.3 - CRQ Porto Velho 1.4 - CRQ Sete Barras 1.5 - CRQ Córrego das Moças a) Córrego Malaquias 1.6 - CRQ São João 1.7 - CRQ Córrego do Franco 1.8 - CRQ Estreitinho 1.9 - CRQ Três Canais

<sup>9</sup> Esses núcleos situados na fronteira de Cerro Azul/Castro pertencentes à CRQ Mamãs estão certificados como Castro, possuindo núcleos nos dois municípios. CRQ: Comunidade Remanescente de Quilombo, certificada pela Fundação Palmares. CNT: Comunidades Negras Tradicionais, ainda sem certificação.

			1.10 - CNT Bairro dos Roques 1.11 - CNT Tatupeva
	2. Cerro Azul Com.: Cerro Azul		2.1 - CRQ Mamães a) Ribeirão do Meio b) Pinhal Grande
	3. Dr. Ulysses Com.: Cerro Azul		3.1 - CRQ Varzeão 3.2 - CNT Queimadinho
MRG de Curitiba	4. Bocaiúva do Sul Com.: Bocaiúva do Sul		4.1 - CRQ Areia Branca
	5. Campo Largo Com.: Campo Largo		5.1 - CRQ Palmital dos Pretos 5.2 - CNT Sete Saltos
MRG da Lapa	6. Com.: Lapa	Lapa	6.1 - CRQ Restinga 6.2 - CRQ Feixo a) Maria Antonia b) Rincão c) Campina d) Pavão 6.3 - CRQ Feixo-Vila Esperança
MRG de Paranaguá	7. Guaraqueçaba Com.: Antonina		7.1 - CRQ Batuva 7.2 - CRQ Rio Verde
Centro-Oriental Paranaense			
MRG de Ponta Grossa	8. Castro Com.: Castro		8.1 - CRQ Serra do Apon a) Paiol do Meio b) Faxinal São João c) Santa Quitéria d) Lagoa dos Alves 8.2 - CRQ Limitão 8.3 - CRQ Tronco 8.4 - CRQ Mamães a) Imbuial b) Água Morna c) Pinhal Grande
	9. Ponta Grossa Com.: Ponta Grossa		9.1 - CRQ Sutil 9.2 - CRQ Santa Cruz
Centro - Sul paranaense			
MRG de Guarapuava	10. Condói Com.: Guarapuava		10.1 - CRQ Despraiado 10.2 - CRQ Vila Tomé 10.3 - CRQ Cavernoso
	11. Guarapuava Com.: Guarapuava		11.1 - CRQ Invernada Paiol de Telha a) Assentamento Vila Socorro b) Fundão Reserva do Iguaçu c) Periferia - Guarapuava d) Periferia - Pinhão
	12. Turvo Com.: Guarapuava		12.1 - CRQ Campina dos Morenos
	13. Palmas Com.: Palmas		13.1 - CRQ Adelaide M. Trindade 13.2 - CRQ Castorina M. Conceição 13.3 - CNT Tobias Ferreira
Sudeste Paranaense			
MRG de Prudentópolis	14. Ivaí Com.: Imbituva		14.1 - CRQ Rio do Meio 14.2 - CRQ São Roque
Oeste Paranaense			
MRG de Toledo	15. Guaíra Com.: Guaíra		15.1 - CRQ Manoel Ciriaco Santos
	16. S. Miguel Iguazú		16. 1 - CRQ Apepu

Com.:S. Miguel Iguazu		
Norte Pioneiro Paranaense		
MRG de Ibaíti	17. Curiúva Com.: Curiúva	17.1 - CRQ Água Morna 17.2 - CRQ Guajuvira

Fonte: GTCM, 2008.

Todo o processo para o reconhecimento de uma comunidade Quilombola tem início no momento em que a comunidade remanescente faz uso do dispositivo de auto-atribuição presente no decreto 4887/2003 e, a partir desta auto-atribuição, os requerentes deverão criar uma associação que represente a comunidade.

Esta associação deverá, com ajuda do poder público, ou de alguma Organização Não Governamental – ONG – encaminhar um processo junto à Fundação Cultural Palmares pedindo que seja reconhecida como Remanescente de Quilombo. No Paraná isto tem ocorrido até o momento com o apoio do Grupo de Trabalho Clóvis Moura que vem contando também com o auxílio da ONG Terra de Direitos, para os aspectos jurídicos e legais que auxiliam na criação das associações Quilombolas.

É fato que a criação de uma associação força de alguma forma as comunidades Quilombolas a se organizarem em torno de um objetivo comum. No entanto, tão logo é criada não é feito nenhum trabalho por parte de órgãos governamentais que contribua com a formação dos integrantes da comunidade para gerirem a associação de modo que ela não seja abandonada, ou fique irregular do ponto de vista legal, jurídica e fiscal.

A Fundação Cultural Palmares ao avaliar o pedido da comunidade e de acordo com a documentação apresentada, concede o título reconhecendo sua condição de Comunidade Remanescente de Quilombo.

Este é o primeiro passo para que as comunidades possam requerer, em seguida, que a área que ocupam seja demarcada e isto deverá ser encaminhado ao INCRA.

Este órgão Federal inicia então um processo de levantamento, demarcação e titulação definitiva das terras onde tradicionalmente a comunidade requerente se assenta.

Para que o título coletivo das terras seja concedido, o INCRA deverá realizar um levantamento antropológico que confirme a condição de Remanescentes de Quilombo da comunidade requerente, demarcará a área e se houver outros ocupantes, desapropriar e ressarcir as benfeitorias contidas nas propriedades que estão sendo reclamada ou que estão dentro da área pela comunidade Quilombola.

Este processo todo, como já dito, é moroso e burocrático e pode ser contestado pelos que se sentirem prejudicados entrando na justiça e apresentando um “contra-laudo” contestando o laudo antropológico realizado, ou contratado pelo INCRA.

No Paraná, até o final de 2010, não havia nenhuma comunidade Quilombola que detivesse o título definitivo de seu território, sendo que as comunidades mais avançadas neste processo já estão há pelo menos cinco anos à espera da demarcação de suas áreas. As comunidades que estão com os levantamentos antropológicos adiantados estão na Tabela 4.

**Tabela 4** – Comunidades Remanescentes de Quilombos e os procedimentos legais para regularização dos seus territórios.

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Documento</b>	<b>Prazo final para Titulação definitiva</b>
João Surá;	Adrianópolis	- Relatório Antropológico	- Indefinida
Guajuvira; Água Morna.	Curiúva	- Relatório Antropológico	- Indefinida
Serra do Apon; Limitão; Mamãs.	Cerro Azul; Castro;	- Relatório Antropológico	- Indefinida
Invernada Paiol de Telha	Guarapuava; Reserva do Iguaçu; Pinhão.	- Relatório Antropológico	- Indefinida

FONTE: Elaborado a partir do relatório GTCM, 2008.

A situação de titulação das comunidades Quilombolas paranaenses num primeiro momento, foi iniciado com um convênio entre a UFPR e o INCRA para que se procedesse à elaboração dos Relatórios Antropológicos.

Deste convênio resultou o Relatório Técnico Antropológico que é o documento inicial. A partir deste são elaborados os levantamentos agronômicos e a demarcação dos limites topográficos do território. Com estes pode-se, enfim, ser emitido o documento definitivo que é o Laudo Antropológico comprovando ou não a comunidade como Remanescente de Quilombo e, a partir deste, o título definitivo em nome da comunidade.

No ano de 2007 foi anunciado, em notícia vinculada no site do Programa Fome Zero do Governo Federal, que o INCRA havia estabelecido o convênio citado e dizia que:

Sete comunidades remanescentes de quilombos no Paraná estão mais próximas do recebimento do título definitivo de suas terras. A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado firmou parceria com a Universidade Federal do Paraná para a elaboração de relatórios antropológicos dessas comunidades (PROGRAMA FOME ZERO, 2007).

A mesma notícia adiantava que os valores empregados naquele momento seriam de R\$261 milhões e beneficiariam 250 famílias, ou R\$1.066.000,00 por família atendida demonstrando que políticas como esta são extremamente caras, mas que são necessárias quando se percebe que visam garantir direitos por séculos negados aos Quilombolas.

Não há até o momento dados oficiais anunciando que os relatórios tenham sido completados, nem tampouco os laudos finais e como consequência as comunidades não contam ainda com a titulação de suas terras.

Outro convênio também firmado foi com o Instituto de Terras Cartografia e Geociências – ITCG – este, no entanto, com o papel de realizar um Levantamento Básico. Como se refere o relatório do GTCM ao Instituto de Terras coube o mapeamento e demarcação dos territórios em apoio ao GTCM (ITCG, 2008).

O Governo do Estado também promoveu convênios com o INCRA e as universidades estaduais do Paraná entre elas a Universidade Estadual do Centro – Oeste (Unicentro), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Através destes convênios foram organizadas equipes com profissionais que contaram com o intercâmbio de professores, estudantes e de técnicos do INCRA que, desde 2009, realizam os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID. Na tabela 5 encontram-se as comunidades que passaram por este processo.

Os valores destes convênios não foram divulgados e não se sabe, portanto, qual o montante de recursos aportados para realização dos RTID's e não foram divulgados ainda em qual fase se encontram estes levantamentos.

Através dos relatos dos integrantes das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, que estão com estes levantamentos em andamento, como é o caso da comunidade de Areia Branca, Córrego do Franco e Varzeão, sabe-se que os trabalhos de campo realizados nas comunidades atendidas pelas equipes das universidades têm sido freqüentes.

**Tabela 5** – Comunidades Remanescentes Quilombolas e os procedimentos legais para regularização dos seus territórios.

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Documento</b>	<b>Titulação</b>	<b>Universidades</b>
São João; Córrego do Franco;	Adrianópolis	- Em perícia	- Indefinida	Unicentro; UEPG
Varzeão	Doutor Ulysses	- Em perícia	- Indefinida	Unicentro; UEPG
Adelaide Maria Trindade Batista	Palmas	Em perícia	- Indefinida	Unioeste; UEL
Manoel Ciríaco dos Santos	Guaíra	Em perícia	- Indefinida	Unioeste; UEL
Areia Branca	Bocaiúva do Sul	Em perícia	- Indefinida	Unioeste; UEL

FONTE: Elaborado a partir do relatório GTCM, 2008.

Mesmo sendo estes processos morosos trata-se de um passo importante para fortalecer as comunidades no que se refere à obtenção da posse definitiva das áreas requeridas e também, para acessar os programas sociais do Governo Federal, especificamente os voltados para este grupo étnico.

Outro aspecto relevante é que estes números vêm aumentando com o passar dos anos à medida que mais comunidades fazem uso do dispositivo de auto-atribuição presente no decreto 4.887/2003 que é o dispositivo legal pela qual as comunidades Quilombolas vêm se valendo para serem reconhecidas na sua condição de Quilombolas.

O Brasil é a segunda maior nação negra fora da África e o Paraná o Estado com a maior população de negros da Região Sul. Cabe salientar que o debate das populações negras rurais e as comunidades Quilombolas no Estado parecem ser mais difíceis, pois, paralelamente ao racismo brasileiro, a população negra do Paraná encontra-se ainda num processo fortemente marcado pelo conflito racial, principalmente, no que se refere aos Remanescentes de Comunidades Quilombolas.

## **CAPÍTULO II: A Legislação e a Questão Quilombola: Marcos Legais de reconhecimento e Regularização**

### **1- Introdução**

Este capítulo discute os marcos legais que tangenciam a questão Quilombola e as que lhes oferecem empecilhos sérios ao seu desenvolvimento e sobrevivência como é o caso da Legislação Ambiental Brasileira de 1965.

Ressaltamos primeiramente que a população negra<sup>10</sup> no Brasil hoje é composta por pretos e pardos, definição que o IBGE trabalha para designar raça. No entanto, esta metodologia é contestada por movimentos sociais ligados à questão negra, notadamente o Movimento Negro. Mesmo sendo contestada são os únicos dados que se dispõe sobre os números da população negra brasileira. Os dados apresentados pela PNAD diziam que em:

[...] Em 2005 a população de negros eram de 91 milhões de pessoas que se declararam de cor/raça parda ou preta, aproximando-se bastante da população branca, estimada em 92 milhões. Assim, os negros (pardos e pretos) correspondem, hoje, praticamente à metade da população do país. Destes, 35,8 milhões residem na Região Nordeste e 32 milhões, no Sudeste. O Estado de São Paulo contava, em 2005, com a maior população negra do país, com aproximadamente 12,5 milhões de pessoas de raça/cor preta ou parda, correspondendo a 31% dos habitantes do Estado. Entretanto, em termos relativos, é um dos Estados com menor proporção de negros, juntamente com os da Região Sul, pois, nos demais, as pessoas que se declararam pretas ou pardas equivalem a mais de 50% da população. Bahia, Amazonas e Pará são os Estados com maiores proporções de negros, próximas a 80%. Somando-se os Estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais, têm-se mais de 30 milhões de negros do país (SEADE, 2010).

---

<sup>10</sup> Adotaremos a categoria “população negra” para designar pretos e pardos, categorias oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sob este aspecto sabe-se hoje que a população negra, segundo dados oficiais, era em 2006, 45% da população, valores divulgados pelo IBGE e no Paraná esta proporção chega a ¼ da população.

Na Bahia, a grande mídia veicula que a população negra chega a ser 80%, sendo mesmo um dos maiores contingentes de negros fora da África, notícia dada com orgulho; no Paraná as notícias divulgadas envolvendo negros saem apenas nas matérias reservadas às ocorrências policiais, situações de pobreza, doença e atraso.

Mas as notícias midiáticas são apenas a ponta de um processo arraigado na sociedade e, como exemplo disto, cabe um fragmento de uma conferência proferida pelo então presidente da Federação das Associações Comerciais e da Associação Comercial do Paraná em 1980 que está exposta no livro Terra e Cidadania onde se discute o racismo em relação às causas da pobreza no Brasil.

As causas principais da existência de alguns bolsões de pobreza são de origem étnica e histórica. O Brasil foi colonizado por povos selvagens e o africano importado das colônias portuguesas da África. Esses povos apesar da robustez física eram povos primitivos que viviam no estágio neolítico e por isso incapazes de se adaptarem a civilização industrial. [...] São esses povos – índios, negros mulatos e caboclos – que constituem a grande massa da pobreza do Brasil, no campo e nas favelas. [...] Imigrantes europeus, asiáticos, japoneses, oriundos de civilizações milenares que se dirigiram para as regiões litorâneas vivem muito bem no Brasil. É muito raro se ver um descendente de japonês, judeu, italiano, árabe ou alemão, em condições de miséria absoluta. Isto prova que as causas principais da pobreza no Brasil são de origem étnica, muito mais do que de possíveis influências do meio físico, da má distribuição pública ou da tão divulgada exploração do homem pelo homem (ITCG, 2008).

Hoje a população negra no Estado representa 24,5%, o que confere ao Paraná o maior contingente de negros da Região Sul do país. No que se refere às comunidades remanescentes de Quilombos paranaenses, sua visibilidade só tomou corpo com o advento do levantamento realizado pelo GTCM.

Muitos Quilombolas só tomaram conhecimento, de que além da cor da pele, havia também um pertencimento étnico e racial, após o trabalho de sensibilização que começou com o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, com ONG's e integrantes politicamente engajados com a causa Quilombola de outras comunidades remanescentes já reconhecidas em outros Estados.

Há, portanto, um novo cenário no Estado do Paraná, desfez-se o mito da hegemonia de uma população branca que persistia de forma predominante na história e no senso comum dos brasileiros com relação a este Estado. Se rompida esta barreira da invisibilidade, o próximo desafio das comunidades Quilombolas será manter os direitos conquistados no decorrer dos últimos 20 anos e alcançar outros. Este processo passa obrigatoriamente pelos dispositivos de leis e decretos que cercam as questões das populações Quilombolas do Brasil, que passamos a discutir em seguida.

## **2- As legislações e dispositivos legais que cercam a questão Quilombola no Brasil**

O dispositivo legal que veio garantir aos remanescentes de Quilombo os direitos enquanto População Tradicional foi o artigo constitucional 68 contido na Constituição Federal de 1988.

Este artigo afirma e garante que: “*aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*” (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – CF/88).

A partir da criação deste artigo constitucional, o Movimento Negro se empenha em fazê-lo constar também das constituições estaduais e começa assim uma mobilização nacional para que o avanço conquistado durante a Constituinte seja implementado nos Estados da Federação:

A mobilização do Movimento Negro em escala nacional foi decisiva no processo da Constituição de 1988, disso resultando o Art. 68 do ADCT, e assim que a batalha da Carta Magna cessa, as organizações negras compõem-se: para influenciar nas Constituições Estaduais. Como resultado desse esforço, também as Constituições dos Estados da Bahia (Artigo 51 do

ADCT), de Goiás (Artigo 16 do ADCT), do Maranhão (Artigo 229 do ADCT) e do Pará (Artigo 322) reconheceram o direito dos remanescentes dos quilombos à propriedade de suas terras (ITCG, 2008).

Importa saber que a interpretação da ADCT 68, não se dá de forma fácil sendo necessária uma discussão não só jurídica como antropológica. Como salienta CHAGAS (2001) é necessário não somente o domínio destes saberes, mas de todos os saberes envolvidos com a questão Quilombola.

Tanto o artigo Federal, quanto seus similares nos Estados foram frutos também dos deputados constituintes ligados a estes movimentos, para fazer frente às demandas que naquele momento estavam voltadas para uma série de segmentos da população negra brasileira. Através desta mobilização também se discutiram e, na Constituinte, foram incluídos os artigos 215 e 216 que dizem:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CF - BRASIL, 2006) <sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup>Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. Brasília, 2006. p. 137.

Em 1988 completava-se 100 anos da abolição da escravatura no Brasil havendo, portanto, todo um arranjo e discussão da sociedade em torno das questões dos negros brasileiros e suas lutas por inserção social. Esse movimento havia começado cinco anos antes da Assembléia Nacional Constituinte, quando do início da abertura política do país após duas décadas de ditadura militar.

Muito embora se soubesse que haviam várias comunidades Quilombolas espalhadas pelo território nacional, não se esperava que existissem tantas comunidades e em número tão grande como o que se constata hoje.

No entanto, os parlamentares e lideranças do Movimento Negro ligados à questão dos negros e suas demandas não se preocuparam, de início, em criar dispositivos de regulamentação ou operacionalização destes dispositivos constitucionais. O que se queria garantir aos Quilombolas era a posse e o usufruto de seus territórios, além da preservação dos costumes, culturas e tradições destas comunidades.

A regulamentação destes dispositivos só veio a acontecer de forma acanhada 15 anos mais tarde com o decreto 4883/2003 que deu início às discussões em torno das questões jurídicas e operacionais voltadas aos Quilombolas no que se refere à demarcação dos seus territórios tradicionais.

Até então, o órgão que cuidava das questões que envolviam os interesses Quilombolas era a Fundação Cultural Palmares que não detinha a competência jurídico-institucional para titular as terras e resolver as questões fundiárias dos territórios. Mas têm, por outro lado, a competência para reconhecer as comunidades Remanescentes de Quilombos em seus aspectos étnicos, culturais e históricos.

Tão importante quanto o artigo constitucional 68 é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, notadamente o que rege a *Parte II – Terras* em seus artigos 13 a 19. Nestes artigos estão elencadas as prioridades acerca da titulação, garantia de uso dos recursos naturais das terras tradicionalmente ocupadas. Estes se coadunam com o disposto no artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüísticas da Organização das Nações Unidas. Nos artigos presentes na Convenção, encontram-se os seguintes dispositivos:

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial para com as culturas e os valores espirituais dos povos interessados que possuem relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

E ainda:

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

O artigo 14 linha 1, põe em destaque o direito a posse dos territórios tradicionais ao assinalar que:

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.
3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados. (Convenção 169 - OIT, 2009)

Nestes fragmentos da Convenção 169 observamos que os aspectos que se quer atingir ao tratar de questões tão importantes é o fortalecimento das garantias plenas a que as Populações Tradicionais têm direito.

Sobre “*povos e terras tradicionalmente ocupadas*”, que dispõe os artigos da Convenção, localizamos uma fina sintonia com as comunidades Remanescentes de Quilombos. Entendemos que o termo *povo* tem uma conotação mais próxima da de nação e país, por este ângulo traz consigo um conjunto de significados bem maior que o conceito de população. Desta forma, o conceito *população* é o que melhor se adéqua aos Remanescentes de Quilombos.

Estas Populações Tradicionais vivem a noção de território e comunidade, de forma mais sintonizada com o que dispõe a convenção 169 da OIT. Encontram nas definições da OIT, uma relação direta por onde se orientar quando se trata de aspectos jurídicos que estão bem definidas nesta Convenção.

Entre as 3.900 comunidades Quilombolas que até o momento foram tituladas pela Fundação Cultural Palmares é possível encontrar um bom número de comunidades com mais de 200 anos de história e resistência nas áreas que ocupam.

Ao se pensar que além da lógica da vida em comunidades estas Populações trabalham a dimensão de território, que é o espaço construído no decorrer da história, salta-nos aos olhos que a elaboração do seu *ethos*<sup>12</sup> diferencia-se de forma bem mais elaborada e complexa e anda na direção da sustentabilidade.

Quando se analisa que estas Populações localizam-se em lugares de difícil acesso e em situações precárias de vida, e de fato, na acepção mais fiel da palavra, sobrevivem, a conclusão que se chega é que as lutas que empenharam para isto contribuíram para torná-las mais fortes.

Apesar da precariedade imposta por um meio ambiente hostil trata-se do território destas comunidades, é onde várias gerações de Quilombolas se estabeleceram e desde então criam, remodelam, adaptam a natureza e a realidade que os cercam, para dar conta da tarefa de reprodução de seus integrantes.

Se estas comunidades tiveram suas gêneses originadas num período sombrio da História do Brasil, momento em que tiveram que fugir, refugiar e resistir as diversas investidas para os submeter, os Quilombolas moldaram de forma pacientemente as condições de sobrevivência.

Hoje o que se observa é que estas Populações lutam, não só para serem reconhecidas, mas também para serem vistas como portadores de singularidades positivas.

Deste processo formaram-se culturas, formas de cultivos, mitos, tecnologias e variedades vegetais, que se prestam as mais diversas funções, de alimento até vegetais com

---

<sup>12</sup> [...] “*ethos remete, assim, à idéia de um espaço constituído e ordenado pelo homem segundo sua razão. O ethos indicará,[...] um espaço construído e permanentemente reconstruído pelo homem, espaço no qual serão inscritos os costumes, hábitos, valores, normas e ações*”. (BONIFACIO, 2009).

fins medicinais, re-significando uma nova objetividade e subjetividade, envolta numa cosmovisão que se alicerça nos signos da afrodescendência, fortemente impregnados com valores e crenças africanas e indígenas das regiões em que se encontram inseridos.

É alicerçado nestes pontos que a Convenção 169 pode garantir, através da qualificação dos debates, a criação das legislações locais e nacional no intuito de garantir direitos às comunidades Quilombolas.

Estes direitos e sua garantia passam pela construção da identidade que aos afrodescendentes sempre foram negadas. “*A identidade se constrói com relação à alteridade*” afirmando as diferenças do outro, que é diferente de negar-lhes a existência, deve ter amparo no estado e na qualidade de ser do outro, “*com aquilo que não sou eu*”, mas que é igualmente importante (OLIVEIRA, 2006 p. 85).

Ainda sobre a Convenção 169 da OIT, cabe ressaltar que o Brasil é signatário deste acordo internacional, pois suas determinações e orientações constam na Constituição Federal desde 2003.

É, portanto, um dispositivo de extrema importância para fundamentar e auferir às lutas enfrentadas pelas comunidades Quilombolas, principalmente o fundamento jurídico em torno das garantias de seus direitos.

O decreto 4.883/2003 confere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – e ao INCRA competências para promover a regulamentação das terras Quilombolas no âmbito do exposto pelo artigo constitucional 68. Tarefa antes a cargo do Ministério da Cultura, que a partir daquele momento passa a acompanhar os procedimentos, no sentido de garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades de Quilombos.

Os três artigos que compõe o decreto não oferecem, de forma direta, nenhum avanço as questões mais emergentes e objetivas das comunidades Quilombolas, que é a demarcação e titulação dos territórios. Não se pode esquecer que este dispositivo veio em hora propícia, pois se hoje os processos de titulação das terras Quilombolas são morosos, estes processos eram ainda mais lentos, quando esta obrigatoriedade se achava a cargo do Ministério da Cultura, pois este ministério não detinha um corpo técnico em número e formação suficientes para este fim.

Por meio da Medida Provisória nº 111 de 2003 e que logo em seguida se tornou a Lei nº 10.678, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

(SEPPPIR) “com a tarefa institucional de coordenar e articular a formulação, coordenação e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica”. A partir da criação da SEPPPIR é instituído o “Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)” que irá talhar as diretrizes gerais do Programa Nacional de Quilombos onde se debate as questões prioritárias para a garantia dos direitos sociais e de regulamentação fundiária das comunidades Quilombolas (GTCM, 2008 p. 40). Transferida ao INCRA estas competências, a instituição de regularização fundiária cria o art. 7º da Instrução Normativa de nº 16 de 24 de março de 2004, em que assegura que a: “*caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombos será atestada mediante autodefinição da comunidade*” (DECRETO 4887/2003).

É neste cenário, ao conferir aos órgãos federais da envergadura do INCRA, MDA e Fundação Cultural Palmares, além de um corpo técnico com competências específicas voltadas para as demandas das comunidades, que surge em 2003 o decreto 4.887/2003, que vem com a incumbência de regulamentar os procedimentos para regularização territorial e fundiária das comunidades Quilombolas. Neste decreto estão dispostos 25 artigos que regem os procedimentos para averiguar, levantar e dar os devidos encaminhamentos para legitimar as comunidades que requerem, através do auto-atribuição ou autodefinição, o reconhecimento da sua condição de remanescentes de Quilombo. O artigo 2º deixa isto claro:

Art. 2º Consideram-se Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das Comunidades dos Quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por Remanescentes das Comunidades dos Quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos Remanescentes das Comunidades

dos Quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (DECRETO 4.887/2003).

Neste artigo é possível observar quais são as características esperadas para que uma comunidade se credencie como Remanescente de Quilombo. No entanto, para que seja possível o levantamento de tais características com este nível de detalhamento, é necessário uma equipe de antropólogos e técnicos preparados para este fim.

Estes profissionais são ainda insuficientes, em número e qualificação, pelo menos no que se refere aos quadros disponíveis no setor público, tanto à disposição do INCRA, quanto das universidades públicas que em convênio vêm trabalhando para dar agilidade aos levantamentos e titulação das comunidades Quilombolas.

O ponto de maior embate é o que se refere ao auto-reconhecimento de que trata o § 1º, pois a partir deste dispositivo é que se dá início a todo o processo de reconhecimento da comunidade e de seu território como Remanescentes de Quilombos.

O problema reside nas questões contrárias ao auto-reconhecimento, baseadas em uma fraca contestação de que uma pessoa, ou um grupo social, não pode se auto-reconhecer como pertencentes a este ou aquele grupo étnico-racial. E esta tem sido a crítica dos opositores ao decreto 4.887, tanto na sociedade quanto nas estâncias judiciais brasileiras.

A oposição ao decreto vem notadamente dos Deputados Federais da bancada ruralista na Câmara e Senado Federal, que apresentaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN 3239 – que questiona a Constitucionalidade do decreto 4.887/2003 no Supremo Tribunal Federal, onde se encontra sob avaliação.

Os porquês desta iniciativa são perceptíveis e de fácil compreensão. Boa parte das terras ocupadas pelas comunidades Quilombolas secularmente hoje se encontram tituladas em nome de grandes fazendeiros e pecuaristas que, das mais diversas formas, tomaram posse destas áreas com ou sem o consentimento destas comunidades. A estratégia é contestar as iniciativas populares por este reconhecimento.

Muito embora seja necessário um decreto como o Decreto 4887/2003 para dar organicidade e legitimidade aos processos de titulação das terras Quilombolas, não se pode negar o fato de que isto não vem ocorrendo. São poucos os territórios Quilombolas titulados frente à enorme demanda de comunidades a espera da regularização de seus territórios.

Existe no Decreto 4887 em seu artigo 3º § 2º a possibilidade do INCRA celebrar convênios, contratos e acordos para que a tarefa de regulação fundiária destas comunidades seja mais célere. E isto vem ocorrendo, sobretudo em convênios estabelecidos entre universidades públicas, mas mesmo assim, não se tem observado um ritmo acelerado do processo de titulação das comunidades Quilombolas. De forma resumida o Decreto 4887/2003 é um avanço, mas esbarra na morosidade e burocracia estatal aliada à falta de quadros técnicos.

É necessário que quadros técnicos permanentes com formação específica sejam capacitados e contratados pelo INCRA para dar conta das demandas existentes, sem o qual e da forma que se opera hoje, será sempre uma solução atenuante ao problema das demarcações e titulações da questão fundiária dos territórios Quilombolas.

Um dos marcos conquistado pelos afrodescendentes brasileiros e suas organizações foi a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial transformada no Decreto 4886/2003, em vigor desde 20 de novembro de 2009, dia da morte de Zumbi de Palmares, líder Quilombola do século XVII.

Este decreto versa sobre uma série de preconceitos de cor, raça, religião e cultura e tem como premissa diminuir a já histórica e conhecida tese do preconceito velado existente no Brasil e que, de forma perversa, fica metamorfoseada sobre um véu de invisibilidade que atenua uma violência racial histórica e contínua.

Este decreto reserva uma série de esforços no sentido de garantir às populações negras, direitos que mesmo constando da Constituição brasileira como sendo um dever do Estado, pouco ou quase nada se fazia sentir no tocante ao alcance destes direitos de forma objetiva e concreta.

Ademais, este decreto tem um caráter universalista ao reconhecer a condição pluriétnica da sociedade brasileira, da sua riqueza cultural que advém das populações indígenas, afrodescendentes e seus povos remanescentes. Reconhece também a importância localizada nestes segmentos da sociedade como co-responsáveis junto com os povos indígenas, eurodescendentes, notadamente os portugueses, pelo processo de construção da civilização brasileira.

O Decreto 4886/2003 discorre claramente sobre questões de uma educação que valorize estas características pluriétnicas, através do reconhecimento da importância do negro

na formação da sociedade, fato que historicamente foi esquecido até mesmo dos livros didáticos do ensino público do país e que, muito recentemente, vem sendo reconhecido.

Faz menção também às questões relacionadas à saúde das populações negras e suas especificidades. No que se refere às comunidades Quilombolas, existe no decreto uma atenção redobrada com relação às suas especificidades. Dessa forma afirma que deve ser garantida o: *“tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos Quilombos, de modo a assegurar aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos a propriedade de suas terras”*. (DECRETO 4886/2003)

Este fragmento compõe os objetivos específicos desta política nacional. Existem ainda questões relacionadas ao *“apoio às comunidades remanescentes de Quilombos; Incentivo ao protagonismo da juventude Quilombola; Apoio aos projetos de etnodesenvolvimento das comunidades Quilombolas; Desenvolvimento institucional em comunidades Remanescentes de Quilombos; Apoio sociocultural a crianças e adolescentes Quilombolas”* (DECRETO 4886/2003).

Há, portanto, um avanço considerável presente no decreto 4886. Alguns dos objetivos e ações propostas por este dispositivo, já vinham sendo efetivados em alguns Municípios e Estados, sendo fruto de iniciativas e experiências concretas e bem sucedidas que foram motivadas pela atuação engajada dos movimentos sociais. O Movimento Negro começou a contar, a partir de 2000, com diversas representações do que hoje se considera ser um Movimento Quilombola. Organizados nos Estados através das Confederações de Comunidades Quilombolas e, nacionalmente, com um movimento maior, articulado através da Federação dos Povos e Populações Tradicionais do Brasil.

Outras iniciativas expostas no decreto 4886 são inovações importantes e que estão começando a ser implantadas, tendo ainda um longo percurso para fazer frente à enorme distância que separa a população negra, principalmente as comunidades Quilombolas, dos benefícios já alcançados pelo conjunto da população brasileira.

As estatísticas disponíveis demonstram estes fatos. A título de exemplo, quando analisamos o rendimento médio familiar observamos que as proporções de famílias chefiadas por negros (pretos e pardos) que recebem de três a cinco salários mínimos são de 4,3% e 4,4%, respectivamente, enquanto que entre os brancos, esta taxa gira em torno de 11,1%. Por outro lado, 26,2% das famílias com chefes pretos e 30,4% com chefes pardos recebem menos de

meio salário mínimo, sendo que apenas 12,7% de famílias com chefes brancos se encontram nesta situação.

A faixa dos que recebem mais de 5(cinco) salários mínimos perfazem um percentual menor ainda, 3,4 e 3,3% para pretos e pardos respectivamente (Tabela 6).

**Tabela 6** - Distribuição das famílias por classe de rendimento médio mensal per capita segundo a cor do chefe (em %). Brasil – 1999.

Classes de Rendimento	Famílias segundo a cor do chefe		
	Branca	Preta	Parda
Até 1/2 salário mínimo	12,7	26,2	30,4
Mais de 1/2 salário mínimo	20,0	28,6	27,7
Mais de 1 a 3 salários mínimos	37,3	31,1	27,7
de 3 a 5 salários mínimos	11,1	4,3	4,4
Mais de 5 salários mínimos	14,1	3,4	3,2

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2000/Elaboração: DIEESE.

O decreto 4.886/2003, assim como o decreto 4.887/2003, vem sofrendo forte embate na Câmara e no Senado Federal por parte dos setores mais conservadores da sociedade.

O argumento destes tem intuito de convencer a opinião pública de que uma política de Estado como esta não diminui o preconceito, mas ao contrário, somente aprofunda as diferenças raciais e não representa a “democracia racial” existente no Brasil.

Em contrapartida, os movimentos sociais organizados vêm se estruturando e reivindicando seus direitos através de ocupações e audiências públicas como as ocorridas nos últimos anos no Paraná pela Rede Puxirão. Por estes arranjos e ações é que as Populações Tradicionais vem se tornando cada vez mais permanentes.

Mesmo que morosamente aplicados e operacionalizados, mesmo que o quadro técnico de profissionais seja pequeno, o que se pode afirmar é que já há um Marco Legal concreto capaz de garantir os direitos conquistados pelos Remanescentes de Quilombos.

No entanto, este Marco Legal sem pressão política permanente não garantirá, pelo simples fato da sua existência, que novas conquistas se efetuem, sendo necessária maior organização política e social das representações a qual estão ligadas as comunidades Quilombolas

### **3 - Legislação Ambiental brasileira versus comunidades remanescentes Quilombos**

A Legislação Ambiental Brasileira é considerada uma das mais avançadas e modernas do mundo. Porém, mesmo sendo avançada, não dá conta do enorme desmatamento de vastas áreas de reservas naturais principalmente sobre a Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica.

Em todos estes biomas é possível encontrar Remanescentes de Comunidades Quilombolas. Estas populações lá se encontravam muito antes da criação da legislação Ambiental Brasileira e as Unidades de Conservação (UC's) criadas por ela.

Há que se valorizar o empenho é pela preservação dos biomas brasileiros, no entanto, é necessário a criação de dispositivos que levem em consideração as especificidades sócio-ambientais e culturais das Populações e Povos Tradicionais do Brasil não só os Quilombolas, mais todas as populações que compõe e este segmento da sociedade.

O Brasil tem um total de 265 UC's, ocupando uma área de 32.733.190 hectares, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente. Isto equivale a 17% do território nacional. (MMA, 2010).

Nesta área temos os mais diversos tipos de UC's: Parques Nacionais e Estaduais, Parques Florestais; Parques Ecológicos; as Reservas e, entre elas as: Biológicas, Ecológicas, Florestais e Extrativistas, onde podem estar inseridas unidades menores como as Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Áreas sob Proteção Especial (ASPE), Monumentos Naturais e Reservas do Patrimônio Mundial.

Estas UC's são, em sua maioria, restritivas à presença humana. Muitas destas áreas, no momento de sua criação, não levaram em conta as populações que ali tradicionalmente já estavam assentadas sobrevivendo com os recursos que as florestas ofereciam. Desconsideraram-se os saberes acumulados por estas populações, saberes que em vários casos, contribuíram para preservar as florestas e seus ecossistemas.

Em muitos casos houve um sério prejuízo, do ponto de vista de sua sobrevivência, devido à restrição do acesso aos recursos naturais, presentes nestas áreas, que antes estes povos acessavam de forma mais autônoma, o que levou a um êxodo acentuado para os centros

urbanos mais próximos e, por seu turno, ao envelhecimento das comunidades que permaneceram no entorno das Unidades de Conservação.

No Paraná existem hoje um total de 66 UC's "*1.198.593,70 hectares de áreas conservadas, das quais 43 são unidades de conservação de Proteção Integral e 23 unidades de conservação de Uso Sustentável*" (IAP, 2010, *passim*).

No Vale do Ribeira existem três áreas de proteção ambiental nos municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná. Em Adrianópolis encontra-se a maior área de proteção do Vale, que é o Parque Estadual das Lauráceas (PEL). Em Rio Branco do Sul existe, desde 2006, o Monumento Natural Gruta da Lancinha e, nos municípios de Cerro Azul e Tunas do Paraná, o Parque Estadual de Campinhos – PEC.

Estas UC's ocupam uma área de 30.748 ha, representando 1,09% da área do Vale do Ribeira e 2, 57% em relação as áreas preservadas do Estado. As Unidades de Conservação no Paraná também são pequenas e somadas as áreas das 66 UC's representam, apenas, 0,6% da área do Estado (Tabela 7).

Por esta ótica vê-se que, em termos de áreas ambientais protegidas, o Paraná esta aquém do que se observa nacionalmente. As Matas de Araucárias, a Mata Atlântica e outros Biomas e ecossistemas importantes já foram seriamente comprometidos e degradados.

O que se observa no Vale do Ribeira não é diferente e a área também é pequena quando comparamos com a área total do Território do Vale. O mais preocupante é que as comunidades Quilombolas estão nas zonas de amortecimento destas UC's, mais precisamente o PEL que ocupa pouco mais de 23% da área do município de Adrianópolis e abrange ainda o município de Tunas do Paraná. Aspectos como estes já são um problema sério a ser enfrentado pelo Estado no que se refere à questão Quilombola.

**Tabela 7** – UC's do Estado do Paraná e do Vale do Ribeira.

<b>Parque</b>	<b>Área/hectares</b>	<b>Municípios</b>
Parque Estadual das Lauráceas – PEL	<b>30.001</b>	Adrianópolis e Tunas do Paraná
Monumento Natural Gruta da Lancinha	<b>165</b>	Rio Branco do Sul
Parque estadual de Campinhos – PEC	<b>581</b>	Cerro Azul e Tunas do Paraná
UC's/ha no Vale do Ribeira	<b>30.748</b>	
UC's/ha no Paraná	<b>1.198.594</b>	
Área do Vale do Ribeira em há	<b>2.830.666</b>	
Área do Paraná em há	<b>199.315.000</b>	
% UC's do Vale/área das UC's do Estado	<b>2,57</b>	
% de área UC's do Vale/UC's do Estado	<b>0,015</b>	
% UC's do Paraná/área do Estado	<b>0,6</b>	
% da área UC's do Vale/área do Vale	<b>1,09</b>	

Fonte: Instituto Ambiental do Paraná – IAP – 2010.

O maior impedimento a que vem sendo submetidas as comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira é o que diz respeito ao exposto no Código Florestal brasileiro de 1965 que foi posteriormente regulamentado na Lei n.º 6.938 de 1981.

Estão localizadas nesta lei diversos dispositivos que visam proteger o meio ambiente e as áreas sensíveis e que carecem de proteção por parte de leis como estas. Porém, em muitos casos, estas leis são aplicadas para criminalizar as Populações Tradicionais. Em contrapartida, grandes áreas que deveriam ser fiscalizadas pelos órgãos de proteção ambiental não o são, por exemplo, os cultivos de pinus que ocupam extensas áreas no Vale do Ribeira paranaense. A competência desta fiscalização é do IAP.

No Código Florestal estão dispostos dois dispositivos de proteção importantes que impõe a necessidade de que as propriedades rurais devam destacar Áreas de Preservação Permanentes, (APP) e as Reservas Legais, (RL) áreas de suma importância para preservação dos mananciais, rios, corpos d'água e áreas de inclinação superior a 45 graus, encostas e topos de morros. Limitação de extrema importância para preservação das águas, dos solos e das espécies vegetais e animais, ou seja, preservação da biodiversidade local sendo, portanto, áreas

de utilidade pública, dentro de áreas privadas, cabendo ao proprietário garantir a integridade destas áreas.

No que se refere ao texto desta lei no artigo 2º da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal –:

Art. 2º- Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

a) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

b) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

c) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

d) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.

Do ponto de vista de sua importância para a preservação do meio ambiente não cabe questionar a sua necessidade. O que se quer realçar é, no que concerne às comunidades Quilombolas, que boa parte destas estão localizadas as margens dos rios e nas encostas dos morros. Em outras palavras, estas comunidades estão assentadas nestas áreas há mais de dois séculos e a partir do momento que a legislação ambiental foi criada e junto com ela os parques

de preservação, mais precisamente as Áreas de Preservação Permanentes (APA), os Quilombolas tornaram-se infratores da lei por “decreto”.

E isto ocorre em todo o Vale do Ribeira, tanto no Paraná, quanto em São Paulo. Para CHAGAS (2001 p. 187) ao serem criados as APA´s desprezou-se:

[...] sistematicamente a ocupação dessas populações [e] tiveram os seus limites decretados em sobreposição a esses territórios. Junto à decretação das Unidades de Conservação, o plantio das roças de coivara tornaram-se ilegais. Deste modo, aquelas que persistiram o fizeram clandestinamente, em regiões de difícil visibilidade ou acesso para o controle da guarda florestal, repetindo o que já ocorria com a atividade da extração de palmito.

E isto é fato, pois muitos Quilombolas já foram autuados pelos fiscais ambientais e policiais florestais ao cultivarem até mesmo pequenas hortas, como foi o caso da comunidade João Surá em 2006<sup>13</sup>.

Há assim, uma contradição entre o rigor ao se aplicar a legislação para penalizar o cultivo de hortas em áreas de APP e o pouco ou nenhum rigor ao permitir que vastos cultivos de pinus e desmatamento sejam feitos até as margens de rios, encostas e topos de morros como nos relata em uma entrevista captada por CHAGAS (2001 p. 189):

Com os pequeno eles agem. O grande que faz aquela desmatação não. Os pequeno é o que eu te disse, mas os grande que fazem as coisas exagerado é livre. Isso que eu acho que é uma coisa é uma lei que não é misturada essa lei. Porque uma lei executiva ela tem que ser para os grandes e pequenos em geral. Porque, por exemplo, um pequeno que nem a gente vai ali corta meio salaminho de chão, meio salaminho de mato, porque a gente não agüenta fazer uma roça grande mesmo. Corta meio salaminho de mato e o Florestal vai e cata a gente e se ele não pagar multa até preso vai. Agora o grande que

---

<sup>13</sup> À época, a comunidade João Surá requeria um terreno e a casa onde estava instalado um posto do Instituto Ambiental do Paraná que fica dentro da comunidade. Durante muitos anos, ali funcionava um posto onde se instalava um guarda parques, no entanto, há muito tempo a casa estava sem ocupantes. Ao serem autuados por um fiscal do IAP, a comunidade reagiu à autuação e à prisão de um dos Quilombolas que fazendo uma corrente humana de isolamento no entorno da casa, retiveram os fiscais que só foram libertados depois de desistirem da autuação e da prisão do Quilombola. Relato feito por duas senhoras Quilombolas da comunidade.

derruba 100 e 200 alqueires, quantidade grande de mato, é tudo que derruba, não vai.

Percebe-se pela entrevista que os agricultores não estão requerendo atenuação do rigor da fiscalização, mas sim que se aplique o mesmo rigor a que são submetidos também aos grandes infratores que, de fato, são os verdadeiros criminosos ambientais a quem a lei deveria punir. É desta forma, como criminosos ambientais que os Quilombolas sempre foram enxergados, pelo simples fato de cultivarem pequenas roças para o sustento de suas famílias.

Neste ponto residem umas das mais difíceis tarefas onde terão que se envolver, não só o poder público, mas também, as comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense, suas entidades de representação, as associações Quilombolas, a sociedade civil organizada, além das Organizações Não Governamentais – ONG`s –, tanto as ambientalistas quanto as que trabalham com a extensão rural e Agroecologia.

Têm – se como tarefa primordial, junto com a regularização fundiária dos Quilombos, a adequação destes territórios com vistas a atender à Legislação Ambiental e ainda efetivar projetos de exploração agrícola e uso o racional da biodiversidade, o que é possível através do emprego da Agroecologia.

Neste sentido, já há experiências exitosas como a que ocorre na comunidade Quilombola/Caiçara de Mandira, comunidade localizada em Cananéia desde 1866, onde existia uma fazenda de produção de arroz. Hoje produzem em uma área de Reserva de Proteção Permanente, aliando produção agrícola, cultivo de ostras e artesanato de forma sustentável com orientação de manejo da mata e do mangue, além de gerar renda a partir do ecoturismo.

Esta experiência, que se constitui uma Reserva Extrativista ou Resex, é uma alternativa para as comunidades e Populações Tradicionais que já existem na Floresta Amazônica em áreas de seringais.

Experiências de ações promissoras, envolvendo exploração agrícola e produtiva em áreas de preservação permanente, já existem também no Vale do Ribeira paulista, há mais tempo, experiências com o emprego e dos princípios propostos pela Agroecologia<sup>14</sup>, em

---

<sup>14</sup> A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2002).

especial dos Sistemas Agroflorestais<sup>15</sup> sendo no município de Barra do Turvo o centro das iniciativas, mas que já se espalha por Eldorado, Iporanga e Bocaiúva do Sul, este último no Estado do Paraná.

No município de Barra do Turvo, em pouco mais de 20 anos, os agricultores familiares e também algumas comunidades Quilombolas, não só preservaram os remanescentes de Mata Atlântica que lhes restavam, como também reflorestaram áreas que antes estavam degradadas com espécies nativas do bioma da Mata Atlântica, fazendo assim, um caminho inverso ao que vinha sendo observado até então.

Hoje, além de uma produção de base ecológica recebem diversos grupos de agricultores e estudantes para cursos e troca de experiências. Além dos mutirões agroflorestais, o intercambio de técnicas e manejos de uma agricultura mais respeitosa do ponto de vista dos recursos naturais.

Fica claro, portanto, que é possível a convivência entre comunidades Quilombolas, que lá já se encontravam há séculos, e meio o ambiente que permanece preservado e desta interação gerar renda.

Não é demais ressaltar que se encontra radicado nas comunidades Quilombolas um profundo conhecimento do bioma da Mata Atlântica e de outros biomas onde estas comunidades estão inseridas. Seus integrantes acumularam nos séculos em que se encontram nestas regiões um conhecimento sobre os limites de respostas e poder de resiliência<sup>16</sup> de seus agroecossistemas às mudanças e transformações que sofrem.

São os melhores conhecedores, portanto, das potencialidades e virtudes de seus agroecossistemas. Localiza-se desta forma nestas comunidades a “chave” para se atingir o desenvolvimento que se deseja para a região, sendo necessárias para isto, iniciativas e projetos de longo prazo que conjuguem políticas públicas e organização social, fazendo assim, destas iniciativas, ações permanentes de desenvolvimento territorial. Experiências de exploração ecológicas que impressionam não apenas pela sua criatividade, mas que podem ser alternativas para a recuperação de áreas degradadas e poluídas, mantenedoras de pobreza social e ambiental. Alternativas reais de produção ecológica, com base nos princípios da Agroecologia

---

<sup>15</sup>Sistemas Agroflorestais, compreendem o uso racional dos solos onde se combinam espécies arbóreas lenhosas – frutíferas e/ou madeiras – com cultivos agrícolas e/ou criações animais, de forma simultânea ou numa seqüência temporalmente organizada e que interagem econômica e ecologicamente. (EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL, 2009)

<sup>16</sup> Propriedade de um corpo de recuperar a sua forma original após sofrer choque ou deformação.

e na Economia Solidária para geração de renda como as que têm experimentado a Comunidade de Mandira e os agricultores agroflorestais de Barra do Turvo.

Pelo que expusemos, podemos notar que há uma série de legislações criadas com o intuito de incluir as comunidades Quilombolas na sociedade e de lhes garantir uma série de direitos antes negados. Podemos observar que estes dispositivos legais, ao garantir direitos, devem vir revestidos de garantias para o envolvimento social e político por parte dos principais beneficiários, os Quilombolas.

No entanto, faz-se necessário uma maior rapidez, por parte dos órgãos públicos responsáveis, no tocante a legalização e titulação dos territórios Quilombolas.

Todos os artigos que cercam as questões Quilombolas com intenção de lhes garantir direitos, desde o artigo 4883/2003 até o artigo 4887/2003 e o Decreto 4886/2003 sofreram ou vêm sofrendo resistência por parte de setores conservadores da sociedade, notadamente setores da sociedade ruralista brasileira e seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

No que se refere à Legislação Ambiental, mesmo sendo restritiva em alguns pontos, principalmente no tocante à exploração de áreas próximas a rios, corpos d'água, encostas de morros com declividades acentuadas, situação em que se encontra boa parte das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense, mesmo com estas restrições é possível um desenvolvimento sustentável destas comunidades.

Em resumo, as comunidades Quilombolas têm pela frente um longo caminho de lutas para garantir os direitos já reconhecidos. E isto só será possível com envolvimento pleno destes para se fazer ouvir nos diversos fóruns onde se discuta as questões ligadas às suas especificidades.

### **CAPÍTULO III - Os Quilombos, o Campesinato e a Agricultura Familiar e a Agroecologia**

Esta revisão bibliográfica pautará aspectos que julgamos relevantes com vistas à compreensão da questão dos Quilombos, Quilombolas e seus remanescentes nos dias atuais. Neste caminho, apresenta-se a discussão da história e do desenvolvimento do Vale do Ribeira notadamente no que se refere, de alguma forma, às comunidades Quilombolas, aos negros do Vale do Ribeira e suas comunidades. Neste percurso, se discutirá também, a Agroecologia e o que esta ciência vem pautando sobre as agriculturas convencional, familiar e tradicional com o intento de aproximar esta discussão do que é a agricultura e os agricultores das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense.

Apresentamos inicialmente, um breve percurso histórico do Vale do Ribeira com intuito de localizar como se deu presença do negro nesta região, como foram as possíveis conformações e mestiçagem com o índio e o branco com o objetivo de entender como se processou a formação do contingente étnico que hoje formam os Quilombos do Vale do Ribeira.

A ocupação humana do Vale do Ribeira é sem dúvida bem anterior à chegada de Colombo à América. Segundo DEAN (2010 p. 38) a presença humana representada pelos ameríndios nas planícies sul-americanas data de pelo menos 13 mil anos. Na época da chegada dos exploradores portugueses o Brasil contava com diversas etnias indígenas que se espalhavam do litoral ao interior e daí se distribuía por toda a América do Sul.

O Vale do Ribeira, de início, servia de passagem para as várias tribos indígenas que desciam do planalto em direção ao litoral em épocas de escassez de alimentos em suas áreas originais e, desta forma, não permaneciam nesta região por períodos muito prolongados, (RIBEIRO 1995). No Vale do Rio Ribeira de Iguape, não há registro de uma etnia indígena hegemônica o que reforça a hipótese do Vale como sendo uma região de passagem dos índios em direção ao litoral.

Os indígenas paranaenses dividiam-se em dois grupos: *Tupi-gurani* e *Gê*. A primeira nação predominava no litoral, mas tinha um comportamento nômade. Os Gês habitavam as regiões Noroeste e Oeste do Paraná e (WACHOSWISC,1988) viviam basicamente da coleta de alimentos silvestres e da pesca sendo sua agricultura pouco desenvolvida em contraposição

aos Tupis-guaranis, que detinham conhecimentos mais elaborados sobre a pesca, cerâmica, e a botânica de diversas regiões, sendo esta, umas das características mais acentuada e elaborada neste grupo indígena, e que permanece até hoje. Também detinham o domínio sobre a agricultura itinerante, usando a técnica de coivara.

A presença de nações indígenas segundo a literatura parece adotar a tese da pouca densidade humana na região do Vale do Ribeira. No entanto é possível que, mesmo localizadamente, vários grupos indígenas tenham se fixado de forma mais permanente pelo território em tempos anteriores aos das Bandeiras paulistas.

Uma pista, de que povoadamentos mais permanentes tenham existido no Vale, são os nomes de municípios como o de Eldorado, município paulista do Vale, que nos tempos em que ainda era vinculado à Iguape, situação que durou até 1872, se chamava de Xiririca, nome este, que se originou de uma aldeia indígena e que perdurou até 1948 (MIRALES, 1998). Há também o caso de Cananéia, no litoral paulista, da qual o nome deriva da esposa do bacharel Mestre Cosme Fernandez que se atribui ser a índia Caniné, filha de um cacique da região<sup>17</sup>.

Sem contar os municípios de Iporanga (*Rio bonito*), Apiai (*Rio dos homens, Rio dos meninos*), Itaóca (*casa de pedra*), Itapirapuã, Itaperuçu e Bocaiúva do sul (*nome de uma palmeira - coco macaúba*), todos nomes indígenas. Ao que parece da presença das nações indígenas nesta região, sobraram apenas os nomes das localidades e dos acidentes geográficos.

Outro registro talvez que assegura que esta região foi mais importante para os povos indígenas, do que aparenta ser, é o mito em torno do caminho indígena do Peabiru, caminho que supostamente ligava o litoral de Iguape, Cananéia e Paranaguá e para as diversas regiões do Paraná chegando até a Cordilheira dos Andes no Peru, sendo este caminho ligado por outros caminhos secundários que se distribuía pelo Vale do Ribeira.

Assim, a idéia do Vale do Ribeira como sendo uma região apenas de passagem e de assentamentos temporários em épocas de falta de recursos nas regiões de origem dos povos indígenas, fica duvidosa ao se observar os marcos que os diversos povos deixaram impressas as suas marcas pela região.

Para (STRUMINSKI 1999 *apud* BIANCHINI, 2010) houve grupos que permaneciam por tempo mais prolongado nestas regiões, sendo estes também produtores de cerâmicas e que se alimentavam da pesca, da coleta e do cultivo de plantas para a alimentação. Estes povos

---

<sup>17</sup> Site da prefeitura de Cananéia: [www.cananeia.sp.gov.br](http://www.cananeia.sp.gov.br). Acesso em 22 de novembro de 2010.

ocuparam o Vale em um período anterior à chegada dos exploradores portugueses. BIANCHINI (2010) classifica este período de “*período indígena*” do Vale do Ribeira, que persistirá até 1650. A exploração da região por parte destes grupamentos para sobrevivência se dava através da pesca, da coleta e do cultivo de pequenas roças, usando ferramentas manuais para a limpeza da área onde se plantavam milho, amendoim, mandioca, algodão e fumo. Esgotada a fertilidade natural dos solos, os locais eram abandonados e se abriam novas áreas para os cultivos. Este autor divide a “*evolução e diferenciação dos sistemas agrários no território do Vale do Ribeira*” em mais seis períodos. Além do período indígena tem-se; o período da mineração do ouro de 1650 a 1750; o período da pecuária extensiva, que ira persistir de 1690 a 1880; o período da extração da erva-mate de 1730 a 1930; O período da imigração européia, que durará de 1850 a 1930; o período da exploração da madeira, que vai de 1918 a 1980; o período da “*colonização e ocupação das bases da agricultura regional*”, compreendido, entre 1940 a 1980 e, por último; o período da “*modernização conservadora da agricultura aos programas de desenvolvimento rural*” que tem início na década de 1970 e dura até os dias atuais. (BIANCHINI, 2010 p. 88 a 144).

No período indígena, o Brasil detinha pouco mais de quatro milhões de pessoas pertencentes aos diversos povos indígenas, em sua maioria do tronco Tupi-Guarani e “*Por toda a costa brasileira salpicavam diversas tribos que compunham este tronco lingüístico, o qual somava perto de um milhão de índios.*” (RIBEIRO, 1995 p. 31). Esta população era consideravelmente grande, se levarmos em conta que, nesta época, o Brasil detinha quatro vezes mais a população de Portugal só no litoral (HOLANDA, 1999). Mesmo assim, estes povos foram subjugados ou destruídos pelo explorador português.

Os exploradores tinham um foco claro, a exploração de minérios e só criavam assentamentos, como os de Iguape e Cananéia, quando sentiam que a costa e as áreas conquistadas estavam ameaçadas.

Os portugueses chegaram a partir das primeiras décadas do séc. XVI ao Vale do Ribeira, motivados pela descoberta de ouro e da instalação de uma casa de fundição em Iguape, no sudeste paulista. Em 1531, ao chegar à Europa a notícia de que no Rio Ribeira de Iguape havia muito ouro, e que não era necessário o uso de escavações, a Coroa portuguesa enviou para Iguape uma Armada comandada por Martim Affonso de Souza para ocupar e explorar a região que já contava com um pequeno povoamento de pelo menos 200 pessoas na

ilha do Bom Abrigo composta por náufragos espanhóis e portugueses e integrantes de outras expedições.

O índio, neste contexto, era considerado mão-de-obra escrava a ser usada nas Bandeiras para garimpar, servir de carregadores e fornecer informações dos caminhos e dos locais mais propícios para o garimpo e caso oferecesse resistência, eram subjugados e exterminados.

DEAN (2010, p. 40) afirma que:

“A colonização portuguesa desconsiderou os acúmulos culturais das populações indígenas que viviam na Mata Atlântica há 12 mil anos e sobreviviam neste meio com um considerável estoque de informação atribuindo nomes a centenas de espécies para as quais encontraram algum uso e sobre as quais conheciam suas propriedades, os hábitat's, hábitos e relações com outras espécies. E pelos resgates históricos eram os índios Tupis que caçavam, cozinhavam, plantavam, e curavam as doenças dos expedicionários.”

A floresta brasileira era chamada pelas nações indígena de *caá-etê* (floresta alta que não alaga). No primeiro contato que teve Saint-Hilaire com a Mata Atlântica, afirmou que as florestas brasileiras eram “*florestas virgens tão antigas quanto o mundo*” e que foram, durante gerações, esquadrihadas e derrubadas em busca de animais, minérios, plantas para escambo e venda e hoje os remanescentes da mata são de renovação secundária (DEAN, 2010 p.19 – 20 e 31).

Várias Bandeiras que exploraram a região tinham não só a intenção de explorar os minérios da região (ouro e pedras preciosas), mas também alcançar o sul do país e através da bacia do rio Paraná chegar até a bacia do rio da Prata e assim à Argentina (MIRALES, 1998 p. 19). Para esta autora a região do litoral foi extremamente importante para a Província de São Vicente sendo que:

O núcleo de Iguape já existia em 1537 e o seu porto, foi durante muito tempo um dos principais da Província de São Vicente. Iguape elevou-se a Vila em 1635, quando se instalou a Casa de Oficina Real da Fundição do Ouro que

teve o seu encerramento em 1763, época em que ocorreu o deslocamento da mineração para Minas Gerais (MIRALES, 1998).

Com a chegada dos exploradores portugueses ocorre então a ocupação do Planalto Curitibano e logo após a fundação de Paranaguá. O Planalto Curitibano, distante do Vale do Ribeira apenas 200 quilômetros “*é inicialmente resultado dos desenvolvimentos dos núcleos dinâmicos da economia colonial. A instalação de um grupamento humano no planalto, originando a vila de Curitiba e um dos resultados dessa mineração*” (IANNI, 1988 p. 16 e 17).

No Planalto Curitibano as Bandeiras encontraram os índios Tinguis do tronco lingüístico Guaraní, estes índios são capturados e escravizados sem muita resistência e usados na mineração.

No entanto, o extermínio dos índios da região se deu mais fortemente logo após o naufrágio de uma das expedições enviadas por Martim Affonso de Souza em 1524 e, nesta época, a resistência oferecida pelos índios Carijós, que habitavam as regiões da foz do rio Iguazu, do rio Paraná e da região de Curitiba, levaram os portugueses a extinguí-los (MIRALES, 1998).

A re-ocupação do Vale do Ribeira ocorrerá ao mesmo tempo em que o genocídio indígena se processa, e sofrerá forte influência, num primeiro momento, da exploração de ouro de aluvião a partir de Paranaguá e Iguape e logo em seguida pela exploração de áreas cada vez mais amplas para exploração da pecuária e o “*apresamento de autóctones por parte de grupos [bandeirantes] paulistas*” nos séculos XVI e XVII (IANNI, 1988).

Os negros que chegaram ao Vale do Ribeira foram capturados na África e eram originários de Guiné, de Angola e de Moçambique. Chegaram como escravos à região por volta do segundo quartel do século XVII para trabalharem na mineração e eram comercializados no porto de Iguape. Este porto era “*o local de venda de escravos era a Praça do Rosário em Iguape, onde também se localizava a forca. O pelourinho localizava-se na Fonte do Senhor*” (MIRALES, 1988 p. 15). “*Isto quando não eram encomendados pelos abastados senhores do ouro e do arroz que atestavam a sua presença na opulenta Iguape portuária de então*” (CARRIL, 2001, p. 28).

A mineração empregou um grande número de mão-de-obra escrava em diversas regiões. No Vale não foi diferente. Do porto de Iguape se distribuía escravos para outras regiões. ARRUTI (2003), em seu estudo sobre a comunidade Quilombola de Cangume em Itaóca afirma que, embora:

a maior concentração da população escrava tenha se dado em Iguape, ela acompanhou o avanço da exploração do ouro Ribeira acima. Desde o século XVII, portanto, acompanhando o ritmo irregular da exploração das fontes auríferas, houve entradas de trabalhadores negros escravos em direção ao Alto Vale do Ribeira, principais responsáveis pela formação da população da região (ARRUTI, 2003 p. 46).

A mineração torna-se decadente, tanto em Iguape, quanto em Paranaguá e os exploradores de ouro se deslocam para Minas Gerais interiorizando ainda mais as Bandeiras na direção do Cerrado e do Planalto Central, que já contavam com outras Bandeiras que haviam partido de São Vicente.

Com este declínio, os escravos começam a fugir dos garimpos e registros sobre estes fatos constam no Relatório Antropológico do Quilombo João Surá:

Constando-me que a ocorrência de negros que indispensavelmente se vão ajuntando nessa Vila e seu termo por conta do trabalho do Morro em que se tira ouro, faz com que muitos fujam deste e se refugiem pelos matos, dando uma indizível perda a seus senhores e que para se coibir, se carece de capitães de mato que possam capturar a todos os refugiados, e fugidos para prontamente serem entregues aos ditos seus senhores:

*“Ordeno a Vmces que logo que receberem esta nomeiem os capitães do mato que lhes parecerem bastantes para terem em respeito aos escravos e no caso destes fugirem, serem presos pelos dados capitães do mato a quem se pagará por conta dos respectivos senhores o que lhes está determinado pelo seu regimento”* (ARRUTI, 2003 apud FERNANDES, 2007 p. 28).

A partir destas fugas, vários Quilombos começam a ser formados pelos vales da região onde os negros fugidos irão procurar refúgio e encontrar segurança, apoiados na certeza de que não serão ameaçados, pois a região reservava diversas dificuldades de acesso.

Com as fugas se tornando constantes, a região do rio Pardo irá ocupar a preocupação das autoridades policiais no século XIX e serão relatados por eles como sendo uma região preferencial para estabelecer os Quilombos:

Por informações dadas por alguns moradores do Rio Pardo do Districto desta Freguezia que, nos sertões do mesmo Rio distante d'esta vinte ou vinte e cinco léguas mais ou menos, sertões que divisam com o da Província do Paraná, se achão aquilombados alguns escravos fugidos do Norte desta Província, he de necessidade destruí-los pois que do contrario torna-se mais perigoso e graves prejuízos, consta mais que apara ali tem se dirigido alguns criminosos que talvez estejam reunidos, e como esta subdelegacia querendo ver se pode batel-os e não podendo o fazer por ter de fazer algum dispêndio não so pela distancia como pelo perigo da viagem do Rio por ser caudalosos (FERNANDES, 2007 p. 29)

Anterior a estes movimentos, se espalhará grupamentos como os da Vila de Curitiba, formada a partir do ciclo do ouro e estabelecida após seu declínio, outros menos importantes e que, por seu turno, criará as comunidades Quilombolas, que, encaixadas às margens dos rios do Vale do Ribeira e espalhadas nas franjas das Serra do Mar sobreviverão até os dias atuais.

QUEIROZ (2006) trabalha com duas hipóteses complementares sobre a presença dos negros na região ao discutir a origem dos negros na comunidade Quilombola de Ivaporunduva:

Pode-se [...] aventar como primeira hipótese que o estabelecimento da escravidão no local e a vinda de negros alforriados tenha ocorrido com a migração de escravos, de libertos e de população branca como resultado da decadência aurífera nas Minas Gerais, entre finais do século XVIII e inícios do século XIX. A hipótese seria entretanto infirmada pelos relatos históricos sobre a atividade mineradora que acontecia na região que vai de Iguape a

Paranaguá desde o século XVI. Durante todo o século XVII, a atividade mineradora é corriqueira tanto no litoral de Iguape e Paranaguá, como nos sertões serra acima que lhe são contíguos. O que se pode afirmar à luz de uma segunda hipótese, é que o afluxo da população de origem africana à região foi decerto muito incrementado com as migrações que se sucedem à decadência das Minas Gerais, em fins do século XVIII e inícios do século XIX sendo, entretanto bem anterior a essas datas (QUEIROZ, 2006 p.41 – 42).

Os negros cativos foram levados neste período para trabalharem também nos cultivos de arroz. Cabe ressaltar, porém, que este comércio de escravos ocorria sob a proibição de tráfico de escravos imposta pela Coroa Inglesa em 1830<sup>18</sup> e só posta em prática efetiva em 1850.

Há, portanto, dois movimentos contrários quando o ouro escasseia no Vale, desloca garimpeiros para as Minas Gerais, e esta, ao se tornar decadente, trás novamente novas levas de escravos para o Vale para trabalhar nas lavouras de arroz.

Mesmo existindo o comércio de negros vindos da África havia como alternativa aos preços altos que alcançam os negros africanos, o comércio interno de escravos.

Mas o fato é que o grande desenvolvimento de diversos países europeus, sobretudo da Inglaterra, se deveu às riquezas extraídas e subtraídas dos países sul-americanos sob trabalho escravo, Prado Junior afirma que:

[...] o desenvolvimento da Europa só foi possível porque a economia do Brasil colônia foi orientada para atender a demanda européia por produtos tropicais e mineral de grande importância (açúcar, ouro e algodão), sendo todo o resto dependente a tais objetivos. Através da monocultura itinerante se desbravava as áreas de maior potencial produtivo que, depois de esgotado seus recursos, eram abandonadas (PRADO JUNIOR, *apud* COSTA, 2004 p.9).

---

<sup>18</sup> Em 1830 o tráfico é considerado ilegal e com ele cria-se um novo mercado baseado no contrabando e na corrupção do judiciário aliando a toda uma máquina do Estado que passa a servir e ser mantenedora e protetora desse tipo de comercio. (MOURA, 1988 p. 21)

Com a decadência do ouro outras alternativas produtivas foram buscadas, algumas deslocadas das cercanias litorâneas indo em direção ao interior do Estado de São Paulo onde deu-se o início das lavouras canavieiras e cafeeiras que foram instaladas na região do Vale do Paraíba e na direção do Estado do Rio de Janeiro.

É nesta época que na região do Vale do Ribeira, Iguape e Cananéia, se dará início as lavouras de arroz nas várzeas e sua produção será destinada à exportação.

Na primeira metade do século XIX, ao mesmo tempo em que no restante do Estado se expandia a agricultura canavieira e cafeeira, a região se destacou pela expansão do cultivo do arroz destinado à exportação. Com isto, houve o crescimento de engenhos hidráulicos para beneficiar o produto. Vários fatores marcaram o fim da produção de arroz para a exportação, como as oscilações do mercado externo, a proibição do tráfico de escravos em 1850 e a oficialização do fim da escravidão no final do século (MIRALES, 1998 p. 21).

O ciclo do arroz se estabelecerá mais fortemente no sec. XIX nas grandes fazendas. O arroz é produzido nas várzeas dos rios da bacia do Rio Ribeira de Iguape e esta produção é transportada até o porto de Iguape para exportação via Rio Ribeira, em canoas, transporte que foi intensamente utilizado até as décadas de 80 e 90 do século XX e que hoje, só são encontrados em festas religiosas, que ocorrem todo final de ano em Iporanga em devoção à Santa Padroeira do município.

A cultura do Arroz apresentou-se como alternativa à decadência da mineração. Inicialmente, constitui fonte de subsistência familiar, mas em seguida foi incorporada por grandes produtores. No início do século XIX, tinha se tornado o principal produto da região [...] se tornará também principal produto de exportação, muito semelhante a que o café representou para outras regiões de São Paulo. Com a expansão da cultura do arroz em escala comercial, destinada aos mercados externo e interno abriu-se uma nova fase de prosperidade e de pólo de atração populacional para o Vale do

Ribeira. Os escravos continuaram sendo a principal mão-de-obra utilizada nas plantações (CARRIL, 2001 p. 30).

As Bandeiras ao caminhar em direção ao Sul não se aprofundaram na direção oeste dos Estados do Paraná, Santa Catarina nem do Rio Grande do Sul, fixando povoamentos sempre próximos ao litoral.

Pode-se inferir, que as comunidades Quilombolas tenham sua gênese a partir do ciclo do ouro e das Bandeiras paulistas pelo apresamento de índios. Com o avanço da pecuária extensiva e do cultivo de arroz no Vale do Ribeira, levas de negros seguem para a região do Vale do Ribeira paulista, o que reforçará as comunidades já existentes. Assim, a formação dos Quilombos na região, tem a sua formação baseada na interação entre os ciclos econômicos que se estabelecem e entram e declínio.

Nestes cenários declinantes, muitos escravos são abandonados, alforriados e entregues à própria sorte, pois não era viável para seus donos levá-los para as regiões mais distantes sem correr o risco de morrerem todos de fome.

BERNINI, (2005, p. 14) sustenta que:

A fundação dos povoados mais antigos do Vale está, portanto, ligada à atividade mineradora, como é o caso de Xiririca, Iporanga e Apiaí, ambas fundadas no século XVI pelo movimento das bandeiras que adentravam margeando os rios da bacia do Ribeira, em direção ao sul. A entrada de escravos no Vale foi realizada por meio desse movimento e se tornou a mão - de - obra de sustentação para o desenvolvimento da mineração na região.

MIRALES (1998) também registra este fato, ao salientar que além do abandono havia uma série de outros fatores que concorriam para que os negros se fixassem nos locais e áreas abandonadas pelos seus antigos senhores. Sendo assim:

A implantação da lei do Ventre Livre, as alforrias e a abolição foram processos que reuniram uma série de questões, através das quais se mostrava, por exemplo, que a população escrava que aos poucos conquistava a liberdade, se via sem condições para a sua reprodução social. As pesquisas

sobre os documentos de alforrias têm mostrado que estas foram concedidas ou vendidas pelos donos aos seus escravos, ou seja, constituíam-se na possibilidade de resistência através de testamentos. As grandes áreas de terras e as despesas para com os antigos escravos se tornaram um problema para os senhores. Além das terras que já haviam sido apropriadas pelos refugiados, outras apropriações dos territórios ocorreram de diferentes formas. Com o fim da escravatura, a população liberta procurava sua subsistência alimentar através de fixação na terra, conseguida através do acerto de dívidas, da ocupação e também da doação de terras. Esta população era composta de cativos que fugiram, alforriados e filhos das escravas com os colonizadores e proprietários dos escravos (MIRALES, 1998, p. 30).

O fato também é que estas comunidades, nos primeiros anos de sua instalação, mantiveram laços e criaram outros no decorrer de sua história no Vale. Com a ocupação e formação dos Quilombos, criou-se uma cultura própria, qual seja, a cultura caipira como a descrita por Antonio Candido. Uma cultura rústica, porém, elaborada no que se refere à sua complexidade e riqueza de elementos simbólicos. Para Antonio Candido, portanto, a:

Sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência (CANDIDO, 1971 p. 36).

Os negros, ao estabelecerem-se em Quilombos na região do Vale do Ribeira, o fazem com um aporte considerável da cultura caipira, adaptando os recursos naturais disponíveis com técnicas de cultivos que são resultado dos cultivos itinerantes e dos cultivos de coivara herdados dos povos indígenas, com ferramentas rudimentares introduzidas pelo explorador português, além da religião católica.

É nestas bases que a liberdade não é apenas conquistada, mas também construída em uma situação de extrema adversidade imposta pelo regime e forma de sociedade na qual se achavam vinculadas nos tempos da escravidão.

No que diz respeito aos ciclos econômicos da mineração e do arroz, o que se pode inferir é que os Quilombos têm sua origem localizada no período em que estes ciclos aconteceram na região. Isto devido ao fato de que se necessitava de mão de obra em abundância para dar conta de lavouras cultivadas para fins de comercialização, cujo mercado não era só o interno.

Com o declínio destes dois ciclos e o fim da escravidão no século XIX, as fazendas começam a contratar mão-de-obra livre. Concomitantemente se dirigem para a região um grande número de imigrantes com o intuito de cultivar café no lado paulista e pecuária extensiva e erva-mate no lado paranaense. Estas culturas também declinam em poucas décadas, por conta das condições climáticas, que não são favoráveis.

Não nos interessa discutir de que forma os indivíduos e os elementos da cultura indígena, que podem ainda remanescer, chegaram e contribuíram para formação dos Quilombos atuais. No entanto, a única suspeita é que esta presença pode estar impressa na mestiçagem dos indivíduos que constituem estas comunidades e na história que se reproduz oralmente entre os seus componentes. Pois, da mesma forma que estas comunidades adaptaram elementos da cultura cristã européia, trazida pelos portugueses, também associaram elementos da cultura, misticismo indígena e africano sensivelmente notado nos Quilombos do Vale do Ribeira.

Ademais seria demasiado forçoso afirmar, que a presença do indivíduo indígena propriamente dito na formação das comunidades Quilombolas que hoje existem no Vale do Ribeira, tenha sido uma constante nos primeiros decênios da história de cada uma. A literatura nos apresenta a informação de que os ocupantes originais do Vale do Ribeira, do litoral e dos planaltos foram escravizados e dizimados ainda no primeiro século da presença portuguesa e os que não o foram, morreram por meio das várias endemias e moléstias trazidos pelo homem “civilizado” da Europa.

Os índios que hoje habitam o litoral, por exemplo, assim como a floresta, são povoamentos recentes na região. Desta forma, é ainda *“hoje incômoda a presença de indígenas na região, que se restringe atualmente ao recente retorno de um grupo, também*

*Guarani, à Cananéia*” (MIRALES, 1998 p. 16). Há também, povoados e aldeias Guaranis em Paranaguá, Matinhos, Guaraqueçaba e mesmo na cidade de Curitiba e região metropolitana desta capital, todos recentes na região.

Neste aspecto, a presença indígena na região, pode ser mais bem compreendida pelo fragmento de um relato feito por um Quilombola a MIRALES (1998), que mostra com é representada a imagem do índio na memória oral das comunidades Quilombolas do Vale.

A memória oral das comunidades onde trabalhamos conta sobre a presença indígena. No entanto, as lembranças são veladas:

*“... O pessoal falava que nós temos raça de índio também...”.*

*“Quando a gente ia rezar, ela falava que tem gente no mato...”* (MIRALES, 1998 p.19)

Pode-se afirmar, que a presença indígena tenha influenciado a cultura, os cultivos agrícolas e o uso de plantas (alimentos e ervas medicinais) extraídos da mata. A mitologia indígena está impregnada nas comunidades Quilombolas e a sua presença é ainda hoje possível de se observar nas histórias de entidades que “habitam” a mata.

Passados 122 anos da promulgação da lei que determinou o fim da escravidão no Brasil percebermos que as ciências como um todo pouco avançaram no sentido de explicar como se deu o desenvolvimento do negro e suas formas de organização no meio rural, sobretudo nas comunidades Remanescentes de Quilombos espalhadas pelo território brasileiro.

Nota-se que muito pouco se avançou neste campo face à importância que a situação do negro merece. O Problema vem se avolumando desde a proibição da escravidão, pois, os Afrodescendentes que perfazem quase metade da população do país ainda não foram, em sentido amplo, libertos.

Um estudo revelador sobre os significados da liberdade no sudeste escravista no séc. XIX, MATTOS (1999) realça que, em uma época marcada pela violência do sistema escravista, havia a existência de certa “economia moral” que demarcava um complexo espaço entre o público e o privado, em que senhores e escravos negociavam sua liberdade.

A questão que paira ao se observar esta situação e se a liberdade destas comunidades ainda continua a ser cotidianamente negociada.

Como resultado da dinâmica de ocupação humana e da exploração econômica do Vale do Ribeira, Valter Bianchini nos apresenta de forma resumida o que se pode inferir como resultados dos ciclos econômicos são o:

- 1) Povoamento do litoral, por mineradores vindos de vários pontos do Brasil;
- 2) Surgimento de Paranaguá;
- 3) Desbravamento e colonização do Primeiro Planalto, até então praticamente desconhecido;
- 4) Fundação de Curitiba originada das vilas e arraiais auríferos;
- 5) Aberturas de picadas e que depois se transformaram em caminhos que ao tornarem-se estradas ligaram o Planalto Curitibano ao litoral. Transpondo a Serra do Mar, criam-se vias de comunicação vitais para o desenvolvimento da região e o início da integração das terras do Vale do Ribeira;
- 6) Novas técnicas de agricultura incorporada por negros, portugueses e espanhóis aos sistemas agrários regionais desenvolvidos pelos indígenas e a introdução de um grande número de novas variedades e de cultivos (BIANCHINI, 2010 p. 93 e 94).

Neste processo que culminou nesta gama de resultados depositados na importância que teve o ciclo do ouro, pode-se imputar também o desmatamento de extensas áreas da Mata Atlântica e do assoreamento de vários rios. Os remanescentes deste bioma que ainda restam são de renovação secundária. Como resultado dos ciclos econômicos restou também a formação étnica que hoje se percebe no Vale do Ribeira, formada por negros, brancos e índios.

## 1 - Os significados de Quilombos e Remanescentes de comunidades Quilombolas

A definição moderna de Quilombo está distante das definições que se davam em outros tempos e estudos. Vem evoluindo com novos estudos e novas abordagens metodológicas. Este conceito vem sendo ressemantizado pela Antropologia e pelos movimentos sociais que representam a questão do negro ampliando seus significados.

A concepção que se tem hoje sobre os Quilombos distanciou-se imensamente do sinônimo de negros rebeldes que, em fuga da opressão escravista, se organizavam em grupamentos de pelo menos cinco negros sem nenhum recurso a não ser a vontade de obter a liberdade e sobreviver.

Distanciou-se também do seu principal referencial histórico, o Quilombo de Palmares. Não que este tenha perdido sua importância histórica seu modelo de insurgência contra a opressão desumanizadora do sistema escravista, de resistência, de coragem e luta, em sentido amplo, é uma das características que ainda se observa quando, politicamente, os Quilombos na atualidade o invocam como símbolo, e seu líder, Zumbi, como exemplo de heroísmo.

Desta forma Quilombo e Remanescentes de comunidades de Quilombos, são conceitos diferentes:

Há na atualidade um certo senso comum em torno do conceito atribuído à palavra Quilombo, que normalmente remonta ao conceito do Conselho Ultramarino Português datado de 1740, o qual define quilombo como *“toda habitação de negros fugidos, que possuem pelo menos cinco negros em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”* (LEITE 2000 *apud* LOPES 2010).

Os significados da expressão Quilombo, são diversos e, neste sentido, pode adotar as seguintes derivações:

Quilombo, deriva da palavra Kilombo da língua Mbundo do tronco lingüístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação

de jovens africanos guerreiros/as, Mbundo, dos Imbangala. Também a etimologia da palavra deriva do Quimbundo (Kilombo) significando ‘acampamento’, ‘arraial’, ‘povoação’, ‘capital’, ‘união’ e ainda ‘exército’ (ITCG, 2008 p.26).

Há, portanto, um deslocamento do que significa a expressão nas línguas africanas que a geraram e o significado que adotou os diversos segmentos e agentes históricos envolvidos. Através da definição ultramarina qualquer ajuntamento com um número mínimo de cinco pessoas em local despovoado, mesmo que não fosse ainda uma comunidade, poderia ser considerado um Quilombo. A intenção nestes tempos era, obviamente, o de coibir qualquer intenção de negros escravos em fuga de se aliarem, se juntarem e, assim, formarem organizações mais sólidas, os Quilombos.

Além dos Quilombos no Brasil, uma diversidade de organizações formou-se em diversas partes das Américas com o mesmo fim e, assim:

As comunidades formadas pelos negros escravos, que fugiram do trabalho forçado e resistiram a recaptura por parte das forças escravocratas, receberam vários nomes nas diversas regiões do Novo Mundo: Quilombos ou Mocambos no Brasil; Palenques na Colômbia e em Cuba; Cumbes na Venezuela; Marrons no Haiti e nas demais ilhas do Caribe francês; grupos ou comunidades de Cimarrones em diversas partes da América Espanhola, maroons, na Jamaica, no Suriname e no Sul dos Estados Unidos (CARVALHO, 1995 p. 15).

Todas com o mesmo objetivo o de resistir ao sistema escravista e sair à procura da liberdade. Para LEITE *apud* ITCG (2008, p. 26 e 27) os significados são mais complexos, pois:

O Quilombo emerge como movimento identitário nos anos 70 do século XX, fazendo referência à legislação e aos atos jurídicos que historicamente impossibilitaram os africanos e seus descendentes à condição de proprietários plenos. A inversão deste fato no plano dos direitos humanos, culturais e

sociais, inscreve uma nova ordem na legislação brasileira dos anos 80, instaurando no plano do reconhecimento estatal, novos sujeitos de direitos. Expressão e palavra amplamente utilizada em diversas circunstâncias da história do Brasil, “Quilombo” foi primeiramente popularizada pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista, bem como às suas lutas pelo fim da escravidão no país. Em seguida, foi também expressão dos afrodescendentes para designar a sua trajetória, conquista e liberdade, em amplas dimensões e significados. O caso exemplar é o Quilombo dos Palmares, que resistiu à administração colonial por quase dois séculos. Após a abolição do sistema colonial em 1888, o quilombo vem sendo associado à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afrobrasileira, propostas pelos movimentos negros com amplo apoio de diversos setores da sociedade brasileira comprometidos com os Direitos Humanos.

A definição de Quilombo, criada pela Coroa portuguesa, surgirá quase cinco décadas após a destruição de Palmares sendo possível inferir, que a experiência de sobrevivência tão longa deste Quilombo, tenha motivado a fuga de escravos e a formação de diversos Quilombos pelo território colonial, daí a motivação do Governo colonial em tornar crime o ajuntamento de pelo menos 5 negros.

No entanto, esta definição já foi superada e tem valor apenas histórico, não sendo possível atribuir aos Quilombos atuais e a diversidade de formas e situações que estes assumiram, a dimensão de ilegalidade que o Conselho Ultramarino quis dar.

Subseqüente a este conceito, advirá definições sobre o negro escravizado no Brasil e os Quilombos, mas sempre sob um olhar desqualificador da sua importância na formação da nação. Sob este aspecto cabe reproduzir o que ROMERO (2005) expõe no livro “*Antologia do Negro Brasileiro*” de Edson Carneiro:

Quando vemos homens como Bleek, refugiarem-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África nas nossas

cozinhas, como a América em nossas selvas e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido neste sentido! É uma desgraça (ROMERO *in* CARNEIRO, 2005 p. 15).

Sob esta ótica a África de Romero coube apenas na cozinha brasileira, fica a pergunta: onde caberiam então os Quilombos? Há que se considerar que mesmo desfocada a intenção de Romero calcava-se em boas bases, a de conhecer a realidade do negro brasileiro. Assentada na visão preconceituosa da raça inferior e, ainda nas palavras deste autor, “*o negro não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, malgrado sua ignorância, um objeto da ciência.*” (CARNEIRO, 2005 p. 15)

A antítese a esta opinião está localizada na visão política que impunha a opinião do abolicionista Joaquim Nabuco e seu discurso pela libertação dos escravos, onde imprime a importância que teve o negro para a construção da nação:

Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que a faz trabalhar (NABUCO *in* CARNEIRO, 2005 p. 25).

A partir deste preâmbulo sobre a importância do negro e das definições e conceituações sobre Quilombos e Remanescentes de Quilombos, é interessante trabalhar as reflexões que faz GOMES (2005) sobre a historiografia do fenômeno Quilombola. Segundo o autor, a História tem trilhado um caminho longo havendo dois tipos de abordagens iniciais sobre o Quilombo.

A primeira linha interpretativa surge na década de 30 sob a influência de Nina Rodrigues que tinha como objetivo estudar os Quilombos e Mocambos no Brasil a partir do foco da contra-aculturação. Mais tarde, autores como Arthur Ramos, Edison Carneiro e, posteriormente Roger Bastide, dão continuidade a esta linha de pesquisa sobre os Quilombos como fenômenos de resistência cultural, numa visão um tanto romantizada.

O problema desta linha de pensamento é que a interpretação conceitual sobre a cultura que, nos Quilombos, representou uma “*experiência social estática*” representando uma “*genuína cultura de origem africana, pois estaria longe de um sistema aculturativo encontrado nas senzalas imposto pelos senhores*” (GOMES, 2005 p. 27),

A Segunda linha de interpretação surge como crítica à primeira ao negar o conceito do negro dócil ao sistema que o subjuga. Por esta análise, o conceito de Quilombo será revisitado sob o ótica marxista qual seja, sob o ângulo da luta de classes e do materialismo histórico. Como principais estudiosos desta linha interpretativa destacam-se: Clovis Moura, Alípio Goulart, Luís Luna e Décio Freitas.

Houveram, nas duas linhas interpretativas, contribuições importantes. Na primeira, as contribuições dadas por Roger Bastide que formula uma explicação original que aponta para a formação de uma cultura afrobrasileira, forjada numa relação intensa e importante com os grupos indígenas.

Na corrente de viés marxista Clovis Moura, com pioneirismo, aponta que as relações dos Quilombos com a sociedade que os margeavam, e mesmo com a população de escravos, eram complexas (GOMES, 2005 p.27). Parte-se deste pressuposto para inferir, que além de intensas, estas relações delimitaram espaços econômicos e sociais bem claros em seus objetivos e estratégias.

A partir destas duas linhas interpretativas o conceito de Quilombo sai da academia e adere às lutas políticas do Movimento Negro, principalmente na década de 70. Foi uma tentativa de tentar interpretar o conceito e de resgatar os significados dos Quilombos como “*heróis em luta, resistência cultural, etc.*”. O termo se espraiou para a área artística, como uma importante ferramenta de contestação à dominação “branca” do samba, sendo mesmo incorporado como “*paradigma de etnicidade, de cultura e de raça*” (GOMES, 2005 p.29).

É a partir desta ressemantização do conceito de Quilombo, nas perspectivas culturalista e materialistas que se terão subsídios para instrumentalizar os movimentos políticos de luta contra o racismo, onde Palmares, como exemplo, empresta ao conceito de Quilombo o contorno revolucionário e de resistência. Sendo mesmo, o paradigma ideal de democracia racial e de luta contra o racismo e o preconceito.

Houve por parte dos sociólogos, historiadores e antropólogos outros estudos no sentido de “cercar” o conceito e que também foi trabalhado por GOMES (1996) citado por SCHIMITT (2002, p. 2) onde discute o conceito de campo negro:

Uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveu, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos.

Campo negro então seria um universo conceitualmente maior onde se insere uma complexidade também maior de situações sociais e, onde estariam inseridas, comunidades negras rurais, os agricultores familiares, e as comunidades Quilombolas, ou seja, toda esta gama de organizações sociais que envolvem o negro e os conecta a partir da “*complexa rede social*” ao mundo que os circunda.

Alfredo Wagner Berno de Almeida ao discorrer sobre Quilombos afirma que:

Quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo, embora simbolicamente tal mediação possa ser estrategicamente mantida numa re-apropriação do mito do bom senhor, tal como se detecta hoje em algumas situações de aforamento (ALMEIDA, 2006 p. 92).

Há situações registradas na literatura em que os Quilombos existiam, de forma organizada, a menos de 100 metros da casa grande, como foi o caso do Quilombo do Frechal no Maranhão ou mesmo nas senzalas onde os escravos mantinham uma produção autônoma com a qual negociavam com os comerciantes locais. Nesta época a economia com estes grupos eram intensas e os comerciantes tinham interesses em manter esta relação, pois era muito lucrativo (SCHIMITT, 2002).

O trabalho realizado por Renato da Silva Queiroz, sobre a comunidade Quilombola de Ivaoporanduva em Eldorado, salienta que não foi com a abertura da estrada de rolagem Eldorado-Iporanga em 1969 que a comunidade teve sua ligação com o mundo “exterior”. Os Quilombolas já se comunicavam pelo leito do Rio Ribeira ao sabor das suas cheias e vazantes.

Levavam e traziam produtos negociados na cidade, ou motivados por práticas religiosas como, ramarias e à procura dos serviços oferecidos pela justiça.

Nas [...] áreas e agrupamentos rurais tradicionais [...] o isolamento não era tão acentuado quanto se supunha [...] O aspecto fundamental da questão passa a ser, portanto, não a existência ou ausência de contatos, mas a intensidade que assumem e, mais importante ainda, as suas especificidades (QUEIROZ, 2006).

Por este ângulo vê-se que o conceito de Quilombo é antes de tudo uma forma de resistência ao sistema que o domina, seja ele um sistema escravista ou capitalista em tempos de invisibilidade social do negro e suas questões. Mas a resistência não impede que trocas, negociações e as relações socioeconômicas aconteçam.

O conceito de comunidades Remanescentes de Quilombos foi discutido pela ABA – Associação Brasileira de Antropologia – para dar conta a uma demanda proposta pelo Ministério Público Federal em 1994.

A ABA então, em congresso realizado em outubro de 1994 no Rio de Janeiro, sugere o conceito de Quilombo como: *“Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”* (ITESP, 2000 p. 7). Outra definição, de maior contorno “sai” das discussões da ABA e é apresentada da seguinte forma por O’DWYER (1995, p.1):

Quilombo tem novos significados na literatura especializada, também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha conteúdo histórico, vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de modos de vida característicos, e na consolidação de território

próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho nem por número de membros, mas por experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Constituem grupos étnicos conceituados pela Antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios de afiliação ou exclusão.

Esta diversidade de definições é cercada de histórias de vida, de estudos, de lutas, enfim não se enquadra docilmente como um conceito como coisa dada. Discute e negocia seus limites definitórios, impondo-lhes condicionantes que visam carregá-los de sentido social, para que não representem vesgamente à realidade vivida pelos camponeses negros que, ao conceituá-los, tenta restringi-los.

## **2 - O Campesinato Quilombola**

Ao discutir as comunidades Remanescentes de Quilombos, estamos pensando naquelas circunscritas no campo, no espaço rural, vivendo da terra e da agricultura, trabalhando sob a lógica da organização da família.

A definição conceitual de camponês envolve esta lógica: a de viver *do e no* campo. Produzindo de forma camponesa, em condições produtivas que aliam um conjunto de conhecimentos e saberes sobre seu território para a reprodução familiar. Saberes e conhecimentos que foram herdados de seus antepassados, mediados pela troca dialética com outros sujeitos em tempos e espaços os mais diversos possíveis. Para (MENDRAS 1976 *apud* LAMARCHE, 1993 p. 17) o modelo camponês define-se a partir dos seguintes princípios:

1. Há inter-relação entre a organização da produção e a necessidades de consumo;
2. O trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo do trabalho familiar não é quantificável;
3. Os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca;

Para H. Mendras o tipo ideal de sociedade camponesa defini-se por cinco características:

1. A relativa autonomia face á sociedade global;
2. A importância estrutural dos grupos domésticos;
3. Um sistema econômico de autarcia relativa;
4. Uma sociedade de interconhecimentos;
5. A função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (LAMARCHE, 1993 p.17).

Historicamente o campesinato brasileiro desenvolveu-se sempre de forma subalterna em relação à realidade hegemônica, tal subordinação se deu sob o regime capitalista. Para LAMARCHE (1993):

[...] a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade (LAMARCHE, *idem* p. 180).

Ao olhar por este ângulo, o negro camponês gestado nesta realidade assume um papel de *subordinado da subordinação*, pois seus sujeitos (o negro) saem, não todos, mas boa parte, da condição de escravo (quando esta era a sua condição) até mesmo de outros camponeses, para a condição de camponês.

E isto toma contornos mais relevantes ao depararmos com o regime de distribuição de terras no Brasil. Ao sair do regime de sesmaria em 1822 para o regime de propriedade privada da terra, através da Lei de Terras em 1850, cria-se mais obstáculos ao acesso a terra para grande parte dos camponeses.

Boa parte destes camponeses eram posseiros e em seu meio também se achavam negros libertos, alforriados, de escravos fugidos e aquilombados. Como resultado temos hoje um país em que aconteceram as mais diversas formas de violências em torno da terra durante a construção da sua sociedade, a começar pelo genocídio indígena, e onde outros confrontos

foram impetrados para expropriar os camponeses que haviam se apossado das terras. Dentre estes ocorreram, no decorrer dos últimos 120 anos, os confrontos de:

Canudos, na Bahia (1893-1897), o Contestado, no Paraná e Santa Catarina *primeira confronto armado a utilizar o avião como arma no mundo*<sup>19</sup> (1912-1916), a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, entre 1952 e 1964, as Ligas Camponesas, no Nordeste, em 1955 e, hoje o Movimento dos Sem Terra (MST), são exemplos das lutas pela terra no Brasil (CARRIL, 2001 p. 42).

A intenção é clara e tem sido realçada por diversos autores como uma estratégia, pois num país onde o regime de trabalho é livre (fato que fora previsto como possibilidade em 1822 ao se abolir o regime de sesmaria) a terra tem que ser cativa (CARRIL, 2001 p.41). No entanto, o sistema de terra e trabalho cativos, durou ainda até a abolição da escravidão negra.

No Paraná, houveram diversos conflitos, como os discutidos por (SALLES, 2010 p. 2):

O Paraná durante os século XX foi palco de verdadeiras guerras camponesas (Guerra do Contestado 1912-16, Revolta de Porecatu 1945, Revolta dos Colonos do Sudoeste em 1957, Guerra da Serra da Pitanga) e vários outros conflitos de menor escala: na “região de Tibagi (1933-35 e depois em 1941), em Jaguapitã (1946-49), Campo Mourão (1948 e 52), Cascavel (final da década de 50 até 61), Alto Paraná (1961)”. Estas disputas envolviam pequenos agricultores genericamente chamados de “posseiros” ou “colonos”, grandes proprietários e empresas colonizadoras, em geral articuladas indústrias madeireiras.

Como um sujeito diferenciado socialmente pela *desqualificação* que lhe é imputada, a de mercadoria mais importante numa economia essencialmente agrícola e dependente, como este sujeito ao se tornar camponês, negro “livre”, se estabelece numa realidade em que a terra não é um bem com função social para garantia da liberdade conquistada, mas sim, uma

---

<sup>19</sup> Grifo nosso.

mercadoria a ser comprada e negociada? As comunidades Quilombolas podem ter sido uma tentativa de resposta a esta questão.

As comunidades negras rurais, entre elas as comunidades Quilombolas, traduzem de forma fiel uma das principais características do campesinato, que os diferem e que também fazem com que esta categoria seja persistente na realidade rural brasileira como tal. Uma destas características é a resiliência. Característica que faz o campesinato resistir às investidas por vezes destruidoras de sua principal estrutura, a família. Como as investidas sofridas pelas comunidades Quilombolas do Paraná que:

[...] não estiveram imunes a estes conflitos – como podemos observar dos relatos de Paiol de Telha e Varzeão, Guajuvira e Serra do Apon, onde moradores referem-se a violentos casos de jagunçagem nas décadas de 1950-70. A colonização russa em Ponta Grossa está indiretamente associada à subtração na década de 1910 de terras da Fazenda Santa Cruz, onde se situava o quilombo do Sutil (SALLES, 2010 p. 3).

E ainda há que se lembrar aos ataques feitos por uma milícia armada contratada por empresas que cultivam pinus na área da comunidade Quilombola de Varzeão, em Dr. Ulysses em agosto de 2008. O que demonstra que estes conflitos não estão localizados no passado. Mesmo sob o regime capitalista e sob o julgo das violências mais cruéis, o campesinato nas comunidades Quilombolas vem resistindo pela persistência da família que, na lógica dos Quilombolas, é uma característica forte e se insere no âmbito das respostas criativas forjadas para resistir à opressão e assim:

Levam em conta em primeiro lugar a satisfação básica da família, ou seja, a sobrevivência física. Se não houver determinada margem de lucro em determinado período da produção agrícola, ele não abandona a terra, pois ela é sua base de reprodução física e cultural. Ao contrário, empresário capitalista trabalha essencialmente dentro de uma certa margem de lucro, sem o qual não continuará investindo capital. Para ele a terra é um bem de capital, tanto quanto o é a indústria na cidade (CARRIL, 2001 p. 41).

Neste universo de repostas criativas também se inserem a umbanda, as Irmandades Negras e o candomblé e a:

Riqueza de mitos e ritos é que permitiu uma atualização criativa das instituições negro-africanas em terras alheias. [...] Ressemantização criativa de símbolos da tradição africana foi também uma ressemiotização das organizações políticas estatais e familiares. [...] Recriaram laços solidários outrora impossíveis, foram traçados sob o jugo da escravidão e recriaram as relações entre nações e etnias adversárias ou desconhecidas. É uma instituição social que, em situações adversas, soube manter e recriar os valores civilizatórios de seu lugar de origem, ao mesmo tempo em que incorporou os valores dos nativos do Brasil (OLIVEIRA, 2006 p. 87-88).

O autor discorre sobre as estratégias das diversas etnias africanas para resistir, pois no Brasil, foram divididas e separadas de suas famílias, “embaralhadas” e enviadas para diferentes regiões do Brasil.

Por este motivo, a estrutura que encontravam na África foi impossível de ser mantida, ao passo que as várias etnias que cultuavam uma variedade de divindades agora estavam juntas na mesma senzala sob o mesmo jugo. Se em território africano eram inimigos, em terras brasileiras se uniram para continuar a existir.

O campesinato Quilombola começa a ser moldado nas brechas que se abrem no sistema escravista e CARDOSO (1987) ao usar a expressão denominada “*brecha camponesa*” para designar as atividades econômicas que existiam nas colônias escravistas, que no sentido histórico pode nos apontar como foi construído o campesinato que hoje se observa nas comunidades Quilombolas.

Esta brecha camponesa era concedida aos escravos e determinava um espaço dentro da fazenda de seu dono e um tempo na semana para trabalharem suas lavouras, que garantiriam a subsistência dos escravos e suas famílias, minimizando assim, os custos que seus senhores tinham e também para mantê-los sob controle.

A brecha camponesa, não se limitava a garantir aos escravos, tempo e terra para cultivarem seus alimentos. Concedia também a liberdade para produzir outros produtos de

maior valor comercial e negociar livremente com quem desejassem, fossem cativos ou libertos, e com o lucro advindo, comprar a liberdade definitiva.

1. A economia independente de subsistência que os Quilombolas organizavam em seus Quilombos;
2. Os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas, aos escravos não domésticos criando um mosaico camponês – escravo, coexistindo no mesmo espaço (CARDOSO, p.37).

QUEIROZ (2006 p. 49) trabalha o campesinato do Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira paulista, utilizando a expressão “sitiantes tradicionais” para chegar ao camponês como identidade. Já para a categoria sitiante, Queiroz a conceitua como sendo o “*produtor que trabalha direta e pessoalmente a terra com o auxílio da família, contratando, ocasionalmente, alguns empregados*” (QUEIROZ, 2006 p 49).

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o camponês retém certos traços que o definem e estas seriam as seguintes:

[...] O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com ele correlatos. Assim dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar – de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar a mão-de-obra (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973 p. 29 e 30).

Nas definições de camponês feitas por Karl Marx e apresentadas por QUEIROZ (2006 p. 50), percebemos que as características levantadas pelo filósofo alemão sobre o

pequeno camponês francês distanciam-se do que se observa na realidade camponesa das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Nesta caracterização, Marx aponta que:

[...] os membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criarem entre eles um intercâmbio mútuo. Este isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicação existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade (MARX, 1968 *apud* QUEIROZ, 2006 p. 50).

Outras análises sobre o campesinato sob a ótica marxista não foram muito desenvolvidas, no que se refere ao seu estudo e entendimento:

Do ponto de vista, pelo qual os clássicos marxistas encaravam a questão agrária, encaravam a produção familiar, não estimulava qualquer tentativa de estudar o fenômeno senão com base em suas preocupações políticas centrais (ABRAMOVAY, 1992 p.51).

Ademais, no tocante à produção dos Quilombolas, ao contrário dos camponeses franceses do sec. XIX, as estratégias de socialização promovidas pelo trabalho coletivo (*mutirão, reunida e trocas – de – dias*) trataram de encurtar os laços de relações entre estes atores sociais. Promovendo assim, relações de sociabilidade e união entre as famílias e o crescimento da comunidade, transformando-os em verdadeiros coletivos que partilham momentos de uma solidariedade e que ainda assim tem diferenças.

O isolamento como já demonstrado pela literatura compulsada, não foi um fator sempre presente em todos os Quilombos, talvez as más condições de comunicação e a dificuldade de acesso sejam iguais ou piores para as comunidades do Vale do Ribeira que as dos camponeses franceses, mas pelo que se percebe estes não foram fatores que os impediram de manter relações econômicas e sociais com o entorno.

A divisão do espaço para os cultivos mesmo que pequenos sempre possibilitou a policultura. Os recursos tecnológicos e científicos, no entanto foram aqueles criados pela inventividade e criatividade em consonância com os limites e recursos naturais que encontraram.

No que há de resto, as similaridades se concatenam, produção auto-suficiente, porém não é só com a natureza que as trocas ocorrem, mas sim com os integrantes da própria comunidade e com outras comunidades à sua volta.

Ao mobilizar a natureza à sua volta, o camponês negro das comunidades Quilombolas não o faz numa relação dualista homem-natureza. Lida com a natureza num outro nível de interação que é baseado numa:

Forma cultural ecosófica, pois não compreende a natureza como elemento passivo. Ao contrário, ela não retifica a separação binária homem-natureza ou natureza-cultura. Homem é natureza. Forma com ela um elo indissociável. Há aqui um holismo filosófico com conseqüências políticas. Este é o ponto chave, motivo no qual reside a resistência da cosmovisão africana num espaço de valores cristãos/capitalistas privilegiam a instrumentalização da natureza e sua conseqüente exploração, onde a ênfase cultural recai sobre o extraordinário e não sobre o ordinário, sobre a pós-morte, o pecado, a culpa, a moral e não sobre o imanente, a liberdade, o prazer e a ética. (OLIVEIRA, 2006 p. 100)

Neste aspecto singular, de se valer da natureza de forma holística interagindo nos limites desta interação, o camponês das comunidades Quilombolas mantiveram uma relação comercial com o seu entorno procurando manter certo equilíbrio “*entre sobrevivência e necessidade de adquirir certas mercadorias, como querosene, sal, roupas e outros artigos não*

*produzidos internamente. Vendendo alguns excedentes da produção agrícola, produtos da pesca e do extrativismo”* (CARRIL, 2001 p. 42).

No entanto a transformação que vem ocorrendo no país e também nas regiões onde se inserem as comunidades Quilombolas vêm resultando em mudanças nesta lógica camponesa de produção, trazendo assim, certo receio pela perda de liberdades que foram duramente conquistadas.

Neste aspecto, o que contribui para a falta de liberdade, em sua acepção mais ampla, foi durante muito tempo, a tentativa de ocultar o negro e os problemas relacionados à população negra, em função de uma propaganda elaborada pelos diversos agentes do poder público e formadores de opinião em Curitiba. Tal prática ocorre em todo país, em maior ou menor grau, no entanto, este município e o Estado são emblemáticos, pois por décadas realizou esforços e usou recursos públicos em sua propaganda oficial, com vistas a solidificar a idéia de Curitiba como a capital mais européia do país (MORAES, et. al 1999).

Esta ação fez com que os paranaenses não percebessem que em seu território estavam distribuídas comunidades negras rurais, urbanas e em Quilombos. Não por acaso inseridas nos bolsões de pobreza, com uns dos menores índices de desenvolvimento do país. Estas comunidades foram “descobertas” através do levantamento do GTCM, muitas delas próximas à Curitiba, como é o caso dos Quilombos do Vale do Ribeira.

Desmonta-se assim o mito sustentado por Wilson Martins, de que o negro, na formação da população do Paraná, não foi importante e teve papel secundário ou mesmo nenhum na composição étnica do Paraná, (MARTINS, 1999).

As comunidades Remanescentes de Quilombos tornam-se realidade assim como também se torna realidade a sua condição camponesa, mesmo que num meio rural precarizado de recursos. Reside aí os mitos agora desmitificados: o de que o negro não foi importante para a construção do Paraná e que este não se valeu da organização camponesa para se estabelecer.

A prática de “ocultação” do negro sediada na estratégia de relegar-lhes os piores trabalhos, as piores ocupações, piores ou nenhuma educação formal, já foi a tônica implantada por políticas de Estado que visavam transformar o Brasil num país branco e capitalista (MOURA, 1988 *passim*).

Esta não é uma prática nova. Nos anos da implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando o mundo estava em plena 2ª guerra, com fascismo e nazismo pregando uma

raça pura, no Brasil o principal ideólogo do estado novo defendia a supremacia branca do europeu. Nesta época vigorava a tese de que o atraso econômico do país culpa localizada no fato de sermos um povo mestiço e que o “*país seria tanto mais civilizado quanto mais branco*” se tornasse (MOURA, 1988 p. 18).

Os primeiros estudiosos do assunto, ao tentarem delimitar o problema sempre o fizeram sob a ótica de uma ciência hegemonicamente européia, pensada sob a ótica de uma ciência desenvolvida e configurada para análise de condições sociais totalmente diversas das nossas.

FREYRE (2004), ao elaborar em seus estudos, um dono e um senhor de escravos bondoso e terno e escravos submissos, ressalta que as proximidades da Casa Grande à Senzala e dos Mocambos aos Sobrados concorreram para harmonizar a convivência do negro e do escravista que o subjugava.

A partir década de 50, Florestan Fernandes e Roger Bastide põe por terra esta afirmação do negro submisso e dócil, em estudos sobre a população negra na cidade de São Paulo (FERNANDES apud MATTOS, 1998, p. 32).

Da mesma forma que as religiões africanas, que vista sob o prisma do cristianismo, foram tomadas como inferiores, a Agricultura Tradicional também o foi, frente a uma agricultura industrial homogeneizadora das diversidades e complexidades existentes no meio rural brasileiro (MOURA, 1988, p. 42).

Como resistência a esta prática violenta, que tem suas origens no colonialismo português e imperial brasileiro, as Comunidades Quilombolas estavam:

Semi-ocultos nos sertões e matas dos rincões brasileiros, em sua grande maioria com características rurais e atividades de subsistência, os Quilombolas tiveram suas comunidades afastadas até a pouco do centro das discussões (ITESP, 2000 p. 3).

CARRIL (1995, p. 35) elenca algumas práticas que ocorreram no decorrer de décadas de circunscrição e semi-isolamento dos Quilombos no Vale do Ribeira paulista. Estas práticas, concorreram para afirmar a condição camponesa dos Quilombos como modelo de organização, assim:

O modo de vida camponês foi adotado pelos ex-escravos desde a formação dos Quilombos. A produção de gêneros alimentícios se manteve, em grande parte, voltada para o próprio consumo, mas sempre houve intercâmbios com os mercados próximos. Os excedentes comercializáveis nem sempre lhes permitiram uma grande abundância. À produção, não se juntou à utilização de máquinas e técnicas modernas e também não puderam contratar trabalhadores. Mas a memória dos mais velhos traz tempos onde não faltavam alimentos, não havia escassez de produtos necessários à sobrevivência. Pode-se apreender pelas falas dos entrevistados a comparação entre o passado e o presente. A vida no passado é vista como mais tranqüila e o presente é marcado por ações externas que lhes obrigam a lutar intensiva e arduamente. No decorrer dessas mudanças, os moradores dos Quilombos elaboram e redefinem os seus conceitos sobre a terra, a vida, o trabalho.

Pode-se inferir que o mesmo não é diferente para o Vale do Ribeira paranaense pela proximidade geográfica e pela composição étnica que é basicamente a mesma.

Mesmo que as novas investidas da estratégia de tornar tudo homogêneo a partir da monocultura, de produzir mercadorias baseadas no emprego de mão-de-obra barata ou mesmo análogas à escravidão, que são as propostas que o capitalismo tem oferecido historicamente ao Vale do Ribeira, mesmo neste cenário, a alternativa camponesa tem resistido nas comunidades Remanescentes de Quilombos.

Além desta iniciativa da monocultura, a sociedade capitalista tem imposto ao Vale do Ribeira, como alternativa de “desenvolvimento”, a implantação de hidroelétricas, criação de áreas de preservação permanente. Reduziram as áreas de cultivo e extrativismo, colocando as populações tradicionais em situação de ilegalidade e, desta forma, criminalizam seus líderes e suas organizações, além da ação de fazendeiros e empresas de florestamento de pinus e eucaliptos, que vem, cada vez mais, invadindo a região avançando notadamente sobre os territórios das comunidades Remanescentes de Quilombos.

Apesar destes desafios, as comunidades Remanescentes de Quilombos ainda preservam a lógica camponesa e a organização familiar da produção de alimentos, que difere da produção de mercadorias, pelo fato de que, ao produzirem alimentos, pensam primeiro na

reprodução e alimentação familiar. Plantam determinada semente, de determinada variedade de arroz porque mesmo demorando mais tempo para se colher “rende” mais na panela e porque tem mais sabor.

Incorporam e levam em consideração os limites da natureza, não como simples conjunto de indicadores naturais, mas como um conjunto simbólico de mitos e cresças que justificam plantar, colher e armazenar, em função de determinada fase da lua.

E mesmo parecendo não ser materialmente possível, faz suas promessas aos santos de devoção para que a safra seja boa, para que a vara de porcos não padeça do mal que afeta toda a região e, alcançada a graça através da promessa realizada a São Gonçalo, por exemplo, a repete todos os anos há mais de quatro décadas<sup>20</sup>.

Para Wanderley (2000) há dois olhares que se debruçaram e percebem os processos que envolvem a industrialização e a urbanização e seus efeitos sobre o rural e as organizações que no campo existem dentre elas o campesinato. Quanto ao primeiro a autora observa:

[...] desaparecimento completo das sociedades rurais/componesas. Assim a agricultura se tornaria, neste caso, um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor passível de investimento. Sob esta ótica sentir-se-ia à progressiva decomposição do campesinato e à constituição das classes sociais do capitalismo no campo (WANDERLEY, 2000 p. 89).

O segundo olhar, salienta Wanderley, se assenta sobre estes mesmos processos de urbanização e industrialização da sociedade capitalista e as suas profundas modificações e transformações sobre o rural. Segundo esta análise, estas mudanças e transformações não provocaram a uniformização da sociedade anulando o camponês, nem a sua diversidade no campo.

O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados (WANDERLEY, 2000 p. 89).

---

<sup>20</sup> Relato feito por uma quilombola de João Surá, senhora Nhá Dita Freitas de 87 anos, que fez a promessa de realizar uma festa anual para São Gonçalo no mês deste santo, que é setembro. A graça que Nhá Dita esperava alcançar era a salvação de sua vara de porcos, pois uma doença estava dizimando todo o rebanho da comunidade Quilombola. A graça foi alcançada e seus porcos não foram vitimados pela doença e Nha Dita realiza a festa para o santo, na qual é ajudada por outros quilombolas da comunidade em mutirão, todos os anos a mais de 4 décadas.

O campesinato observado nas comunidades Remanescente de Quilombos do Vale do Ribeira está ancorado nesta segunda lógica apresentada por WANDERLEY (2000). Nesta lógica camponesa, as comunidades Quilombolas constroem cotidianamente as bases para a organização e reprodução familiar, como cerne a ser mantido e resguardado para as futuras gerações que se espera, sejam numerosas e duradouras.

### **3 - Da Agricultura Camponesa Tradicional à Agricultura Familiar pelos princípios sustentáveis da Agroecologia**

Para chegar às discussões que pretendemos tecer sobre Agroecologia, primeiramente discorreremos sobre duas categorias sociais importantes: Agricultura Familiar e Agricultura Camponesa Tradicional. Esta discussão está assim disposta, com a intenção de imprimir e localizar na Agricultura Familiar o *locus* privilegiado para o desenvolvimento da Agroecologia.

A Agricultura Familiar representa para milhares de famílias no Brasil uma forma de se projetar no mundo e, nesta projeção, está refletida toda uma lógica de pensar e fazer agricultura, que não se resume a uma relação produto/mercado e fornecedor/consumidor. A Agricultura Familiar insere-se na perspectiva de muitos agricultores como filosofia de vida.

Para os agricultores familiares o ofício de ser agricultor e produzir agricultura, é mais que somente uma profissão, como tenta imprimir a agricultura convencional baseada na modernização agrícola, que produz para o mercado no qual a relação que impera é de patrão e empregado, a de produto e mercado, onde impera a lógica do maior lucro pelo menor custo possível:

No contexto atual, a agricultura se torna multifacetária e o modelo de agricultor moderno ou agricultor empresário é cada vez mais difícil de ser atingido pela maioria, não podendo mais servir de referência unitária (WANDERLEY, 2000 p.122).

Ademais, tem sido cada vez mais difícil, num meio onde a competitividade é altamente excludente, que um número maior de agricultores profissionais empresariais se estabeleçam. E que, na medida em que isto ocorre, percebe-se que o rural brasileiro hoje representa em termos de população 16% dos habitantes do país, reduzida que foi, de quase metade da população na década de 70 (IBGE, 2010).

Isto demonstra que há algo de errado na lógica de funcionamento da dita modernização da agricultura brasileira, pois ao invés de incluir, excluiu milhares de agricultores nas últimas quatro décadas e meia. Ou a lógica é esta mesmo, a de “escolher” um número pequeno de agricultores “preparados” para produzir uma agricultura e produtos agrícolas tal qual uma fábrica, uma indústria. Assim os agricultores que não estiverem aptos, serão “substituídos” pelos que detêm tecnologia e o “conhecimento” para produzir em escala, de acordo com a demanda do mercado externo.

Se esta é a lógica do capital, na perspectiva marxista a idéia de uma economia camponesa também não faz sentido *“pois cada categoria social que não estiver inserida dentro de umas das duas classes básicas, só possuirá uma existência fugaz, inócua de certa maneira”*. (ABRAMOVAY, 1992 p. 52)

A relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir. Sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que *não* vende força de trabalho, mas vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção (ABRAMOVAY, 1992 p. 52).

Apesar de diminuído percentualmente, os números dos residentes no espaço rural e, entre eles, os agricultores familiares, ainda são expressivos, pois em números absolutos mantiveram-se estáveis, eram 39,9 milhões em 1960 e, em 2007 eram 31,4 milhões. Na dinâmica de crescimento populacional o espaço urbano cresceu de forma descontrolada, incorporando os excluídos do campo, mas também tendo um crescimento interno muito acelerado, ao passo que a população rural diminuiu menos aceleradamente sendo hoje pouco

superior ao total de residentes na década de 1950, quando contava com 33,4 milhões e respondia por 64% da população do país.

O que se quer discutir, neste ponto, é o rural brasileiro no tocante à sua dinâmica socioeconômica, da qual a dinâmica populacional está inserida, mas o que interessa é destacar aspectos como o levantado por Wanderley (2000 p.88) ao citar Medras (1976) que afirma que o rural ocupado pela Agricultura Familiar é um espaço de relações sociais:

[...] de relações de interconhecimento, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das coletividades rurais. E destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, trabalho, da família etc.

Nesta coletividade estão impressos três pontos comuns.

A primeira é a de que a Agricultura Familiar contém em si, um projeto de crescimento do patrimônio para a manutenção e a reprodução familiar; O segundo ponto diz respeito à pluriatividade e o trabalho externo de membros da família não representa necessariamente a desagregação da agricultura camponesa, mas constituem, freqüentemente, elementos positivos, com o qual a própria família pode contar para viabilizar suas estratégias de reprodução presentes e futuras; O terceiro ponto refere-se à agricultura camponesa é, em geral, pequena, dispõe de poucos recursos e tem restrições para potencializar suas forças produtivas; Porém, ela não é camponesa por ser pequena, isto é, não é a sua dimensão que determina a sua natureza e sim variáveis como a gestão familiar da unidade produtiva, a obtenção de renda em função da manutenção e a reprodução familiar com sistemas mais complexos de produção (WANDERLEY, 1996 p. 93).

Inserida nesta coletividade, como não poderia deixar de ser, estão uma diversidade enorme de níveis em que é possível agrupar e diferenciar o que é Agricultura Familiar e o que é agricultura patronal, neste sentido foi organizado por José Eli da Veiga um quadro onde estas categorias são diferenciadas.

**Quadro 1-** Agricultura Familiar X Agricultura Patronal.

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção dos processos produtivos é assegurado diretamente pelo chefe da unidade familiar ou um integrante da família
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação de decisões “de terreno” e de “momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

FONTE: Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável – FAO/INCRA, 1995.

Pode-se observar que algumas diferenças, no âmbito mais técnico do que seja Agricultura Familiar e agricultura patronal, são válidas quando se analisa os agricultores individualmente.

No entanto, há também aspectos simbólicos pelas quais a Agricultura Familiar se diferencia da agricultura patronal em que a terra, por exemplo, assume um nível de importância maior quando observadas sob a ótica do “coletivo Agricultura Familiar”. Neste coletivo a terra ocupa um nível bem maior que somente um bem de produção para se obter lucro.

Este nível simbólico pode ser expresso pelas modalidades de uso comum da terra, pelo entendimento de que *“a terra não é de minha posse, nem a herdei de meus pais, é antes um empréstimo que foi tomado de nossos filhos”* (WANDERLEY, 2000 p. 120).

Nesta linha da decisão coletiva sobre o futuro da terra, Alfredo Wagner Berno de Almeida sustenta que:

Analicamente, elas designam situações na quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores direto ou por um dos seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem a unidade social (ALMEIDA, 2006 p. 101).

Por este sentido, o que está exposto no quadro 1, não se concatena integralmente com o que se discute nos movimentos sociais, onde se organizam atores coletivos como os Quilombolas para quem a *“direção dos processos produtivos [não] é assegurado diretamente pelo chefe da unidade familiar ou um integrante da família”* é antes um controle que se dá através de normas específicas, que são acatadas de *“maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem a unidade social”*. Se por um lado, um dos pontos do quadro 1 não confere com a forma como os agricultores familiares interpretam e significam a terra e seu uso, notadamente àqueles organizados em movimentos sociais, vale ressaltar que esta *“corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, pois a Agricultura Familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesmo, toda a diversidade”* (LAMARCHE, 1993 p. 15).

BIANCHINI (2010, p.31) faz um resgate dos autores que estudaram a Agricultura Familiar e camponesa nas últimas décadas, nas diferentes categorias de agricultores familiares e partindo de Wanderley (1996), Chayanov (1974), Veiga (1995), Lamarche (1998), Dufumier (1996), Bittencourt (2000), IAPAR (s/d), Van Der Ploeg (2008), Brandenburg (1998) traça uma análise destes autores e chega à conclusão de que Agricultura Familiar é aquela:

[...] que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção ou de parte deles, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. O tempo de trabalho é simultâneo ao sistema de produção, permite a tomada de decisões no dia-a-dia de trabalho, em sistemas agrícolas mais complexos, com o objetivo do autoconsumo e da renda para a manutenção e reprodução familiar. [...] uma das características da Agricultura Familiar é contar com a

possibilidade de outras rendas fora da unidade de produção agropecuária  
BIANCHINI (2010, p.31).

Por estas definições e conceitos sobre o que é Agricultura Familiar no contexto do rural brasileiro o que se pode observar é que o que está em discussão, já não é mais o que esta categoria “é”, mas sim, que características assumem nos diversos contextos sociais e econômicos em que estão inseridas, tanto no tempo, quanto nos espaços que ocupam. Se pensadores como Henri Mendras já chegaram a determinar o fim da Agricultura Familiar, o que se pode constatar é que foi o modelo de Agricultura Familiar estudada por ele que deixou de existir naqueles moldes, espaços e situações históricas vividas na França da década 60 e 70 do século XX.

Porém, como categoria histórica, a Agricultura Familiar se re-molda e se re-inventa e, como afirma Wanderley (2000, p. 88): “*O rural não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma*” e, destas transformações, surgem novas conceituações para definir o agricultor familiar. O que vale ressaltar é que a Agricultura Familiar é uma categoria genérica e:

[...] incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma destas formas particulares da Agricultura Familiar que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade (TEDESCO *et. al*, 1999 p. 25).

Nesta evolução, a Agricultura Familiar e o campesinato são portadores, enquanto categoria social histórica e dinâmica, de especificidades que andam na direção da complexidade. Esta complexidade é responsável pela enorme diversidade de “respostas” que os camponeses já deram e continuam a dar no decorrer da sua existência. “Respostas” sociais que podem variar das mais originais, como é o caso da adoção de agriculturas de base ecológica e, mais recentemente, a Agroecologia, e as mais clássicas como, por exemplo, a organização e surgimento dos movimentos sociais do campo.

Nesta existência histórica enquanto atores ativos e transformadores da realidade rural, a Agricultura Familiar se estratifica em diversos modelos de agriculturas que foram definidos

por LAMARCHE et al.(1998 p. 67 a 72) em: modelo empresa, modelo empresa familiar, modelo Agricultura Familiar e de subsistência e modelo Agricultura Familiar moderna.

Não nos deteremos aqui em discutir a fundo estas categorias, apenas, o *modelo Agricultura Familiar e de subsistência* por se tratar do modelo que mais se aproxima da comunidade Quilombola.

O agricultor familiar de subsistência é composto por “*estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro é satisfazer as necessidades familiares*” (LAMARCHE, 1998, p. 70).

A Agricultura Camponesa Tradicional como categoria integrante da Agricultura Familiar pode ser entendida como:

Uma das formas sociais de Agricultura Familiar, uma vez que se funda sobre a relação já indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da Agricultura Familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (TEDESCO, *et al* 1999 p.25).

A questão que interessa neste sentido é a tradicionalidade na prática da agricultura não só enquanto cultura, mas também pelas técnicas que residem na Agricultura Camponesa Tradicional. Ademais o “*atendimento das necessidades do grupo doméstico e a reprodução da família pelas gerações subseqüentes*” que se insere como uma das características do conceito de Agricultura Camponesa Tradicional são, em certa medida, características presentes nos agricultores familiares da comunidade Quilombola João Surá, pois conjugam estas duas características fundamentais as “*especificidades de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar*”<sup>21</sup>.

O que se discutirá deste ponto em diante é a Agricultura Camponesa Tradicional sob a perspectiva da Agroecologia. Ao refletir sobre Agricultura Familiar sob a ótica da Agroecologia, têm-se a intenção de imprimir o que esta ciência projeta para a Agricultura Familiar e as suas diversas categorias.

---

<sup>21</sup> Adaptado de descrição feita por Maria de Nazareth Baudel Wanderley: As raízes históricas do campesinato brasileiro *in* TEDESCO *et al*, 1999, p.26.

A Agricultura Camponesa Tradicional insere-se, em um período histórico da agricultura na qual a Primeira Revolução Agrícola teve papel importante, pois gerou sistemas agrícolas sem pousio. E em substituição a esta forma de se fazer agricultura a Primeira Revolução Agrícola proporcionou sistemas de rotação entre gramíneas e leguminosas, integração lavoura-pecuária e o desenvolvimento da tração animal e, em seguida motorizado, aumentando a produção de alimentos (MAZOYER & ROUDART, 2010).

Neste aspecto fica uma questão: A Agricultura das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense encontram-se localizadas num período anterior à Primeira Revolução Agrícola? Em alguns aspectos sim, principalmente no que se refere ao uso do fogo e do pousio, além do uso de ferramentas simples (enxada, foice e facão). Por esta análise, das características técnicas da agricultura, as comunidades Quilombolas podem se localizar em períodos históricos da agricultura mais modernos como a Revolução Verde, por incorporarem tecnologias desta fase, mesmo que isoladamente, ao mesmo tempo em que se inserem em outras “revoluções” históricas da agricultura.

Mazoyer & Roudart (2010, p. 76) afirmam que as revoluções na agricultura no decorrer da história produziram uma série de formas de agriculturas sendo que estas são mais bem entendidas dentro de sistemas agrários que são:

[...] a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, que permite explorar sustentavelmente a fertilidade de ecossistema cultivado correspondente.

Para estes autores é necessário analisar os sistemas agrários, sob a dinâmica dos estabelecimentos que os compõe a fim de apreender a complexidade de cada agricultura. Devem ser analisados também os sistemas acima e abaixo, ou seja, é a partir do conjunto dos sistemas agrários e suas especificidades que se darão as características mais marcantes que a Agroecologia irá definir como agroecossistemas. Neste sentido, os agroecossistemas que se observa nas comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira se conectam e neles se encerram em determinadas situações, a fases diferentes da história da agricultura e suas revoluções.

Vale, portanto, discutir o que é para autores da Agroecologia a Agricultura Camponesa Tradicional:

[...] agricultura praticada por povos tradicionais em locais onde não havia disponibilidade de outros insumos além do trabalho humano e dos recursos locais, ou onde foram encontradas alternativas que reduziam, eliminavam ou substituíam insumos humanos intensivos no uso de energia e de tecnologias, comuns a grande parte da agricultura convencional de hoje (GLEISSMAN 2000).

Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram da interação dos agricultores com o seu meio, onde as necessidades básicas tinham de ser supridas de forma rápida necessitando, para isto, de uma organização mínima que se elaborava no decorrer do tempo adaptando manejos e técnicas aos agroecossistemas. Desta forma Altieri afirma que:

Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico. Utilizando [...] o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores tradicionais frequentemente desenvolvem sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis (ALTIERI, 1998 p.22).

Miguel Altieri nos traz alguns números interessantes para se pensar a Agricultura Camponesa Tradicional. Estes números salientam a seletividade da Revolução Verde, que são complementares ao do êxodo rural, pois os que permanecem no espaço rural e não se adaptam à modernização da agricultura, permanecem produzindo na lógica Camponesa Tradicional, porém, de forma precarizada assim, as Agriculturas Camponesas Tradicionais:

Cerca de 60% da área agrícola do mundo é cultivada com base em métodos tradicionais e/ou subsistência. Este tipo de agricultura vem se beneficiando através dos séculos de evolução ecológica e biológica, adaptando-se assim às

condições locais. Estes sistemas exibem elementos importantes de sustentabilidade, a saber: são bem adaptados os seus ambientes em particular, baseiam-se em recursos locais, são descentralizados e em pequena escala, além de ter a tendência a conservar a base de recursos naturais. Portanto, estes sistemas constituem um legado neolítico de importância considerável, ainda que a agricultura moderna ameace constantemente a estabilidade desta herança (ALTIERI, 1999 p. 180 e 236).

Para Toledo et. ali. (TOLEDO *apud* CAPORAL; COSTABEBER, 2004 p. 9):

[...] em contraste com os mais modernos sistemas de produção rural, as culturas tradicionais tendem a implantar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos contribuindo para apropriação dos recursos naturais.

Estas observações propõem que os agricultores tradicionais, optaram de forma consciente por esta modalidade de produção, no entanto o que é consciente nesta situação é a necessidade de continuarem camponeses. É a através da condição camponesa que estes agricultores familiares conseguem suprir as necessidades básicas para sua família e, ainda, preservar os recursos naturais, não só porque é ambientalmente correto, mas pela necessidade mesma de auto-preservação.

Noutro sentido, a condição precarizada das técnicas, insumos e a falta de tecnologias para “melhorar” seus sistemas de produção são uma condição imposta pelo sistema, e pela seletividade imposta pela modernização excludora da Revolução Verde.

Assim os camponeses das comunidades Quilombolas ao optarem por formas e técnicas de agricultura radicadas em técnicas ditas atrasadas, esta ótica das revoluções da agricultura, o fizeram para evoluírem e não só sobreviver, por necessidade de existência e não só de subsistência. Para GUZMÁN (2001, p. 39), afirma que: [...] “*a co-evolução local possui a lógica de funcionamento do agroecossistema, naquelas zonas em que o manejo tradicional histórico mostrou condições de sustentabilidade*”.

Ponto importante nas agendas de muitos pesquisadores e teóricos da Agroecologia tem sido a pesquisa dos manejos da Agricultura Tradicional que mesmo erodidas e

desfiguradas por influência de práticas convencionais da agricultura moderna e pela pressão da especulação das terras agricultáveis tem resistido. No entanto a:

(...) “erosão do conhecimento local foi tão forte que parece tremendamente difícil seu resgate (...). Não obstante existe uma contundente evidência empírica que nos mostra (*que há*) possibilidade de recriação e, inclusive de inovação de tecnologia de natureza ambiental naqueles lugares onde os homens recuperam a co-evolução com seu sistema (GUZMÁN 2001, p. 39)”.

As Agriculturas Tradicionais primam pela diversidade de seus sistemas agrícolas em contraposição à artificialização e simplificação dos agroecossistemas que é a tônica nos sistemas industriais de cultivo.

Como os agroecossistemas dos agricultores tradicionais foram moldados em séculos de experiências tendo como lógica primordial de funcionamento a “pedagogia do erro” que sob a ótica da Agroecologia é entendida como percurso para o “acerto” e estabilização do sistema. Assim os “erros” são suportáveis na lógica dos agroecossistemas tradicionais, pois são baseados em policultivos onde se é possível contar centenas de espécies.

Os agroecossistemas tropicais, compostos de parcelas produtivas e em pousio, hortas domésticas complexas e lotes agroflorestais, geralmente contêm mais de 100 espécies por campo de cultivo proporcionando materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para o gado e para o consumo humano (ALTIERI, 1998 p. 22).

São por estas características, que aliam o conhecimento tradicional e policultivos em complexas relações que o “*os sistemas tradicionais de produção estão geralmente organizados para resistir a estresses ambientais, restrições de mão-de-obra e aproveitam à consorciação simbióticas*”. (COSTA 2004, p. 69 – 70)

Atendem às exigências dietéticas de populações que lançam mão de métodos diferenciados em razão das características e disponibilidades de recursos e não por acaso, estes

agroecossistemas encontram-se localizados em centros de grande diversidade genética vegetal. São assim, o produto e produtores da realidade socioambiental que os cercam.

A Agricultura Camponesa Tradicional das comunidades Quilombolas guarda uma importância enorme e estão radicadas nestas características discutidas até aqui, saberes, técnicas e manejos testados em séculos, em situações ecológicas adversas que poucos indivíduos se dignariam a enfrentar.

Reside nesta importância a grandeza da Agricultura Tradicional presente nas comunidades Quilombolas, onde produzir alimentos é bem mais que satisfazer às necessidades de um mercado específico. Produzir alimentos para estes agricultores é perpetuar a vida e transmitir cultura. A Agricultura Tradicional dos Remanescentes de Quilombo é a fiel depositaria de uma cultura que, por sua prática, se perpetua na transmissão destes saberes aos mais jovens.

Mais ao perpetuar-se não se “engessa”, se reinventa sob a base sólida da cultura negra e indígena da qual foi formada. A intenção desta discussão é de contribuir com os estudos já realizados sobre a Agricultura Tradicional e relacioná-los com a agricultura dos remanescentes de Quilombo.

Neste aspecto, se faz necessário referenciar qual a Agroecologia se está a pautar nesta discussão. Tem havido uma série de confusões sob o que é Agroecologia que, como ciência, estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável (CAMPORAL & COSTABEBER, 2004).

No aspecto acadêmico a Agroecologia decorre de um caminho curto, que ainda não completou um século, onde foram sendo propostos modelos alternativos de agriculturas tentando contrapor a hegemonia da agricultura convencional e seu tripé técnico-filosófico: química agrícola, biologia e mecanização agrícola que por dependerem de uma base energética não renovável<sup>22</sup> são insustentáveis.

Como correntes que se contrapunham a agricultura convencional, surgem assim a: agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura natural, agricultura ecológica, agricultura biológica e a permacultura. Cada corrente destas surge de acordo com uma

---

<sup>22</sup> A agricultura convencional tem como base energética o petróleo e é sabido que as reservas deste mineral têm um tempo já determinado para acabar assim, toda a agricultura dependente deste fóssil corre o risco de desaparecer.

determinada filosofia e algumas decorrem até mesmo de uma lógica religiosa para produzir agricultura além do aporte filosófico.

No entanto, o que se percebe é que em pouco tempo o que era alternativa à hegemonia estabelecida, torna-se complemento daquela ao incorporar, como estratégia, a mesma filosofia e cultura que adota a agricultura convencional. Reproduz assim, o mesmo malefício que caracteriza a agricultura convencional, qual seja, a dependência tecnológica e econômica dos agricultores familiares.

É a partir da cooptação das agriculturas alternativas que se tornam assim alternativas de lucro pela criação de nichos específicos de mercado que vem sendo discutida a Agroecologia. Não mais na lógica de uma alternativa à hegemonia, mas como uma ciência que propõe princípios e *“um novo enfoque científico capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável”* (CAPORAL & COSTABEBER 2004 p. 2).

Por este raciocínio o que se quer produz são agriculturas de base ecológica ou sustentáveis fundadas nos princípios da Agroecologia e, não ela própria a Agroecologia, como alternativa de agricultura, pois caso isto ocorra fatalmente seguirá o caminho das agriculturas alternativas e será transformada em mais um modelo de agricultura geradora de dependência e produtora de excluídos.

A Agroecologia e o uso contemporâneo do termo, data dos anos 70, mas a ciência e a prática da Agroecologia tem a idade da própria agricultura. No aspecto histórico evolutivo há duas correntes de pensamento ou escolas na qual se desenvolveu o termo Agroecologia.

A primeira é a escola norte-americana que surge a partir dos estudos de ecologistas e agrônomos. Propõe a partir de experimentos de ecologia aplicada a agricultura o termo Agroecologia fato que ocorre após 10 anos de experimentos com ecologia agrícola. A Agroecologia, nestes primeiros anos, é abandonada pelos agrônomos, restando apenas os ecologistas que também abandonam as pesquisas com a ecologia aplicada à agricultura, dando preferência às pesquisas com sistemas naturais em detrimento aos agroecossistemas.

Nas décadas de 60 e 70 com a publicação de Primavera Silenciosa de Rachel Carson a Agroecologia volta a ter interesse dos pesquisadores devido a divulgação do relatório *“Análise de Agroecossistemas”* apresentado no *1º Congresso Internacional de Ecologia* ocorrido em 1974 (MOREIRA & CARMO, 2004 p. 44). A partir do final dos anos 70 e início

dos anos 80, agrônomos e ecologistas voltam a consolidar pesquisas no campo da Agroecologia, criando metodologias e uma estrutura básica conceitual para analisar agroecossistemas tradicionais.

A segunda escola é a europeia e está localizada, mais precisamente, na Espanha através dos estudos realizados por cientistas do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (ISEC da Universidade de Córdoba. Estes estudos sobre a Agroecologia terão início na década de 80 quando a Espanha vivia um período de crise assim como vários países em desenvolvimento naquela década. A escola europeia parte do pressuposto de que a Agroecologia nasce da interação entre as disciplinas científicas e as populações e agricultores tradicionais na América Latina.

Na Espanha, estes primeiros estudos terão a participação de movimentos ecológicos e camponeses que, naquele momento, estavam em luta contra a marginalização e baseados:

Na força que ainda tinha o movimento camponês e a sua luta contra a marginalização, e a continuidade das reflexões da Nova Tradição dos Estudos Camponeses, abrindo caminho para uma nova caracterização agroecológica do campesinato. (MOREIRA & CARMO, 2004 p. 47)

Por ser gestada a partir de um enfoque mais sociológico a Agroecologia da escola europeia terá também um viés mais sociológico e irá, por conta desta vinculação, apontar que a Agroecologia tem que estabelecer, em resposta à agricultura convencional, uma unidade entre diferentes disciplinas naturais, sociais e agrárias onde deverão necessariamente se envolver *“processos agronômicos, econômicos e sociais reivindicando por fim a vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano”* (MOREIRA & CARMO 2004, p.47).

Das reflexões e estudos da escola europeia representada principalmente por Eduardo Sevilla-Gusmán e Manuel González de Molina, é proposto o conceito de Agroecologia que é:

O manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde

a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social (GUSMÁN & MOLINA, 2001 p. 11).

Apesar da Agroecologia destas escolas se desenvolverem em continentes e também com conjuntos científicos diferentes, elas comungam das mesmas raízes teóricas e geográficas. Tem origem na América Central, mais precisamente no México a partir do “*legado teórico de Angel Palerm e Efrain Hernandez Xolocotzi cujos estudos seriam posteriormente refinados e desenvolvidos pelo mexicano Victor Manuel Toledo e cientistas americanos como Stephen Gliessman*” que contará com contribuições importantes a esta nova ciência como as promovidas por Miguel Altieri (chileno radicado nos Estados Unidos) e de Susana Hecht da Espanha, que também se valeram dos estudos promovidos pelos mexicanos MOREIRA & CARMO, 2004).

Visando integrar todas as dimensões da sustentabilidade<sup>23</sup> a Agroecologia proposta por GUSMÁN e MOLINA (1996) *apud* CAPORAL & COSTABEBER (2004, p. 5) afirmam que esta ciência:

[...] corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado de co-evolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade.

Agroecologia vem se valendo de outras ciências para se estabelecer. Neste sentido, encontra na Complexidade e na abordagem sistêmica proposta por CAPRA (1996) a abordagem científica necessária para este fim. É na re-ligação dos saberes proposta pela Complexidade exposta por Edgar Morin<sup>24</sup> que se podem estabelecer conexões mais estáveis e daí a construção de uma agricultura mais sustentável. A Agroecologia distancia-se assim da

---

<sup>23</sup> As dimensões que balizam a Agroecologia segundo (CAPORAL & COSTABEBER, 2004) incorporam dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais, ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade.

<sup>24</sup> No livro introdução ao Pensamento Complexo Morin afirma que a Complexidade é um tecido formado por componentes heterogêneos inseparavelmente associados, é o *Complexus* que se refere ao que é tecido em conjunto (MORIN, 2001).

ciência cartesiana, que necessita dividir os sistemas para entendê-lo, ao distanciar-se do cartesianismo afasta-se também de um paradigma que está:

[...] agora a morrer e dominou a sociedade ocidental moderna e a iludiu com a visão mecanicista da natureza fazendo-a acreditar na competitividade, na hierarquia e na busca infinita pelo materialismo, com altos custos baseados na degradação ambiental, cultural, étnica, educacional e na desigualdade socioeconômica. Com a transformação da ciência há um novo paradigma que vem no sentido de unir o homem e a natureza (HOELLER, 2006 p. 19).

Através da abordagem sistêmica a Agroecologia ganha a sustentabilidade necessária e assim pode estabilizar exploração agrícola com o menor custo ambiental, social, econômico e cultural possível, para Capra, a abordagem sistêmica se funda na:

Visão do todo: A abordagem sistêmica visa o estudo do desempenho total de sistemas, ao invés de se concentrar isoladamente nas partes; Interação e autonomia: Sistemas são sensíveis ao meio ambiente com o qual eles interagem, o qual é geralmente variável, dinâmico e imprevisível. A fronteira do sistema estabelece os limites da autonomia interna, a interação entre os componentes do sistema e a relação deste com o ambiente. Organização e objetivos: Em um sistema imperfeitamente organizado, mesmo que cada parte opere o melhor possível em relação aos seus objetivos específicos, os objetivos do sistema como um todo dificilmente será satisfeito. Complexidade: Este enfoque parte do princípio de que, devido a interações entre os componentes e entre o meio ambiente e o sistema como um todo, este é bem mais complexo e mais compreensivo do que a soma das partes individuais. Níveis: Sistemas podem ser entendidos em diversos níveis. Um sistema em determinado nível pode ser entendido como um subsistema de outro nível (CAPRA, 1996 *apud* HOELLER, 2006 p. 22-23).

A Agroecologia ao deparar-se com problemas complexos deve também se valer de respostas complexas para dar conta, à maneira que é exposta pela Complexidade e pela abordagem sistêmica, de propor um novo paradigma para a agricultura.

O desafio é, portanto, reconciliar ciências que foram sendo fragmentadas no decorrer do tempo para serem “melhor” aplicadas e ao fazê-lo aprofundou os problemas ambientais, sociais, econômicos, culturais, etc.

Para MORIN (1992 *apud* HOELLER, 2006 p. 19) para dar início a uma análise complexa é necessário se valer de alguns pressupostos que:

Deve ligar o objeto ao sujeito e ao seu ambiente; deve considerá-lo, não como objeto, mas como sistema-organização levantando os problemas complexos da organização. Deve respeitar a multidimensionalidade dos seres e das coisas. Deve trabalhar-dialogar com a incerteza, com o mundo dos fenômenos, mas tentar dar conta dele mutilando-o o menos possível.

As reflexões e preocupações discutidas por Edgar Morin também se insere nas pesquisas e discussões que a Agroecologia vem fazendo *com e para* os sujeitos do campo: os camponeses. Estes são entendidos como portadores de saberes, conhecimentos e tecnologias que também devem ser observados como conjunto de conhecimentos necessários para a transição/conversão para agroecossistemas sustentáveis.

Para BORSATTO (2007 p. 21 a 23) o pensamento complexo elaborado por Edgar Morin propõe a elaboração de um método que seja:

[...] capaz de apreender a complexidade do real, tecendo severas críticas à fragmentação do conhecimento [...] defende a interligação de todos os conhecimentos, combate o reducionismo instalada em nossa sociedade e valoriza o complexo. [...] propõe uma reforma do pensamento por meio do ensino transdisciplinar, capaz de formar cidadãos planetários, solidários e éticos, aptos a enfrentar os desafios dos tempos atuais. Defende a formação do intelectual polivalente *que* [...] devem considerar todos os diversos fatores que possuem alguma relação com o objeto e/ou sujeito em análise, para que seja possível entender de forma mais completa e correta a sua importância. Deve-se enfrentar a confusão, a solidariedade dos fenômenos, a bruma, a incerteza, a contradição.

Desta forma há uma estreita ligação entre saber científico produzido a partir da re-  
ligação dos saberes e das ciências, que sob o paradigma da Agroecologia deve se conectar de  
forma envolvente e integradora com os camponeses e a Agricultura Familiar, sendo esta o  
*locus* por excelência para o desenvolvimento de modelos de agriculturas sustentáveis.

O desafio é, na medida em que se propõe que em lugar da monocultura vegetal e da  
“*monopecuária*” que hoje é produzida por um só tipo de agricultura, que se produzam, a  
exemplo dos policultivos tradicionais, vários modelos de agriculturas sustentáveis de base  
ecológica. Só assim se poderá alcançar o equilíbrio sustentável proposto pela Agroecologia.

A sustentabilidade proposta pela Agroecologia não se “escora” no tripé dimensional  
proposto pela modernização, nem pelas discussões que se acaloraram durante mais de três  
décadas, sendo enfim definidas em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e  
Desenvolvimento (CMMAD) <sup>25</sup>.

A sustentabilidade que se discute através dos princípios da Agroecologia, equilibra-se  
em três níveis hierárquicos onde se inserem as dimensões: *Ecológica, econômica e social*  
(primeiro nível); *Dimensão cultural e política* (segundo nível); *Dimensão ética* (terceiro nível)  
(CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

Ao se fixar em um tripé hierárquico, a Agroecologia tenta não cair na armadilha que  
o conceito clássico de sustentabilidade caiu ao ser apropriado pela modernização industrial da  
agricultura que não foi capaz de alterar a estrutura agrária do País, pois conservou e até mesmo  
aprofundou, a concentração de terra e de renda (CARMO, 1996).

Para esta autora a ecologização geral dos mais distintos discursos em caráter  
planetário, dando-se a impressão de que o novo (ou o sustentável) levará a todos, acima dos  
interesses de classe, à salvação à integração e ao desenvolvimento (MOREIRA & CARMO,  
2004 p. 39).

Há por trás da aparente estabilidade e solidez conceitual das três dimensões da  
sustentabilidade (ecológica, social e econômica) o que CARMO (1998 p. 218) afirma ser um  
“*diálogo de surdos, o qual somente favorece segmentos sociais apoiados na elite dirigente,  
mais voltada a sua própria reprodução e ampliação.*”

---

<sup>25</sup> O CMMAD em 1987 definiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável como: [...] *um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e as aspirações humanas.* (CMMAD, 1987).

Reside nesta definição, que não leva em conta todas as dimensões da sustentabilidade, a resposta para o fracasso das iniciativas que se aparam nela. Além disto, ampara-se na perspectiva de que a produção industrial é de “*fundamental importância para as economias das sociedades modernas e o motor indispensável para o crescimento*” (CMMAD, 1987).

No que se refere ao avanço tecnológico da agricultura o CMMAD afirma que a superação dos problemas da agricultura reside nas “*novas técnicas de cultura de tecidos e engenharia genética que gerarão, em breve, variedades de plantas resistentes a pestes e doenças, serão capazes de fixar nitrogênio atmosférico e reduzirão as ameaças da poluição por agroquímicos.*” Para MOREIRA & CARMO (2004 p. 40) este tipo de desenvolvimento sustentável inclui estratégias ambientais baseadas no desenvolvimento contínuo de atividades industriais supostamente sustentáveis e vinculadas à globalização do capital.

Este discurso hegemônico da sustentabilidade bebe na mesma fonte da modernização da agricultura a qual tem como principal produto a Revolução Verde. A Agroecologia anda noutra direção, na de discutir o que é Desenvolvimento Sustentável e assim não ser envolvida pelo discurso *ecotecnocrático* de sustentabilidade. Assim a Sustentabilidade proposta pela Agroecologia é definida por CAPORAL & COSTABEBER (2002 p. 76) “*como a capacidade de um agroecossistema manter-se socioambientalmente produtivo ao longo do tempo.*”

As seis dimensões propostas pelos autores, devem se relacionar entre si, não sendo possível se alcançar a sustentabilidade desejada sem que todas estejam equilibradas. É com esta base conceitual que envolve os conceitos sobre campesinato, Agricultura Camponesa Tradicional, Complexidade, abordagem sistêmica que se formam os princípios da Agroecologia. Deste conjunto teórico aliado à organização dos movimentos camponeses é que se espera construir modelos de agricultura sustentáveis que co-evoluam com os agricultores familiares. Neste contexto, num universo camponês em que cada vez mais os sujeitos do campo vêm requerendo e afirmando novas identidades, a Agroecologia demonstra ser uma ciência capaz de propor um novo paradigma para a sociedade.

E este novo paradigma só será eficiente se incorporar a perspectiva multidimensional, distanciando-se assim, do atual modelo de agricultura convencional que já vem demonstrando que é insustentável no tempo. A este respeito cabe a reflexão externada por CAPORAL & COSTABEBER (2002) ao frisar que a corrente representada pela Agroecologia “*sugere a*

*massificação dos processos de manejo e de desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional.”*

Assim a transição agroecológica não pode prescindir da “*passagem de um processo de reprodução social completamente insustentável no longo prazo, para um outro, que não carregue o fardo das tendências destrutivas do nosso tempo*” (SAUER et. al. 2009 p. 8). E é com estas premissas teóricas que se pretende ancorar nossas discussões sobre os *etnoecossistemas* das comunidades Remanescentes de Quilombos.

## **CAPÍTULO IV - Caminhos Metodológicos**

### **1- A escolha do método na perspectiva da metodologia participativa**

Neste trabalho optamos por fazer uso da Metodologia Qualitativa, da qual selecionamos algumas ferramentas específicas que visam analisar de forma mais próxima a realidade social da comunidade Quilombola João Surá.

Assim, por tratar-se de uma Pesquisa Qualitativa e a partir dos dados levantados, intentamos realizar uma discussão da proximidade da Agricultura Tradicional presente hoje na comunidade Remanescente de Quilombo João Surá e a Agroecologia.

Dentre os vários métodos que a Pesquisa Qualitativa oferece a que optamos para esta pesquisa foi a História Oral, por ser tratar de um método que tem como característica a estreita relação com categorias como “*biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc.*” (ALBERTI, 2004 p. 18).

A História Oral, apesar de ter um uso mais clássico, por assim dizer, dentro da Antropologia e das Ciências Sociais, têm uma especificidade localizada no “*fato de se prestar a diversas abordagens e de se mover num terreno multidisciplinar*” (ALBERTI, 2004 p. 18).

Por esta plasticidade de aplicação, no que se refere às suas possibilidades como método ordenador e classificador de dados captados através de entrevistas, a História Oral oferece o método e as técnicas propícias para estudar “*acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam*” (ALBERTI, 2004 p. 18).

### **2 - História Oral e a entrevista temática**

Para o levantamento de dados escolhemos trabalhar com uma categoria que faz parte da História Oral, qual seja, a modalidade de “*entrevistas temáticas* que podem ser definidas como *aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido*” (ALBERTI, 2004 p. 37) e que a partir deste tema projeta a sua interpretação e reflexão sobre a realidade que o cerca e na qual também está imersa.

Por seu turno, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso:

[...] de temas que tem um estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos (ALBERTI, 2004 p. 38).

Escolhemos esta modalidade devido ao fato de que o objetivo deste trabalho é discutir e analisar quais as possíveis aderências, contatos e as relações pode ter a Agricultura Camponesa Tradicional da comunidade Quilombola João Surá com a Agroecologia.

Pretende-se ainda, identificar as práticas de manejo, cultivo e interação com o meio que cerca a comunidade Remanescente de Quilombo na região citada. A partir deste exercício espera-se criar subsídios para a discussão da Agroecologia ressaltando as possíveis semelhanças que se poderá encontrar desta agricultura com a Agroecologia.

Com uma temática assim tão abrangente, a história de vida dos entrevistados entrou em pauta, não para obter as suas biografias, mas através dos recortes destas, captar detalhes do “como fazer” e do “que fazer” no cotidiano destes agricultores na sua agricultura e, a partir destas, discutir o objetivo deste trabalho.

Suas biografias neste sentido foram importantes e foram a forma para levantar informações, pois ao se trabalhar a memória dos agricultores no intuito de se resgatar relatos sobre sementes, tempos de cultivo, calendários agrícolas, a idade que cada semente ou material vegetal de propagação se encontra na comunidade, enfim, ao se perguntar questões como estas “o fio da memória” de cada agricultor foi aguçada e estimulada a passar por lembranças muito próprias suscitando-os a fazer o relato de partes de suas vidas.

Desta forma, mesmo concentrando-se no tema proposto para as entrevistas, os cortes temáticos efetuados, o eixo central pelo qual os agricultores se basearam, pendulou-se sempre sobre a sua biografia, sua vivência e a suas experiências de vida relacionadas com o tema trabalhado (ALBERTI, 2004).

As biografias dos entrevistados enriqueceram de detalhes as entrevistas e temperaram de sentido e conteúdos as informações levantadas a partir das entrevistas, tornando o ato de ouvir e perguntar uma tarefa agradável, pois foi “adoçada” com histórias e fatos sem par.

### **3 - Agricultura Camponesa, técnicas, tempos, espaços, acordos e manejos na perspectiva dos agricultores entrevistados**

O consentimento para que se procedesse à pesquisa e, sobretudo as entrevistas e aos levantamentos sobre a forma de praticarem agricultura, já haviam sido ajustados em novembro de 2008, ou seja, o acordo com os agricultores da comunidade Quilombola João Surá, se deu antes mesmo da entrada oficial no curso de mestrado da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, pois já planejávamos realizar um estudo sobre o agroecossistema da comunidade o que motivou a entrada no curso de mestrado.

O tema que desenvolvemos foi a agricultura da comunidade Quilombola João Surá. Para isto, os temas e os sub-temas foram trabalhados e, mesmo os seus vocabulários, foram simplificados no momento da vocalização das perguntas, no intuito de torná-las simples. Tentando aproximar-nos o máximo do vocabulário dos agricultores, foram criados estímulos para aguçar suas memórias e a partir destas, proporcionar a discussão de como eram e ainda são os agroecossistemas. Como foi na época dos seus pais e avós e como é agora.

Para dar conta desta tarefa elaboramos um roteiro<sup>26</sup> para as entrevistas, que foram parcialmente abertas, colocando assim o entrevistado numa situação tranqüila e a vontade para responder ou não. Esta opção, fez com que as entrevistas durassem de 5 horas (a mais curta) até 14 horas (a mais longa). No entanto, os entrevistados relataram não terem se sentido cansados ao participarem das entrevistas em profundidade.

O tempo prolongado de uma das entrevistas (que durou 14 horas) se deveu ao fato de que com este agricultor ter sido possível seguir o roteiro de trabalho proposto: o de trabalhar com eles num dos períodos do dia, em alguma tarefa importante na propriedade. Com este quilombola, processamos o açúcar mascavo desde o corte da cana-de-açúcar na roça até o

---

<sup>26</sup> O roteiro encontra-se no item “anexos” desta dissertação.

açúcar pronto propriamente dito, tarefa que durou 10 horas para processarmos 16 quilos de açúcar mascavo. Durante a atividade foi possível obter inúmeras informações.

Do tema norteador da entrevista que foi a “agricultura da comunidade Quilombola João Surá” dispomos no roteiro também os seguintes sub-temas:

- Solos, as águas, as sementes e materiais vegetais de propagação, as áreas de cultivos, insumos e máquinas;
- Sobre o trabalho: divisão do trabalho familiar na agricultura da propriedade;
- Sobre as relações com a terra e o território da comunidade;
- Sobre a história da agricultura da comunidade e na família do entrevistado;
- Sobre a renda familiar;
- Sobre a alimentação familiar;

Além da entrevista e da atividade na propriedade, propusemos aos entrevistados que nos acompanhassem para uma “passada em revista” à propriedade para que tivéssemos uma visão geral da propriedade, seus cultivos, explicassem como eram seus solos (se era fértil, pobre de nutrientes, se produzia bem), sobre suas águas (se era boa para beber, para plantar, de onde vinha).

Nesta visão geral dos agroecossistemas destes agricultores perguntamos como eram os manejos, os tempos e melhores épocas para o plantio, condução e colheita das variedades que cultivavam, se havia variedades e espécies de ervas medicinais –plantadas ou extraídas– etc. Nesta caminhada pela propriedade somente um agricultor não aceitou, devido a compromissos já assumidos em sua agenda pessoal.

A intenção desta “passada em revista” na propriedade, assim como o período para trabalhar em algumas tarefas, teve o objetivo de observar, de forma participativa, os elementos e limites dos agroecossistemas de cada agricultor e a sua visão do conjunto da comunidade.

Teve também a importância de nos apresentar e visualizar elementos que só nas entrevistas não seriam possíveis de se apreender que são as características do meio no qual estes agricultores cultivam, além de captar um precioso relato sobre como estes camponeses interpretam, moldam e lidam com seus agroecossistemas.

#### **4 - A escolha da localidade na comunidade e do número de agricultores entrevistados**

A escolha dos entrevistados foi facilitada pelos trabalhos que realizávamos desde 2006 com a comunidade. Por conta do acúmulo de informações e do conhecimento recolhidos sobre a comunidade e seus integrantes nestes anos anteriores ao trabalho de pesquisa, foi possível desenvolver uma confiança junto com os agricultores(as). Também facilitou a aceitação e o entendimento do porque da pesquisa ter sido preferencialmente com eles.

Desta forma, a escolha dos agricultores e da localidade na comunidade não foi aleatória e escolhemos para as entrevistas, para os trabalhos e para as “passadas em revistas” nas propriedades, quatro (4) agricultores do núcleo de Guaracuí, sendo este um dos três núcleos que compõe a comunidade.

A escolha destes quatro agricultores se deu em função destes residirem bem mais próximos um dos outros, num conjunto bem maior de agricultores que nos outros núcleos, onde os agricultores se encontram mais dispersos. Também o fato desses agricultores serem reconhecidos em termos de cultivos e conhecimentos tradicionais.

De forma geral, a temática abordada teve a intenção de discorrer sobre o modelo de agricultura, as práticas, os manejos, os tempos e as técnicas de cultivo. Além de perceber, a partir do exposto pelos agricultores, de que forma a Agricultura Tradicional da comunidade foi e continua a ser praticada por seus agricultores no Quilombo nos dias atuais.

#### **5 - Os Dados Secundários**

Durante todo o tempo de pesquisa, realizamos o Levantamento de Dados Secundários em instituições especializadas, mediante técnica denominada análise documental, valendo-se para tanto de órgãos governamentais tais como: IPARDES, IBGE, ITCG, Fundação Cultural Palmares, GTCM e o órgão não governamental Instituto Agroecológico.

Do IPARDES, IBGE, GTCM e Fundação Cultural Palmares limitamo-nos a utilizar as bases de dados disponíveis em seus sites na internet. Entre estes documentos utilizamos os dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2009 do IBGE; Os cadernos estatísticos de 2003 e 2007 do IPARDES. No ITCG contamos com a ajuda do historiador e professor Jefferson de

Oliveira Salles que nos concedeu a liberação de alguns documentos e registros das terras da comunidade João Surá, além de uma cópia do Relatório Antropológico da comunidade.

Do Instituto Agroecológico, contamos com alguns documentos e relatórios de campo que, mesmo não sendo utilizados de forma direta, auxiliaram como formuladores de algumas idéias.

## **6 - Equipamentos utilizados**

Para a coleta de dados de campo, que é o cerne desta pesquisa, não se utilizou recursos extremamente elaborados, pois o que se queria captar do agroecossistema da comunidade era a experiência e a forma como os Quilombolas praticam a agricultura além de como se deu e ainda se dá, de certa forma, o desenho destes agroecossistemas e como estes evoluíram no decorrer de mais de dois séculos de história.

Assim, para captar esta forma de fazer agricultura os equipamentos utilizados foram um gravador digital e uma câmara fotográfica digital. Para a utilização do gravador foi negociado anteriormente o seu uso na captação das falas, bem como também o uso da máquina fotográfica utilizada para captar as imagens das sementes, dos cultivos e das pessoas da comunidade.

Ao pensar na metodologia utilizada neste trabalho de acordo com AQUINO E ASSIS (2005, p. 92 e 93) um dos temas defendidos no âmbito da transição paradigmática, e que pode ser incluído no espectro da base epistemológica da Agroecologia, é a participação dos atores sociais implicados. Assim pode-se afirmar que:

- A oposição entre conhecimento científico tradicional e participação é falaciosa. O problema reside em esclarecer as condições epistêmicas – metodológicas, que permitam a integração de saberes de forma não subordinada.
- A incorporação de modos de conhecimentos baseados na experiência, não considerados de forma passiva, permite superar problemas metodológicos, teóricos e técnicos, provocados pela mediação racional

científica, que normalmente tende a filtrar ou adaptar os outros conhecimentos e seus esquemas, empobrecendo-os.

- A participação não é somente um método, ainda que seja verdade que seus mais sérios problemas ocorram no plano epistemológico. Teorizar e ir para a prática são coisas inseparáveis.
- Diversos tipos de conhecimento, não têm atributos específicos que os tornem superiores ou inferiores uns aos outros. Todos os conhecimentos estão inseridos na realidade complexa, contraditória e diversa, constantemente sob intervenção do ser humano.
- A tomada de posição frente à realidade estudada é inseparável da prática científica, portanto, a neutralidade axiológica, é uma falácia. O desafio na ciência não é negar ou eliminar posições comprometidas, mas manter vigilância para evitar que as posições individuais interfiram impropriamente no processo de conhecimento.
- A articulação crítica entre o conhecimento científico e os saberes populares, historicamente cindidos e às vezes antagônicos, implica em enfrentar a alienação e ignorância que se alojam na cultura popular, e as distorções e o reducionismo do conhecimento científico. Não se pode admitir nem o conhecimento científico como instrumentos de dominação, nem a valorização condescendente e paternalista do saber popular.
- A articulação entre teoria e prática deve ocorrer sem que a primeira conduza retilmente e mecanicamente a segunda, nem que a segunda represente um critério mecanicista de verdade. Toda a teoria deve ser o aspecto consciente da prática e toda prática deve ser objeto de elaboração crítica.

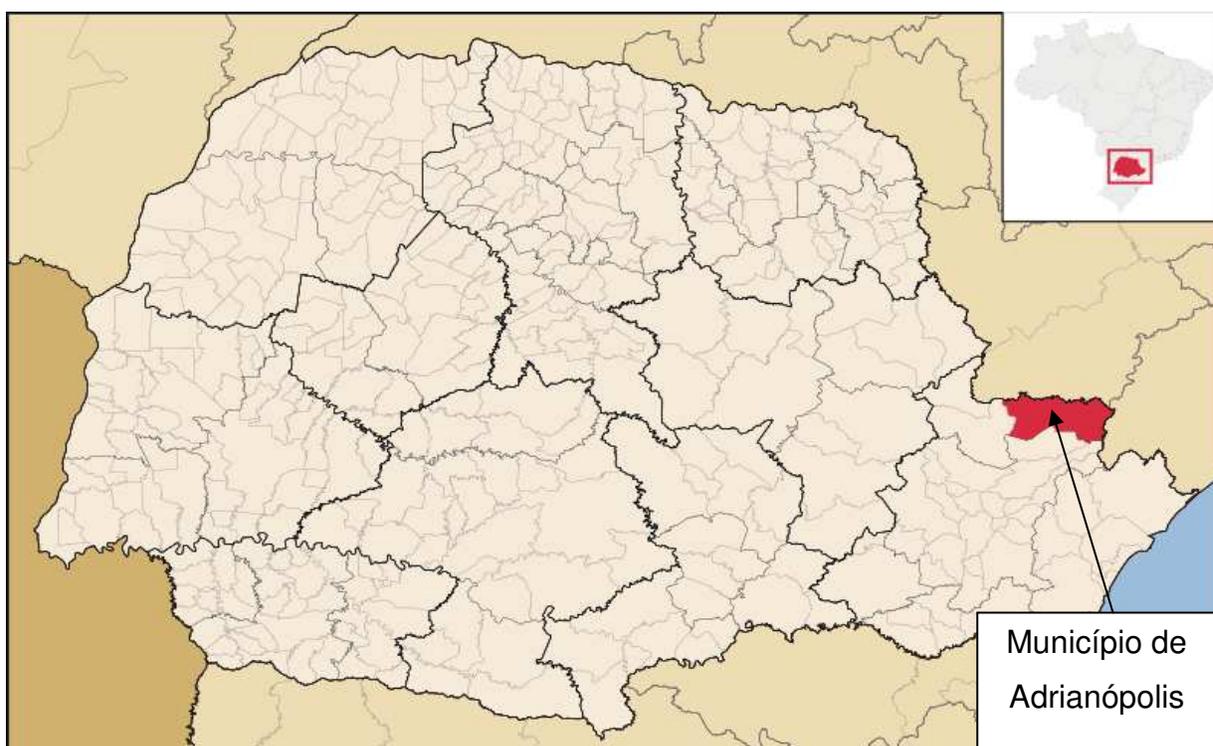
A metodologia que adotamos, teve a intenção de descrever a realidade da Agricultura Tradicional da comunidade Quilombola João Surá. Com isto discutir a identidade camponesa que persiste na comunidade Quilombola e que está presente, impregnada nas formas, nas intencionalidades e nas técnicas e manejos que os agricultores e agricultoras da comunidade estudada desenvolveram no decorrer da sua história, como grupo social, no Vale do Ribeira paranaense.

O que se espera da Metodologia Qualitativa é que ela reduza a aridez que muitas vezes impõe a metodologia quantitativa ao transformar em números toda uma diversidade. Foi

com esta preocupação que aplicamos esta metodologia da qual esperamos ter alcançado os objetivos pretendidos.

## 7 – O “Locus” da pesquisa

### 7.1 - História do município de Adrianópolis



**Figura 2** – Município de Adrianópolis – Paraná.

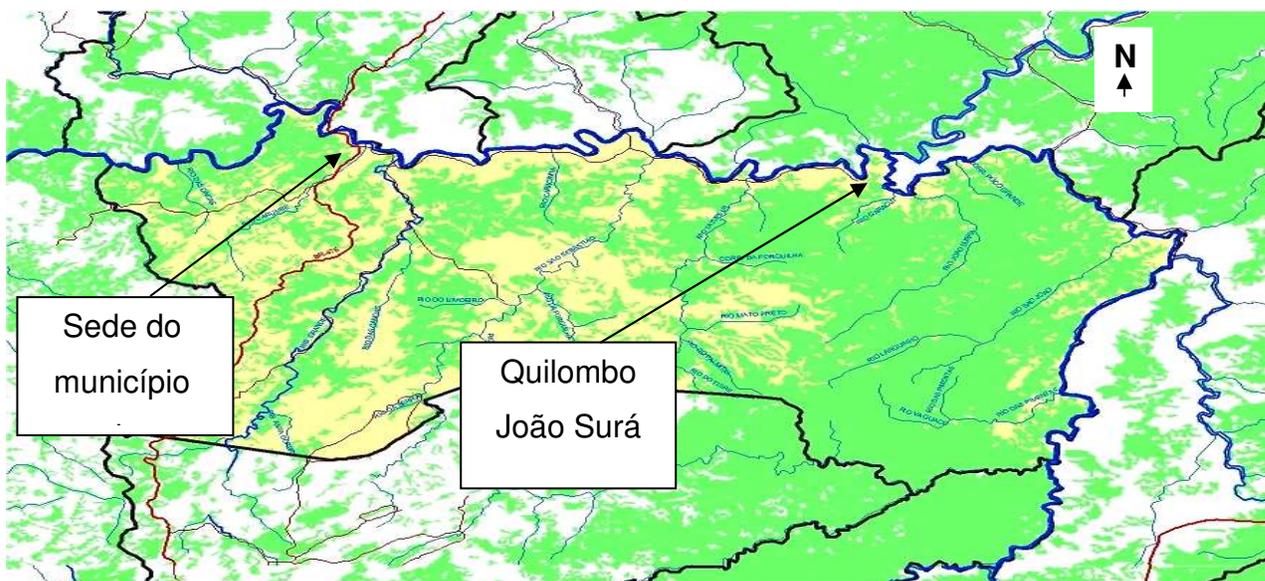
Fonte:[http://www.google.com.br/Parana\\_Municip\\_Adrianopolis.svg](http://www.google.com.br/Parana_Municip_Adrianopolis.svg).

Adrianópolis (**figura 2**) é um município que até 1937 chamava-se Eptácio Pessoa. Em 31 de março de 1938 o povoado foi elevado à categoria de distrito administrativo do município de Bocaiúva do Sul, permanecendo por mais algum tempo a denominação de Eptácio Pessoa junto com a situação de distrito que perdurará até 1943. A partir deste ano passa a chamar-se Paranaí, nome que resistirá até 1960.

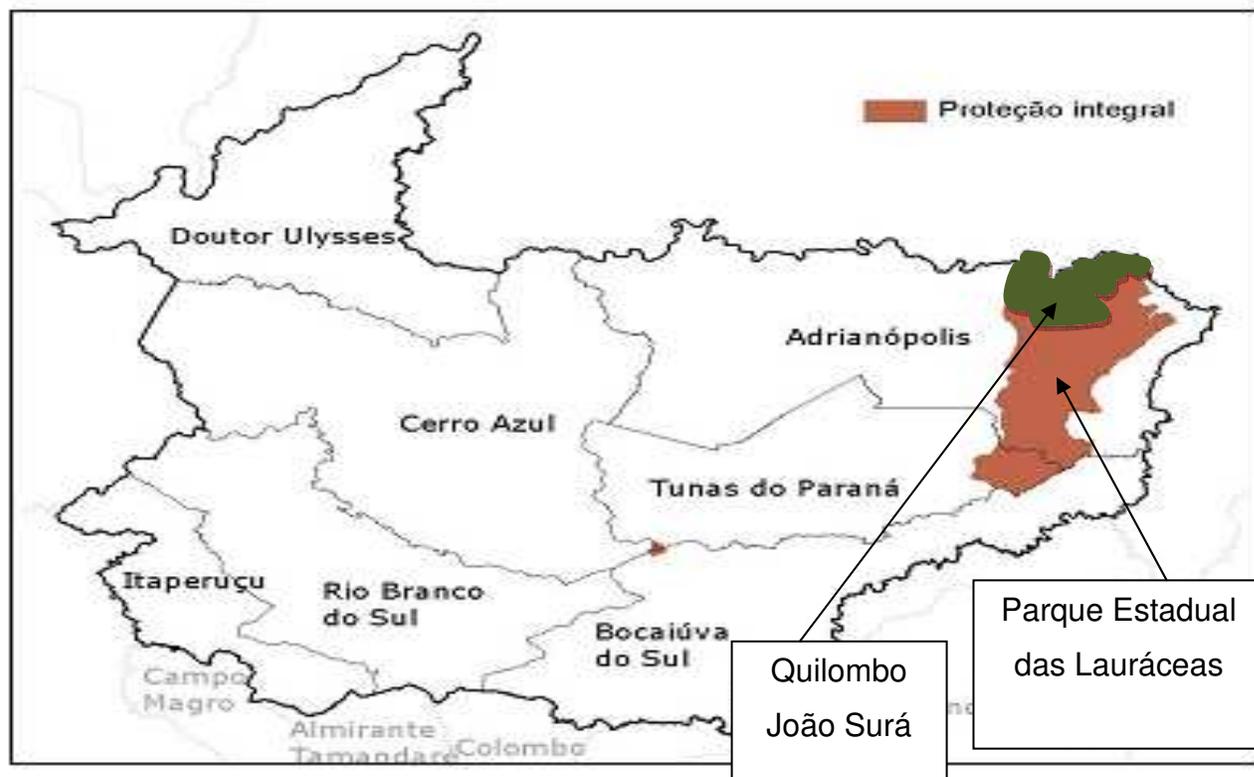
Em 1960 mudará de nome novamente desta vez para homenagear o fundador da mineradora de chumbo instalado no município desde a sua origem, o imigrante português Adriano Seabra da Fonseca. Através do decreto lei estadual número 4245, de 25 de julho de 1960, passa a chamar-se Adrianópolis. Na memória dos Quilombolas de João Surá e de outras comunidades do município, notadamente os mais velhos, o nome Paranaí ainda é usado para se referir ao município, topônimo bem mais condizente com a história da região que detém muitos municípios com nomes indígenas ou influenciados por estas línguas originais das terras brasileiras.

## 7.2 - História e localização da comunidade Quilombola João Surá

A comunidade Quilombola João Surá está localizada no município de Adrianópolis (**figuras 3 e 4**) município paranaense que se localiza na região do Alto Vale do rio Ribeira do Iguape. Seus limites e fronteiras são o estado de São Paulo ao norte, a leste é limitado pela confluência do rio Ribeira de Iguape que desce do planalto curitibano para se encontrar com o rio Pardo que na direção contrária (vem do nordeste do município) desce do interior da mata atlântica, mais precisamente nos arredores da rodovia BR 116. O encontro destes dois importantes rios se dará próximo a João Surá, que é limitada ainda pelo Parque Estadual das Lauráceas.



**Figura 3** – Município de Adrianópolis localização da comunidade de João Surá. Fonte: Andréia Cambuy, s/d.



**Figura 4** – Localização do Parque Estadual das Lauráceas – PEL. Fonte: IPARDES, 2007.

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo a comunidade abriga hoje 119 pessoas, divididas em 40 famílias, sendo 72 homens e 47 mulheres. Neste universo demográfico, as pessoas com mais de 22 anos prevalecem na comunidade perfazendo um total de 77 pessoas; as pessoas com 07 a 18 anos de idade somam 29 pessoas; as menores de 6 anos somam 13 pessoas.

Quando tivemos contato com a comunidade em 2006, o número de famílias era 38, no ano de 2008 havia passado para 42 e em 2010 o número de famílias que residiam na comunidade estava em 40.

No Relatório Antropológico realizado pela equipe do professor Ricardo Cid Fernandes, antropólogo e professor da UFPR, podemos perceber este movimento do número de famílias da comunidade no tempo.

[...] até meados da década de 1970 a população desta comunidade era composta por cerca de 300 famílias, muitas das quais migraram em decorrência das transformações ambientais e produtivas geradas pela exploração dos recursos minerais (principalmente a extração de chumbo na mina de Panelas de Brejaúva em Adrianópolis) e madeireiros (possibilitados pelos incentivos fiscais para o plantio de *pinus* e outras espécies exóticas no Estado do Paraná) (FERNANDES et. al. 2007 p. 27).

Este Relatório foi elaborado através de uma parceria da UFPR com o INCRA junto à comunidade durante o ano de 2006. O processo todo partiu da iniciativa da própria comunidade, como nos relatou o presidente da associação à época em que chegamos à comunidade em 2006.

Seu início, no entanto, se deu em maio de 2005 quando se constituiu a Associação de Moradores da Comunidade de Remanescentes do Quilombo João Surá. Além do auto-reconhecimento como comunidade remanescente de Quilombo, a comunidade João Surá obteve a Certificação da Fundação Cultural Palmares em 26 de julho de 2006 que é o segundo passo para garantir a demarcação e titulação do território requerido pela comunidade.

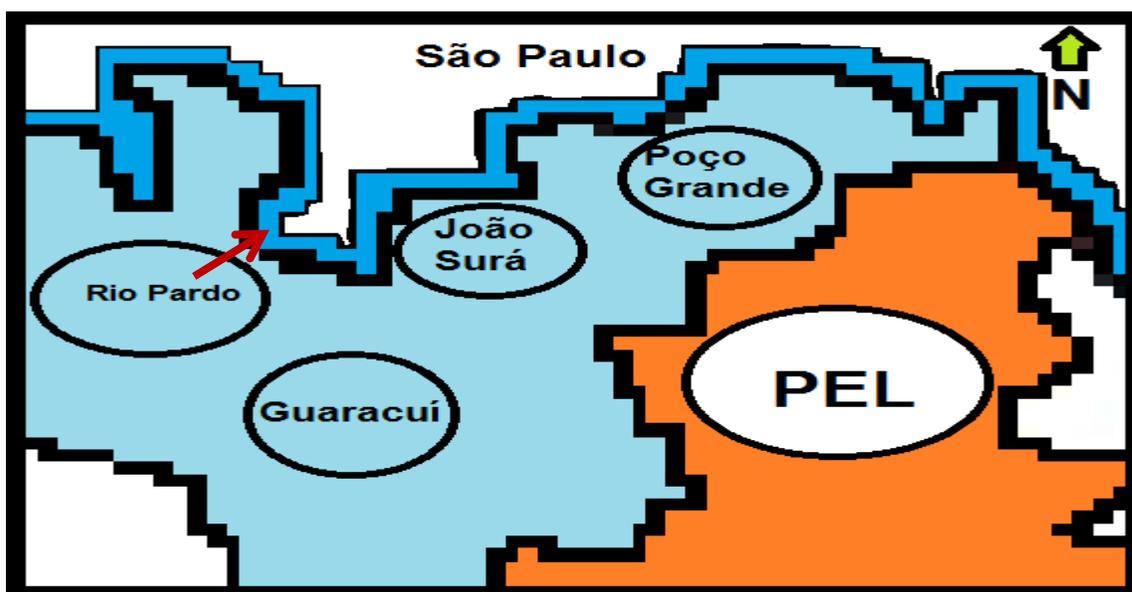
O encaminhamento da petição para que se procedesse o relatório antropológico já havia se dado em janeiro de 2006 pelos representantes da comunidade João Surá que encaminharam junto ao INCRA pedindo a regularização de suas terras. Diante desta solicitação foi constituída uma equipe de pesquisadores para a realização dos estudos antropológicos que compuseram o Relatório Técnico de Identificação.

Com a criação da associação e a institucionalização do processo de reconhecimento de seus direitos territoriais a comunidade tem por objetivo resistir às pressões sociais e ambientais sobre suas terras, bem como, reverter o cenário de exclusão característico das últimas décadas além de proporcionar mais segurança para as famílias Quilombolas para planejar seu futuro e desenvolvimento (FERNANDES et. al. 2007).

Retornando a análise sobre os números de famílias que compõe a comunidade percebe-se que esta já foi, em outros tempos, bem mais povoada e que possivelmente a área também fosse bem maior do que é hoje. Segundo dados do Relatório Antropológico baseados no levantamento topográfico realizado pelo ITCG em 2006 a área era, até a década de 70, de

pelo menos 10 mil hectares e hoje, encontra-se bem mais reduzida perfazendo um total de 6.153,57 ha. Esta foi a área requerida pelo Relatório e que foi levantada pelo INCRA. Esta delimitação envolve áreas hoje ocupadas por fazendeiros e empresas madeireiras que cultivam pinus.

A comunidade concentra a maior parte de seus moradores no núcleo central João Surá (Figura 5). Neste núcleo estão localizados as escolas de ensino fundamental e médio, a igreja, o posto médico, o cemitério e um centro comunitário.



**Figura 5** – Croqui da comunidade Quilombola João Surá. Fonte: adaptado do IBGE.

Os moradores estão distribuídos nos diferentes núcleos da comunidade e, não por acaso, seguem nas encostas dos vales e nas margens dos rios: Pardo, Guaracuí, Poço Grande, e Ximingu, onde se localiza a comunidade Poço Grande.

Nas proximidades destes rios, a comunidade João Surá é composta por três núcleos: o João Surá, onde se encontram as estruturas e aparelhos sociais, o núcleo Guaracuí e o núcleo Poço Grande. São por estes três núcleos que se distribuem as 40 famílias, sendo 12 em Guaracuí, 20 em João Surá e 8 no núcleo Poço Grande.

A comunidade originalmente estabeleceu-se em uma região de difícil acesso entre vales, rios sinuosos, cercada por serras e morros com poucas áreas planas. Está distante da capital Curitiba quase 200 km, a 40 km do município de Iporanga e a quase 150 km de Iguape.

João Surá deve, se não diretamente, talvez parcialmente, a sua origem ao garimpo do ouro, pois os municípios de Apiaí e Iporanga foram, no período em que a região ainda produzia quantidades consideráveis deste mineral, centros que atraíram garimpeiros e mineradores e com estes vieram também os escravos para trabalharem nestes garimpos.

Alguns Quilombolas relataram que seus pais, avós e bisavós nasceram, cresceram e estão sepultados no cemitério da comunidade. Estes antepassados lhes contavam várias histórias e acontecimentos ligados ao garimpo e a origem da comunidade relatando ainda que havia, e, ainda há, locais onde foram enterrados potes e panelas com ouro e que estes são locais encantados devido à presença de seus possíveis donos (entrevista com o seu Paulico, 2010).

A origem desta comunidade Quilombola teve, portanto no garimpo do ouro na época colonial, um de seus suportes que contribuíram para ser o que hoje é, fato que é realçado pelo Relatório Antropológico elaborado por (FERNANDES *et. al.* 2007 p. 23):

[...] antes de identificar uma continuidade sócio-temporal, reconhecem sua origem no contexto histórico da mineração colonial, valorizando a particularidade de sua configuração geográfica: a morte de um garimpeiro nas águas caudalosas daqueles sertões. Como outras localidades, a comunidade João Surá surgiu no contexto da mineração colonial no Alto Vale do rio Ribeira.

Da instalação de garimpos seguia-se a criação e a fundação de vilas e destas surgiram-se os municípios que hoje existem na área do Vale ampliado (os sete municípios do Vale paranaense e os 23 municípios do Vale paulista) sendo assim *a busca por ouro esteve, portanto, na base da colonização da região* (FERNANDES, 2007 p. 20)

Assim devido a esta configuração geográfica, mesmo que próxima de Iporanga e outros centros, as condições de refúgio estavam garantidas:

As serras e vales encaixados, entrecortados por rios sinuosos (criados pelo *bêbado*, diriam), características do Alto Vale do rio Ribeira do Iguape, são ainda hoje de difícil acesso. Esta configuração geográfica muito particular influenciou o modo de ocupação, permitindo que esta região tenha se transformado, ao longo de mais de três séculos, em espaço de liberdade e refúgio para populações negras. Fugidos, libertos, ou nascidos livres, a população negra da região constituiu ao longo dos anos seus territórios de liberdade relacionados histórica e culturalmente ao passado marcado pela escravidão. (*op. cit.* p. 16)

O nome que leva a comunidade hoje se deve, segundo relatos, ao fato de um garimpeiro de nome João Surá que em tempos remotos, descia o rio Pardo e o rio Ribeira para garimpar.

Numa destas suas incursões pelo rio Pardo na confluência com um dos córregos que, pelo encontro destes formam fortes corredeiras, João Surá teve sua canoa quebrada e acabou por morrer afogado. Deste acidente surgiu o nome do córrego que passou a dar nome também à comunidade.

Em época anterior a este fato, a região era conhecida apenas como *sertão do rio Pardo*, nome encontrado nos diversos documentos históricos arrolados pelo Relatório Antropológico e que vigora na memória dos Quilombolas.

Esta história se encontra no Relatório Antropológico e nos foi contada da mesma maneira por seu Paulico, um dos nossos entrevistados:

A história do João Surá, João Surá ficou João Surá por causa de um garimpeiro, que o nome dele ai chegou ai na região – assim falavam meus avô, meus bisavô – que apareceu este homem. Ele era, de certo, deste pessoal do garimpo lá pra Iporanga. Então esse homem, diz que ele vinha por canoa e sumia neste sertão ai. Tirar ouro, este tal de João Surá. Ele tirava ouro e ia embora para Registro, cidade de Registro, que lá é que registrava para ir. E ele quebrou a canoa naquela cascata ali. E morreu ali. Perdeu o ouro e ficou o nome João Surá. Cachoeira do João Surá. Que antes disso esse rio nem nome não tinha, tinha o nome de rio Pardo (*op. cit.* p. 22)

Um relato feito por outro Quilombola da comunidade, seu Sebastião Zabé<sup>27</sup>, nos conta que João Surá, também comerciava outros produtos (farinha, rapadura e suínos), produtos que comprava dos Quilombolas e vendia a estes, produtos que trazia de Iporanga, Registro e Iguape.

Desde os seus primeiros anos, que provavelmente seja anterior aos 203 anos<sup>28</sup>, (completada em 2010) a comunidade foi acumulando vários ciclos de exploração econômica, mas a memória dos agricultores não revela no ouro nenhuma importância para a comunidade no decorrer destes dois séculos.

Por outro lado, produtos como arroz, que tem uma participação central até os dias de hoje na vida produtiva da comunidade, da rapadura, da cachaça, farinha de mandioca, suínos, feijão e mamão mais modernamente, é lembrado mais frequentemente pelos Quilombolas nos relatos feitos a partir das entrevistas realizadas.

Em meados da década de 60 houve uma demarcação parcial realizada pelo INCRA que regularizaria a questão fundiária da comunidade, porém esta iniciativa não titulou todas as propriedades, pelo que se pôde observar junto aos Quilombolas.

Esta titulação aconteceu numa época de grande interesse e valorização fundiária na região o que motivou uma série de especulações por parte de oportunistas que se aproveitaram para grilar vários lotes da comunidade.

[...] o trabalho de demarcação realizado pelo INCRA em meados da década de 1960, que supostamente regularizaria a situação fundiária dos comunitários, chegou a ser entendido como sendo a conquista da 2ª *liberdade*. Ou seja, a importância daqueles processos administrativos, tão alheios à lógica comunitária, foi ali de tal maneira sobrevalorizada que se chegou a equipará-los com o próprio fim do cativo, a 1ª *liberdade*, representado pela própria criação da comunidade. Aconteceu, no entanto, que estes processos de demarcação de posses individuais ocorriam paralelos à

---

<sup>27</sup> O nome de seu Sebastião é Sebastião de Andrade, no entanto há na comunidade como em outros Quilombos da região a tradição de se dar o nome das crianças ao nascer segundo o santo do dia. Seu Sebastião nasceu no dia de Santa Isabel, no entanto não se podia dar um nome feminino para um menino, assim recebeu o nome de outro santo e foi apelidado com o nome da santa do dia ficando, por tanto sendo conhecido por Sebastião Zabé. (relato adaptado a partir de entrevista com o senhor Sebastião, setembro de 2010)

<sup>28</sup> A idade da comunidade foi levantada através do Relatório Antropológico realizado pela equipe do professor Roberto Sid Fernandes e tomou como base o primeiro sepultamento feito no cemitério do Quilombo.

chegada de um emergente mercado de terras na região, cujos principais atores muitas vezes faziam uso da posição e conhecimento privilegiado que detinham dos processos legais para expropriar os comunitários. (*op. cit.* p.95)

Um dos Quilombolas, senhor João Martins de Andrade diria aos antropólogos que elaboram o Relatório que a terceira *liberdade*, se dará no dia em que a regularização do território Quilombola estiver sido completada.

Na década de 60 a relação entre as famílias da comunidade era bem mais aberta e freqüente de acordo com a memória dos agricultores entrevistados. E isto é lembrado em suas falas onde afirmam que nestes tempos, só no núcleo Guaracuí residiam 17 famílias:

Só aqui no vale do Guaracuí tinha que ver *sinhô!* [tinha] o Eleotério, Ernesto Ciria que já é falecido, Benedito Freire, a Antoninha que era sogra do Pedro já deu 3 não é? Tinha o Agenor, o Antonio Franco, compadre Sebastião, Antonio Peniche, 7, Alexandre Pires 8, o Antonio que é o meu irmão 9, meu pai 10, eu 11 o Antonio Síria que esta la 12, o Padrinho Gonçalo 13, o Emídio 14, o Pedro Moura 15, o Antonio 16 e o Altair 17 famílias só daqui de Guaracuí (Senhor Paulico, 2010).

Estas famílias, com a pressão sofrida por pessoas de fora, começam a vender suas terras para os especuladores, sendo que boa parte hoje está ocupada por cultivos de pinus, e há uma área realmente grande ocupada por eucaliptos numa área de Guaracuí chamada pelos Quilombolas de Forquilha.

Das cinco famílias que saíram do núcleo de Guaracuí só uma não vendeu a sua terra, segundo o senhor Paulico, as outras venderam para uma pessoa de fora chamada senhor “Lino” que muitos Quilombolas se referem como sendo um grande fazendeiro que comprava as propriedades da comunidade a preços baixos.

De acordo com os dados do IPARDES houve a partir da década de 70 um expressivo decréscimo a população no município de Adrianópolis. Desta forma o êxodo não foi “privilégio” da comunidade João Surá.

De um total de 11.540 habitantes registrados em 1970 somente 7.753, ou pouco mais de 67% daquele total, ainda permaneciam no município no censo de 2000. O êxodo rural também se torna evidente através dos dados estatísticos. Na década de 1970 haviam 10.079 moradores na área rural do município, enquanto apenas 5.645, ou seja, pouco mais de 56% permaneciam em 2000 residindo no rural de Adrianópolis (IPARDES, 2007).

No entanto, o número de famílias da comunidade pode aumentar com a titulação definitiva como território Quilombola, processo que está em elaboração pelo INCRA.

Ademais, é necessário lembrar que a comunidade vem resistindo a diversos fatores que contribuíram para o seu quase desaparecimento. Segundo relatos do senhor Antonio Carlos de Andrade Pereira, fundador da associação da comunidade em 2005 e que a presidiu por duas gestões seguidas, houve momentos em que residiam na comunidade apenas 20 famílias. Muitas haviam se mudado para perto da antiga mineradora de Chumbo, a Plumbum, e outros recompuseram suas vidas em outras cidades. Para Salles (2010, p. 5) as razões para o deslocamento das famílias se somam a outras e assim:

[...] foram vários os fatores que, nas últimas décadas, levaram à migração para outras regiões, causados, principalmente pelo descaso com políticas públicas de saúde e viária; criação de parques ambientais sem o devido diálogo com a comunidade; abuso de poder econômico de grandes fazendeiros e empresas plantadoras de pinus e eucalipto; aumento de incidência de pragas agrícolas, contaminação e destruição de nascentes devido a avanço de monocultivos em larga escala; ameaças de agressão física e agressões verbais de fazendeiros e seus prepostos a integrantes das comunidades; construção de barragens; cercas que dificultam o trânsito entre casas ou acesso a roçados; criação de gado solto nas servidões e estradas públicas – situações vivenciadas também por Quilombolas paulistas.

Mesmo com todos estes fatores, a comunidade vem se re-estruturando e conquistando direitos antes inacessíveis, como foi o caso da escola secundária e da Educação de Jovens e Adultos – EJA – que já está em funcionamento desde 2009.

Também a maior presença de projetos de universidades e do terceiro setor com projetos de assistência e extensão, além da presença do estado, mediante audiências públicas<sup>29</sup>, ações do ITCG ao proceder a Auto Cartografia Social de João Surá<sup>30</sup> e também pelo levantamento dos limites topográficos da comunidade pelo citado Instituto de Terras.

Por tudo isto, já é possível vislumbrar dias melhores para a comunidade João Surá e estes serão mais efetivos a partir da titulação do território, resolvendo assim a questão fundiária da comunidade.

### 7.3 – Os agricultores entrevistados

As análises dos agroecossistemas da comunidade Quilombola João Surá se deram a partir das informações colhidas nas entrevistas realizadas com quatro (4) agricultores do núcleo Guaracuí. Além destas entrevistas, as análises se basearam nas observações de campo que também foram acompanhadas pelos agricultores entrevistados em suas propriedades, roçados e áreas de pousio.

Todas as fotos registradas nas entrevistas encontram-se em anexo à medida em que formos apresentando os resultados, procederemos à chamada numérica de cada uma delas.

Nas entrevistas realizadas pudemos contar com os seguintes agricultores:

- João Martins de Andrade Pereira com qual foi possível aproximar-se de uma análise que demonstra que este quilombola esta reconstruindo, além de seu agroecossistema, também a sua identidade enquanto agricultor familiar. Com seu João Martins produzimos juntos açúcar mascavo conforme a sua prática e experiências. A família de seu João é composta por ele sua esposa dona Irani e mais dois filhos, sendo que a mais velha reside e trabalha em Curitiba;

---

<sup>29</sup>Na primeira audiência pública quilombola tivemos oportunidade de participar na sua organização tendo acontecido em agosto de 2008. Para mais detalhes ver Audiência Pública Quilombola: relato de uma experiência política dos povos Tradicionais Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense (FIDELIS, et. ali, 2009).

<sup>30</sup>A iniciativa da cartografia apoiada pelo ITCG com a participação do Instituto Agroecológico onde tivemos a oportunidade de participar como pesquisador apoiando a comunidade no levantamento e confecção do fascículo. A auto cartografia social faz parte do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil que é coordenado nacionalmente pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida do PPGSA/UFMA, FAPEAM)

- Seu Paulico: com este agricultor, assim como com os outros dois que se seguiram, não foi possível realizarmos alguma tarefa relacionada aos seus cultivos, ou à sua propriedade como aconteceu com o senhor João Martins na produção de açúcar mascavo. No entanto, com seu Paulico as informações obtidas sobre as ervas medicinais extraídas da floresta e do entorno da casa foram ímpares. Seu Paulico é tido e respeitado pela comunidade como um exímio benzedor e conhecedor das mais diversas ervas medicinais e suas diversas propriedades e por, esta habilidade, é muito procurado pelos demais integrantes da comunidade. A família de seu Paulico é composta por ele sua esposa dona Maria. Tem ainda dois filhos ambos não residiam na propriedade no momento da pesquisa;
- Senhor Pedro Moura, cujo nome correto é Pedro Pereira de Andrade. Sendo que Moura é um apelido que levam todos os integrantes da família de seu Pedro já há algumas gerações. Ao perguntarmos o porquê do apelido, seu Pedro nos conta que foi devido a um tal capitão Moura que vivia na época da escravidão a caçar escravos fugidos e que depois também comprava famílias e escravos negros como se fossem animais. Seu Pedro Moura reside na propriedade com sua esposa, dona Ditinha e cuidam ainda de um senhor que tem sua casa próxima e que se encontra com a saúde debilitada.

Meu pai contava que na época dos escravos tinha um capitão que vivia de vender e comprar escravos, mais é coisa antiga né (Pedro Moura 2010).

Relato parecido também foi feito aos antropólogos que realizaram o Relatório Antropológico como se pode observar no fragmento a seguir:

Pedro Moura ilustra a incorporação deste “apelido”, por famílias da comunidade João Surá, diz ele: “*meu pai dizia que Moura veio do Capitão Moura, ele se chamava Antônio Pereira da Silva, mas chamavam de Antônio Moura*”. Ainda segundo o senhor Pedro Pereira de Andrade, o Capitão Moura “*era um cara que tinha poder. E daí a família que era escravo ele comprava. [Naquele tempo] eles saiam a vender [escravo] como a gente vende um porco né. Nem o pai do meu pai conheceu só que era descendência*

*de escravo. Negrada*” Considerando a referência temporal na fala deste senhor, conclui-se que as histórias sobre o Capitão Moura tenham ocorrido antes de 1880 (FERNANDES, 2007 p. 30 e 31).

Com seu Pedro Moura a entrevista se deu mais no sentido de relatos de sua experiência com a roça. Seus cultivos hoje resumem-se a 1 hectare onde planta diversas variedades de plantas, que tem o objetivo de completar os alimentos consumidos diariamente por ele e sua esposa dona Ditinha, ambos já septuagenários. Isto se deve ao fato de seu Pedro Moura ser cardíaco e precisar tratar com alguma frequência da saúde. No entanto, ele ainda cultiva quase um terço do que consomem mensalmente ele e sua esposa. O restante é completado com compras feitas de outros produtores da comunidade.

- Senhor Antonio Aparecido de Matos ou professor Aparecido como é mais conhecido. Este Quilombola é professor da rede municipal de educação básica há 35 anos e leciona na escola da comunidade. Professor Aparecido em 2010 se aposentou. Porém, mesmo sendo funcionário público, nunca deixou de cultivar e de produzir os alimentos para o consumo da família. Participaram da entrevista com ele sua esposa dona Maria Lúcia e a filha Grazielle que muito ajudaram dando informações. A família do professor Aparecido é composta por sua esposa e sogra, dona Maria Lúcia.

## **CAPÍTULO V – Os agroecossistemas Quilombolas: Agricultura Tradicional x Agroecologia**

### **1 - Os Solos da comunidade Quilombola João Surá**

Uma dimensão de grande importância para os diversos tipos de agricultura são os solos. Estes têm sido degradados e assim suas perdas anuais são enormes, tanto por erosão, que seguem para os leitos dos rios, quanto por degradação eólica e, ainda, por esgotamento de sua fertilidade natural, morte da macro e microflora além da fauna e sua importante contribuição à vida e fertilidade nos solos.

Em notícia publicada recentemente pela *France presse*, 300 milhões de hectares de solos cultivados são perdidos anualmente em todo o mundo. Isto equivale à área de um país do tamanho da Itália. E mais de 500 milhões de pequenos agricultores são privados do acesso à terra e passam fome pelo mundo anualmente (FOLHA DE SÃO PAULO, 22 de outubro, 2010).

Neste sentido, propugnar modelos que preservem os solos é uma das metas primordiais trabalhadas e discutidas pela Agroecologia ao pesquisar sistemas tradicionais de agricultura.

O estudo dos solos que procedemos nas propriedades dos agricultores entrevistados basearam-se nas informações dadas por eles, não foi feito uma análise química ou física dos solos, mas trabalhamos com eles as noções sobre os solos e os limites que estes oferecem para a produção agrícola.

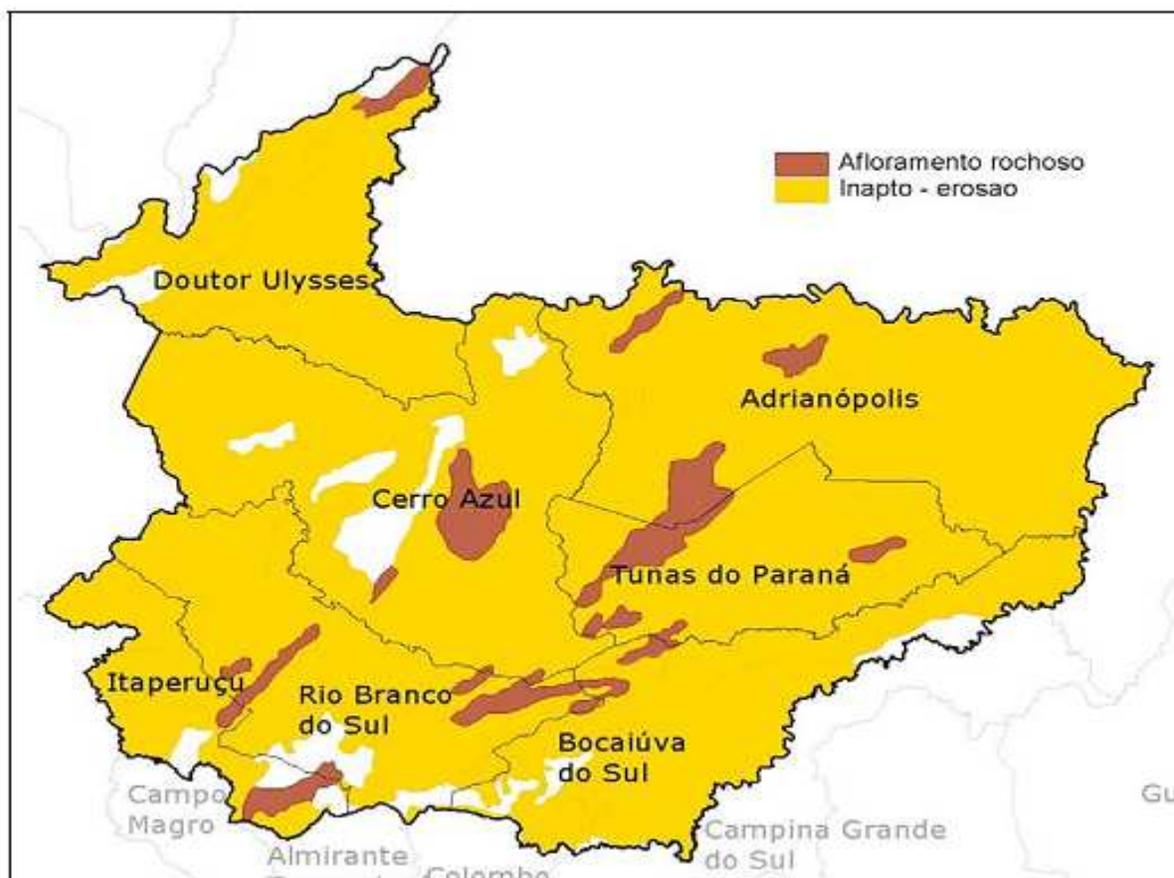
Mais precisamente, o que se procedeu foi uma “auto-observação” dos agricultores, do que eles entendem dos seus solos e das condições de fertilidade. Ademais, os depoimentos dados por eles vão desde uma descrição pedogenética<sup>31</sup>, passando pelas técnicas de interpretar a fertilidade dos solos no tempo, até formas de manejos.

Os solos de Adrianópolis, segundo o IAPAR são predominantemente jovens e são composto em quase 70% de neossolos, sendo que o restante da área do município se distribui em outros 5 tipos de solos, entre eles, pode-se encontrar os nitossolos brunos, nitossolos vermelhos, chonossolos rendózicos e manchas de latossolos vermelho-amarelo.

---

<sup>31</sup> Princípio de formação dos solos.

Com solos tão frágeis, do ponto de vista da sua estrutura física e química, as únicas explorações que se permitiriam seria a preservação ambiental ou agriculturas de base ecológica não só no município de Adrianópolis, mas em todo o Vale do Ribeira. Como podemos observar pelo mapa elaborado pelo IPARDES, quase 94,3% das áreas são de alta fragilidade sendo o restante, 5,7%, de afloramentos rochosos e impróprios para qualquer tipo de exploração, inclusive a agrícola (Figura 6).

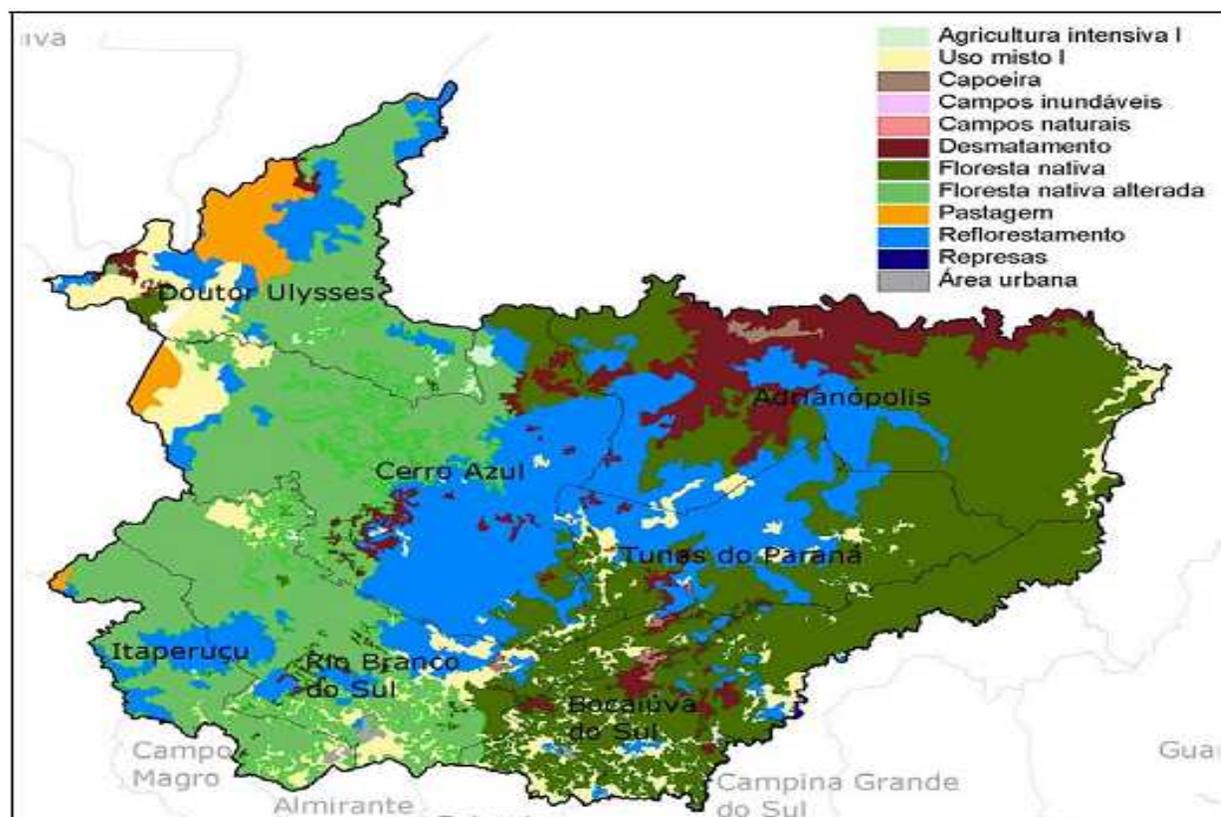


**Figura 6** - Áreas com potencial para degradação no Vale do Ribeira – Paraná. Fonte: IPARDES, 2007.

Na região que compreende a comunidade João Surá dois tipos de solos predominam, ambos de baixa fertilidade. Nas áreas mais próximas às encostas dos morros, na direção das margens dos rios Pardo e Ribeira de Iguape, predominam o solo Nitossolo Bruno Aluminíco, solo de baixa fertilidade e alta saturação por alumínio o que confere uma acidez acentuada. Estes solos são difíceis de serem cultivados com espécies agrícolas mais exigentes, sem que se faça a correção do pH do solo, por meio de métodos convencionais como o uso de calcários.

No entanto é possível de serem manejados através do uso de técnicas e processos ecológicos como o uso de manejos da matéria orgânica e biomassa local e a introdução de variedades vegetais fixadoras de nitrogênio. Porém estas técnicas requerem tempo.

São justamente nestas áreas da comunidade e também nas áreas limítrofes a esta que o IPARDES registra em seu diagnóstico socioeconômico como sendo de áreas desprovidas de sua cobertura natural (Figura 7).



**Figura 7** – Uso do solo no Território do Vale do Ribeira. Fonte: IPARDES, 2007.

Adrianópolis é o município com a maior proporção de áreas desmatadas no Vale do Ribeira paranaense, coincidentemente são as áreas margeadas pelos monocultivos de pinus e que encontram-se defasados em relação à ocupação, destes florestamentos de madeira, pois na região e na comunidade João Surá, boa parte esta ocupada pelo pinus.

Os solos que predominam na comunidade, principalmente no núcleo de Guaracuí, são solos com profundidades mais acentuadas que por estarem mais próximos aos cursos d'água,

resistem mais às secas prolongadas, freqüentes nos últimos anos segundo o relato dos agricultores entrevistados:

[...] antes dava aquelas estiadas de 2, 3 meses. [...] A gente fica pensando se não vai continuar com estas secas de volta que agora ficamos um mês e pouco sem chover. (Antonio Aparecido 2010).

Na memória de seu Antonio Aparecido em seus tempos de adolescente as secas eram mais severas sendo que dos seus 20 anos de idade em diante até 2005, as secas foram mais brandas tendo se tornado mais freqüentes novamente de 5 anos para cá. Em outras palavras, houve um hiato de 31 anos, se levarmos em conta a sua idade que é de 54 anos, em que as secas não foram tão marcantes e freqüentes como agora.

[...] eu me lembro só quando eu era gurizão novo ai uns 15 anos que a gente não tinha (seca) o arroz, tinha ano que a gente não produzia. Por conta da seca e depois aquilo não repetiu mais (Antonio Aparecido, 2010).

Na descrição dos agricultores, esta constatação da baixa fertilidade dos solos da comunidade é a tônica em todo o território. Esta fragilidade é descrita como um fato que se tem que lidar, sem que haja outra escolha, porém o conhecimento e forma de expressar esta característica é muito viva. A descrição dada por seu Paulico, por exemplo, reflete o acúmulo de conhecimento e profunda consciência sobre os seus solos e como estes se formam:

É o solo vem de baixo para cima! E daí que fica boa de plantar porque na hora que você corta a árvore e tirar toda a galhada de cima a planta não produz. Ela sai, mas meio amarelada. Meio fraca, mas depois que ela apodrece um pouco que se faz a camada, daí bate a umidade de cima e o que acontece, ela esquenta e daí ela fermenta e daí é que ela vai formar a cobertura de solo. E ai que você corta e vê que ela está gorda (seu Paulico 2010).

Os conhecimentos dos limites dos solos que a propriedade oferece também se fazem perceber na noção que estes agricultores têm sobre os solos mais jovens e em formação como são os casos dos solos localizados nos topos dos morros, os *neossolos*, chamados por seu Paulico de terra mais “bruta”:

A terra é bruta lá (aponta para a parte mais alta do morro) ela não produz bem, nem bem você corta uma *taiada* e já vê (seu Paulico 2010).

As profundidades dos solos no núcleo de Guaracuí não são grandes como nos mostram as fotos 5 e 6<sup>32</sup> em anexo. Não passam de dois metros nas regiões de encostas o que vem acentuando os prejuízos em épocas de estiagens prolongadas.

No caso dos solos expostos na foto 7 do anexo, o que concorre para aumentar a fragilidade é o uso do fogo que, na propriedade em questão, havia sido realizado há pouco mais de 25 dias.

A noção de que as condições de seus solos não são boas foram expostas por todos os agricultores ao afirmarem que estes têm piorado nos últimos anos. Mas também relataram que se a fertilidade não é boa hoje, já foi pior em tempos mais longínquos:

[...] eu trabalho um solo assim bem desgastado pelo tempo de trabalho além do uso do fogo, trabalho com a enxada né. [...] Hoje ela [a terra] está bem pior. Um pouco é por falta de, eu acho, de manejo com a terra, manejar ela com (...) deixar ela descansar um tempo não é. (seu João Martins, 2010).

La em cima presta só para pinus, mas aqui agora já melhorou bastante (seu Paulico, 2010).

Por um lado, se as condições de fertilidade não são muito favoráveis aos cultivos agrícolas da comunidade por conta do uso por muito tempo de técnicas como o fogo que ainda é usado, por outro, o que impressiona é o conhecimento dos agricultores a cerca dos limites que estes solos oferecem e também o que é necessário para contorná-los.

---

<sup>32</sup> Todas as fotos, a partir deste ponto estão dispostas no item “anexo”.

Ademais, foram adaptando técnicas e manejos conseguindo assim cultivar seus alimentos, que mesmo com uma pequena produção sempre deram conta de alimentar a família e ainda gerar excedentes.

Além disto, nos aspectos cognoscíveis (uso, tipo de cultivo, vocação, etc.) fica patente o conhecimento que acumularam no decorrer de sua história enquanto agricultores naquela região. Não só isto, mas também a identificação, a percepção de cor, textura, profundidade e tipo de vegetação que ocorre em função do tipo de solo que tem em mãos (Foto 8).

Nestes aspectos, a etnopedologia vem estudando diversos povos indígenas na Amazônia, oleiros, artesões ceramistas, camponeses e identificando formas de se classificar solos tão ou mais completos quanto o método convencional proporcionado pela Agronomia e pela Pedologia acadêmica.

Os agricultores familiares, notadamente aqueles que trabalham na lógica camponesa de organização dos agroecossistemas detém, como poucos, o conhecimento sobre seus solos.

ALVES *et. al.* (2003 p. 380) citando vários autores, expõe isto ao afirmar que o saber empírico das populações rurais:

[...] sobre os solos tem sido geralmente desconsiderado em programas de pesquisa e desenvolvimento, embora haja exemplos de sua importância. Queiroz & Norton (1992) demonstraram a validade de uma classificação camponesa para diferenciar e agrupar solos com base em critérios morfológicos, no Nordeste Brasileiro, produzindo resultados positivamente correlacionados com aqueles obtidos pela classificação pedológica formal que então se usava no Brasil. Sandor & Furbee (1996), por sua vez, observaram que alguns camponeses de uma região semi-árida da cordilheira dos Andes sabem identificar cerca de 50 categorias de solos e materiais minerais.

Além de fatores como a interpretação e mesmo a conceituação que dão aos seus solos, que não fica só nos aspectos “táteis”, os agricultores imprimem ao conceito de solo não só o que dele se pode extrair, mas também localiza no solo uma imagem que simboliza a

concretização de sonhos. Para estes Quilombolas os solos são sinônimos de local de morada, de produção de vida e de um bem a ser garantido para as gerações futuras:

Hoje a gente enxerga assim: que o meu solo [é] onde eu trabalho. É um solo assim bem desgastado pelo tempo de trabalho além do uso do fogo, do trabalho com a enxada. E a gente enxerga que hoje a terra esta bem defasada [...] E, além disso, a gente trabalhava na área inteira, na verdade. A vizinhança era uma área que a gente trabalhava assim em conjunto com os companheiros, todos plantavam e deixavam a área descansar (seu João Martins, 20 de setembro de 2010).

[...] esta terra quando eu peguei [...] era só capim *sinhô* e aquele pico-pico. E quando eu peguei este lote aqui, meus vizinhos falaram porque que eu queria ali, que aqui era para criar cobra e eu falei: aqui eu quero criar meus filhos (seu Paulico, 2010).

Por esta ótica, trabalhar o solo na lógica exposta pelos agricultores é mais do que simplesmente plantar e cultivar. Solo é o local de trabalho, de trabalhar com outros agricultores é o local de reproduzir valores como o de cooperação e onde se criava cobras, passa a se criar e educar os filhos assumindo assim uma dimensão de maior importância. Assim, o conceito de solo não da conta de abranger toda esta complexidade, no entanto este conceito pode ser abrangido pelo conceito de terra que é expressão preferida pelos Quilombolas ao se referirem aos seus solos.

Para seu João Martins não há solo, ou terra, fraco nem forte, há a terra, e nas palavras dele:

Pra mim o solo é a terra, tanto faz terra fraca como terra forte para mim é uma terra que seja assim, que tenha assim uma cobertura boa ai em cima da terra, mas que ela produza com frequência (seu João Martins, 2010).

Este é um dos princípios que norteiam a construção de agriculturas de base ecológicas fundada nos princípios da Agroecologia. Solos bons são os solos que se tem à disposição e que estes mesmo sendo frágeis e pouco férteis podem ser manejados de acordo com as suas características e ainda assim preservados neste movimento ao se construir a fertilidade

desejada. Noção bem diferente da proposta pela agricultura convencional que trabalha na lógica da super exploração dos solos de forma artificializada adotando métodos degradantes para alcançar resultados a qualquer custo e num curto período de tempo (sementes melhoradas, adubos químicos e correção calcária do pH dos solos, além do uso indiscriminado de inseticidas e fungicidas).

Por outro lado, o aparente conformismo com a situação do solo fraco expresso no que foi exposto por seu João, esconde uma inquietação que não o faz permanecer estático e isto é percebido não só nas suas palavras, mas também nas do professor Antonio Aparecido. Estes dois Quilombolas já vêm adotando outras técnicas ecológicas além das que já utilizavam anteriormente nos manejos de seus agroecossistemas. Seu João salienta que:

[...] hoje estou com esta consciência de não queimar e não carpir o solo pra amanhã ou depois não acontecer o que esta acontecendo agora né. Tentar passar isto para o outros que acho que é importante a gente trabalhar com a cobertura boa em cima da terra. Para mim tem uma grande importância, eu acho que cuidar dele, cuidar da terra, pra que não venha a se degradar eu acho que seria muito importante cada dia você se conscientizar e cuidar bem do solo para que a gente tenha uma terra, uma terra mais garantida que amanhã ou depois ela possa produzir melhor né. (seu João Martins, 2010)

Este é um dos valores que já vem sendo trabalhado por seu João Martins e o professor Antonio Aparecido, no entanto, segundo palavras de seu João são poucos os que se convenceram de que é preciso adotar manejos mais ecológicos para resolver o problema de solos frágeis e pouco férteis. Para ele, é o solo que faz o agricultor e não o contrário. É a partir dos limites que sua terra impõe que o agricultor irá criar alternativas para superar as dificuldades que enfrenta:

Olha pra mim a terra é muito importante porque se a pessoa gosta do trabalho, do cultivo da lavoura ele quer um solo bom pra produzir porque a qualidade do solo é que influencia muito a gente né.

Na verdade, ela representa a satisfação na luta. Sabendo que vai trazer alimento para casa e poder até [...] sempre que a gente colhe bastante a gente

[pode] dividir com outro e a gente fica com aquela satisfação que a gente colheu o alimento e tá dentro da propriedade e tá se sentindo bem. (seu João Martins, 2010)

Os solos para estes Quilombolas entram num mundo de representações em que se pode afirmar que é a partir dos solos que se produzem alimentos, que se ajudam os vizinhos gerando com isto satisfação e um sentimento de “super potência”. Reside aí uma das mais importantes contribuições que os camponeses estão dando à agricultura de base ecológica e a Agroecologia. Estes valores foram herdados dos antepassados junto com a terra e devem ser passados aos filhos da mesma forma:

Hoje, na verdade, como meu pai preservou a terra né e deixou e a gente já viveu em cima dela uma quantidade de anos, com 46 anos que está aí, hoje a gente pretende trazer um sistema de plantio diferente da terra que possa segurar os filhos da gente em cima da terra para que não venha a abandonar a terra porque é muito importante fazer com que ela produza com qualidade e sem carecer assim degradar tanto ela e garantir uma produção para os mais novos fique se garantindo em cima dela para que não jogue ela fora e não jogue na mão de especulador. (seu João Martins 2010)

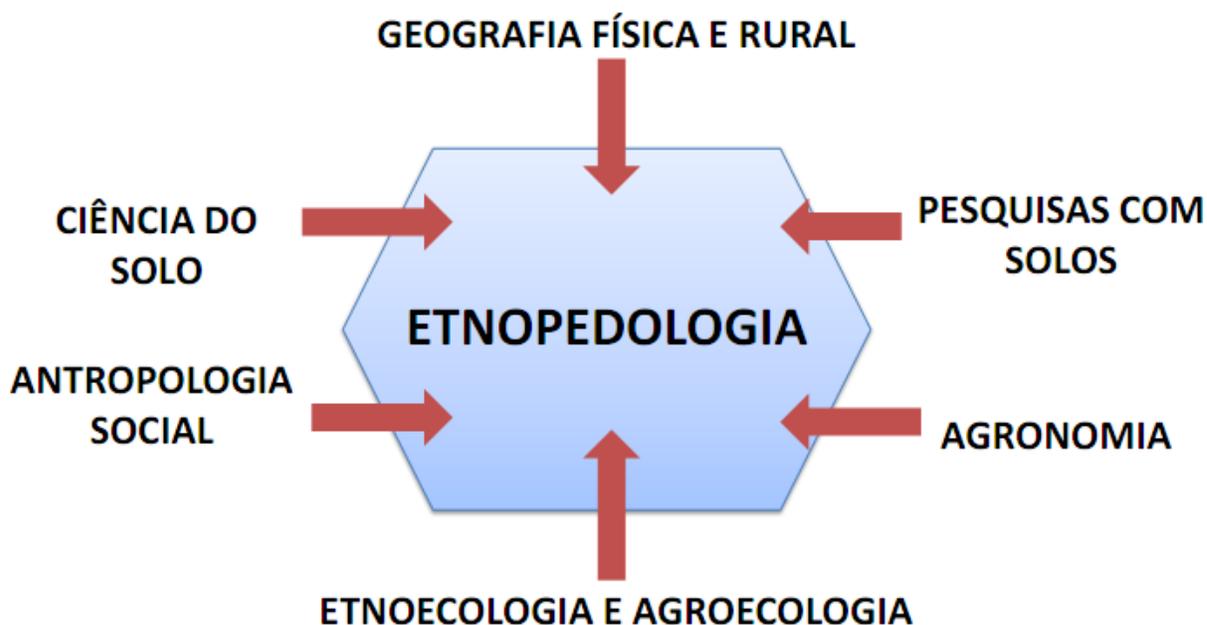
Ela representa pra mim a propriedade que o meu pai deixou para a família né. Pra toda a família uma herança né compadre? – *pergunta ao senhor Sebastião*. (seu Antonio Moura 2010).

Resumidamente, esta é a conotação impressa por estes Quilombolas, que conferem a terra e seus solos, uma dimensão que ultrapassa a de um simples bem natural de uso. A terra foi herdada e junto com ela também receberam valores que deverão ser repassados às gerações futuras, porém re-significados no que seu João Martins chama de um sistema novo de plantio que para ele é a Agroecologia e a partir desta mudança de sistema garantir que a terra, a propriedade não caia nas mãos dos especuladores, para não se repetir os erros cometidos no passado.

Fazer uso dos conhecimentos sobre solos, da terra da comunidade é um dos passos fundamentais para se atingir um desenvolvimento que garanta às próximas gerações melhores tempos do que os herdados pela geração que agora produz no território.

Este conhecimento deve partir dos agricultores da comunidade Quilombola em diálogo com outras comunidades e seus saberes para que se possa, assim, atingir o desenvolvimento almejado, e isto, pode se dar através do apoio que a etnopedologia, somada aos princípios agroecológicos, podem oferecer à compreensão dos agricultores da comunidade dos limites que devem superar, e assim, melhorar as condições dos seus solos, atingindo ao final o que a noção de solo, expressa por eles, oferece, que é a noção percebida pela dimensão que a “terra” dá.

Mas esta tarefa não é simples e a etnopedologia pode, em interface não só com a Agroecologia, mas também apoiadas a outras ciências e o conhecimento tradicional, ajudar numa tarefa tão complexa como esta. Um pouco desta complexidade pode ser expresso através da figura 9.



**Figura 8** - Dimensões contributivas da etnopedologia. Fonte: (CABRAL et. al. 2009 p. 3)

## 2 - A água da comunidade Quilombola e a sua avaliação pelos agricultores entrevistados

Na opinião dos agricultores familiares entrevistados as águas disponíveis na comunidade, tanto as águas para o consumo quanto para a agricultura, vêm piorando nos últimos anos.

Como um dos elementos de fundamental importância para a agricultura, a água é na concepção dos Quilombolas mais que um elemento para saciar a sede, ela ocupa uma dimensão de sagrado, por ser geradora de vida e de provedora de boas safras.

A água tem grande influência na vida das pessoas do Quilombo nos três núcleos de João Surá, pois toda a comunidade se desenvolveu próximo aos cursos d'água e tem com estes rios uma convivência e relacionamento estreitos.

Situada às margens do Baixo *Rio Pardo* e de seus afluentes *Garacuí*, *João Surá*, *Poço Grande*, *Marrecas* e *Chimingu*, a comunidade João Surá congregou, em sua formação histórica escravos cativos (“*famílias cativoiro*”), fugidos ou libertos (Francisco Moura) e Senhores (“*amos*”) provindos de diferentes regiões do Vale do Ribeira e em menor escala do Vale do Paranapanema (FERNANDES, et. al. 2007).

A localização nas margens destes cursos d'água (Fotos 9, 10 e 11) teve uma série de convenientes, uma delas foi, em tempos idos, a de facilitar o deslocamento, também havia pesca farta e água à vontade. A pesca hoje reduziu enormemente se comparada com outros tempos por conta do desaparecimento de várias espécies de peixes. Na memória dos Quilombolas hoje quase não há mais nada. No âmbito dos inconvenientes, lembranças vem à tona na memória dos Quilombolas, lembranças das enchentes que em outras épocas eram mais freqüentes.

Mesmo assim os rios e suas águas influenciaram sobre maneira a comunidade, basta observar que estes núcleos, além das localizações próximas aos rios e córregos também receberam os nomes destes cursos d'água. Para os Quilombolas de João Surá, assim como para Quilombolas de outras comunidades do Vale do Ribeira as águas tem significados especiais.

Além disso, o que as pessoas dizem é que não é possível se pensar o nosso mundo sem considerar que *tudo o que tem na terra tem na água*. Podemos dizer que o *mundo da água* condensa as relações de reciprocidade das comunidades para com a natureza (MIRALES, 1998 p. 92).

Esta autora em seu estudo sobre a identidade na comunidade de Ivaporunduva ressalta que a proximidade com os rios e os contatos freqüentes com estes, contribuíram para a elaboração do *mito do mundo da água* e nominando até a algumas famílias. Em João Surá isto não foi notado, tais mitos devem estar impregnados na história da comunidade assim como estão nas comunidades Quilombolas vizinhas:

O mito do *mundo da água* é um quadro de referência simbólica que justifica a ancestralidade em um *homem da água*, e ao mesmo tempo dá referência na dinâmica da comunidade em defesa do rio. [...] A *nação* Marinho se originou, nas diferentes comunidades, através de um *negro da água*. Esta é a forma como expressam que as reciprocidades interiores as comunidades se estendem entre as diferentes comunidades e destas para o *mundo da água* (MIRALES, *idem* p. 92).

Na Agroecologia os estudos vêm demonstrando que não só os solos e a biodiversidade precisam ser observados, mas também as águas e a sua preservação nos agroecossistemas. É neste sentido que valores que cercam a água, notadamente àqueles radicados nos saberes acumulados pelos camponeses e que a partir deste acúmulo tomam as decisões e re-significam sua agricultura e a forma de praticá-la.

Para Oliveira (2005 p. 87) *essa riqueza de mitos e ritos permitiu uma atualização criativa das instituições negro-africanas em terras alheias*. De certa forma, a cosmovisão africana herdadas pelos Quilombolas do Vale do Ribeira contribui para elaborar novos mitos a cerca da água e traduzí-los em práticas diárias a respeito destes elementos ligados também à agricultura.

Para os Quilombolas entrevistados a água usada para os cultivos vem principalmente das chuvas e assim estão a sofrer com secas que se tornaram mais regulares nos últimos anos o que vem prejudicando as lavouras.

Olha, aqui na verdade quando dá um sol tem que suportar, como diz a história. Se produzir é por grande misericórdia divina. [...] Mas aqui eu já cheguei a plantar uma saca de feijão e colher 30 quilos. Não vale a pena! Eu já sofri muito com a conseqüência do sol. Teve uma época que fui trabalhar com um fazendeiro e abandonei a roça porque [...] se eu colho 15 a 20 sacas de feijão a gente garante para fazer outra lavoura. E se não produz a gente tem que procurar outro rumo. É que nem o tal do bananal ali não é! Plantei 1.300 pés de banana e tive que vender umas criações que eu tinha aí para eu pagar as contas e banana mesmo não recompensou (João Martins, 2010).  
A água aqui pra mim eu só uso certamente para beber porque aquejar a planta nunca foi precisado (seu Paulico, 2010).

Percebe-se por estas falas de seu João Martins e seu Paulico que a água assim como os solos é um dos limitantes para os cultivos na comunidade, se não forem bem dimensionadas e localizadas, as lavouras fracassam forçando os agricultores a se assalariarem em trabalhos fora das comunidades para garantir o sustento familiar. Além da seca que castiga as lavouras, as águas, segundo relatos dos Quilombolas, vêm diminuindo na comunidade e alguns fatores são elencados por seu João Martins:

[...] porque a gente vem tomando reparo, porque tem gente que vive e não toma nota nas coisas eu venho tomando nota politicamente e tomando providência assim com as águas isto é coisa que eu marquei muito no meu tempo de vivência. De 30 anos de conhecimento, a água diminuiu muito sabe, diminuiu bastante e vejo que vem vindo cada dia mais o desrespeito que a gente conheceu e veio acompanhando ai. E mesmo os peixes que tinha no rio e a gente vendo ai hoje cada, e como diz a história, o veneno que o pessoal joga nas margens dos rios. E o cascudo tinha né, muito cascudo uma época. E hoje não, hoje eu posso garantir para você que isto ai foi um descaso muito grande os próprios caras que levam os peixes para casa pegava e levavam para as suas panelas, para comer e para tratar de seus filhos hoje passam veneno nas beiras das águas, acabando com os peixes e falando para onde os peixes estão indo. Esquece que os resíduos dos venenos vão para

cima das pedras onde os peixes vão comer o lodo e comendo o lodo estão comendo veneno com certeza. Então você veja bem provavelmente que vai, amanhã ou depois, os rios vão ficar sem peixes porque esta quantidade de veneno esta muito grande nas margens dos rios. Teve um tempo que eu morava ha uns 10 anos atrás na beira do rio a gente achava até meio litro de veneno quando dava uma enchente, nas margens dos rios, quando o rio enchia e “roubava” dos caras que às vezes estavam passando na beira da águas. Eu mesmo vim ouvir falar de veneno na agricultura depois de 20 anos pra cá (seu João Martins, 2010).

Há uma série de relatos assim feitos pelos Quilombolas e não só os que foram entrevistados expressam estas dificuldades. Os venenos usados pelos agricultores a que se refere seu João Martins são mais usados pelos fazendeiros que estão nos arredores da comunidade, principalmente desseccantes, herbicidas usados para dessecar o mato e ervas espontâneas nas margens dos rios.

A suspeita do uso de agrotóxicos também é lembrada por seu Paulico ao afirmar que a presença de peixes em outras épocas era bem maior:

Olha o que eu vi foi que o cascudo, o compadre Sebastião lembra, foi na época que morreu a minha avó, eu não sei se foi veneno que jogaram neste rio Pardo lá pra cima ou foi pesca mesmo (*pois*) morreu muito peixe nestes rios ai!

Barbaridade homem ficou nas beiras de terra assim era a mesma coisa que virasse uma saca de mandioca de tanto peixe que morreu e daqueles tempos para cá nunca mais teve fartura. De primeira você pegava uma tarrafa e ia la naquela cachoeira ali era duas, três sacas destas (*aponto para um saco logo ao lado*) de peixe. Agora o que apareceu foi este corimbatá que naquela época não tinha (seu Paulico 2010).

Recentemente o uso destes agrotóxicos vem sendo usado com frequência nos cultivos de pinus e o mais usado dentre estes é o glifosato e inseticidas mercuriais, este último no

formato granulado, usados para combater as formigas nos estágios em que as mudas de pinus são plantadas.

Com isto a diversidade de peixes vem diminuindo enormemente nos rios e córregos que cortam a comunidade, a única espécie que vem resistindo ao tempo é o corimba que segundo os Quilombolas não é um peixe da região, veio com uma grande enchente segundo seu Pedro Moura, há algumas décadas atrás quando um tanque criatório destes peixes rompeu-se numa região rio Pardo a cima.

Seu Pedro Moura não soube precisar o local. Mesmo assim as condições da ictiofauna dos rios da região precarizou-se muito em comparação com os tempos passados que da memória dos Quilombolas era bem mais fartos em peixes e águas. Hoje o que se pode levantar, através dos relatos colhidos junto aos Quilombolas no período da pesquisa, hoje se consegue contar duas ou três espécies de peixes:

Hoje tá bem pior. [Mas já teve] o lambari né, o bagre – gato e um peixinho que dava assim (...) era o Pituva ele era deste tamanho assim que ficava grudado de baixo da pedra. Este grande era o guacari que nós conhecemos por cascudo. Tinha mais peixes até neste riozinho aqui no Guaracuí de primeira dava muito peixe (seu Pedro Moura 22 de setembro de 2010).

Professor Antonio Aparecido relata uma seqüência de peixes que povoavam os rios e que hoje já não existem mais. Segundo ele por conta das margens dos rios que foram e seguem sendo destruídos pelo gado e assim como pelo despejo de agrotóxicos relatado por seu João Martins, que também é afiançado pelo professor Antonio Aparecido que acrescenta a erosão, da soma destas agressões, causam a degradação que vem se dando também pelo corimba. Esta espécie exógena à região se alimenta das raízes do capim que cresce nas margens e ao fazê-lo revolve o leito dos rios na beira dos barrancos e junto vão-se os “ninhos” dos outros peixes que depositam ali as suas ovas.

[*os peixes*] não tem mais, por causa destas grandes erosões que vem pelo curso dos rios diminui a quantidade de água e aquelas plantas que existiam em cima dos rios hoje não tem mais, porque existia uma variedade de capim né! Que elas iam pelas margens e desciam e ia até a água e então ali era o

lugar de abrigo deles e hoje não tem mais, e não se vê nem estas plantas. Eu sei que tinha o cascudo bacari que um cascudo maior, o anã que nos chamava era uma espécie de cascudo menor e era gostoso de mais e muito saudável. E tinha em abundância e a gente chegava nos rios para observar era de se assustar e hoje já não existe mais. Tinha o bagre tinha em várias quantidades, tinha a traíra e tinha outro peixe menor que era a traíra traputanga que era uma traíra também só que menor. Era um formato diferente. E como eu estava falando pra você tinha muito capim nas margens e pra gente pegar estas traputanga era a coisa mais fácil era só abrir um buraquinho perto do barranco era só colocar o anzol ali e esperar uma hora duas horas e chegar e la pegar os peixes e hoje a gente conta pras crianças ou pra vocês que estão chegando agora, já dizem é mentira deste povo e a gente passa por mentiroso (professor Antonio Aparecido 2010).

As causas do sumiço dos peixes salientadas pelo professor realçam bem o que o mapa de uso do solo elaborado pelo IPARDES e demonstrado na Figura 5, ou seja, o uso do solo no território do Vale do Ribeira que apresentamos na avaliação dos solos no item anterior. Este mapa nos mostra as áreas próximas ao rio Pardo e o território quilombola como áreas de extensos desmatamentos que podem estar ligados à ação de madeireiras, segundo a memória de seu Paulico, realizados na década de 80 e 90:

[...] e daí já chegou a madeireira Colnagui lá de Curitiba para trabalhar aqui [...] a Colnagui só tirou madeira nativa. Naqueles tempos o eucaliptus que é o cultivo mais velho estava como estes pinus ai, ainda estava fininho. Eles só comprou madeira nativa. Eles levavam tudo! A madeireira Colnagui ande passou ela levou tudo! Agora quem tirou madeira especializada foi uma madeireira que veio de lá de Maçaranduba [...] só levava canela preta. Acho que foi por ai, 88, 85 até 89 (seu Paulico 21 2010)

Nos relatos dos Quilombolas as águas têm que ser tratadas com respeito que a partir deste, assume uma dimensão maior, patente nos relatos como algo que é necessário se alcançar mediante a tomada de consciência.

[A água é] muito importante e tem que ser respeitado às nascentes [...] até que nunca foi (...) quer dizer, foi conscientizado, mas não foi, eu acho que não foi tomado no passado não foi tomado um reparo, uma providência que educasse o povo a cuidar da água. Os próprios fazendeiros mesmo têm um, como diz a história, um desrespeito com a água, com as nascentes da água. (seu João Martins 2010)

As águas da comunidade e suas nascentes, em boa parte dos relatos feitos pelos Quilombolas, estão em situação de escassez em comparação com outros tempos. As nascentes que estão nos topos dos morros e que hoje estão ocupadas pelo pinus estão com o risco de estarem possivelmente contaminadas pelo uso de agrotóxicos utilizadas nestes cultivos como nos relata o professor Antonio Aparecido e seu João Martins:

Olha a gente sente que ela esta poluída né! A minha nascente vem do pinus. Agora eles não estão jogando veneno, mas a uns 3 anos atrás eles jogavam o veneno. E jogavam em cima e acabavam com todas as plantas que tinha lá e só ficava o pinus e Deus no meio do limpo. E daí a consequência da chuva ela trouxe estes resíduos para a nossa cabeceira de água. Só que tem uma mata lá um lugar bem montanhoso, mas eu acho que está bem prejudicada. (professor Antonio Aparecido 2010)

Eu na verdade na nossa área, no meio do terreno eu só tenho duas águas: uma grande e uma pequena. Ela esta lá, a cabeceira dela é [lá no] pinus. Eu pra dizer bem a verdade até ali mesmo da vila ali né tem água ali que é tudo pisado de boi estes dias fui fazer uma ligação e vendo a água toda pisada de boi uma água que merecia até ser bem respeitada e cuidada, pelos né os fazendeiros lá, logo ali dentro da vila a água tudo eu vi mesmo várias vezes sabe, o esterco de boi dentro da água, pisoteado e búfalo às vezes tomando banho na cabeceira da água e isso ai na verdade (seu João Martins 2010)

A partir desta consciência relatada nas entrevistas dos Quilombolas e mesmo sabedores de que as águas podem estar poluídas estes agricultores têm a consciência de que as águas da comunidade envolvem-se de importância criadora de vida e que são permeadas por este e vão além, a mesma água que se usa nos cultivos vindas das chuvas também alimentam as nascentes que oferece a água do consumo da família:

A água é tudo! Água é vida! Sem ela ninguém vive. Primeira coisa é o batismo não é?! É começa por aí e daí é ela que faz dar a semente, ela que cozinha, é ela que me banho, é ela eu tomo! Ela banha desde o batismo! A água é a amiga também da agricultura. (seu Paulico 2010)

A água mesmo que escassa em comparação com os tempos do passado ainda reside no plano simbólico destes agricultores como algo de muita importância não só para os cultivos, mas para toda a vida.

A comunidade tem previsto já há algum tempo a instalação de uma caixa d'água que irá distribuir água tratada para as famílias do núcleo de João Surá, fato que ainda não é realidade. A caixa d'água já está instalada e outra estava sendo construída quando do levantamento e das entrevistas para esta pesquisa, no entanto, ainda não estavam sendo abastecidas com água e nem distribuídas para a comunidade.

Toda a água consumida pelos agricultores entrevistados no momento da pesquisa assim como toda a comunidade não era tratada. As águas usadas para o consumo provêm de nascentes localizadas nos topos dos morros e por mangueiras seguem para as casas das famílias para consumo e para sua higienização.

O que se observa é que as condições da água da comunidade, apesar de abundante não é tratada para o consumo. Esta abundância não se percebe para os cultivos, que no caso dos quatro agricultores entrevistados, declararam que seus cultivos se localizam nos topos dos morros (Foto 12) e qualquer período mais extenso de estiagem concorre em prejuízos para as lavouras causando a perda das mesmas e colocando a segurança das famílias em risco.

Mesmo com estes limites as quantidades de alimentos produzidos sempre supriram os necessidades segundo os Quilombolas, pois são equilibrados pelo sistema de policultivos adotados no agroecossistema da comunidade.

No entanto não se pode adotar esta situação como uma virtude quando se tem problemas graves como estes relacionados à água que somados aos que já foram discutidos com relação aos solos precarizam a qualidade de vida das famílias.

Ademais há sempre a diversidade de estratégias adotadas pelos agricultores para resistirem a estas adversidades, no caso da água para as lavouras além dos policultivos, procuram áreas mais próximas aos rios, em áreas de outros Quilombolas ou mesmo no sertão que é tido como um lugar onde as lavouras saem melhor onde não há problemas com falta de água e excesso de sol.

Rapaz, duas lavouras que eu fiz lá eu vou falar a verdade para você: eu fiz lavora, duas lavouras que eu fiz lá foi de doer as pernas de tanto carregar alimento. Cavalo então, eu não sei não com duas lavouras que eu fiz lá rapaz a gente, como diz a história a gente que é sozinho né?! Uma vez eu fiz uma área de 1 alqueire e ½ colhimo, não plantemo tudo de feijão, mas milho se fosse para aproveitar tudo dava uns 100 cargueiro de milho e o feijão deu uma média de 38 sacas de feijão. Isto foi na 1ª lavoura que eu fiz la né.

La é muito mais fresco né! Não tem este problema de sol, se o sol ataca lá produz muito bem ainda. O solo é muito melhor (seu João Martins 2010).

Muitos dos problemas vividos pelos Quilombolas, entre eles a questão que envolve a água de João Surá, vieram de fora, foram trazidos pela exploração da madeira na década de 80 e 90 e agora estão sendo acentuadas pelos cultivos de pinus. Para contornar estas encruzilhadas, que por vezes desmotivam, já vem sendo adotadas alternativas como a implantação da agrofloresta, agricultura de base ecológica, que alia o cultivo de alimentos com cultivos de árvores nativas e frutíferas numa lógica que imita a natureza, em sistema análogo à floresta (Foto 13). Estas iniciativas forçam os agricultores a repensar velhas técnicas que são degradadoras dos recursos solo, água e diversidade de fauna e flora e seus níveis trópicos, como por exemplo: o uso do fogo e da capina excessiva, bem como a macro e microflora presente no solo.

Hoje na verdade se é o milho, o feijão ou um plantio com a nova iniciativa que a gente está aí, que nem um tipo da agrofloresta e acho que não tem

influência nenhuma de queimar, desde quando que se vai plantar uma rama de mandioca seria importante na verdade dar uma destocada na terra e não pegar a matéria orgânica e chegar a ponto de queimar não é. Eu acho que fazer uma curva de nível com o cisco, com a matéria orgânica e deixar acumulando pra fortalecer a terra e segurar a umidade no solo (seu João Martins de 2010).

Outras formas de respostas estão se materializando na forma de ações organizativas em torno à associação da comunidade e a iniciativa de algumas famílias de enviar filhos para a escola de ensino médio em Agroecologia em Curitiba. Ou seja, há uma nova realidade sendo criada e as respostas que estes agricultores vêm dando para as adversidades que tem sido uma constante na história da comunidade Quilombola.

A agrofloresta de seu João Martins mesmo tímida é uma iniciativa que tem a característica de resistência a estas adversidades. Este Quilombola é por enquanto o único na comunidade a adotar este sistema de cultivo, já é um sinal de que a Agroecologia e seus princípios podem ser alternativas viáveis, principalmente quando se alia ao conhecimento tradicional a necessidade de se criar alternativas como vem criando comunidades como João Surá. Há outros agricultores na comunidade que já estão há perceber que a alternativa da agrofloresta pode ser uma saída viável para a recuperação de seus agroecossistemas e a geração de renda, ou seja, a consciência de que é possível produzir e preservar já é percebida na comunidade.

Outras formas de cultivos adotadas pelos agricultores entrevistados é utilização de policultivos notadamente as que são mais tolerantes à seca e aos períodos mais prolongados de estiagem. Espécies como mandioca, batata-doce e em alguns casos a vassoura como é o caso de seu João Martins.

Onde a agricultura é dependente de água das chuvas, a pluviosidade é o principal determinante do tipo de rotação utilizado pelo agricultor. Em áreas de pouca umidade, dá-se preferência às plantas tolerantes à seca [...] e práticas de manejo que buscam manter o solo coberto [...] para evitar a evaporação e o escoamento de água (ALTIERI 1998 p. 32).

Estas estratégias se repetem como práticas necessárias para a conservação da água por mais tempo nos solos localizados em terrenos mais declivosos (realidade de todos os agricultores do Quilombo) e por consequência também preservam os solos e garantem um mínimo necessário de alimentos para o sustento familiar.

De certa forma, mesmo tendo poucos recursos para minimizar os efeitos da seca e da falta da água nos cultivos em determinadas épocas do ano as garantias mínimas vem sendo mantidas. Além do alimento os cultivos se dão no sentido de preservar as sementes e materiais de propagação vegetais garantindo assim as próximas lavouras sem ter que necessariamente comprar sementes o que causaria um dispêndio a mais, que em muitos casos, os Quilombolas não dispõem. A observação que fica é que a preservação da água está intrinsecamente ligada à preservação também dos solos. Na medida que se pensa em alternativas para a melhoria da fertilidade e preservação dos solos, da forma que é pensada pela Agroecologia, também se pensa a melhoria das águas, seus reservatórios, nascentes e fontes. Ao se preservar os solos saudáveis e vivos também se preservam as águas que neles encontram o reservatório ideal.

### **3 - Técnicas e manejos dos agroecossistemas: o fogo**

O uso do fogo (Foto 14 e 15) é antigo na comunidade por diversos motivos e mesmo sendo uma tarefa árdua e desgastante têm sido utilizado por gerações de agricultores e chega a ser definido por eles como algo cultural.

Digamos assim que o povo ainda usa é um costume do povo é da cultura (professor Antonio Aparecido, 23 de setembro de 2010).

Naquela época a gente não tinha incentivo de nada achava que queimar era o certo era a cultura da gente, que a gente já vinha aprendendo (seu João Martins 20 de setembro de 2010).

E como diversas tarefas na agricultura esta também é uma tarefa de difícil preparação desde a escolha da área para ser queimada passando pelo preparo do aceiro (Foto 15) até chegar à queima propriamente dita. São necessários alguns dias para se fazer isto. São levados

em consideração, fatores como a época de plantio de cada espécie cultivável, idade da área em pousio, número de pessoas e condição em que estas poderão trabalhar (camaradas, troca de dias, ou em mutirão), as condições climáticas e até se a fase da lua será propícia para o plantio quando terminar a queimada da área.

O que se percebe é que o uso do fogo apesar de ainda ser uma realidade na comunidade é usado em condições em que a área não permitiria só o uso da enxada e da foice, por conta do “tamanho” da capoeira e da declividade do terreno. No entanto quando se opta pelo uso do fogo se faz utilizando algumas técnicas que permitam o controle para que este não ultrapasse os limites da área a ser queimada.

Quando é uma tigüera e no caso do roçado se for a primeira capina ainda queimamos não é para poder limpar pra poder plantar mais rápido. A base é de 6 a 7 metros que a gente vai limpando com a enxada e tem mais aquele capim que a gente puxa longe né?! Então vai ter uns 10 a 11 metros e fica bem raso. E quando chega lá o fogo já esta bem ralinho porque a gente coloca fogo de lá pra cá e quando chega no alto o fogo já está longe. (seu Pedro Moura 2010)

Há preocupação com a natureza, com os vizinhos, mesmo que estes sejam fazendeiros de pinus para assim se precaver com possíveis transtornos. Há também a preocupação em respeitar as recomendações técnicas que lhes foram passadas por técnicos da extensão rural ou fiscais ambientais em outros tempos como, por exemplo, o de proceder o aceiro de 11 metros para que o fogo não se alastre.

A o aceiro depende o *facho* né! Se for pra cima eu já fiz aceiro de 11 metros aqui! É aceiro da lei é 11 metros. É seis batidas de foice e seis de enxada! (seu Paulico, 2010).

A gente cuida bem né, porque a gente vê nas fazendas e por causa do pinus que faz divisa com as nossas terras aí e a gente tem o maior cuidado e fazemos um aceiro bem bom (professor Antonio Aparecido, 2010).

Hoje Deus o livre se for queimar uma roça e não tiver um aceiro de 11 metros o fogo vai embora. E já fizemos muito ai, nossa senhora era aceiro mesmo. O compadre Paulino já pegou esta época ai do aceirão, era um aceiro pesado (seu Pedro Moura 2010).

Sob este aspecto a Legislação Ambiental é bem rigorosa quando se trata do uso do fogo controlado na agricultura e determina as medidas mínimas e isto todos os entrevistados demonstraram conhecer. Sabedores que serão penalizados caso não o façam.

Estão previstas três larguras de aceiros no Decreto 2.661/98 e mais uma quarta largura de aceiro no caso de cana de açúcar: largura mínima de três metros; largura de seis metros, quando se destinar à proteção de áreas de florestas e de vegetação natural, de preservação permanente, de reserva legal, aquelas especialmente protegidas em ato do poder público e de imóveis pertencentes a terceiros; largura de dez metros ao redor das unidades de conservação. O inciso analisado diz, também, que o aceiro deverá ser ampliado quando as condições ambientais, topográficas, climáticas e o material combustível a determinarem (MACHADO s/d p. 5).

O uso do fogo é uma característica comum nas agriculturas tradicionais sendo umas das mais antigas utilizadas por agricultores no período neolítico. Foi largamente usado pelos povos indígenas do Brasil não só para a prática da agricultura, mas também para encerrar animais e assim facilitar a caça.

Tem perdurado como técnica por todo o Vale do Ribeira paranaense e são vários os agricultores que, nos sete municípios do território, fazem uso do fogo como alternativa para limpar suas áreas de cultivos.

Mas já há uma crescente consciência na comunidade de que o fogo não é mais aceitável, não só porque é proibida a utilização sem autorização e, via de regra, a legislação não é respeitada, porque esta é falha e quando age comete excessos ao penalizar um agricultor duramente para que este sirva de exemplo e assim intimidar seus vizinhos. É a pedagogia do medo que não educa nem minimiza os danos, não culpa os verdadeiros infratores como no

caso dos fazendeiros criadores de gado que ateiam fogo para renovar os pastos no entorno da comunidade e também do Parque das Lauráceas.

A mudança de consciência vem ocorrendo porque as áreas já não produzem como antigamente, os solos não têm estrutura e fertilidade para agüentar o uso do fogo por repetidos anos sobre as mesmas áreas e o resultado é o decaimento da produtividade. Assim por conta do enfraquecimento e perda de fertilidade natural dos solos a utilização vem perdendo força como técnica de manejo nos agroecossistemas da comunidade, no entanto continua a ser utilizado pelos pecuaristas que cercam o Quilombo.

#### **4 - O pousio, os manejos dos cultivos e as ferramentas utilizadas**

A fertilidade antes era garantida pelos longos pousios e hoje, na comunidade, os pousios são de no máximo 5 a 6 anos o que permite a recuperação parcial da fertilidade natural, nos últimos anos esta média vem diminuindo e o tempo dos pousios não ultrapassam mais que dois ou três anos pela falta de áreas que antes eram mais abundantes.

Olha o fogo, na verdade, eu já usei bastante para fazer a limpeza da terra, mas com o determinar do tempo a tendência (do fogo) é de acabar com o solo não é. Na verdade eu que vivo nesta área de agricultura, eu toda a vida meu pai ensinou a deixar uma área em descanso 5 a 6 anos para poder voltar lá atrás [e plantar] e agente trabalhou com este sistema preservando desta maneira, mas o fogo nos nunca deixamos de queimar nem de carpir e hoje nós estamos se conscientizando até deixando a terra descansar mais um pouco para poder trabalhar com a cobertura dela e não queimar e não carpir (seu João Martins 2010).

[...] no caso uma terra nova nos deixamos 3, 4 anos ela fica melhor pra produção. (professor Antonio Aparecido 2010)

[O fogo] Eu uso só na roçada bruta. Nem quero mais! Por exemplo, uma roçada grande uma capoeira grossa que a pessoa não pode tirar toda a

galhada então (...). A primeira vez da para ele passar um fogo, mas não deixar secar muito também (seu Paulico 2010).

Desta forma se percebe que não é a legislação ambiental que os move na direção da não utilização do fogo, mas sim a necessidade de se criar novas técnicas e adotar novas estratégias para continuar produzindo. O fogo que ainda é utilizado é para acelerar e ganhar tempo para que seja possível o cultivo nas épocas corretas. Usa-se o fogo porque a capoeira é demasiada grande, o número de trabalhadores não é suficiente para se proceder a limpeza do terreno ou mesmo, quando não existem alternativas viáveis que não seja o fogo. Um outro motivo é também a produção de lenha para o uso doméstico diário.

Como boa parte das agriculturas tradicionais a agricultura da comunidade, é praticada com ferramentas simples e de uso manual. Não há trator, nem máquinas, mesmo porque, as áreas são fortemente dobradas e onduladas e não permitiriam o uso de máquinas modernas.

O estoque de ferramentas utilizadas na comunidade por todos os agricultores são a enxada, a foice, o machado, o facão, o enxadão, pá, cavadeira<sup>33</sup> e o bordão<sup>34</sup>, ou seja, só há ferramentas manuais sendo empregadas nos cultivos da comunidade o que confere à comunidade a característica de uma Agricultura Tradicional principalmente pela presença de ferramentas como o bordão (Foto 16), que em algumas outras regiões de agricultura camponesa ainda persiste na forma de bastão de plantação. Como as áreas cultivadas são pequenas não haveria necessidade de empregar máquinas. Talvez para o transporte da produção dos terrenos em que são cultivados até o local onde serão armazenados e depois comercializados, quando o excedente permite. Na maioria das vezes o armazenamento é feito nos locais onde foram cultivados ficando assim onde foram colhidos.

Não eu nunca passei o arado é só a enxada. A foice e a enxada. Eu passo a foice jogo uma camada de cisco e daí eu corto com a enxada e vou enterrando aquele cisco (seu Paulico 2010).

---

<sup>33</sup> Usadas para plantar e normalmente adaptadas de uma foice que se quebrou pelo uso.

<sup>34</sup> Vara de madeira adaptada para o plantio, mais tradicional que o uso da cavadeira o bordão também é usado como bengala. Seu Paulico nos conta que havia 15 dias (no momento em que estávamos realizando as entrevistas) seu compadre senhor Antonio Franco havia falecido e neste dia, poucas horas antes de falecer passou em sua casa para uma conversa e na despedida esqueceu o bordão que usava para se equilibrar enquanto andava. Para seu Paulico esta será a lembrança que ficará para sempre do velho amigo.

Mas a presença de ferramentas manuais não é uma imposição feita pela falta de recursos, em outros tempos várias famílias já investiram recursos para a aquisição de máquinas principalmente para a produção de cachaça e havia mesmo alguns engenhos na comunidade e hoje se encontram parados (Foto 17).

Os policultivos são empregados para minimizar a frequência com que teriam que capinar novamente, mas não é só para facilitar e diminuir o emprego da capina que os policultivos são utilizados. A sua adoção baseia-se em razões culturais que já vem sendo empregadas e reelaboradas por várias gerações, outro motivo é a escassez de áreas mais extensas para se plantar que diminui mais acentuadamente da geração anterior para a que hoje conduz os agroecossistemas na comunidade.

No entanto mesmo se houvessem áreas maiores e há alguns agricultores que as tem como é o caso de seu Paulico, mas não a usa toda por falta de braços tanto para a condução quanto para se colher e comercializar, só se planta a quantidade necessária para o sustento familiar e é dimensionada na capacidade de cada unidade familiar para a sua condução.

Quando chega na época do feijão, nos plantamos (também) o feijão, milho uns pés de abobora com a mandioca tudo misturado. E o mamão também quando era, nos tempos passados, quando o mamão tinha mais vida que hoje o mamão está bem (seu João Martins 2010).

No caso da rama e o feijão a gente planta e também o milho junto (professor Antonio Aparecido 2010).

Apenas o arroz que segundo os Quilombolas não tem como plantar consorciado com muitas outras plantas é mais exigente não produz quando associado com outras variedades vegetais e também alguns agricultores não plantam com outros cultivos para evitar o ataque de passarinhos à plantação.

O arroz é melhor é ele sozinho porque não tem o problema de passarinho, porque tendo onde ele se agarrar ele vai comer muito mais. Tem pessoas aí que ainda usa plantar o milho no meio. Mas é pepino e melancia que planta no meio do arroz também (professor Antonio Aparecido 2010)

Em face de áreas cada vez menores, como é o caso de seu João Martins, vem sendo adotado principalmente por este o uso de sistemas agroflorestais e de cultivos onde se consorcia cultivos de feijão, mandioca e hortas com variedades fixadoras de nitrogênio como é o caso do feijão guandu e da mucuna. Estas alternativas vêm propiciando que a produção aumente e a severidade das estiagens seja minimizada. Seu João adianta que enquanto o seu sistema agroflorestal se estabelece ele já cogita ocupar uma área próxima ao rio e instalar lá uma lavoura para que não haja risco de faltar alimentos nos próximos anos.

## **5 - Os agrotóxicos e adubos químicos na comunidade**

O uso de agrotóxicos pelo que se observa foi pouco empregado pelos agricultores da comunidade, no entanto, já foi usado em outros momentos pelo que a memória dos agricultores entrevistados pode lembrar. O uso mais forte pelo que adianta seu João Martins foi de herbicidas seletivos (folha larga e folha estreita) e de agrotóxico para o controle de pragas no café e desseccantes<sup>35</sup> de amplo espectro como é o caso do glifosato e isto em tempos recentes que já superam as duas décadas. Seu Pedro Moura lembra que não usa em seus cultivos há muito tempo e a última vez que fez uso deste agroquímico foi para proceder à limpeza da rua.

É de 20, 25 anos para cá mais ou menos que a comunidade começou a utilizar o veneno. Hoje eu posso garantir para você que eu sou contra o veneno. Porque isto acaba com a vida de todos. Acaba com a vida da gente, com a vida dos peixes e das próprias criações (seu João Martins 2010)

Seu Paulico usou até o início dos anos 2000 para a condução de um pomar de limão e na década de 70 comprou dois litros de herbicidas que acabou vendendo para outros vizinhos e não usou. O uso mais forte segundo seu João Martins foi no trato com o café que causava uma grande mortandade de pássaros quando era empregado.

---

<sup>35</sup> Herbicidas elaborados para “combater” a todos os tipos de plantas.

Ele usava para matar inseto da lavoura. Quando passava ele (agrotóxico para broca no café) na lavoura ficava forrado de sabiá no chão. Foi aonde eu falei pro pai: para de passar este veneno aí que (...). Que daí os passarinhos morria tudo. Eu sempre falava né, vou tomar um reparo: Quando nós começamos a plantar o mamão a uns certos anos atrás, tinha muito passarinhos sabe e na verdade a gente percebia que não existia assim um tipo de coisa que prejudicasse eles. E daí entrou outros fazendeiros aí o cara que plantava e os passarinhos atacava e ele jogava de cestada de passarinho no rio, sabiá e chegou um determinado tempo que já não tinha mais sabiá (seu João Martins 2010).

O uso de agrotóxicos sempre ocorreu nas lavouras da comunidade, porém foi localizado e não teve períodos maiores que os utilizado na cultura do café e por conta do cultivo de um hectare e meio em que o pai de seu João havia sido contratado para conduzir para um fazendeiro numa área próxima à comunidade. O uso também ocorreu no combate à broca que atacou as lavouras de limão de seu Paulico na década de 90 este também já havia feito uso deste tipo de recurso para as suas lavouras na década de 70.

Foi bem quando começaram a casa da lavoura ali em Adrianópolis e não tinha a EMATER não tinha nada né. Era a ACARPA! Disseram que tem um veneno que mata é bom pra limpar a roça! E daí eu fui e comprei. Comprei 4 rolos de arame farpado que tinha interesse de cercar o sítio e comprei dois litros daquele veneno pra mim matar o mato porque pra mim era muito mato era muito praguejado de mato e o japonês disse olha: se fosse você eu não usava este remédio, este veneno, este veneno fica 400 anos na terra. Um dia corre o risco de o senhor produzir um pepino, uma melancia (Seu Paulico 2010)

Por este relato observa-se que o uso de agrotóxicos chegou à comunidade da velha forma, através da extensão rural clássica e também pela curiosidade dos agricultores e a comodidade de ter os matos dessecados em um tempo rápido sem maiores esforços.

No entanto, passado este momento de curiosidade e percebendo que a sua utilização não resolve o problema sem acrescentar outros, como a mortandade de pássaros e de peixes, o uso de agrotóxico é abandonado. Hoje o que se percebe é que o uso da química na agricultura da comunidade resume-se ao uso de herbicidas sendo utilizados por alguns agricultores para dessecar as capoeiras.

Olha ha uns 8 anos atrás ai eu por curiosidade, porque outras pessoas usavam, e eu acabei usando o veneno mata-mato eu usei para pulverizar o mato no arroz, teve uns dois anos que eu usei. E teve uma época que usei um que mata tudo, o RandUp e glifosato numa tigüera ele produziu bem só que eu não passo mais agora (professor Antonio Aparecido 2010).

Aos que abandonaram o uso de agrotóxicos as justificativas são as mais diversas, saúde é uma delas, mas a justificativa que vem começando a ganhar força é que há alternativas ao uso de agrotóxicos.

É o bicho (no alimento) você tira fora agora o veneno não! Não! Poder sair ele explicou, mais um filho seu come e o veneno sai na fruta rapaz eu digo só falta eu matar um filho meu.

Eu já não uso porque eu tenho problema de bronquite, problema respiratório. Então eu já não uso porque pode prejudicar eu! (seu Paulico 2010)

Um herbicida mata mato né! Mas usei bem poucos tempos sabe. Só que daí eu vim percebendo que tinha muitas vezes que as pessoas vinham repetindo no solo e vinha degradando o solo. Está com 15 anos que eu não uso mais (seu João Martins 2010).

Seu João Martins e professor Aparecido já estão um passo à frente. Já estão a implantar roçados ecologicamente mais corretos e mesmo orgânicos, iniciativas onde já é possível sentir uma possibilidade de mudança pela tomada de consciência destes dois agricultores. No caso de seu Paulico e seu Pedro Moura a opção pela não utilização de agrotóxicos se baseia na saúde como principal argumento para a não utilização, além de que seus cultivos serem pequenos em extensão assim como dos outros três entrevistados.

Olha eu enxergo assim de uma maneira sabe que hoje a gente fica meio assim pensando de uma maneira de produzir ai, por exemplo, eu quero produzir orgânico né? Garantir um produto ecológico, mas só que a gente vê com este negócio do veneno ai a gente vê que vai ter uma dificuldade, porque se a gente quer um produto de qualidade, na verdade eu estou trabalhando sozinho né?! Só eu dentro da comunidade estou trabalhando e não estou usando veneno (seu João Martins 2010).

Eu tenho que preparar um solo onde que a gente tem uma produção e dar uma enriquecida nele usando o orgânico, uma estufa, ou como se fala, um minhocario para melhorar a produção e agora que eu vou ter tempo quero ver se eu consigo mais estas coisas. Fazer uma cobertura para os canteiros, porque, até mesmo aqui no município mesmo que a gente vê que tem lugar que eles colocam, um proteção solar um sombrite e funciona e quero ver se da tempo (professor Antonio Aparecido 2010).

O adubo químico pelos relatos da comunidade nunca foi usado na comunidade o recurso sempre foi o manejo da matéria orgânica para a renovação da fertilidade dos solos bem como a utilização da palhada da cultura anterior que é incorporado ao solo.

Eu nunca mexi com adubo (Seu João Martins 2010).

O adubo químico não (seu Paulico 2010).

Não eu nunca usei adubo (seu Pedro Moura 2010).

Não [*uso adubo*] porque a nossa plantação é mínima e é para as necessidades da gente. (professor Antonio Aparecido 2010)

Os adubos não chegaram à comunidade e nas propriedades dos Quilombolas entrevistados, mas também nas outras propriedades de João Surá que se teve a oportunidade de visitar e nelas também não se observou adubos químicos sendo utilizados. Os motivos pela opção de não se usar nas lavouras não foram expostas pelos agricultores, mas o que se suspeita é que o motivo pela não utilização esteja no auto custo do adubo químico industrializado.

Na falta de adubos químicos os agricultores da comunidade vêm adotando alternativas que promovam a fertilidade dos solos. Assim, já vem sendo promovidas, através de algumas lideranças, a utilização de técnicas ecológicas de manejos da fertilidade como as adotadas por seu João Martins e professor Antonio Aparecido a exemplo da agrofloresta.

Estes agricultores começam a discutir e apresentar para o Quilombo outras formas de se produzir e recuperar a fertilidade de seus solos e também manter a biodiversidade do território Quilombola.

Por outro lado, mesmo os agricultores que não estão andando na direção tomada pelos dois agricultores citados o que se pode inferir é que seus sistemas têm baixo impacto ao meio ambiente, mesmo quando fazem uso do fogo ou de herbicidas, que na maioria das vezes é deixado de lado para se optar pela velha e conhecida enxada.

Este impacto é minimizado pelo sistema de policultivo, pela rotação de culturas agrícolas adaptadas à região e pelos pousios, que mesmo sendo uma técnica superada, pois já há manejos agroecológicos que aumentam a fertilidade dos solos e conseqüentemente aumentam a produção dos cultivos, são manejos de menor impacto aos agroecossistemas que os manejos convencionais.

## **6 - As sementes agrícolas e a sua preservação nos agroecossistemas do Quilombo**

A posse das sementes e materiais vegetais de propagação<sup>36</sup> é uma das questões que há algumas décadas vem sendo discutida pelos movimentos camponeses pelo mundo e não só pela recuperação da forma e cultura camponesa, mas também para garantir a soberania e segurança alimentar e isto só se dará através da posse das sementes. A agricultura moderna e conseqüentemente a alimentação mundial hoje está baseada em cinco sementes e variedades agrícolas: arroz, trigo, milho, batata e a soja.

E nestes primeiros anos do século XXI vem se consolidando cada vez mais entre as lideranças do MST um discurso da agricultura camponesa, uma

---

<sup>36</sup> Estamos a chamar de materiais vegetais de propagação as variedades de cana-de-açúcar e mandioca por serem propagados por mudas (ramas e toretes de cana) e não de sementes, mesmo sabendo que estas variedades produzem sementes este dispositivo não é acionado pelos Quilombolas, pois culturalmente convencionou-se a plantar somente as formas vegetativas destas plantas.

preocupação em resgatar a chamada cultura camponesa, o que inclui desde a dimensão da produção exemplificada pela campanha para que as famílias produzam as próprias sementes, até os hábitos e costumes, incluindo o incentivo às músicas típicas do campo como as “modas de viola”, a valorização de símbolos do universo camponês como chapéus de palha, carroças, ferramentas, bem como a das danças, comidas, manifestações culturais. (CAMPOS, 2006 p. 146)

Esta é a base da alimentação urbana moderna sediada na redução alimentar que têm como propósito tornar a agricultura cada vez mais como uma fábrica que produz matéria prima com um grau cada vez maior de homogeneização e desta forma, poder transformar estes cinco produtos agrícolas em qualquer produto alimentar ou complementos de outros produtos pela interação entre estes cinco. O milho e a soja entram nas dietas animais e nas formulações das mais diversas possíveis em rações de rebanhos pelo mundo.

As centenas de sementes agrícolas existentes foram sendo melhoradas em milhares de anos pelos agricultores em seus centros de origem espalhados pelo mundo e o resultado é que hoje se tem uma diversidade enorme de sementes e que infelizmente ano a ano vem se perdendo.

Esta seleção foi sendo processada de acordo com a sua capacidade de armazenamento, produtividade, isenção de agentes tóxicos ao consumo, palatabilidade, mas principalmente porque se presta a alimentação humana e, desta forma, são propriedades e bens da humanidade. Não deveriam ser patenteadas. O que foi desenvolvido pela inventividade e criatividade camponesa hoje é usado contra seus criadores:

O patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram papel vital no desenvolvimento desses materiais. A transformação em mercadorias de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliação em larga escala (CARVALHO, 2009 p.13).

Os camponeses ao processarem a seleção de suas sementes não o faziam seguindo um protocolo científico, em laboratórios ou casas de vegetação. Não se primava que no momento da sua seleção que as sementes tivessem uniformidade genética, que as plantas ao crescerem tivessem o mesmo tamanho, o mesmo número de espigas, de sementes por vagens e destas por planta.

Contra isto, mesmo que de forma modesta se comparada com os empreendimentos das grandes corporações do agronegócio mundial, vem se gestando em alguns centros de pesquisa a recuperação e a multiplicação de sementes crioulas, como no caso da EMBRAPA.

O que se selecionou na realidade, foi as que tivessem a maior variedade de cores, formas, tamanhos, sabores etc. o que era privilegiado era a diversidade de cada semente e a sua capacidade de poder calórico e nutritivo.

Com o advento da modernização da agricultura e com as descobertas realizadas por Gregor Mendel (1822-1884) no campo da genética vegetal e a criação das sementes de milho híbrido nos Estados Unidos no início do século passado, teve-se início o processo de industrialização das sementes agrícolas usando como base as sementes e as variedades mais promissoras selecionadas de forma empírica pelos camponeses em milênios de agricultura. Nasceram assim as patentes de sementes agrícolas.

O que deveria ser patrimônio da humanidade se tornou propriedade de grandes corporações mundiais de agrotóxicos, alimentos e farmácias transformando patrimônio camponês em patrimônio privado para gerar lucro.

O que se quer discutir nesta seção são as sementes dos camponeses das comunidades Quilombolas que ainda estão sob seu domínio. Percebeu-se pelo levantamento feito que a manutenção das sementes e materiais vegetais de propagação crioulas, algumas com pelo menos 50 anos de reprodução e cultivo nas suas roças, e outras com mais de 150 anos vem sendo cultivadas na região do Vale do Ribeira paranaense e se mantendo sob sua posse nestes decênios de história dos Quilombolas numa mesma região conferindo uma característica singular a estas comunidades.

As sementes e materiais vegetais de propagação crioulas além da grande diversidade genética garantem fácil adaptabilidade aos agroecossistemas locais, pois podem gerar outras variedades a partir do cruzamento entre as variedades da mesma espécie, são mais resistentes à

baixa utilização de insumos e poupadoras de recursos naturais causando assim menos impactos ao meio ambiente.

A coevolução das cultivares crioulas, juntamente com as mudanças ambientais que vêm ocorrendo, propiciam o aparecimento de novas variantes que, sob vários aspectos, representam melhorias no sistema e podem, inclusive, contribuir com os programas tradicionais de melhoramento genético. A conservação das sementes crioulas faz parte de uma campanha mundial de soberania dos povos quanto à posse de suas sementes, como estratégia de segurança nacional (BEVILAQUA, 2010 p. 2).

Reside aí o seu potencial, em oposição às sementes melhoradas genética e transgenicamente melhoradas de acordo com algumas características para se adaptar e produzir as condições artificializadas nos sistemas agrícolas, como por exemplo, a resistência ao uso de dessecante glifosato<sup>37</sup>.

Todas as informações que iremos discutir foram recolhidas a partir das entrevistas com quatro agricultores camponeses da comunidade.

A primeira constatação é que ao contrário da falta de solos férteis e terrenos planos a comunidade Quilombola detém em contrapartida uma grande variedade de sementes e materiais vegetais de propagação, algumas centenárias sendo cultivadas na comunidade. O que podemos levantar de sementes foram: sementes de feijão, arroz, milho, variedades de cana-de-açúcar, mandioca, maracujá, guandu e mamona. Todas estas sementes já se encontram há pelos menos 200 anos, as mais antigas e de 15 a 2 anos, as mais novas.

A partir das informações sobre as sementes e materiais vegetais de propagação que pudemos levantar na pesquisa de campo elaboramos a (Tabela 8). Cabe ressaltar que as sementes e materiais de propagação que foram levantados através das entrevistas com os agricultores, estão presentes e presentes em toda a comunidade.

---

<sup>37</sup> O principal agrotóxico desta linha de herbicidas é o RandUp.

**Tabela 8** – As sementes e os materiais de propagação vegetal de João Surá.

<b>Sementes ou materiais vegetais de propagação</b>	<b>Idade na comunidade</b>	<b>Usos na propriedade</b>	<b>Presente na comunidade</b>
<b>Cana</b>			
Cana Java ou Java 78 (Foto 18)	200 anos	Rapadura, açúcar mascavo (Foto 37 a 40) e doces	Sim
Cana Paulista (Foto 19)	150 anos	Rapadura, açúcar mascavo e doces	Sim
Cana Caninha (Foto 20)	100 anos	Medicinal	Sim
Cana Catarina (Foto 21)	2 a 10 anos	Rapadura, açúcar mascavo e doces	Sim
Cana Roxa ou preta Morretiana (Foto 22)	200 anos	Rapadura, açúcar mascavo e Doces	Sim
Cana bambu (Foto 23)	10 anos a 40 anos	Rapadura, açúcar mascavo e Doces	Sim
Piracicaba ou Piracicabana (Foto 24)	Data indefinida	Rapadura, açúcar mascavo e Doces	Sim
<b>Arroz</b>			
Arroz Governinho (Foto 25)	200 anos	Alimentação	Sim
Arroz Matão Branco	150 anos	Alimentação	Não
Branco de 90 dias (Foto 26)	30 anos	Alimentação	Sim
Arroz Matão Amarelo ou Amarelão ou Amarelo de 90 dias (Foto 27)	30 anos	Alimentação	Sim
Arroz de 120 dias	20 anos	Alimentação	Sim
Arroz São Benedito	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Agulhinha	Não há mais sementes	Alimentação	Não
<b>Feijão</b>			
Feijão Carioca (Foto 28)	25 anos	Alimentação	Sim
Feijão Mulatinho (Foto 29)	40 anos	Alimentação	Sim
Feijão Branco ou Manteiga ou Manteigão (Foto 30)	200 anos	Alimentação	Sim
Feijão Mãezinha (Foto 31)	35 anos	Alimentação	Sim
Feijão Rosinha (Foto 32)	35 anos	Alimentação	Sim
Feijão Jalo, ou Jalo Amarelo	Não há mais sementes	Alimentação	Não

Feijão Vermelho ou zóio de pombo	Não há mais sementes	Alimentação	Sim. Somente com um agricultor
Feijão Pitoquinho	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Feijão Divino	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Feijão Roxinho Mineiro	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Feijão Pestana	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Feijão Zebrinha	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Feijão Mamona	Não há mais sementes	Alimentação	Não
Feijão Manteiga Preto	40 anos	Alimentação	Sim
<b>Mandioca</b>			
Pão do céu (Foto 33)	40 anos	Farinha e consumo in natura	Sim
Vassourinha ou Pãozinho	200 anos	Farinha e consumo in natura	Sim
São Pedrinho	200 anos	Farinha	Sim somente com um agricultor – duas plantas
<b>Outras</b>			
Maracujá	15 anos	Alimentação	Sim
Guandu	Variedade perdida: 150 anos	Medicinal	Não
	Variedade atual 30 anos	Adubação verde	Sim
Mamona	Variedade perdida 150 anos	Sabão e óleo para lamparina	Não
	Variedade atual 5 anos	Sabão e óleo para lamparina	Sim
Milho crioulo – mistura de amarelos – brancos (Foto 34)	20 anos	Alimentação humana e dos animais	Sim

Café Catuai, Caturra e Bourbon	100 anos	Alimentação	Sim
Batata doce (Foto 35)	Indefinida	Alimentação	Sim

Fonte: Pesquisa de campo 2010.

A idade de cada semente ou material vegetal de propagação foram elencadas por todos os entrevistados em dias diferentes, no entanto todos deram as mesmas idades com diferenças mínimas entre um e outro, como no caso das variedades de matão amarelo que variou entre 30 e 40 anos.

Por estes dados observam-se que as estratégias da comunidade em torno da sua produção agrícola, que é mais do que só produzir agricultura, está baseada numa lógica clara a da alimentação para existência da família e assim se difere, se afasta enormemente do conceito de subsistência familiar.

Ao assentar sobre esta estratégia manejos e práticas diversas para equilibrar fatores da qual não se pode manejar, fatores como clima, por exemplo, consegue garantir que a alimentação familiar seja garantida sem precisar consumir as sementes. E também fatores que parcialmente conseguem manejar como fertilidade dos solos, severidade das pragas e doenças das culturas

As variedades de feijão e cana, por exemplo, existentes hoje na comunidade num número bem superior o de outras propriedades até mesmo da Agricultura Familiar camponesa de outras regiões. Assim também foram para as variedades de arroz e mandioca como é demonstrado na (Tabela 9).

**Tabela 9** - Variedades de sementes e materiais vegetais de propagação.

<b>Sementes</b>	<b>Quantidade ainda cultivada na comunidade</b>	<b>Quantidade de sementes não mais cultivadas na comunidade</b>	<b>Total</b>
Arroz	3	3	6
Feijão	7	7	14
Mandioca	3	0	3
Cana – de – açúcar	6	0	6

Fonte: Pesquisa de campo 2010.

Além do número das sementes há também a diversidade de tempos para produzir cada semente que difere nos períodos entre se plantar e se colher como é o caso das variedades de arroz e feijão. No caso das canas quase todas são utilizadas para o processamento de rapadura, doces e perduram por anos plantadas sobre a mesma área e quando se percebe que a variedade está perdendo a “força” se replanta em outro terreno.

Os motivos pelo qual se plantam determinadas sementes por tanto tempo se justifica por ser é “mais gostoso” “rende mais na panela” ou “feijão bonito”. Quando se cogita o preço que determinado produto alcançou no mercado é lembrado como o que causou o sumiço ou a desistência dos agricultores em cultivá-los, demonstrando que as experiências que tiveram quando tentaram se especializar em algum produto agrícola não foram boas.

Não ele produz, só que o pessoal viu que o preço de comércio dele era mais menos. É por causa da ganância que eu falei para você (seu Paulico 2010).

Este não tem mais e era gostoso comer dele, ele tinha uma pombinha na semente dele. Até dava dó da gente comer. Eu plantei este feijão gostoso que era se alimentar com ele (seu Pedro Moura 2010).

Este governinho quanto mais velho ele ficava mais gostoso ele ficava. E é mais gostoso (professor Antonio Aparecido 2010).

Reside desta forma, num outro nível de significações e motivações do porque uma determinada variedade na agricultura camponesa perdura por tanto tempo nas mãos dos camponeses, as sementes não tem altos rendimentos produtivos, não alcançam preços ótimos no mercado de cereais, mas mesmo assim são cultivados todos os anos há mais de 100 anos. Algumas sementes como é o caso do feijão branco *manteigão* já não são plantadas por muitos dos agricultores do Quilombo, apenas três dos agricultores ainda o produzem para que a semente desta variedade não se perca. Variedades de cana como a *caninha*, que tem fins medicinais foi resgatada e está sendo cultivada por seu João Martins assim como a *cana preta* ou *morreteina*.

Numa agricultura convencional é recomendável que se troque de sementes a cada certo número de lavouras para que não se estabeleçam doenças e pragas. As doenças e pragas também ocorrem nos cultivos da comunidade e algumas variedades, notadamente as

comerciais como foram o caso do mamão, do café, do limão, foram abandonadas porque só eram cultivados para o comércio e não faziam parte da lógica alimentar das famílias como fazem o feijão, a mandioca e o arroz e ao tentar se trabalhar numa lógica de monocultivo sucumbiram sob o ataque de pragas e doenças.

E com certeza vai acontecer como aconteceu com o mamão, porque o mamão o meu pai plantava nós vendíamos até 2 mil quilos de mamão por semana e quando foi trazido uma sementeira de lá que foi posto aí e o cara veio um cara com olho grande, porque tava produzindo muito aqui né! (eles) plantaram 1 alqueire de terra e no ano que eles trouxeram já trouxeram a praga para cá já de cara e acabou com os nossos aqui!

Além de não fazerem parte da lógica familiar justificando assim o seu abandono, fracassaram por terem se transformado em monocultivos corrompendo outra lógica, a lógica dos agroecossistemas da comunidade que baseia-se nos policultivos para se estabelecer e produzir.

A estratégia do policultivo foi sendo desenvolvida durante os mais de 200 anos da comunidade para poder contornar os limites que são impostos pela presença de solos pobres, e pelas secas que castigam os cultivos localizados nos topos dos morros. No momento em que a idéia do monocultivo chega, chega pelas mãos dos que vem de fora como nos salienta seu João Martins:

[...] porque meu pai trabalhava com um cara que veio aí e deu uma de querer plantar café e plantou mais ou menos 1 alqueire e meio de café. (seu João Martins 2010).

Era o Taiti! Eu plantei 200 pés de limão aí e foi o que me manteve, caiu o mamão e o limão me sustentou! E eu parei com ele porque deu broca! (seu Paulico 2010)

Fica a pergunta por que os agricultores ao optar por estas investidas? Uma das possíveis respostas é que eles não sabiam que os monocultivos fracassariam. Uma segunda resposta, que nos vem é que foram levados pela necessidade de gerar renda, afinal era pouca a renda gerada pela agricultura produzida nos policultivos da comunidade alcançava e ainda

alcança preços baixos, pois são pequenas as quantidades que sobram para serem comercializadas depois de ter separado as quantidades para o sustento familiar.

Assim com uma quantidade pequena de produtos a serem comercializados, mesmo com qualidade superior não conseguem preços melhores.

De certo ficou para a memória da comunidade e de seus agricultores que os monocultivos manejados sob a lógica camponesa está fadada ao fracasso, pois os manejos na lógica camponesa se voltam para a produção de alimentos, sedia-se sob a lógica dos policultivos voltadas para a manutenção da família.

Para que a geração de renda seja alcançada há que se adotar estratégias que aliem a valorização dos produtos advindos destas agriculturas diferenciando-as nas suas principais virtudes que são os produtos locais, oriundos de agriculturas respeitadoras e poupadoras dos recursos naturais, aliados ao viés étnico positivo por ser produzido secularmente por populações tradicionais onde culturalmente já estão cimentados. Estas características são encontradas nas comunidades Quilombolas de João Surá e pode ser o diferenciador quando for trabalhado no sentido de gerar renda, pois produz produtos agrícolas isentos de resíduos de agroquímicos.

Através dos levantamentos anteriores a esta pesquisa, que procedemos na comunidade através de projetos de extensão, foi possível averiguar que todos os agricultores da comunidade detêm as sementes que expomos na (Tabela 9). E isto é um grande indicador de sustentabilidade, ou seja, a posse das sementes pela comunidade com variedades tão específicas quanto as do arroz *governinho*, *matão amarelo* ou de feijões como o *branco manteigão*, feijão *mulatinho* e *rosinha*, ou as de cana como as variedades *Java*, *preta* ou *piracicaba* por mais de 30, 40 e mesmo 150 anos é um fator que realmente impressiona.

O próximo passo que deve ser dado é a averiguação da idade destas variedades confrontando as informações passadas pela comunidade com as variedades catalogadas pelos centros de pesquisa e os bancos de sementes oficiais, no intuito de afirmar estas sementes como propriedade das comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, pois é certo que estas sementes devem encontrar similares nas outras comunidades que avizinham João Surá.

Para esta pesquisa não se procedeu à comparação das sementes encontradas na comunidade com os bancos de sementes dos centros de pesquisa oficiais, se planeja realizar

esta tarefa num próximo projeto de pesquisa onde se trabalhará além do tempo a origem destas sementes e variedades de cana e mandioca.

## 7 - Os policultivos e o uso das ervas medicinais na comunidade Quilombola

Nos cultivos que observamos também foi possível contar mais de seis dezenas de variedades de plantas cultivadas num mesmo espaço pelos quatro agricultores entrevistados. Também observou-se, o uso de variedades de ervas medicinais coletadas do quintal da casa ou da mata como também alguns vegetais coletados da mata que se prestam à alimentação como é o caso dos carás (Tabela 10).

**Tabela 10** - Variedades cultivadas nos agroecossistemas dos quatro entrevistados.

<b>Agricultores</b>	<b>Espécies cultivadas nas quatro propriedades observadas</b>
<b>Seu João Martins</b>	Pinus (construção de moradias);
<b>Seu Paulico</b>	Eucaliptos (lenha e construção de moradias);
<b>Seu Pedro Moura</b>	Milho;
<b>Professor Aparecido</b>	Arroz;
	Feijão;
	Girassol;
	Fumo;
	Berinjela;
	Jiló;
	Pitanga;
	Cana – de – açúcar;
	Caju;
	Jaca;
	Amora;
	Uva do Japão;
	Nêspera;
	Banana (nanica, caturra, maçã, prata, ouro, pêra, da terra ou maranhão, zinga);

---

Laranja (laranja doce, azeda, Bahia);	
Limão (Taiti, carapixado, galego, e cravo);	
Tangerina;	
Mexerica;	
Lima;	
Café	
Jabuticaba	
Abacate	
Abacaxi	
Banana	
Goiaba	
Mamão	
Maracujá	
Fruta do conde	
Pinha (variedade de fruta do conde)	
Ata (variedade de fruta do conde)	
Amendoim	
Batata doce	
Abóbora	
Palmitos (Jussara, real, pupunha)	
Manga Holerícolas diversas (couve, cebolinha verde, cebola cabeça, alface, tomate cereja e tomate salada, almeirão, couve-chinesa, repolho, brócolis,)	
Horta de medicinais (erva-doce, camomila, funcho, capim-limão, erva cidreira, guaco, endro)	
<hr/>	
Total de espécies cultivadas	73
<hr/>	

Fonte: Pesquisa de campo setembro de 2010.

Observa-se pela diversidade de cultivos nas propriedades levantadas na pesquisa de campo que a complexidade dos agroecossistemas da comunidade é bastante acentuada. Por isto quando o sistema de monocultivo estabelece-se nesta lógica de diversidade que são os

agroecossistemas de João Surá tem que estar bem adaptada às condições de solo e clima da região como é o caso do arroz cultivado pelos agricultores da comunidade.

O sistema de cultivo de arroz na comunidade não é realizado mais que dois anos seguidos na mesma área isto para que se evite a infestação de pragas e o desenvolvimento de doenças às quais as cultivares da comunidade são suscetíveis.

No caso das ervas medicinais além das cultivadas no quintal das casas há ainda um grande uso de ervas extraídas da mata (Tabela 11). Quem ofereceu informações a respeito foi seu Paulico que ao nos acompanhar por seu quintal e roçados foi nos apresentando as ervas medicinais mais utilizadas por ele e que recomenda para várias famílias da comunidade que o procura para pedir conselhos e indicações do que usar para as diversas doenças que lhes acometem.

**Tabela 11** – Ervas medicinais extraídas da mata e dos quintais das casas dos entrevistados.

<b>Seu Paulico</b>	Erva medicinal	Indicação
	Maria – mole;	Cobreiros
	Bulva;	Cobreiros
	Maria – preta	Cobreiros
	Milomem;	Febre
	Bertone;	Febre
	Mentruz;	Empachamento do estômago
	Assa-peixe;	Pneumonia
	Caruru – preto;	Anemia
	Serralha;	Problemas do pulmão (sumo da erva fresca tomar com cachaça)
	Raiz do Café do gonzo;	Alergias
	Sete sangrias;	Febre
	Erva – de – bicho;	Males dos rins e bexiga
	Éipo;	Febre
	Sete encruzilhadas	Febre
	Maria – mole;	Cobreiros

<b>Professor Antonio Aparecido</b>	Folha de Chuchu	Baixar a pressão
	Folha de embaúba	Baixar a pressão
	Quina branca	Gripe
	Flores de rosa branca	Gripe
	Broto de mamão	Tosse
	Xarope de casca de banana	Tosse
	Boldo do mato	Males do fígado
<b>Seu João Martins</b>	Pacova	Males do estômago
	Caitézinho	Males do estômago
	Guaco do mato	Gripe, tosse
	Taiuiá	Gripe
	Cipó sumo	Gripe

Fonte: Pesquisa de campo setembro de 2010.

Todos os agricultores entrevistados reconheceram em seu Paulico e Nhá Dita Freitas as pessoas que conhecem mais profundamente os segredos das ervas e das benzeções, sendo procurados muitas vezes para recomendar remédios às crianças e adultos.

Hoje em dia o pessoal pede pra fazer um chá, eu faço muito chá pra criança né e me bato procurando e às vezes não acho. (seu Paulico 2010).

É que ele (seu Paulico) é curador né?! Eu já não sou. É ele já conhece. (seu Pedro Moura 2010)

Seu Pedro Moura revelou que apesar de não saber tanto quanto seu Paulico também faz seus remédios caseiros para alguns males, principalmente para retirar o “*quebrante*” (cansaço e mal olhado) do corpo.

Você ferve uma água e ponha a folhagem dele lá numa baciona e ponha um pouco de sal e guisa a água em cima e entra lá num quarto e vai água cabeça pra baixo! (*fala bem alto*) E diz: sai tudo que não presta do meu corpo meu Deus do céu, eu preciso dele sadio (seu Pedro Moura 2010).

Estes relatos e a relação das ervas medicinais apontadas pelos Quilombolas demonstram que o conhecimento tradicional acumulado é enorme. Nossa intenção não foi realizar uma discussão profunda a respeito dos conhecimentos etnobotânicos acerca das ervas medicinais dos Quilombolas de João Surá, mas averiguar como estes agricultores dominam e interagem com a natureza extraíndo desta, o que dela é possível sem degradar, na retirada das diversas espécies, a floresta e seus recursos. A extração das ervas se dão de forma controlada não retirando toda a planta, só as partes da planta que interessam para os diversos fins fitoterápicos.

Notou-se que estes camponeses em maior ou menor grau, detêm um conhecimento bem acentuado sobre as diversas possibilidades que a natureza pode oferecer fundados num conhecimento ancestral que é antes de tudo solidário.

O conhecimento é passado entre as pessoas que na comunidade vivem, porém é reconhecido entre eles aqueles que detêm um conhecimento maior e também uma maior sensibilidade para lidar com as ervas que não raro, está ligada à sensibilidade que estas pessoas têm com relação à espiritualidade e misticidade, como é o caso de seu Pulico e Nhá Dita Freitas.

Estes conhecimentos são resultados da soma entre experimentação empírica e da interação com a natureza, conhecimento adquirido da observação paciente em séculos e também da transmissão de saberes dos mais velhos aos mais jovens.

Esta tradição de transmitir o conhecimento está diminuindo na comunidade como nos adiantou seu Paulico, tanto no que se refere aos conhecimentos das ervas medicinais, quanto dos conhecimentos religiosos notadamente os terços cantados, a recomendação das almas, romaria religiosa feito em homenagem aos que já faleceram.

Estes conhecimentos estão acumulados e concentrados em poucos Quilombolas da comunidade já anciões e não vêm sendo repassados aos mais jovens. São conhecimentos que aproximam e formalizam João Surá como agricultura camponesa e campesina.

## 8 - A divisão e a duração do trabalho nos agroecossistemas do Quilombo

O total de horas trabalhadas na comunidade é bem grande. Nas propriedades que avaliamos o total de horas dedicadas aos roçados, aos cuidados com as criações que se resumem a galinhas, algumas vacas e suínos ultrapassou às 12 horas diárias de trabalho nos períodos mais críticos como, colheita e cultivo ou parição de alguma criação como vacas e suínos. No entanto se distribuirmos as horas trabalhadas numa safra (seis meses) o total de horas trabalhadas será de 8 a 9 horas, em média, trabalhadas por dia segundo informações dos Quilombolas entrevistados.

Há mesmo períodos em que não é necessário ir para o campo ou cuidar de animais dedicando o dia ao descanso, nestes dias dedicam-se ao artesanato de madeira e cipó como é o caso de Seu João, professor Antonio Aparecido e também seu Paulico e há também os dias dedicados ao descanso, mesmo sendo dias de meio de semana.

Mas as horas trabalhadas são diferentes para cada cultura e para cada ciclo (cultivo, condução e colheita), assim pode-se investir de um dia de trabalho até 15 dias para se cultivar determinada cultura em um hectare (Tabela 12).

**Tabela 12** – Horas trabalhadas pelos agricultores por cultura em 1 hectare.

Cultura	Dias Trabalhados em 1 hectare		
	Cultivo	Condução	Colheita
Mandioca	8 dias	2 dias por semana	8 dias
Feijão	Dois dias	3 dias por semana	4 a 5 dias
Arroz	Dois dias	3 dias por semana	8 a 10 dias
Cana – de – açúcar	3 a 4 dias	Uma vez por semana	15 dias
Milho	1 dia	2 vezes por semana até aos 45 dias	5 dias
Banana	10 a 12 dias	Uma vez por semana até seis meses	15 dias
Cuidados com as criações	-	Todos os dias	-
Comercialização para todos os produtos	-	1 dia	-

Fonte: pesquisa de campo 2010.

Nesta divisão do tempo de trabalho há dias que não se trabalham, notadamente àqueles dedicados aos santos, ou dias santos como os dias de missa, de algum santo, notadamente os padroeiros da comunidade, padroeira do Brasil, do Estado e São Gonçalo.

Domingo é dia sagrado. O que a gente aprendeu ai da nossa tradição do nosso povo ai que o domingo é um dia de descanso, dia do senhor. Que Deus fez o mundo e ele teve que descansar então a nossa religião que é a católica ela não permite fazer estes tipos de trabalhos no domingo eu não sei se é bíblico, mas o pessoal mais antigo eles diziam que seu eu trabalho no domingo e eu tenho os meus vizinhos rio abaixo e tenho os meus vizinhos rio à cima e com o meu trabalho que eu faço além de eu me prejudicar eu vou prejudicar quem trabalha pra baixo, sete pra lá e sete pra cá. [...] Eu tenho notado comigo, no percorrer da minha vida, e tanto faz a mulher como o homem, se eu tenho um caminho lá na cabeceira da água, ou até para ir para uma roça e se chega num dia de domingo e não conseguir fazer, eu tenho observado isso comigo no percorrer da minha vida, se chega num dia de domingo e aquele e eu roçar, vai chegar no outro domingo eu vou querer fazer de novo. E a mulher em casa também é a mesma coisa se ela lavar a roupa no domingo, quando chegar no outro domingo ela vai lavar de volta. (professor Antonio Aparecido, 2010).

Neste fragmento de entrevista, observamos que se os trabalhos são pesados e cansativos e que se trabalha o mesmo todos os dias, noite adentro quando da elaboração de algum produto como farinha de mandioca, farinha de milho e açúcar mascavo<sup>38</sup> e também de rapadura, estes processos são feitos em dias da semana até aos sábados nunca nos domingos em respeito aos preceitos religiosos da comunidade, católica em quase todas as famílias com exceção de duas que são evangélicas.

Não há na comunidade um rigor de se começar o trabalho num horário fixo pela manhã com retorno também fixo na parte da tarde. Os horários de trabalho são mais flexíveis, e assim pode-se começar a trabalhar mais tarde e voltar mais cedo.

---

<sup>38</sup> Tivemos a oportunidade de acompanhar a fabricação do açúcar mascavo desde a colheita até a embalagem do açúcar. As fotos do processo estão no item anexo.

No entanto, no verão as temperaturas na região onde se localiza a comunidade são muito altas chegando a 40 graus nos dias mais quentes com umidades também acentuadas chegando facilmente aos 70% de umidade relativa do ar (Figura 9)<sup>39</sup>. Nestes períodos os horários para se iniciar os trabalhos é são sempre os das primeiras horas da manhã, parando-se as 10 horas da manhã quando voltam para casa. Retornam aos roçados às 16 horas e neles ficam até 19, 20 horas da noite, quando as temperaturas são mais amenas e é possível trabalhar.

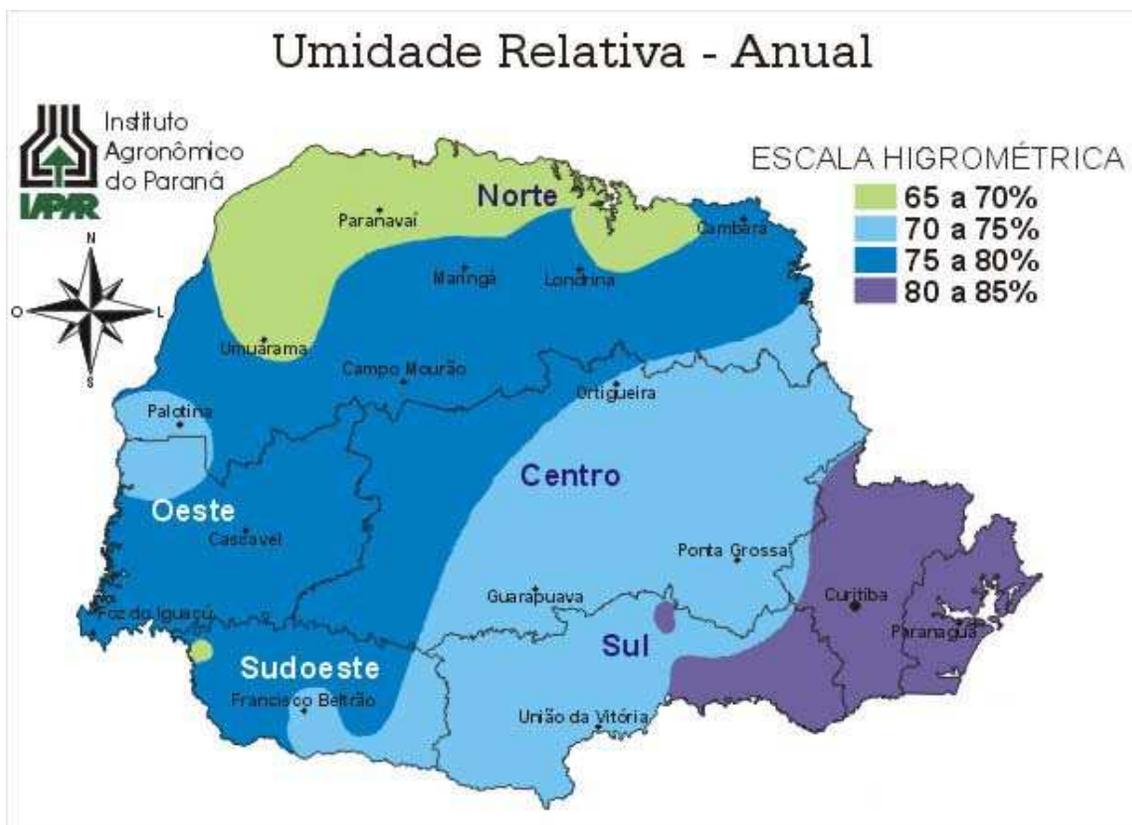
Esta divisão do trabalho no verão, estação em que se dá a maioria dos cultivos anuais (Tabela 13), causam uma confusão interpretativa por parte dos extensionistas rurais confundindo-os com pessoas que não gostam de trabalhar, e por isso muitas vezes são chamados de “vagabundos” como relatado pelos Quilombolas.

Esta é a visão que tem os extensionistas rurais, notadamente aqueles que já prestam os serviços de ATER oficial do Estado através da EMATER e que atendem as comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Estas opiniões são verbalizadas aos Quilombolas sem muita preocupação em se observar as diferenças que tem uma agricultura de comunidades Quilombolas, principalmente nas questões dos tempos em que se trabalha e também no que se refere a sua forma.

Neste aspecto já há uma iniciativa por parte do MDA em parceria com universidades públicas em oferecer cursos para capacitar os técnicos de ATER que prestam serviços às comunidades Quilombolas e assim formá-los de maneira que ofereçam serviços que realmente sejam adequados às diferenças que uma agricultura camponesa em comunidades Quilombolas possui em relação aos agricultores familiares convencionais.

---

<sup>39</sup> Como nos mostra os mapas de umidade e de temperatura, a temperatura na comunidade Quilombola chega a níveis mais altos em função de estar a uma altitude de 100 metros ao nível do mar e se encontrar como já dito do lodo do rio Pardo e seus afluentes.



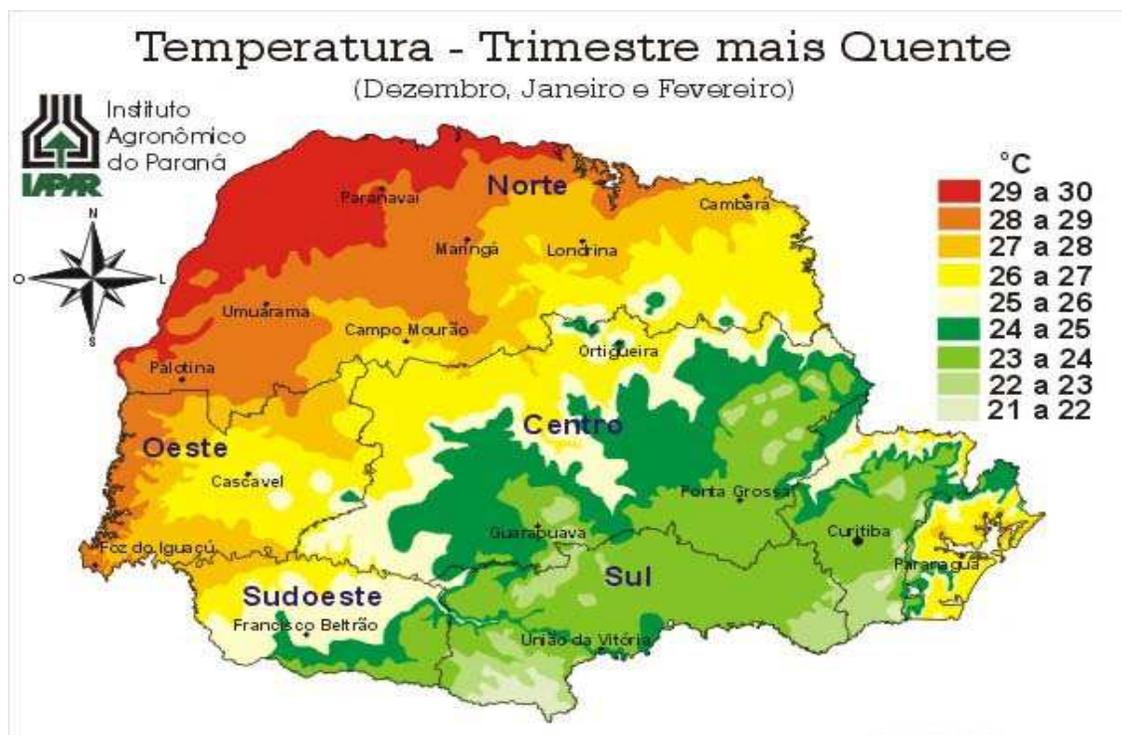
**Figura 9** – Umidade relativa do ar por região. Fonte: Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR 2010.

Os principais cultivos<sup>40</sup> da comunidade são mais intensos e trabalha-se mais neles no verão sem muita escolha com relação as sazonalidade das culturas. A opção é escolher as horas mais frescas o que desmistifica a condição de que os Quilombolas desta região são pouco afeitos ao trabalho e aos horários, apenas se escolhe as horas mais propicias para se trabalhar.

O que ocorre é que os técnicos não conhecem os hábitos culturais e a forma de se dividir o trabalho pelos períodos de temperaturas mais amenas do dia. Assim os Quilombolas são forçados a trabalhar nos horários estabelecidos pela EMATER, que determina um expediente de trabalho que vai das 08 às 17 horas. Por esta organização de trabalho, que atende ao horário comercial sem muita escolha chegam entre as 10 da manhã às 16 horas,

<sup>40</sup> Há no item anexo um quadro com todos os produtos que advêm da roça, da mata, da caça e da pesca. Este quadro foi elaborado por Andréia Cambuy para a pesquisa que realizou sobre alimentos na comunidade e esta com o título de Produtos alimentares produzidos em João Surá.

horário em que não se achará nenhum agricultor nos cultivos sob uma temperatura de 40 graus (Figura 10) e com umidades superior a 70%.



**Figura 10** – Temperaturas médias do Estado do Paraná. Fonte: Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR 2010.

Ao somarmos as horas trabalhadas mesmo com o intervalo que se faz das 10 às 16 horas, observamos que os Quilombolas de João Surá trabalham nos dias de verão uma média de 8 horas diárias, pois segundo as informações dos agricultores se começa, mesmo que não tendo horário fixo para o início e término do trabalho, variando em uma hora para mais ou para menos, as 6 horas ou no máximo as 7 da manhã. Há uma parada por volta das 10 horas e retornam ao trabalho a partir das 16 horas e só param as 19 ou 20 horas da noite. Somando assim um total de 8 a 9 horas por dia de trabalho.

Pra dar cota do serviço *sinhô* eu vou as 06 horas [da manhã] (*porque*) eu gosto de estar lá na roça no amanhecer do dia e daí a questão de 11 horas eu

venho para descansar um pouco e daí eu como um feijãozinho e volto as 3 da tarde e fico até as 18 horas (seu Paulico 2010).

**Tabela 13** – Épocas dos principais cultivos em João Surá.

<b>Principais Culturas</b>	<b>Época propícia ao cultivo</b>
Arroz	2ª quinzena de outubro, novembro e dezembro
Feijão	Julho, agosto, setembro Fevereiro e março (das águas)
Mandioca	Ano todo
Cana – de – açúcar	Ano todo
Milho	Setembro e outubro
Hortaliças	Maior a setembro
Banana	Ano todo
Abóbora	Setembro, outubro
Melancia	Outubro, novembro e dezembro
Pepino	Outubro, novembro e dezembro

Fonte: Pesquisa de campo 2010.

No começo do inverno é a época que se colhe as safras tardias de arroz e se cultiva as hortas com várias espécies, pois somente nesta época é que saem olerícolas folhosas que não se estabelecem nos meses de verão à exceção do pepino e da melancia.

No tocante às escolhas dos horários para se começar e parar de trabalhar, os Quilombolas de João Surá dizem que:

É ter uma liberdade. Tem dias que a gente trabalha mais com sol, outro dia descansa, mas é uma satisfação né?! A gente acha que é. Eu acho que eu ainda não perdi as esperanças do trabalho da roça que vem, eu acho até que vale a pena a gente começar a aliar mais direito (seu João Martins 2010).

As escolhas são de acordo com as necessidades dos cultivos por cuidados, mas são também em função da organização, acordados com certa autonomia que não é pressionado

pela necessidade de ter produtos para serem entregues nos tempos determinados de fora da comunidade.

Quando isto acontece é anteriormente negociado com antecedência junto aos compradores de determinado produto, assim estipulados os dias para proceder à elaboração de algum produto, toda a organização anterior é arranjada e deixada de lado para dar conta das encomendas.

Os mais jovens só trabalham nas roças a partir dos 8 ou 10 anos e alguns só começam a trabalhar a partir dos 12 anos. Antes destas idades apenas acompanham os pais na roça. No entanto, nos trabalhos de casa as meninas desde muito cedo, a partir dos 8 anos, já estão ajudando os pais e as mães nos serviços de cozinha e de arrumação da casa. Porém a última geração, a que completa 10 anos nesta virada de decênio, aparentemente estão liberadas destas tarefas mais cotidianas dos trabalhos domésticos.

## **9 - Divisão por gênero do trabalho: Trabalho de homem trabalho de mulher**

Há na comunidade uma divisão por gênero do trabalho. Existem trabalhos que só a mulher faz e trabalho que só os homens fazem. Os trabalhos que são realizados pelos homens são aqueles que necessitam de mais força para se realizar, trabalhos como a abertura de novos roçados, trabalhos com a foice em terrenos mais declivosos, transporte de cargueiros de colheitas feitas do campo até o local de armazenamento ou para transporte para o comércio. Assim também, a comercialização dos produtos na cidade, em boa parte das vezes, é feito pelos homens.

A mulher além dos trabalhos da casa também ajuda nos trabalhos na roça tais como, capina, plantio e colheitas. Só não trabalha em serviços onde o emprego da força é necessário, no resto elas trabalham em todos os trabalhos que o homem executa.

Na roçada só quem toca é eu né. Carregar cana também é eu quem carrego. Quando tem serviço pesado é eu quem faço. Olha eu (...) na verdade é só mais o serviço de casa, mas quando ela não está eu encaro (Seu João Martins 2010).

Acho que é [*o trabalho de home é os*] muito esforçado. [*a mulher é*] na parte da cozinha. [*cuidados com a*] Roupa (seu Paulico 2010).

No entanto esta diferença de trabalho que só pode ser feito por homens e trabalhos que são feitos pelas mulheres tem limites muito tênues não sendo uma regra, assim caso a mulher queira e consiga fazer não há limites de trabalho para eles e elas. E a contribuição da mulher no trabalho é valorizada pelos homens que entendem os limites delas para os serviços mais pesados, assim como elas entendem os limites deles para com serviços classificados como femininos:

Bom no entender os trabalhos que o homem faz na roça a mulher consegue fazer também desde que a vontade dela esteja ao alcance, mesmo um trabalho mais pesado ela pode fazer também desde que ela faça mais de vagar. Eu acho que o serviço da roça a mulher pode ajudar em tudo. No caso de uma roçada a gente não usa levar a mulher para roçar, o homem faz sozinho, mas a mulher consegue também. E têm homens que a mulher tem que estar junto para sair. Para mim eu acho que uma roçada é para o homem, uma derrubada de mato, tirar uma lenha lá, um serviço mais grosseiro é mais o homem (professor Antonio Aparecido 2010).

Os homens responderam que fazem os trabalhos de casa quando é necessário sem que com isto se sintam incomodados, mas há nitidamente uma divisão sexual dos trabalhos realizados na propriedade que são das mulheres como, por exemplo, o trabalho na confecção da farinha é feito pelas mulheres. Os homens também fazem, mas na opinião das mulheres a farinha fica melhor quando feita por elas e indicaram, como a pessoa que melhor sabe fazê-la, Dona Adelaide também moradora de Guaracuí e vizinha de seu João Martins.

## **10 - O trabalho coletivo e solidário em João Surá**

Há ainda em João Surá formas de trabalho coletivo em alguns casos também solidário que são próprios de comunidades tradicionais, ou seja, são mais facilmente encontrados em populações tradicionais e camponesas que noutras situações e comunidades.

Em João Surá há uma série de trabalhos e serviços que são feitos de forma coletiva e solidária. Assim para a reforma e limpeza de uma estrada, da igreja, para a organização de festas religiosas, cultivos e colheitas que interessam a todos ou tem interesse particular, se reunirá um grupo de trabalhadores para que este serviço seja feito de forma rápida, não tomando tempo demasiado de cada um deles e permitindo que estes possam voltar para as suas tarefas o mais rápido possível.

No contexto observado podemos levantar através das informações da comunidade algumas formas de trabalho coletivo que são:

O *mutirão*, esta forma de trabalho coletivo normalmente é requisitado por um agricultor ou agricultura para diversos fins, reforma da casa, colheita, plantio etc. Neste caso o agricultor (a) que requeira o mutirão deverá arcar com a alimentação de todos os trabalhadores e trabalhadoras e os filhos menores destes que os acompanharem. Além da alimentação deverá também organizar um bailão, contratar músicos ou arregimentar entre os trabalhadores aqueles que tenham o conhecimento necessário para isto. Como o baile é organizado também deverá arcar com as bebidas alcoólicas para a festa. Como junto com os trabalhadores seguem as esposas e filhos menores o mutirão acaba por se tornar um grande evento na comunidade.

Enquanto os homens trabalham na roça, por exemplo, as mulheres se apressam em preparar os alimentos, os confeitos e doces para a festa, não raro, os alimentos, dependendo da distância dos trabalhos, são feitos na roça mesmo. Lá é feita as taipas (tipo de fogão feito de barro), para lá são levadas as panelas e demais utensílios para a alimentação dos trabalhadores.

Há também outra forma de trabalho coletivo de menor monta que é a *reunida* muito parecido com o mutirão, porém difere-se deste pelo fato de não haver bailão ao final, estes trabalhos são feitos também nas colheitas, plantios, aberturas de novas áreas e em uma reforma de casa, mesmo que parcialmente.

Para este tipo de trabalho o Quilombola que convoca a reunida dá o alimento aos trabalhadores e pode pagar o trabalho com uma parte da produção ou pagar algum com produto no caso dos trabalhos não estarem direcionados com os cultivos.

O mutirão já era pra fazer uma área grande de plantação, preparar uma roça no primeiro período (*abertura de área nova*), no caso uma roçada ou uma colheita. E a despesa era maior porque o dono do mutirão tinha que dar um

almoço, de manhã um café, e daí às vezes a janta e as umas cachaças pros caras tomar no baile. Ainda tinha o baile e o pessoal tinha que dar a alimentação de madrugada e mais as cachaças que as vezes o pessoal vinha de longe tinha que almoçar de manhã cedo antes de ir embora. Só que estas pessoas que vinham para o mutirão quando um o outro fazia várias pessoas faziam todo mundo reunia la e outro se reunia cá se para fazer uma plantação grande, uma colheita era muito lindo. Agora na reunida ela também tinha que tratar do pessoal, mas só que coisas em troca, no caso a noite não tinha. Tinha comida [*mas*] não tinha baile. Agora no mutirão, além das pessoas que estavam trabalhando as mães traziam a criançada e ficava todo mundo na casa (professor Antonio Aparecido 2010).

Como pagamento pelos trabalhos no caso da reunida o Quilombola pode pagar com trabalho indo às propriedades dos camaradas que o ajudaram e assim devolver o favor. Há desta forma uma maleabilidade para se pagar o trabalho “contratado”, não fica apenas no pagamento em dinheiro ou em produtos pode ser recebido na mesma quantidade de dias trabalhados. Caso falhe na sua tarefa de pagar os dias de trabalhos recebidos, já não será mais convidado para os mutirões e reunidas futuras que vierem a acontecer.

Há casos em que ao organizar as reunidas e os mutirões toma-se o cuidado de chamar pessoas que não tem muitas condições de realizar cultivos, por causa de alguma doença ou tem uma área menor que a necessária para garantir o sustento. Assim ao chamá-las providenciam para que estas pessoas tenham os alimentos necessários ao seu sustento. Isto podia acontecer também caso as pessoas tivessem seus cultivos já prontos para serem colhidos e por motivo de saúde se encontrassem impedidas de trabalhar em seus roçados.

Olha você me fez lembrar de uma coisa bem bacana que a gente usava antigamente mesmo né? Porque as pessoas vinham e as pessoas mais fracas não podiam colher e plantar na época certa pra colher é daí eles não tinham que fizesse isto para eles, então dava os alimentos para eles em troca daquela ajuda, mas só que também esta reunida funcionava como troca de dia, fez hoje e daqui a três dias é fulano tal, e depois outro dia é lá. Ela funcionava também como troca de dia (professor Antonio Aparecido 2010).

Desta forma, faz-se reunidas e mutirões não só para proceder a alguma tarefa de forma mais célere, mas também para prover pessoas e famílias que estão passando por dificuldades e que sozinhas não poderiam dar conta de suas necessidades.

Uma terceira forma de trabalho coletivo baseado na amizade são as trocas de dia. Uma forma simples que baseia-se na troca de dias em que se trabalha para um e para outro. Pode se arrolar até 3 a 4 pessoas e trocar os dias entre eles para dar conta dos trabalhos. Estas formas de trabalho coletivo ainda persistem na comunidade, mais vem arrefecendo nos últimos anos na comunidade, já não acontece com frequência como antigamente adianta os Quilombolas entrevistados. No entanto ainda acontece quando da organização das festas religiosas ou da reforma do cemitério para o dia de finados, para as festas organizadas a São Gonçalo. Estas formas de trabalho estão no cerne da comunidade, ora se apresenta com certa continuidade, ora acontece poucas vezes por ano, mas está presente na organização dos agricultores familiares de João Surá.

## **11 - A geração de renda na comunidade e nas famílias entrevistadas**

A renda da comunidade hoje vem basicamente de duas fontes que sustentam as famílias da comunidade. A primeira advém da agricultura que ainda trás para a comunidade 47% da renda os outros 53% vem de outras fontes de renda tais como aposentadoria que responde, dentro destes 53%, por 28%, seguido pelos recursos do Programa Bolsa Família responde com 7,5% e ainda pelo artesanato com 5%. Este levantamento foi realizado pelo Instituto Agroecológico em 19 famílias no ano de 2009 em um projeto de extensão que terminou em 2010.

**Quadro 2** – Outras fontes de renda das famílias de João Surá.

<b>Fonte de renda</b>	<b>%</b>
Agricultura	47,0
Aposentadoria ou pensão	28,0
Artesanato	5,0
Bolsa Família	7,5
Comércio	2,5
Venda de alimentos e transporte	2,5
Assalariados do pinus	2,5
Prestador de Serviços	2,5
Transporte e Serviços	2,5
Total	100,0

Fonte: Instituto Agroecológico 2010.

Percebe-se que boa parte da renda das famílias ainda vem da agricultura, no entanto o que se pode inferir é que a agricultura também ameniza os custos na compra de alimentos na economia doméstica, fazendo com que as rendas que advêm de outras fontes sejam melhores aproveitadas.

Estes dados contrastam com os número levantados junto aos quatro agricultores entrevistados onde só o senhor João Martins demonstrou se manter só da agricultura.

**Quadro 3** – Composição da renda nos quatro agricultores entrevistado.

<b>Agricultor</b>	<b>Agricultura</b>	<b>Aposentadoria</b>	<b>Salários</b>	<b>Bolsa Família</b>
	<b>(em %)</b>			
Seu Antonio Aparecido	15%	20%	65%	-
Seu Paulico	20%	80%	-	-
Seu Pedro Moura	20%	80%	-	-
Seu João Martins	90%	-	-	10%

Fonte: Pesquisa de campo 2010.

Há um grande número de outros agricultores na comunidade que além da agricultura vivem da aposentadoria, seu João Martins e apenas mais cinco agricultores não tem como

apoio a aposentadoria ou pensão ajudando na renda familiar. O que justificaria o número tão reduzido de áreas cultivadas nas propriedades em toda a comunidade da qual foi possível levantar. Em quase todas as áreas cultivadas da comunidade não se observou agricultores que tivessem áreas cultivadas que ultrapassassem os sete hectares.

Seu João a este respeito nos adianta que:

Hoje da agricultura hoje só eu é que estou vivendo. Isto eu garanto para você. Você veja bem, se tem um aposentado em casa já tem uma garantia né? Alguma coisa já vai vir para dentro de casa da aposentadoria né. E eu não! Quando não é um serviço por dia, ou algum trabalho com a serra, ou alguém me dá uma força para mim assim, dá uma mão pra mim né?! E vendo uma coisinha aqui, outra coisinha ali, outra coisinha lá, num ano que não tinha. Agora ultimamente eu estou com uma 4 ou 5 lavouras que eu não estou produzindo pra vender sabe (seu João Martins 2010).

Quando salienta que só ele é que vive da agricultura, seu João está afirmando que não tem nenhuma outra renda que advenha de outras fontes como salários e serviços que não envolvam algo relacionado à agricultura.

Se por um lado o número de aposentados é grande o número de trabalhadores na agricultura por família vem se mantendo. Os mais velhos mesmo aposentados ainda trabalham nos roçados junto aos mais jovens que ainda permanecem na propriedade principalmente os que casam com moças da comunidade ou de comunidades próximas. Porém ainda há um número de rapazes e moças que saem da comunidade, fato que como já observamos, sempre aconteceu.

Porém, há hoje um atrativo a mais propiciado pela aposentadoria o que faz com que alguns casais permaneçam por mais tempo nas propriedades, junto aos pais e avós. Desta forma, a prática da agricultura se mantém como geradora de renda e atenuadora de custos para a família e contribui assim com quase 50% dos ganhos da família, segundo os relatos dos Quilombolas.

Com a chegada de benefícios como o do Programa Bolsa Família surge outro fator que contribuiu para que os casais mais jovens permanecessem na comunidade. Assim alguns pais ao trabalhar nos cultivos do pinus como assalariados e ainda fazer seus roçados, tarefa

que fazem aos finais de semana e feriados, ampliam as estratégias de sustento e manutenção da família ao amortizar os custos com a compra de alimentos que não tem em seus roçados.

Pode-se dizer que a agricultura mesmo diminuída no que se refere à sua participação na comunidade ainda não desapareceu e que ainda encontra outras significações e funções dentro da organização das famílias.

## **12 - Os alimentos e a segurança alimentar da comunidade Quilombola**

Existem na comunidade determinados alimentos que são elaborados em algumas localidades do Vale do Ribeira, fato que podemos constatar na feira livre que acontece no centro de Adrianópolis. Produtos feitos com a goma (fécula) da mandioca e com outros produtos advindos da roça. Há, no entanto, muitos alimentos, pratos diferentes que aparentemente só são feitos na comunidade.

Num levantamento que está em fase de conclusão, Andréia Cambuy, nutricionista e pós-graduanda em antropologia levantou 36 receitas<sup>41</sup> de alimentos, algumas já conhecidas e outras existentes aparentemente só naquela região.

A existência de uma gama tão grande de preparações alimentares no Quilombo demonstra porque a comunidade vem resistindo há tanto tempo como agricultores camponeses. Isto é resultado de estratégias adotadas para produzir e cultivar em solos pobres de fertilidade, contando apenas com os recursos internos à comunidade e com a criatividade para se elaborar e preparar alimentos a partir do que se tem em mãos, criando receitas simples, mas saborosas. São estratégias elaboradas no decorrer dos mais de 200 anos da comunidade, conhecimentos que se perpetua através da herança comonesa e afrodescendente.

---

<sup>41</sup> A lista com as receitas estão em um quadro elaborado por Andréia no item anexo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos dados percebemos que há pontos que ligam a agricultura camponesa da comunidade a alguns princípios da Agroecologia e outros que a afastam.

A comunidade Quilombola João Surá esta inserida numa região onde os solos são pobres em fertilidade natural a água, apesar de abundante, não é tratada para o consumo humano e, em tempos de secas mais prolongadas as safras são perdidas, colocando em risco a segurança alimentar das famílias.

A comunidade, em seus 203 anos, já teve 300 famílias em décadas passadas e por diversos motivos (grilagem, venda, abandono) foram migrando para outras regiões permanecendo hoje 40 famílias na comunidade.

Na história da comunidade já foram cultivadas diversas espécies agrícolas, podendo-se afirmar que houve mesmo, em seus agroecossistemas, alguns ciclos produtivos sendo que alguns ainda perduram por se tratar de alimentos que compõe a base alimentar das famílias Quilombolas. Estes são o arroz, a rapadura, a farinha de mandioca, os suínos e o feijão produzidos desde os primeiros anos da comunidade, mas que ainda continuam a serem cultivados e criados pelos agricultores da comunidade por se tratar de produtos que compõe a alimentação das famílias. Também o café, o mamão nas décadas de 60, 70 e 80 e o limão na década de 90 até 2000. Estes últimos, mais recentes, fracassaram e foram abandonados por se tratar de cultivos que se baseavam na lógica dos monocultivos e produzidos mais fortemente para comercialização, ocupando uma maior área dentro da comunidade.

Hoje na comunidade 37 agricultores usam, de forma localizada, algum tipo de agrotóxico, tais como herbicidas e dessecantes para os manejos dos cultivos. Como os agricultores da comunidade não usam adubos químicos para os seus cultivos, as utilizações de insumos químicos industriais, ficam resumidas ao uso de herbicidas e, como se pôde observar, não é um uso intenso e descontrolado, tem sua utilização concentrada no controle das ervas pioneiras. Também o uso do fogo ainda é utilizado para limpar áreas novas para os cultivos anuais.

As ferramentas utilizadas para conduzir os cultivos são manuais e simples, tais como enxada, foice, enxadão, facão, plantadeira manual, cavadeira e bordão. Não há máquinas ou

qualquer outro implemento mecânico ou de tração animal sendo utilizado pelos agricultores em seus roçados.

As áreas das propriedades na comunidade são pequenas em extensão, os agricultores que foram entrevistados para esta pesquisa têm uma área média de 25 hectares e cultivam destas de 4 a 6 hectares no máximo devido ao fato de não terem condições de conduzir uma área maior, tanto por falta de trabalhadores que são basicamente as esposas, filhos, genros e noras, quanto por falta de recursos para se empenhar em cultivos que ocupem área maiores. Longe de ser um problema é antes uma estratégia para manter a reprodução da família em níveis ótimos.

Assim, se há encomendas de produtos, estas são dimensionadas em não mais que 20% da área para que assim não coloque em risco o fornecimento de alimentos para a família.

Uma diferença neste universo é seu João Martins que trabalha sobre uma área que faz parte do inventário de seu pai falecido há 7 anos. Nesta área ele têm cultivado 5 dos 23 hectares que dispõe, sendo dois e meio na propriedade que ocupa em Guaracuí e um e meio na propriedade de seu sogro que fica no *sertão* de João Surá.

O que se pode afirmar é que os agroecossistemas da comunidade não podem ser considerados como sendo baseados em uma agricultura de base ecológica. São no máximo sistemas que poupam os recursos naturais de serem predados mais acentuadamente pela prática da agricultura.

Não é uma agricultura baseada nos princípios da Agroecologia por não ter tecnologias e manejos adaptados às condições da comunidade. Também não estão presentes a filosofia e a consciência agroecológica em todos os agricultores da comunidade (exceção feita ao Seu João Martins e professor e ao Antonio Aparecido).

Apesar de não ser uma agricultura de base ecológica já é uma agricultura que poupa seus recursos naturais. E isto se deve ao fato de não se usar máquinas, além do uso ainda pequeno de herbicidas que, pelo tamanho das propriedades, não se justificariam. Estão também baseados em sistemas de policultivo, na rotação de culturas e nos pousios, na maioria dos casos. A recomposição da fertilidade dos solos é realizada mediante ciclagem da matéria orgânica que além desta têm outra função, a de suprir as famílias com lenha que advém dos pousios.

Estes são alguns dos pontos que podemos considerar que andam na direção dos sistemas ecológicos de produção de alimentos como a Agroecologia vem propondo.

Mas o que consideramos ser claramente um dos princípios da Agroecologia, que está presente nos agroecossistemas do Quilombola, são o uso e a preservação das sementes por gerações, em poder dos agricultores, todas mantendo o vigor germinativo. Sementes como as de arroz, mudas de cana, manívas de mandioca e sementes de feijão com mais de 100 anos ou pelos menos com 40, 50 anos sendo cultivadas pelos camponeses, sem a necessidade de se comprar novas sementes.

No Quilombo há uma troca constante de sementes entre estes agricultores, ou seja, há uma troca intra-comunidade e quando as sementes vêm de fora vêm de outras comunidades Quilombolas do entorno. Na medida em que uma semente desaparece do poder de um agricultor, este a encontrará com outro agricultor que venderá ou trocará com ele por outra semente, como foi o caso das sementes do feijão branco manteigão que está sendo resgatada de seu quase desaparecimento. Caso similar ocorre com a caninha, a cana preta e a mandioca São Pedrinho.

Há também sementes com 25 a 30 anos que são consideradas pelos Quilombolas como sementes “novas” em seus sistemas de cultivos. Isto se justifica pela idade e pela história da comunidade. Outra dimensão é o uso de pelo menos três variedades diferentes para cada espécie cultivada, com períodos vegetativos diferentes, variedades precoces e tardias dando assim uma maior estabilidade aos cultivos, proporcionando com isto que não haja perdas por ataques de pragas, doenças e variações climáticas.

Os trabalhos nos roçados e nas propriedades baseiam-se na organização familiar que vem sendo passada de geração a geração na mesma lógica, assim como vem sendo passada também as sementes e os conhecimentos tradicionais acerca das ervas medicinais.

Todo o trabalho da família é organizado pensando no sustento e sua manutenção; o dimensionamento, os cultivos e as variedades destes são plantadas pensando-se na alimentação dos integrantes da família, antes de se pensar no mercado.

Na medida em que surgem excedentes produtivos, ou haja uma encomenda antecipada por determinado produto, ou mesmo produtos que são elaborados para algum evento, como por exemplo, festas religiosas que ocorrem em comemoração aos santos dos

meses de junho e julho, são nestes momentos apenas, que se comercializa e se arrecada alguma renda. Em outros momentos, a prioridade é a família e suas necessidades.

A agricultura ainda é responsável pela metade da renda das famílias. O restante advém da aposentadoria e outras fontes. A agricultura, mesmo diminuída, ainda é praticada em todas as propriedades e não foi abandonada inteiramente em nenhuma destas.

O trabalho na propriedade tem a participação dos homens e das mulheres, que os acompanham em boa parte das tarefas da roça. Além disto, as mulheres se encarregam dos trabalhos domésticos.

É interessante frisar que o trabalho coletivo e solidário ainda persistem na comunidade, com destaque para o *mutirão*, *a reunida* e *a troca de dia*, mesmo não sendo com a intensidade que ocorria em tempos passados.

Estes trabalhos coletivos, além de propiciar que os trabalhos sejam feitos com celeridade, também proporcionam o encontro, a comunhão dos alimentos e a interação e sociabilidade entre as famílias. São momentos em que se realizam as festas e onde se fomenta a solidariedade aos que não tem condições de prover seus alimentos, seja pela falta de saúde ou pela falta de terra.

A comunidade vem se organizando em associação desde 2005. As famílias associadas, que não são todas, vêm discutindo quais as melhores alternativas para o seu desenvolvimento.

Os jovens da comunidade também estão se organizando e discutindo seu futuro. Uma conquista recente dos Quilombolas de João Surá foi o estabelecimento da escola secundária, conquista que foi auxiliada por educadores e educadoras militantes da Educação do Campo. Apesar do aparelho estatal da Secretaria de Educação ser ainda reticente a estas iniciativas, esta experiência propiciou que a diversidade de atores hoje presentes no campo tivessem a possibilidade de alcançar a educação. Os reflexos desta ação é que não só os estudantes Quilombolas de João Surá se beneficiaram com a possibilidade de continuar seus estudos perto de suas casas. Hoje até mesmo os mais velhos de 60, 70 anos voltaram a estudar e estudantes Quilombolas de outras comunidades no entorno de João Surá, também contam com este direito. Até mesmo as crianças de 4 a 12 anos estão se organizando em torno da escola e, espelhando-se na associação da comunidade, criaram um grupo que se chama Crianças Contra

o Lixo ou CCL (Foto 36) organização com diretoria e que tem entre suas pautas, a construção da Agroecologia.

Se a consciência agroecológica ainda não está nas cabeças dos agricultores, nas de seus filhos ela já está sendo construída. E isto ocorre através da iniciativa destes jovens, de ações promovidas pela própria comunidade além de projetos e iniciativas que chegam até a comunidade através de ONG's e universidades.

De forma resumida, o que podemos concluir é que há alguns pontos de aderência que ligam a agricultura da comunidade Quilombola João Surá aos princípios da Agroecologia. E os que se podem elencar, como base importante para a construção de agroecossistemas mais sustentáveis e de uma agricultura ecológica, são:

- Agroecossistemas baseados nos policultivos sucessionais. As espécies cultivadas ultrapassam o número de setenta nos policultivos mais organizados;
- Existe na comunidade a manutenção de uma diversidade de sementes de arroz, feijão, mudas de cana, manívas de mandioca; para cada variedade destas há pelo menos uma com mais de 100 anos de permanência na comunidade sob o domínio dos agricultores;
- Resgate de sementes e variedades vegetais que estavam desaparecendo, tais como: cana, manívas de mandioca, variedades de feijão e arroz;
- Ainda existem na comunidade três tipos de trabalho coletivo e solidário: *mutirão*, *reunida e trocas de dias*; através destes tipos de trabalhos se organizam uma série de arranjos de convivência, solidariedade e sociabilidades muito próprias da comunidade João Surá;
- Há uma diversidade de alimentos e receitas que são locais e algumas provavelmente só existam na comunidade João Surá, o que garante segurança alimentar nutricional para as famílias;
- Há uma organização (propugnada pela criação da associação Quilombola) em que a comunidade vem discutindo seu futuro e como se dará o seu desenvolvimento.
- Como resultado da organização da comunidade em torno da associação é possível notar mudanças nas propriedades que começam a utilizar algumas práticas como, por exemplo, o abandono do fogo como alternativa de manejo na agricultura;

- Da organização da comunidade também se pode auferir como importante a organização dos jovens, mas principalmente das crianças em torno das necessidades de sua comunidade;
- Duas iniciativas na comunidade em torno da construção de agroecossistemas ecológicos são os agroecossistemas de seu João Martins e do professor Antonio Aparecido que já estão sendo convertidos em sistemas de cultivo e produção de base ecológica;
- A lógica da gestão da propriedade e da terra é familiar;
- A divisão do tempo de trabalho nos agroecossistemas é em função do melhor conforto do trabalhador no campo. As horas, para início e fim dos trabalhos nos agroecossistemas, são escolhidas em função do bem estar do trabalhador, horário este que difere dos horários da agricultura convencional;
- Produzem-se alimentos pensando na existência da família e ao fazê-lo traça estratégias que distancia a família da lógica apenas da subsistência;
- Uso intensivo, de forma interativa, das possibilidades que a natureza e a floresta oferecem, tais como o extrativismo de plantas medicinais, de tubérculos e folhosas que acrescentam nutrientes à alimentação familiar;
- Conhecimentos e saberes tradicionais elaborados em várias gerações de camponeses Quilombolas no Vale do Ribeira, cultura elaborada e rica de símbolos que provavelmente tem como pilares a ancestralidade africana re-significada pelo contato com os povos indígenas e também com as culturas européias;

No entanto, há na comunidade práticas que distanciam os agroecossistemas dos princípios da Agroecologia:

- O uso do fogo como técnica para limpeza das áreas de cultivos;
- O uso de herbicidas para combater ervas pioneiras;
- Uso de capinas contínuas desprotegendo os solos;
- Falta de ações articuladas entre os agricultores para a construção e redesenho dos agroecossistemas para que se integrem entre si baseados em técnicas ecológicas de cultivos;

- Falta de ações articuladas para gestão compartilhada dos recursos naturais e de uso comunitário.

Pelo exposto percebemos que, para cada um destes pontos que afastam a comunidade da Agroecologia há pelo menos dois em contraposição. A “consciência agroecológica” ainda não é praticada de forma plena em nenhum agroecossistema, pelo fato de que a Agroecologia ainda está em construção e, desta forma, seus limites epistemológicos ainda não foram totalmente definidos.

A comunidade João Surá, assim como outros Quilombos do Vale do Ribeira, pode contribuir de forma decisiva para a construção de modelos mais sustentáveis de agricultura, contribuição advinda do seu conhecimento tradicional, sua forma de interpretar e elaborar o mundo através da prática da agricultura e suas estratégias de sobrevivência.

São por estas estratégias criativas, bem mais trabalhosas que as convencionais, que os agroecossistemas tradicionais, como os de João Surá, podem contribuir para o estudo e avanço da Agroecologia.

Em contrapartida, técnicas e manejos já consagrados pelas agriculturas de base ecológica, que adotam a lógica de manejos poupadores dos recursos naturais e os princípios da Agroecologia, podem auxiliar imensamente na evolução dos agroecossistemas da comunidade.

E assim, desta ação dialética entre conhecimento tradicional e os princípios da Agroecologia é possível alçar a comunidade para um novo ciclo que afirme os conhecimentos já construídos, superando velhos vícios que degradam tanto os recursos naturais, quanto os saberes tradicionais da comunidade.

No entanto, espera-se que haja uma maior rapidez no que se refere à titulação de seus territórios, mas não só isto, faz-se necessária políticas de crédito que financie projetos voltados para a produção agrícola, exploração sustentável do turismo aliados à formação e capacitação dos Quilombolas para gerirem seu desenvolvimento.

Aliado a isto, as comunidades Quilombolas terão que empenhar um esforço ainda maior para garantir que sejam postos em prática todos os objetivos específicos de que trata a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Já há uma mobilização por parte de alguns governos estaduais com vistas a garantir-lhes inserção social, embora isto ocorra de

forma muito difusa e localizada, além de não serem ainda políticas de Estado, apenas de governo.

Mesmo parecendo ser uma tarefa árdua podemos perceber que os Quilombolas já estão preparados para dar conta desta tarefa. Estas comunidades desenvolveram durante séculos, nas áreas onde estão assentadas, estratégias que lhes garantiram o sucesso e a vitória nas lutas que hoje estão empenhadas, ou seja, o caminho e as lutas são longas, mas as comunidades Quilombolas já estão acostumadas, pois foram formadas no enfrentamento das mais variadas adversidades e contrariedades.

São resultados da resistência heróica e da adaptação forçada nos ecossistemas, que hoje são protegidos por legislações que ignoram que estes ecossistemas só permaneceram minimamente intactos e íntegros devido à presença de Populações Tradicionais nestas regiões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas – SP, Editora Hucitec, Editora da UNICAMP, 1992. 275p.
- ALBERTI, V. Manual de história oral. 2ª Ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 236p.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras de quilombos, terras indígenas, ‘babaçuais livres’, ‘castanhais do povo’ faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª edição– Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009. 116 p.
- \_\_\_\_\_. Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Editora Agropecuária/AS-PTA, 2002.
- ALVES, Et. al. ALVES. Â. G. C. Caracterização etnopedológica de planossolos utilizados em cerâmica artesanal no agreste paraibano. XXIX Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, Ribeirão Preto, 2003.
- ARRUTI, J. M. Relatório Técnico Científico sobre os Remanescentes da comunidade de Quilombo de Cangume município de Itaóca – SP. Setembro de 2003. ITESP/SP. 191p.
- ASSIS, R. L; AQUINO, A. M. (Org.). Agroecologia: Princípios e técnicas para uma Agricultura sustentável – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.
- BERNINI, C. I. Guapiruvu (Sete Barras - SP): um encontro contraditório entre ambientalismo e luta pela terra. Trabalho de Graduação Individual. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia. USP, São Paulo, 2005.
- BEVILAQUA, G. A. Sementes crioulas e a soberania dos povos. Entrevista online. <http://www.ecodebate.com.br/2010/04/16/sementes-crioulas>. acesso em 22 de novembro de 2010.
- BIANCHINI, V. O programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. Curitiba, 2010.

BONIFACIO, C. M. O que significa Ethos. Texto online disponibilizado no site [www.webartigos.com/articles/28870/1/Etica](http://www.webartigos.com/articles/28870/1/Etica). O que significa Ethos/pagina1.html. Acesso em 05 de dezembro de 2010.

BOLETIM DIEESE EDIÇÃO ESPECIAL. Síntese de Indicadores Sociais, 2001 Elaboração. [www.dieese.org.br/esp/negro.pdf](http://www.dieese.org.br/esp/negro.pdf). Acesso em novembro de 2009.

BORSATTO, R. S. Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do Litoral paranaense. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Curitiba, 2007.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ADCT, CF/88. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_.Código Florestal brasileiro. Lei Nº 4771 de 15 de setembro de 1965. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_.Decreto Nº 4883 de 20 de novembro de 2003. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_.Decreto Nº 4886 de 20 de novembro de 2003. Brasília/DF.

\_\_\_\_\_.Decreto Nº 4887 de 20 de novembro de 2003.Brasília/DF.

\_\_\_\_\_.Normativa nº 20 de 19 de setembro de 2005. Brasília/DF.

CABRAL, R. L. Aspectos gerais sobre Etnopedologia. Universidade Federal Rural De Pernambuco Programa De Pós Graduação Em Ciências Do Solo.2009.<http://lira.pro.br/wordpress/wpcontent/uploads/2009/09/apresentacaraiana.pdf>

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre. Vol. 3, nº 3. Jul/set 2002.

\_\_\_\_\_.Agroecologia: alguns princípios. Brasília, 2004. [www.planentaorganico.com.br/trabacaporalcostabeber.html](http://www.planentaorganico.com.br/trabacaporalcostabeber.html). acesso 14 de dezembro de 2010.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.146-162, set. 2006.

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2ª Ed. Livraria Suas Cidades. São Paulo 1971. 284p.

CAPRA, F. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. 354 p.

CARDOSO, C. F. S. Escravo Ou Camponês? O Proto-Campesinato Negro Nas Américas. SAO PAULO: Brasiliense, 1987. 126 p.

CARMO, M. S. do. (RE) estruturação do sistema agroalimentar no Brasil: a diversificação da demanda e a flexibilização da oferta. São Paulo:IEA, 1996.

CARRIL, L. F. B. Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, [s, n], 1995. Dissertação de mestrado FELCH/USP

CARNEIRO, E. Antologia do negro brasileiro / Edison Carneiro, compilador. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2005. 510p.

\_\_\_\_\_. Terra de Negros: herança de Quilombos – São Paulo: Scipione, 2001. 71 p.

CARVALHO, H. M de. De produtor rural familiar a Camponês. A Catarse Necessária. [www.landaction.org/spip/IMG/pdf/3artigodomes\\_2009.pdf](http://www.landaction.org/spip/IMG/pdf/3artigodomes_2009.pdf). Acesso em novembro de 2010.

CARVALHO, J. J. de. et. ali. O Quilombo do Rio das Rãs: História, tradição, lutas. Salvador: EDUFBA, 1995. 270p.

CARSON, R. Primavera Silenciosa. Editora Pórtico. Lisboa, Portugal 1962.358p.

CHAGAS, M. de F. A política do reconhecimento dos “Remanescentes das comunidades dos Quilombos”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182 - 198, junho de 2001.

COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. O nosso futuro comum. MERIBÉRICA/LIBER editores. Lisboa – Portugal.1991. 434p.

COSTA, M. B. Análise da sustentabilidade da Agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da Agroecologia. Editora da UFPR. Curitiba 2004.

DEAN, W. A. Ferro e fogo: a história e a Devastação da Mata atlântica Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 484p.

DOSSA, D. O Cultivo do Pinus. Embrapa Florestas. Sistemas de Produção, 5. 2005. Versão Eletrônica. [www.cnpf.embrapa.br](http://www.cnpf.embrapa.br). Acesso em novembro de 2010.

EMATER, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. [www.emater.pr.gov.br](http://www.emater.pr.gov.br). Acesso em novembro de 2010.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. [www.cnpatu.embrapa.br](http://www.cnpatu.embrapa.br). Acesso em outubro de 2010.

FERNANDES, R. C. Direito a Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná: Elaboração de Estudos Históricos e Antropológicos. Comunidade de Remanescentes de Quilombo João Surá. Relatório Antropológico. Curitiba 2010.

FIDELIS, L. M. et. al. Audiência Pública Quilombola: relato de uma experiência política dos Povos Tradicionais Quilombolas do Vale Do Ribeira paranaense. Sociologia & Política. I seminário nacional sociologia & política UFPR 2009. Curitiba, 2009. 19p.

\_\_\_\_\_.Diagnóstico Rural Participativo de Balsa Nova. SEAB: FUNPAR – Curitiba - PR 2002. 73p.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mundo perde anualmente áreas cultivadas equivalentes a uma Itália, diz ONU. Versão online. [www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br), Acesso em 22 de outubro de 2010.

FORUM DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE DO RIBEIRA. 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSE GOMES DA SILVA” – ITESP. Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território – 2ª Ed. – São Paulo: ITESP: Páginas \$ Letras – Editora Gráfica, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas Certificadas. [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br). Acesso em novembro de 2009.

FREYRE, G. Casa-Grande Senzala: A formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 50ª Ed. 2004. 728p.

\_\_\_\_\_.Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e desenvolvimento do Urbano. Global Editora 14ª edição 2003. Recife Pernambuco.

GLIESSMAN, E. R. Processos Ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS 3ª edição, 2000.

GOMES, F. dos S. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Tradução Francisco R. Caporal – Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER-RS. Porto Alegre, 2001.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-51.

HOELLER, S. C. Princípios norteadores para a estruturação de um Projeto Político Pedagógico para a formação de profissionais na área de Agroecologia. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Curitiba, 2006.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Companhia das Letras 8ª edição 1999. São Paulo – SP.

IBGE; Censo Agropecuário 1995/2006.

IANNI, O. As Metamorfoses do Escravo: Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. 2ª edição – Editora Hucitec. São Paulo – Scientia et Labor: Curitiba, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE; Censo Agropecuário. Brasília/DF. 1995/2006. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em outubro de 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Diagnóstico socioeconômico do Território Ribeira: 1ª fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. IAPAR. Tipos de estabelecimentos Agropecuários do Paraná 1995/96. Londrina: 2001.

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS – ITCG. In: Terra e Cidadania vol. 3: Coletânea de Legislação e Estudos. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG. Curitiba, 2008.

LAMARCHE, H.et. al. A Agricultura Familiar: comparação internacional. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993. 336p.

LEITE, I. B. As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil s/d. [www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm](http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm), acessado em 28/10/2010.

\_\_\_\_\_. Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. s/d. [www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm](http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm), acessado em 12/10/2009.

LOPES, C. V. G. O Conhecimento etnobotânico da comunidade Quilombola do Varzeão, Dr. Ulysses (PR): no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR. Curitiba, 2010.

MAPA DE ADRIANÓPOLIS. [www.google.com.br/Paraná\\_município\\_Adrianopolis.svg](http://www.google.com.br/Paraná_município_Adrianopolis.svg). Acesso em outubro de 2010.

MARTINS, R. História do Paraná. Coleção Farol do Saber. Prefeitura Municipal de Curitiba. 1995. Curitiba.

MARTINS, W. A invenção do Paraná. Coleção Farol do saber. Prefeitura Municipal de Curitiba. 1999. Curitiba.

MACEDO-SOUZA, L. I. Variabilidade Molecular do Cromossomo Y em Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira. Dissertação de Mestrado, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2003.

MATTOS, H. M. C. Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no Sudoeste Escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro - RJ: Nova Fronteira, 1998.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Os Biomas Brasileiros. [www.mma.gov.br/conama](http://www.mma.gov.br/conama). Acesso em outubro de 2010.

MIRALES, R. A Identidade Quilombola das comunidades Pedro Cubas e Ivaporunduva. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 1998.

MORAES, P. R. B. Souza, M. G. Invisibilidade, Preconceito e Violência Racial em Curitiba. Revista de Sociologia e Política. Curitiba PR.1999. Novembro, nº 013, UFPR.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. Agric. São Paulo, v. 51, n. 2. p. 37 – 56, jul./dez de 2004.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 177 p.

MOURA, C. Rebeliões da Senzala, 3ª ed. São Paulo: Ciências Humanas 1981.

MOURA, C. Sociologia do Negro Brasileiro. Série Fundamentos. Editora Ática. São Paulo, 1988. 250p.

MOZOYER, M. & ROUDART, L. História das Agriculturas do mundo – Do Neolítico à crise contemporânea – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

NEGROS DO RIBEIRA: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território. São Paulo, Cadernos do ITESP 2000.

O'DWYER, E. C. (Org.) Terra de Quilombos, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

OLIVEIRA, E. Cosmovisão Africana no Brasil. Elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006. 188p.

PROGRAMA FOME ZERO. [www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br). Acesso em setembro de 2010.

QUEIROZ, M. I. P. Experimentos com História de Vida (Itália – Brasil) São Paulo: Editora Vértice 1988.

QUEIROZ, M. I. P. de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. 243p.

QUEIROZ, R. da S. Caipiras Negros no Vale do Ribeira. Um estudo de Antropologia Econômica. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – USP, 2006.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Contra-revolução jurídica e Quilombola. [www.redepuxirão.blogspot.com.br](http://www.redepuxirão.blogspot.com.br). Acesso em novembro de 2010.

SALLES, J. de O. Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira paranaense: regularização fundiária, mercantilização e expropriação da terra. In: PPLA 2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. *Anais...* Curitiba: Ambiens, 2010. [CD]

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIENCIA Site na Internet acessado em 17/04/06. São Paulo - SP 2005.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. Circulo do Livro. São Paulo-SP. 1995.

SCHMITT, A. TURATI, M. C. M. PEREIRA, C. M. C. A Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. Revista Ambiente & sociedade – ano – V – número 10. São Paulo - SP 2002.

TEDESCO, J. C. et. ali. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF,1999. p.394.

WACHOSWICZ, R. C. História do Paraná. Curitiba:Gráfica Vicentina. 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo Estudos Sociedade e Agricultura CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro RJ 2000.

\_\_\_\_\_.Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In TEDESCO, J. C. et. ali. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF,1999. p.394.

SAUER, S. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. São Paulo. Ed.Expressão Popular – 1ª ed. 2009. 328p.

## ANEXOS

**Quadro 4** - Produtos cultivados, criados e extraídos em João Surá.

<b>FRUTAS CULTIVADAS NO TERREIRO E NA ROÇA</b>
Abacate manteiguinha – abacate redondo – abacaxi – ameixa – goiaba – jabuticaba – jaca – laranja china ou mimosinha – laranja azeda – laranja vermelha – laranja branca – lima umbiguda – lima celeste - limão taiti – mamão - maracujá amarelo – melancia – mexirica – banana maranhão ou da terra – banana pêra ou ouro – banana maçã – banana prata – banana caturrão – banana da índia – banana vença – banana marmelo - banana São Tomé – banana cinza – banana preta.
<b>FRUTAS COLETADAS NA MATA</b>
Amora – araçá amarelo – araçá vermelho – brejaúva – goiaba – guaicá – guacupari – guabiroba – guapeva – ingá – fruta-do-conde – jambo – jaracatiá – jataí – jatobá – limão vinagre – mamão – maracujá amarelo – maracujá preto – nambu – seriguela – tucum – uva-do-japão – uvaia.
<b>PRODUTOS DA HORTA</b>
Alface – alfavaca – alho – almeirão – assa-peixe – azedinha – beterraba – cebola – cecolinha – cenoura – chuchu – couve – coentro – erva doce – gengibre – manjeriço – manjerona – mostarda – orégano - pepino – pimenta – pimentão – rabanete – repolho – salsa – tanchais de horta – tomate pequeno – tomate grande.
<b>PRODUTOS DA ROÇA</b>
Abóbora menina ou pescoço – abóbora redonda – abóbora amarela – amendoim vermelho – amendoim preto – amendoim branco – arroz matão branco – arroz matão amarelo - arroz governinho – arroz noventa dias – arroz canela de corvo – batata doce branca – batata doce roxa – batatinha inglesa – café caturrão – café burbon – cana caiana – cana java – cana catarina – cana chinesa – cana bambu – cará de espinho ou angola – cará mandioca, de sopa, defunto ou menino – caraguacú ou cará bosta – carapaquera ou cará do ar – cará indaiá – cará mimoso – cará pé de cachorro – cará de porco - feijão mulatinho – feijão roxinho mineiro – feijão mãezinha – feijão rosinha – feijão carioca - feijão zebrinha – feijão mantegão – feijão monge – feijão preto – indaiá – inhame – mangarito – moranga – mogango coração de boi – mogango pepino – milho híbrido – milho agrocel – milho roxo – milho pipoca – mandioca vassorinha – mandioca pão do céu – mandioca São Pedrinho – palmito – taioba – taiá – palmito jussara – palmito pupunha – palmito real – palmito indaiá – palmito açai.
<b>PRODUTOS DA CRIAÇÃO DE ANIMAIS</b>
Carne de boi – carne de frango – carne de porco - ovos – leite – banha – torresmo -mocotó.
<b>PRODUTOS DA CAÇA</b>
Tatu – paca – capivara – jacu – rola branca – lagarto
<b>PRODUTOS DA PESCA</b>
Acará - bagre – cará - cascudo - corimba – lambari – tainha – taraira

Fonte: Cambuy, pesquisa de campo 2010.

**Quadro 5 – Receitas de João Surá.**

Nº	PREPARAÇÃO	NOME	DESCRIÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1	AÇÚCAR, RAPADURA E MELADO	João Martins de Andrade Pereira (Seu João Baitaca)	Cana descascada e moída em engenho a cavalo ou máquina. A garapa é <i>apurada no tacho</i> até o ponto adequado de rapadura, açúcar ou melado. É base de muitas preparações e tradicionalmente movimentava a economia local.
2	ÁGUA DE JACUVA	Sebastião de Andrade (Bastião Zabé)	Água misturada com farinha de mandioca. Tomar ao mesmo tempo que mastiga a rapadura. É bom para refrescar do sol forte e para cessar a diarreia.
3	APRESSADA	Vitor Andrade de Matos (Seu Vitor)	Bolo feito de rapadura, polvilho, ovos e especiarias, assado em panela de ferro no fogão à lenha. O nome vem do tempo de assar, que é em torno de 10 minutos. <i>Reina</i> com facilidade. É comida de festa.
4	BEIJU	Adelaide de Andrade Pereira (Dona Adelaide)	Tipo de pão feito de mandioca ralada e prensada, misturado com óleo, amendoim e sal. É assado em folha de bananeira no tacho ou na chapa do fogão à lenha. O nome vem do termo “bem de nhá Ju”.
5	BENTO RUIVO	Joana de Andrade Pereira (Dona Joana)	Doce de rapadura, farinha de mandioca e ovos. Consumo imediato. Também chamado de <i>pixê de rapadura</i> . Bom com café pela manhã.
6	BOLO DE CARÁ	Antônio Pereira de Cristo (Julio)	A batata cará de espinho é cozida e com ela é feita uma massa, que depois de misturada com sal é frita em óleo.
7	BOLO DE MILHO	Joana de Andrade Pereira (Dona Joana)	Milho verde ralado, misturado com óleo e sal. É assado em forma no forno ou fornalha.
8	CANJICA DOCE	Clarinda Andrade de Matos (Dona Clarinda)	A canjica é feita a partir do milho seco descascado no monjolo ou pilão. Depois é cozido primeiro em água e depois em leite, açúcar e temperado com amendoim torrado.
9	CARNE ASSADA NA FORNALHA	José Cordeiro de Matos (Seu Zé Cordeiro)	Carne de porco e de frango são <i>curtidas</i> , separadamente, em um caldo de temperos verdes e sal por algumas horas. Depois são assadas em fornalha. É comida leiloada em festas.
10	CHÁ DE AMENDOIM	Benedita Freitas Pereira (Dona Ditinha)	Amendoim torrado, descascado e pilado, misturado com açúcar ou rapadura, e água fervida. É uma bebida considerada bastante nutritiva e que aquece o corpo no inverno. Também é fortificante sexual para os homens.
11	CHÁ DE MILHO	Joana de Andrade Pereira (Dona Joana)	Bebida feita de milho descascado, torrado e pilado, fervido com rapadura e água. Também chamado de <i>frangoló</i> ou café de milho, já que substitui o café.
12	CURAU DE MILHO	Adelaide de Andrade Pereira (Dona Adelaide)	Milho verde ralado e cozido com açúcar. É considerado um alimento que “esquenta o corpo por dentro”.
13	CUSCUZ DE ARROZ	Clarinda Andrade de Matos (Dona Clarinda)	Arroz caseiro pilado e deixado de molho uma noite. Depois de pilado e temperado com amendoim e sal, é assado no vapor. Também é chamado de <i>pão de arroz</i> .
14	DOCE DE LARANJA AZEDA	João Martins de Andrade Pereira (Seu João Baitaca)	Doce feito de laranja azeda, em que só a parte branca é usada, depois de ralada, deixada de molho e aferventada várias vezes. A massa é cozida com melado, cravo e canela. Embala-se em palha de milho, como a rapadura.
15	DOCE DE MAMÃO VERDE	Antônio Aparecido de Matos (Seu Aparecido)	Doce feito de mamão verde, em que se deve retirar o “leite” deixando-o de molho em água corrente por três dias. Depois é fervido com melado e cravo. Pode ser deixado em ponto de geléia ou de corte, embalado em palha de milho.

16	FARINHA DE MANDIOCA E GOMA	Maria Lucia de Matos Andrade (Lucia)	Mandioca descascada, ralada, prensada no <i>burro</i> <sup>42</sup> dentro do cesto de <i>tipiti</i> . A parte líquida, depois de ter água escorrida e ser seca, vira a goma. A parte sólida é torrada no tacho em duas etapas, para murchar e para secar, por cerca de duas horas, para virar farinha. Esses produtos constituem a base de várias preparações.
17	FARINHA DE MILHO	Irani Matos de Cristo Pereira (Irani)	Milho seco é descascado e deixado de molho por oito dias em água corrente. Depois de pilado, a massa é seca no tacho em fogão à lenha.
18	FOLHA DE TAIÁ COZIDA	Benedita Freitas Pereira (Dona Ditinha)	As folhas da mesma planta que produzem a batata taiá devem ser fervidas, para tirar o <i>picoso</i> , e depois refogadas com cebola, cebolinha e sal. Substitui a couve.
19	FRANGO COM TAIÁ	Benedita Freitas Pereira (Dona Ditinha)	A batata taiá é descascada e cozida em panela separada. Depois é misturada ao frango cozido para pegar o tempero.
20	GELÉIA DE MOCOTÓ	Joana de Andrade Pereira (Dona Joana)	Doce feito de pé de boi cozido, em que a parte líquida é misturada com rapadura, ovos, cravo e canela. Pode ser consumido sozinho ou no recheio de pães. Fácil de <i>reinar</i> .
21	LINGÜIÇA DE PORCO	Benedita Freitas Pereira (Dona Ditinha)	Carne de porco moída é temperada com sal, alfavaca, mangerona e pimenta, e depois de colocada na tripa bem lavada, é defumada em peneiras em cima do fogão à lenha.
22	MINGAU DE MILHO	Adelaide de Andrade Pereira (Dona Adelaide)	Milho verde ralado e cozido com sal, alho, cebola, alfavaca e cheiro-verde.
23	OVO FRITO DOCE	Sebastião Andrade (Bastião Zabé)	Ovo frito em mel para comer com café.
24	PAÇOCA DE AMENDOIM	Delfina de Matos Andrade (Dona Delfina)	Amendoim torrado e pilado com açúcar ou rapadura e farinha de mandioca na mesma quantia que o amendoim moído. É de comer junto com café.
25	PAÇOCA DE CARNE	Maria Lucia de Matos Andrade (Lucia)	Carne de porco salgada e defumada em cima do fogão à lenha. Depois de cozida e frita, é pilada com farinha de mandioca e sal. Antes faziam com carnes de caça. É comida de viajante e uma maneira de conservar a carne abatida.
26	PAÇOCA DE PEIXE	João Martins de Andrade Pereira (Seu João Baitaca)	Peixes pequenos, como o lambari, são fritos inteiros e pilados com sal e farinha de mandioca. Também é comida de viajante, que é comida junto com água fresca ou café.
27	PAMONHA	Cândido Peniche de Rosa (Candinho)	Milho verde ralado, misturado com sal e amendoim torrado. A massa é enrolada na palha de milho e cozida no vapor.
28	PÃO DE LÓ	Clarinda Andrade de Matos (Dona Clarinda)	Bolo feito de ovos batidos com açúcar e misturado à farinha de trigo. É comida de festa doada à Igreja em agradecimento a uma graça alcançada.
29	PASTEL DE FARINHA DE MILHO	Maria Lucia de Matos Andrade (Lucia)	Farinha de milho amassada com farinha de mandioca (pode ser de trigo ou goma), água morna e sal. Depois de recheiar a massa com palmito ou carne, é frito. É comida de festa.
30	SALADA DE MAMÃO VERDE	Clarinda Andrade de Matos (Dona Clarinda)	Mamão verde, deixado de molho e fervido para se retirar o <i>amargoso</i> . Depois é temperado com sal e temperos verdes. Fica parecido com chuchu refogado.
31	SOPA DE BUREVA	João Martins de Andrade Pereira (Seu João Baitaca)	Uma porção de peixes bureva, bem cozidos com água, sal e temperos verdes até derreter, formam um caldo bastante nutritivo e fortificante sexual para os homens.
32	TAIADA	Maria Lucia de Matos Andrade (Lucia)	Doce de farinha de mandioca pilada com gengibre e misturada com a rapadura ainda quente. É feito na mesma forma da rapadura e também embrulhado em palha de milho.

<sup>42</sup> Espécie de prensa rudimentar onde retira a fécula da mandioca.

33	VACA ATOLADA	Joana de Andrade Pereira (Dona Joana)	Cozido de mandioca recém colhida, carne de gado, sal e pimenta. O segredo é se conseguir a consistência adequada, nem muito mole como sopa e nem dura demais.
34	VINHO DE JABUTICABA	João Gonçalves de Matos (Seu João Militão)	Bebida alcoólica feita de suco jabuticaba fermentado. Também é feito vinho da laranja.
35	VIRADO	Clarinda Andrade de Matos (Dona Clarinda)	Pode ser feito com qualquer carne, geralmente sobras, frita e misturada com farinha de mandioca, feijão cozido e couve. É considerada comida <i>forte</i> que alimenta o trabalhador antes de ir para a roça.
36	VITAMINA DE BATATA	Sebastião de Andrade (Bastião Zabé)	A batata doce deve ser cozida, amassada e misturada com leite. Também pode ser feito com a abóbora.

Fonte: Cambuy, pesquisa de campo 2010.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS – PESQUISA DE CAMPO JOÃO SURÁ**

### **Agroecossistemas em João Surá: Entrevistas abertas com 4 agricultores**

#### **1) Solos:**

Manejos no plantio, cultivo, condução das colheitas e das lavouras

- Como vê o seu solo;
- Mobiliza o solo (capina, aração etc.);
- Fogo;
- Repouso/pousio;
- Rotação de culturas;
- Consórcio de culturas

#### **2) Águas:**

Manejos no plantio, cultivo, condução das colheitas e das lavouras

- Como vê a sua água;
- Origem das águas usadas nos cultivos;
- Origem das águas usadas no consumo da família;
- Irrigação de culturas;
- Desvio dos cursos da água;
- Como estão os rios da comunidade.

#### **3) Sementes e materiais vegetais de propagação:**

Manejos no plantio, cultivo, armazenamento, origem, tempo de uso de uma mesma variedade de semente e/ou materiais vegetais de propagação.

- Como vê as suas sementes e materiais vegetais;
- Quais sementes são usadas na propriedade;
- Qual a origem das sementes;
- Há quanto tempo as sementes estão em poder dos agricultores;
- Quais as variedades destas sementes;
- Como armazena;
- Tem sementes que não cultiva mais, mas que já foram utilizadas em outros tempos;
- Quais são estas sementes

#### **4) Áreas de cultivo**

Situação legal da terra

- Qual a situação legal da terra;
- Há quanto tempo esta na propriedade;
- O local de cultivo também é local de moradia;
- Qual a distância das áreas de cultivos em relação ao local de moradia;
- Há quanto tempo pratica a agricultura na propriedade.

### 5) Insumos, máquinas e ferramentas

Origem, tipos de insumos e máquinas, origem tecnológica dos insumos

- Usa insumos, máquinas ou alguma ferramenta;
- Qual é a origem destes insumos, máquinas e ferramentas (como chegaram à propriedade);
- Quais insumos e máquinas são usados na propriedade (químicos, orgânicos, tração animal, tração mecânica);
- Há quanto tempo utiliza estes tipos de insumos, máquinas e ferramentas

### 6) Divisão do trabalho da agricultura na propriedade

- Quantas pessoas trabalham na propriedade;
- Quantas pessoas trabalham na lavoura e nos tratos com as criações;
- Há divisão sexual do trabalho (trabalhos do homem, trabalhos da mulher);
- Os jovens trabalham na propriedade;
- Quantas horas são dedicadas por dia á:
  - Plantio \_\_\_\_\_
  - Condução das lavouras \_\_\_\_\_
  - Colheitas \_\_\_\_\_
  - Trato com as criações \_\_\_\_\_
  - Comercialização dos produtos da lavoura \_\_\_\_\_

### 7) Relação com a terra e o território

- Como vê a terra e o território;
- O que a terra representa;
- Qual o futuro da terra que ocupa.

### 8) Agricultura da propriedade e da comunidade

- Como é a agricultura da sua comunidade;
- Acha que há diferença da sua agricultura e da comunidade quilombola com a agricultura de outras comunidades de Adrianópolis que não sejam Quilombolas;
- A forma como pratica a Agricultura mudou em relação à forma como seus pais a praticavam;
- Se mudou, mudou de que forma;
- Qual é área da propriedade \_\_\_\_\_
- Quantos hectares são cultivados \_\_\_\_\_
- Qual é a área cultivada por:
  - Feijão (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Arroz (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Farinha de mandioca (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Cana (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Frutas (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Verduras (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)

- Processamento de alimentos na propriedade (açúcar mascavo, rapadura, farinha de mandioca e de milho;
- Outras \_\_\_\_\_

### 9) Renda familiar

- Qual a principal fonte de renda da família:
  - Agricultura (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Aposentadoria (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Trabalhos fora da propriedade (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
- Da renda que vem da agricultura qual é o produto que cultiva que traz mais renda
  - Feijão (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Arroz (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Farinha de mandioca (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Cana (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Frutas (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Verduras (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Outras \_\_\_\_\_  
(- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)

### 10) Alimentação familiar

- Quantos dos alimentos consumidos pela família são produzidos na propriedade
  - Feijão (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Arroz (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Farinha de mandioca (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Cana (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Frutas (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Verduras (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Ovos (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Carne de aves (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Carne suína (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Carne bovina (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Outras \_\_\_\_\_
- Quantos dos alimentos consumidos pela família são comprados
  - Feijão (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Arroz (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Farinha de mandioca (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Cana (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Frutas (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Verduras (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Ovos (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Carne de aves (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Carne suína (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)
  - Carne bovina (- de 25) (25%) (50%) (75%) (100%)

- Outras \_\_\_\_\_
- Que alimentos e ervas medicinais consumidos pela família vêm do extrativismo
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_

Observação dos cultivos com relação à diversidade de espécies cultivadas – observação do pesquisador.

- Cereais
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
- Frutas
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
- Verduras
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
- Ervas Medicinais
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_
  - \_\_\_\_\_

**Foto 5** – Perfil de um solo. Núcleo Guaracuí.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 6** – Perfil de um solo. Núcleo Guaracuí.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 7** – Plantio de feijão 25 dias sobre as cinzas Guaracuí.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 8** – Área de cultivo consorciado (feijão/milho) na propriedade do seu João Martins.



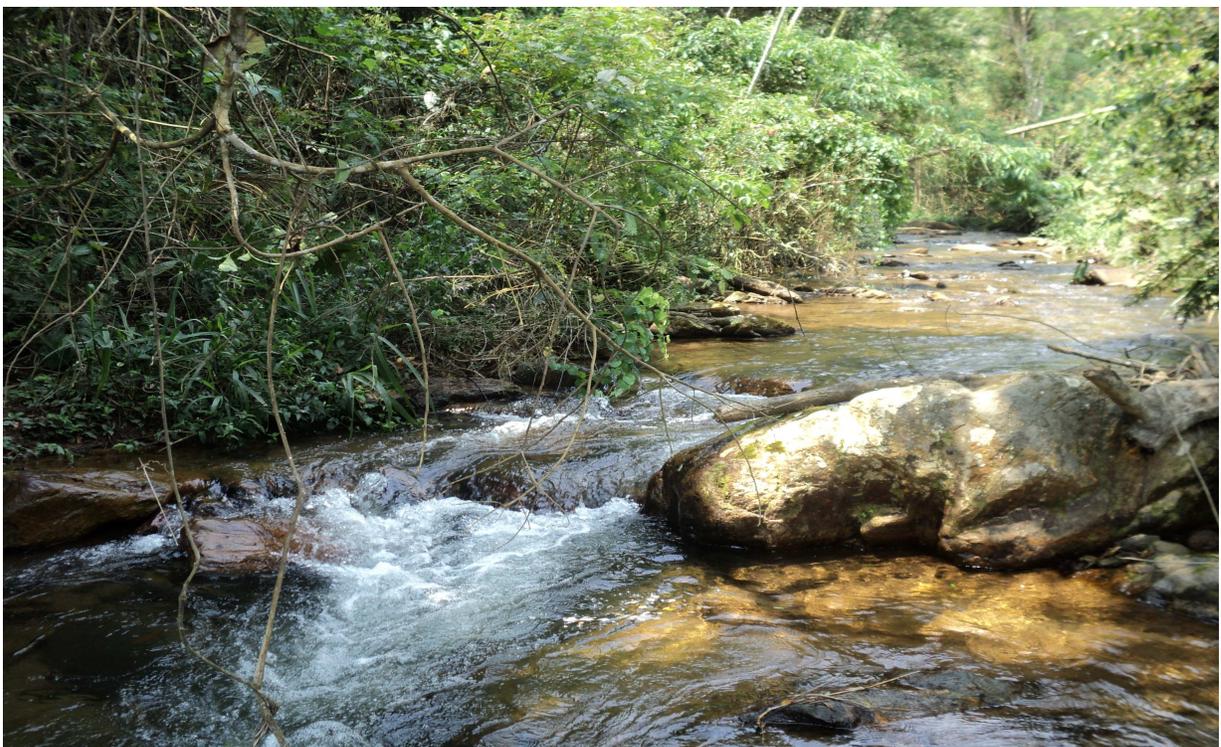
Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 9** – Rio Pardo.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 10** – Rio Guaracuí.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 11** – Rio João Surá.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 12** – Situação dos cultivos com declividades acentuadas.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 13** – Seu João Martins explicando como vem cultivando sua agrofloresta.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 14** – Fogo para limpeza de uma área para cultivo no Quilombo de Varzeão – Dr. Ulysses.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 15** – Preparo do aceiro na comunidade Quilombola de Varzeão em Dr. Ulysses.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 16** – Seu Paulico e, ao seu lado direito, duas ferramentas usadas para o plantio o bastão para plantio, ou bordão e cavadeira adaptada de uma foice quebrada.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 17** – Engenho de cana para a produção de cachaça parado na propriedade da família de seu João Martins.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 18** – Cana Java ou Java 78.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 19** – Cana Paulista.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 20 – Caninha.**



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 21 – Cana Catarina.**



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 22** – Cana Preta, Morretiana ou Roxa.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 23** – Cana Bambu.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 24** – Cana Piracicaba ou Piracicabana.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 25** – Arroz Governinho.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 26** – Arroz Branco de 90 dias.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 27** – Arroz Matão Amarelo.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 28** – Feijão Carioca ou Carioquinha.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 29** – Feijão Mulatinho.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 30** – Feijão Branco Manteigão.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 31** – Feijão Mãezinha.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 32** – Feijão Rosinha.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 33** – Mandioca Pão do Céu.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 34** – Milho Crioulo.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 35** – Rama – Semente de batata-doce.



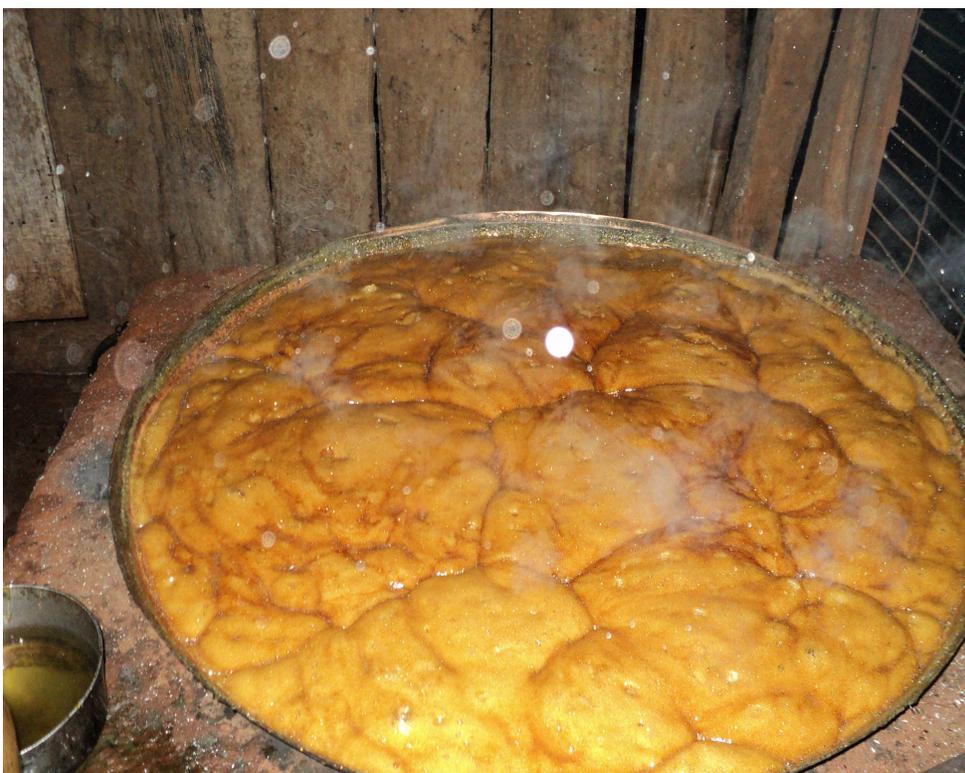
Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 36** – Crianças de João Surá contra o Lixo.



Fonte: Andreia Cambuy 2010

**Foto 37** – Fabricação de açúcar mascavo no “ponto de bala”.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 38** – Fabricação de açúcar mascavo “ponto para açúcar (a)”.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 39** – Fabricação de açúcar mascavo “ponto para açúcar (b)”.



Fonte: Pesquisa de campo 2010.

**Foto 40** – Fabricação de açúcar mascavo “ponto para açúcar (c”).



Fonte: Pesquisa de campo 2010.